

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística
e da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

DIRETOR RESPONSÁVEL: RAFAEL XAVIER

REDATOR-SECRETÁRIO: WALDEMAR LOPES

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação — 42-5294
Assinaturas — 42-7142

Officinas: RUA CORDOVIL, 328 — TELEFONE 30-4747

ASSINATURA ANUAL: Cr\$ 80,00

RIO DE JANEIRO — BRASIL

♦ ♦ ♦

SUMÁRIO

ROQUE GARCIA FRIAS	
OS CENSOS DE 1950 E A APLICAÇÃO DA AMOSTRAGEM	379
J. B. D. DERKSEN	
ESTATÍSTICAS NECESSÁRIAS AO ESTUDO DA RENDA NACIONAL .	391
* ADOLFO CASTRO PAIS BARRETO	
IMPORTÂNCIA ATUAL DOS PROBLEMAS DE POPULAÇÃO	399
<i>VULTOS DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA</i>	
FRANCISCO VILELA BARBOSA	417
<i>NOÇÕES DE METODOLOGIA</i>	
INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — ASSIMETRIA E SUA MEDIDA	419
<i>DE ONTEM E DE HOJE</i>	
ACÉRCA DA PERIODICIDADE DAS CRISES COMERCIAIS	421
O BRASIL E AS ESTATÍSTICAS CULTURAIS	429
<i>ESTUDOS E SUGESTÕES</i>	
POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL	432
NÚMEROS ÍNDICES SINTÉTICOS DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 24 MERCADORIAS EXPORTADAS NO PE- RÍODO DE 1935-1949	466
INFORMAÇÕES GERAIS	473
BIBLIOGRAFIA	484
LEGISLAÇÃO	490
RESENHA	491

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE

Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n° 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas de governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade

ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários

I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n° 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

- 1 Um “Órgão Administrativo”, que é a Secretaria-Geral
- 2 “Órgãos Deliberativos”, que são: a *Assembléa-Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera “ad referendum” da Assembléa-Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J E C (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena)

3 “Órgãos Opinativos”, subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, “Comissões Permanentes” (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas, etc.) e tantas “Comissões Especiais” quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembléa-Geral

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 “Organização Federal”, isto é, as cinco Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura) e Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda), e órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos

2 “Organização Regional”, isto é, as Repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Secções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais

3 “Organização Local”, isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinados administrativamente à Secretaria-Geral do C N E, através da respectiva Inspeção Regional das Agências Municipais, e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística

II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n° 1 527, de 24 de março de 1937, consta de:

- 1 Um “Órgão Administrativo”, que é a Secretaria-Geral
- 2 “Órgãos Deliberativos”, ou sejam, a *Assembléa-Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C N G, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições do ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C N E (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diretórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D C (reúne-se ordinariamente uma vez por mês)

3 “Órgãos Opinativos”, isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D C, e 21 Consultorias Regionais, articuladas os respectivos D R

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1 “Organização Federal”, com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada)

2 “Organização Regional”, isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados

3 “Organização Local” — os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 166
RIO DE JANEIRO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONSTITUIÇÃO DA JUNTA EXECUTIVA CENTRAL —

José Carlos de Macedo Soares, Presidente do I B G. E. e de seus dois Conselhos; *Ruben d'Almada Horta Porto*, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; *Carlos Alberto Gonçalves*, representante do Ministério das Relações Exteriores; *Dural Campelo de Macedo*, representante do Ministério da Guerra; *Manuel Pinto Ribeiro Espíndola*, representante do Ministério da Marinha; *Álvaro Barbosa* representante do Ministério da Aeronáutica; *Sebastião de Sant'Anna e Silva* representante do Ministério da Fazenda; *Raul do Rêgo Lima*, representante do Ministério da Agricultura; *Moacir Malheiros Fernandes da Silva*, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; *Gasão Martin Pinto de Moura*, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; *M. A. Teixeira de Freitas*, representante do Ministério da Educação e Saúde

PRESIDENTES DAS JUNTAS EXECUTIVAS REGIONAIS

— ACRE: *Otávio Vieira Passos*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; AMAZONAS: *Manuel Alexandre Filho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁ: *Wilkens de Albuquerque Prado*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MARANHÃO: *Antônio Rodrigues da Costa Santos*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PIAUÍ: *Arthur Furtado Filho*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; CEARÁ: *Arcísio Moreira da Rocha*, secretário da Fazenda; RIO GRANDE DO NORTE: *Aderbal França*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PARÁÍBA: *Luís de Oliveira Periquito*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; PERNAMBUCO: *Rui Carvalho* secretário de Agricultura, Indústria e Comércio; ALAGOAS: *Cid Craveiro Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SERGIPE: *José Cruz*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; BAHIA: *Felipe Nery*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MINAS GERAIS: *Joaquim Ribeiro Costa*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; ESPÍRITO SANTO: *Antônio Lugon*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO DE JANEIRO: *Hélio Cruz de Oliveira*, secretário do Governo; DISTRITO FEDERAL: *Dural Magalhães Coelho*, diretor do Departamento de Geografia e Estatística; PARANÁ: *Manuel Rodriguez*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; SANTA CATARINA: *Roberto Lacerda*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; RIO GRANDE DO SUL: *Remy Gorga*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; GOIÁS: *Moacyr Martins de Oliveira*, diretor do Departamento Estadual de Estatística; MATO GROSSO: *Civis Müller da Silva Pereira*, secretário-geral do Estado

CONSULTORES TÉCNICOS — A) Seções: I — Estatística

metodológica: *Milton da Silva Rodrigues*; II — Estatística matemática: *Jorge Kafuri*; III — Estatística cosmográfica: *Lúlio Gama*; IV — Estatística geológica: *Aníbal Alves Bastos*; V — Estatística climatológica: *Sampaio Ferraz*; VI — Estatística territorial: *Everardo Backheuser*; VII — Estatística biológica: *José Carneiro Felipe*; VIII — Estatística antropológica: *Roquette Pinto*; IX — Estatística demográfica: *Giorgio Mortara*; X — Estatística agrícola *Belo Lisboa*; XI — Estatística industrial:

Alde Sampaio; XII — Estatística dos transportes: *Saturnino Braga*; XIII — Estatística das comunicações: *Cel. Raul de Albuquerque*; XIV — Estatística comercial: *Lafayette Belfort Garcia*; XV — Estatística do consumo: *Valentim Bouças*; XVI — Estatística dos serviços urbanos: *Luís Anhaia Melo*; XVII — Estatística do serviço social: *Monsenhor José Távora*; XVIII — Estatística do trabalho: *João Carlos Vital*; XIX — Estatística atuarial: *Lino de Sá Pereira*; XX — Estatística educacional: *Lowrenço Filho*; XXI — Estatística cultural: *Fernando de Azevedo*; XXII — Estatística moral: *Alceu de Amoroso Lima*; XXIII — Estatística dos cultos: *Monsenhor Helder Câmara*; XXIV — Estatística policial: *José Gabriel Lemos Brito*; XXV — Estatística judiciária: *José Pereira Lira*; XXVI — Estatística da defesa nacional: *General Juarez Távora*; XXVII — Estatística da organização administrativa: *Luís Simões Lopes*; — XXVIII — Estatística financeira: *Eugênio Gudín*; XXIX — Estatística política: — *Luís Delgado B*) Representações: I — Agricultura: *Artur Torres Filho*; II — Indústria: *Ewald Loeb*; III — Comércio: *João Daudt d'Oliveira*; IV — Trabalho: *Oscar Saraiva*; V — Imprensa: *Paulo Filho*; VI — Ensino: *Anísio Spínola Teixeira*; VII — Religião: *Dom João da Mata*

COMISSÕES TÉCNICAS — I — Comissão de Estatísticas

Fisiográficas — Organização federal: *José Veríssimo da Costa Pereira* e *Lúcio de Castro Soares*; organização regional: *Napoléão de Azevedo Maia* (Acre), *Helena Bastos* (Alagoas) e *Manuel Guedes de Araújo* (Bahia) II — Comissão de Estatísticas Demográficas — Organização federal: *Luiz Nunes Briggs* e *Alceu W. Carvalho*; organização regional: *Raimundo Nonato de Almeida Gouveia* (Bahia), *Irene Teixeira de Freitas* (Paraná) e *Murilo Sales* (Minas Gerais) III — Comissão de Estatísticas da Produção — Organização federal: *Ruben Freitas* e *Dulce Matos Meurer*; organização regional: *José Mosqueira Pereira de Melo* (Minas Gerais), *Antônio de Assis Brasil* (Rio Grande do Sul) e *Otavo Batista* (São Paulo) IV — Comissão de Estatísticas da Circulação — Organização federal: *Luís Timotheo da Costa* e *Gláucia Weinberger*; organização regional: *Helena Pentead* (São Paulo), *José Santiago Prudente* (Sergipe) e *Idette Alvellos* (Mato Grosso) V — Comissão de Estatísticas da Distribuição e Consumo — Organização federal: *Armando Nogueira* e *Sérgio de Godói Magalhães Nunes*; organização regional: *Francisco Sanchez* (Rio de Janeiro), *Alfredo Valdetaro* (Espírito Santo) e *João Batista Guerra* (Rio Branco) VI — Comissão de Estatísticas do Bem-Estar Social — Organização federal: *Thomas Russel Raposo* e *Irio Paes Leme*; organização regional: *Américo de Oliveira Costa* (Rio Grande do Norte), *Frederico dos Reis Coutinho* (Distrito Federal) e *Nazira da Rocha Campos* (Pernambuco) VII — Comissão de Estatísticas de Assistência Social — Organização federal: *Alfredo de Oliveira Pereira* e *Elpidio Prazedes de Oliveira*; organização regional: *Carlos Mendonça* (Guaporé), *Maria José Monteiro Lobato* (Pernambuco) e *Ivo Maés* (Santa Catarina) VIII — Comissão de Estatísticas Educacionais — Organização federal: *Nelsina Coelho Leal* e *Maristela Fleury Ferro*; organização regional: *Clóvis Pena Teixeira* (Amapá), *Idelzuite Tavares Carneiro* (Ceará) e *Américo Pio de Almeida* (Rio Grande do Sul) IX — Comissão de Estatísticas Culturais — Organização federal: *Dênio Nogueira* e *Carmen Silva*; organização regional: *Odilon Nunes* (Piauí), *Leomax Falcão* (Paraíba) e *Eplantina de Souza* (Amazonas) X — Comissão de Estatísticas Administrativas e Políticas — Organização federal: *Mário Peganha de Carvalho* e *Lineu Maria Vieira*; organização regional: *Maria das Dôres Fonseca* (Goiás), *Orion Klautau* (Pará) e *Cásio Reis Costa* (Maranhão)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Ano XI

JULHO-SETEMBRO, 1950

N.º 43

ROQUE GARCIA FRIAS

(Do Instituto Interamericano de Estatística)

OS CENSOS DE 1950 E A APLICAÇÃO DA AMOSTRAGEM

Generalidades — Tem-se dado, nos últimos anos, especial importância às investigações estatísticas de caráter demográfico, econômico, social, etc., mediante a técnica da amostragem. O desenvolvimento dessa técnica, tanto sob o aspecto técnico, como, primordialmente, sob o da sua aplicação, deve-se em grande parte aos esforços das repartições do Bureau do Censo, do Bureau de Economia Agrícola, bem como de vários Departamentos de Investigação Estatística e Postos Experimentais de Investigação (particularmente no campo agrícola), dependentes de universidades e outras instituições, nos Estados Unidos.

Uma idéia clara acerca do método de amostragem é a que nos dá

EDWARDS DEMING, na exposição das Nações Unidas sobre a “Utilidade do Método das Amostras”,¹ quando diz:

“O método das amostras estatísticas é um meio que permite a obtenção de informações bastante seguros, limitados a uma parcela da população (universo) total. Com o método das amostras estatísticas, é possível obter cálculos de população, características demográficas quantitativas, produção agrícola, emprego, habitação, número e característica dos estabelecimentos agrícolas e dos agricultores, volume dos produtos e recursos florestais, tendências e volume da atividade industrial ou comercial, volume do tráfico de mercadorias e outros elementos.”

DENTRE os “documentos de trabalho” postos à disposição dos técnicos que participaram do II Congresso Interamericano de Estatística, realizado em Bogotá, em janeiro deste ano, constava “Proyección y tabulación de los Censos de 1950 con miras a las investigaciones por muestreo”, de ROQUE GARCIA FRIAS

O nome do Autor é bastante conhecido nos círculos estatísticos das Américas, em face das suas valiosas contribuições à metodologia estatística. Membro do Instituto Interamericano de Estatística e Professor de Estatística em seu país, Peru, viu-se obrigado, todavia, por motivos de ordem política, a deixar a terra natal, encontrando-se, atualmente, a serviço do Governo da Venezuela.

O presente trabalho de GARCIA FRIAS é oportuno, sobretudo, e merece especial exame nas suas considerações desenvolvidas em torno das relações entre amostragem e censos; do uso da amostragem como parte simultânea do trabalho censitário; das vantagens e desvantagens da amostragem; dos métodos de amostragem e tabulações censitárias; da aplicabilidade da amostragem a exigências censitárias.

Devidamente autorizada, a REVISTA publica, em tradução especial, o trabalho de ROQUE GARCIA FRIAS, para conhecimento e exame dos estatísticos brasileiros

¹ Breve Exposición sobre la Utilización del Método de las Muestras Estadísticas en el Levantamiento de Censos de Población, Agrícolas, Sanitarios y Comerciales, fevereiro de 1948, pág. 4

Embora se deduza claramente dessa explicação a viabilidade da aplicação da amostragem nos censos de qualquer classe, acrescenta, ainda, o estudo citado: "O método das amostras utiliza-se para obter dados censitários, seja em substituição de uma enumeração completa, ou, em relação a esta, para obter elementos suplementares e tornar maior, assim, o alcance do censo normal; para avaliar a segurança do dado censitário compilado simultaneamente, mediante uma enumeração completa, para atualizar o dado censitário anterior, para realizar inquéritos especiais, seja em determinadas ocasiões, seja periodicamente; para proceder-se, rapidamente e a baixo custo, a tabulações extraídas das estatísticas compiladas por meio de uma contagem completa"

A execução de um censo, suas tabulações e o conceito e finalidades da amostragem são aspectos que, talvez, não devam escapar — mesmo no plano estritamente filosófico-estatístico — ao critério dos responsáveis E' sumamente ilustrativo ter presente que, "como base para generalizações científicas e decisões dinâmicas, um censo é, apenas, uma amostra. Além de servirem de inventário para determinada época, as tabulações censitárias servem, também, a outro importante objetivo, principalmente como base para previsões. Qualquer generalização de natureza social ou econômica, e qualquer recomendação para fins executivos, envolverá uma previsão. Neste caso, o censo desempenha o mesmo papel da amostra"³ Ademais, com referência ao critério para valorizar a adequação da amostra, deve-se considerar que, "se a frequência de determinado atributo da população pode ser estimada com base numa amostra, cumpre levar em conta não só a minúcia com que se fizeram as tabulações e a sua relação com a proporção "p" em que o atributo aparece na população (por exemplo: $p = 0,5; 0,1, 0,01$), como, também, ao fato de saber-se, com respeito a este atributo, quantos dados existem disponíveis"⁴

Posição da técnica da amostragem nos censos — A técnica da amostragem constitui, hoje em dia, não somente um elemento auxiliar ou subsidiário das investigações censitárias, mas, também, seu complemento natural. Em certos casos, substitui, inclusive, um censo recente, quando, por motivos imprevistos, se produziram transformações profundas logo após realizado um levantamento censitário. E' o caso, por exemplo, da grande depressão econômica verificada nos Estados Unidos, após a realização do censo de 1930, bem assim o da Segunda Guerra Mundial, pouco depois do censo de 1940. Ambos esses eventos tornaram impossível a aplicação imediata de muitos dos resultados censitários⁵

E' evidente — como o estabelece EDWARDS DEMING, na exposição citada linhas atrás — que, "quando se torna difícil recrutar número suficiente de agentes coletores do censo e inspetores competentes para levar a cabo um censo total, o método das amostras estatísticas pode constituir o único meio de obter estatísticas censitárias. Isto se torna particularmente recomendável, quando não é fácil obter o dado necessário, tendo os referidos agentes que dar provas de grande iniciativa e, às vezes, determinar, eles próprios, as superfícies, os inventários, as vendas e a produção".⁶

Com referência à opinião manifestada, algumas vezes, acêrca do emprêgo inadequado das amostras, quando não se dispõe de um censo ou de censos prévios — como ocorre na maioria dos países latino-americanos (tratando-se das diferentes modalidades de censo: demográfico, industrial, comercial, de mineração, ou agrícola) — diz a exposição de DEMING: "Na moderna técnica do método das amostras estatísticas, um inquérito pode ter valor por si mesmo, isto é, as apurações definitivas não estão subordinadas aos cálculos demo-

² Ibid., pág. 4.

³ "On the Interpretation of Census as Samples", DEMING e STEPHAN, *Journal of the American Statistical Association*, março de 1941.

⁴ Ibid., março de 1941

⁵ Citado por MADOW em "Porque Usamos Amostras", REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, julho-setembro de 1946, pág. 489.

⁶ Ibid., pág. 4.

gráficos obtidos num censo recente ou simultâneo. Pode-se levar a cabo o inquérito pelo método das amostras, ainda que só se obtenha pequena quantidade de dados anteriores, ou só se disponha de tais dados com respeito a grandes zonas, ou, ainda, se não tiver havido nenhum censo anterior.”⁷

Mesmo que esta afirmativa não desautorize a execução dos censos, somente devemos considerá-la em seu sentido eminentemente construtivo, ao fazer referência à amostra como técnica de vital importância nos casos em que, por motivos diversos, não seja possível o levantamento censitário, ou quando, havendo experiência e antecedentes censitários, o emprêgo de uma amostra seja recomendável.

Emprestando sentido definido e científico aos comentários daquela exposição e mantendo a interpretação que se acaba de dar aos mesmos, anotamos a seguinte diretiva de YATES “Será usada a amostragem no trabalho censitário sempre que, como se disse anteriormente (faz o Autor alusão a um comentário de seu livro sobre a tendenciosidade das amostras), os erros de amostragem forem demasiado pequenos para afetar a validade dos resultados, tendo em vista os fins visados. Isto será, em parte, função do grau no qual os resultados se subdividem. Se tão somente se visarem a resultados gerais para a população total, será alcançado certo grau de exatidão com amostra menor, não ocorrendo o mesmo caso se desejem resultados pormenorizados para diferentes classes da população.”⁸

MADOW, em seu já referido estudo, também adota, em termos precisos, êste critério estatístico-matemático do controle do vínculo que existe entre censo e amostragem: “Quando se faz um levantamento completo, não se chega, na realidade, a reduzir a zero a variabilidade das estimativas. O que eliminamos é, apenas, a variabilidade decorrente das flutuações das amostras. Acontece, entretanto, que esta variabilidade representa, às vezes, uma fração tão pequena da variabilidade total, que não será demais perguntar se o custo adicional da enumeração completa, quando comparado ao de uma amostra, pode ser justificado.”⁹

Êsses, os motivos que levaram a Terceira Sessão da Subcomissão de Amostras Estatísticas da O.N.U., realizada em Genebra, de 12 a 24 de setembro de 1949, a dar especial atenção ao emprêgo da amostragem, quanto às estimativas da renda nacional, para obter dados complementares aos censos demográficos, a fim de verificar a margem de erro de um censo, substituir um censo completo e realizar estimativas intercensitárias do movimento da população¹⁰

A primeira e mais interessante experiência do emprêgo da técnica de amostragem, na sua totalidade e simultaneamente a uma contagem “completa”, ocorreu na organização do censo demográfico de 1940, nos Estados Unidos, quando diversas classes de perguntas foram propostas e encarecidas por várias organizações para sua inclusão no formulário do censo demográfico. O questionário teve que se limitar às mais importantes dessas perguntas, a fim de manter-se dentro dos limites da praticabilidade, acrescentando-se, porém, uma série de “perguntas suplementares”, considerada somente para uma de cada vinte pessoas recenseadas, e podendo-se, dêsse modo, ampliar o campo da investigação. Iniciou-se, assim, a elaboração simultânea de contagem e amostragem. A amostra foi tomada na mesma ocasião da contagem, ficando ambas intimamente ligadas, nas subseqüentes tabulações e análises.¹¹ Em abono da verdade histórica, convém dizer que, no censo extraordinário sueco de 1935, se utilizou a técnica da amostragem, embora não em sua totalidade. Os resultados do censo japonês de 1920 foram tabulados por amostragem, e a repartição incumbida

⁷ Ibid, págs. 6 e 7

⁸ *Sampling Methods for Censuses and Surveys*, por FRANK YATES, 1949, cap I, pág 2

⁹ “Porque Usamos Amostra”, *ibid*, pág 493.

¹⁰ E/CN.3/83 (E/CN 3/Sub 1/20), 24 de outubro de 1949, “Report to Statistical Commission on the Third Session of the Sub-Commission on Statistical Sampling held from 12 September to 23 September 1949”, pág 46

¹¹ “The Sampling Procedure of the 1940 Publication Census”, por STEPHAN, DEMING e HANSEN, 615.

da realização do censo italiano selecionou uma amostra dos questionários do censo de 1921, com o propósito de conservá-la para fins de amostragem, mas teve dificuldades posteriores em face de a amostra não ter sido selecionada de acôrdo com melhor planejamento ¹²

A leitura atenta dos diversos documentos da O N U , inclusive acêrca do tema de que nos ocupamos, põe em evidência normas gerais de caráter técnico sôbre a aplicação da amostragem nas apurações estatísticas, bem como nas tabulações censitárias, definindo, cada vez mais e melhor, a interdependência dessas duas atividades estatísticas censo e amostragem. São particularmente dignos de atenção e estudo os seguintes capítulos do documento E/CN 3/Sub 1/20, já citado:

1. Applications of sampling methods for the measurement of national income and the construction of social accounts
2. Methods of crop estimating and forecasting
3. Sampling methods in relation to population censuses.
4. Education and training in sampling.
5. Sampling methods in tabulation
6. Sampling in manpower statistics
7. Sampling surveys of current interest
8. Methods to determine volume of postal traffic.
9. Other subjects discussed: quota and random sampling

São, igualmente, de grande importância e interesse os dois apêndices, contendo, o primeiro, um programa de estudos para os estatísticos desejosos de dominar a técnica da amostragem, elaborado por FRANK YATES,¹³ e outro programa analítico, desenvolvido por P C MAHALANOBIS,¹⁴ para um curso avançado (profissional) sôbre amostragem, e, o segundo, os diversos aspectos técnicos e administrativos de uma investigação por amostragem. Oferece-se, no final desse trabalho, abundante bibliografia.

Emprego da amostragem simultâneamente com os censos — Seguindo os comentários de YATES a respeito, vemos que “com referência ao desenvolvimento dos métodos apropriados de estimativa dos erros de amostragem e do perfeito conhecimento das condições que regem, satisfatoriamente, os métodos de seleção da amostra, o emprego da amostragem nos censos e investigações provou, com freqüência, não ser satisfatório. Nada obstante terem sido compreendidos os princípios básicos das mais elementares formas de amostragem, o emprego de formas mais complexas, antes que os métodos de avaliação de seus erros e relativa eficiência tivessem sido dominados, deu lugar a imperfeitas investigações.

“Nos últimos anos, todavia, tem havido rápido desenvolvimento no emprego da amostragem em diversos países, o qual tem sido estimulado pela guerra e pelas medidas que objetivam o controle econômico em larga escala. Essas medidas exigiram eficiente e rápido serviço de informações que só o método da amostragem pode proporcionar, daí resultando posteriores aperfeiçoamentos da técnica”¹¹

Salienta YATES que os métodos empregados na amostragem devem ser adequados teórica e praticamente, sem esquecer que: 1 “Não basta chegar a resultados que sejam de fato corretos”; 2 que “êsses resultados devem ser aceitos no caso de encerrarem seu justo valor”. No primeiro caso, quis êle dizer que não basta serem os resultados matematicamente corretos, mas, como assinala em segundo lugar, devem ter significação quanto ao fenômeno a que se refere

¹² “On the Sampling Methods in the 1940 Population Census”, por STEPHAN e DEMING, março de 1941, págs. 1 e 2

¹³ Membros da Subcomissão de Amostras Estatísticas da O N U

¹⁴ Ibid YATES, cap I, pág 5.

Uma das dificuldades com que nos deparamos nos levantamentos censitários, principalmente nos países com forte percentagem de analfabetos, ou seja, de menor nível cultural, reside na necessária limitação dos questionários, isto é, da quantidade de informação que possa ser obtida. "A flexibilidade do levantamento por amostra pode ser conseguida, usando-se amostra previamente escolhida, para a qual se tomam informações adicionais, e utilizando-se, para tanto, um ou vários modelos de questionários. Pode-se, também, obter amostra à base de questionários já preenchidos, a fim de que estes tenham prioridade no processo de apuração, proporcionando, destarte, as estimativas de que se tem urgente necessidade. Outra aplicação importante das amostras consiste em fazer com que os dados obtidos mediante diferentes questionários sejam comparáveis e, assim, possam medir a variabilidade das respostas"¹⁵

Fixando, ainda mais, as conexões que existem entre o método da amostragem e os levantamentos de censos gerais, a exposição da O. N. U. assinala: "Quando se realiza uma pesquisa à base de amostras estatísticas, simultaneamente com uma contagem completa, esta dará o volume total da população e a pesquisa haverá de fornecer apenas as proporções (por exemplo, a percentagem da população correspondente a certo grupo de idade e sexo; o número de meninas de 10 a 13 anos que vão à escola; o número de homens de 40 a 49 anos, desocupados, que procuram emprego, etc.). Em face do favorável elemento de sondagem que proporciona o censo total, um inquérito que abranja 1 de cada 20, ou, ainda, 1 de cada 50 pessoas ou famílias, ou grupos de famílias, dará uma avaliação bem segura de tais percentagens, para um conjunto muito grande de famílias. Os inquéritos de ensaio constituem método inteligente, especialmente nas zonas difíceis. Em verdade, tanto se projeta um inquérito quanto um cômputo geral. O inquérito de ensaio proporciona dados sobre certas medidas estatísticas que se tornam necessárias no preparo do inquérito principal. Por outro lado, os pesquisadores, inspetores e demais pessoal de graduação superior, têm oportunidade de adquirir experiência e conhecimentos na matéria. Além disso, realça os pontos fracos dos questionários, instruções e processos, que poderiam prejudicar gravemente os resultados do inquérito principal."¹⁶

Esta, a nosso ver, é uma das recomendações que especialmente se devem levar em conta e que está bem de acôrdo com a real situação ou condição da maioria dos países latino-americanos. O acúmulo de experiências na técnica da amostragem, a observação de processos "próprios" para sanar as diversas sutilezas do método, em especial na acomodação ou adequação das proporções nos vários grupos ou estratos do universo estatístico; enfim, a observação e o acúmulo de experiência têm sido o caminho seguido pelos técnicos norte-americanos

Diz W. Madow: "Por que não escolher uma amostra para aquilatar os efeitos dos diferentes questionários? Por que não realizar experiências, a fim de verificar como as respostas variam em função da pessoa que as dá, seja um estabelecimento comercial, seja um domicílio? Podemos acrescentar: Por que não realizar uma amostra para controlar a eficiência de nossos registros demográficos? Ou, ainda: Por que não realizar uma amostra para a apresentação oportuna dos resultados censitários mais importantes?"

A O. N. U. (documento E/CN.3/Sub.1/20) diz, referindo-se à simultaneidade de uma investigação por amostragem e por meio de contagem completa: "Há grandes vantagens na organização de uma investigação por amostra, simultaneamente a uma contagem completa, e em coletar a informação por grupo totalmente independente de pesquisadores. Essa investigação independente de amostragem pode assumir duas formas: 1. Pode estender-se à área

¹⁵ Ibid. Madow, pág. 494

¹⁶ Ibid. págs. 19 e 20.

geográfica total do país, coberta pela contagem total. Neste caso, a investigação por amostragem proporciona resultados independentes, juntamente com estimativas válidas da margem de erro, com a ajuda da qual é possível fixar a exatidão da contagem completa. Se esta é considerada fidedigna, podem-se obter, também, úteis resultados na forma de agregados dos dados recoletados na investigação por amostragem. Além do mais, é possível utilizar-se a investigação independente de amostragem para recoletar informação sobre os itens não incluídos no questionário censitário 2. Pode-se realizar a amostragem em certas regiões escolhidas, mas não em todo o país. Neste caso, os resultados da investigação por amostragem podem ser usados para fixar a exatidão da contagem completa em tais regiões e, por conseguinte, fixar a sua segurança geral. Tais amostragens restritas não podem, todavia, proporcionar resultados para todo o país, além de não serem adequadas para recoletar dados suplementares, a menos que se trate de informações de interesse regional.¹⁷

Como se vê, ambas as fases do processo proporcionam utilíssimas vantagens, tanto no que concerne ao controle do censo em si, como no que respeita à maior abundância de informação, sanando-se, desta forma, as necessárias limitações dos questionários censitários. Em documento anterior (E/CN.3/Sub.1/19), a Subcomissão de Amostras Estatísticas da O.N.U., a propósito dos censos demográficos, assinala os numerosos meios de aplicar útilmente a amostragem nas operações censitárias, seja para coletar dados originais, seja para obter, a tempo, tabulações dos resultados; seja para as tabulações combinadas das inter-relações entre as características da população; seja para controlar a eficiência do trabalho dos empregados, etc.¹⁸

Fica, portanto, claramente definida a conveniência da execução de uma amostra, por modesta que seja, ao se realizar um censo, principalmente se este é demográfico, a respeito do qual os países latino-americanos têm maior experiência acumulada. Evidentemente, seria recomendável a planificação de uma investigação agrícola por amostragem nos países que não estivessem em condições de levantar um censo de tal natureza. A falta de material cartográfico apropriado, em nível adequado, obriga cada país, neste particular, a não proceder sem prudente consulta a autoridades competentes. Em certos casos e países, talvez uma amostra grande possa dar resultados eficazes. A título de ilustração, convém advertir que o processo de amostragem por zonas ("area sampling"), encaminhado sob a denominação de "amostra mestra" ("master sampling") e que tem sido profusamente empregado nos inquéritos agrícolas por amostragem nos Estados Unidos, exige minuciosa e ampla provisão de material cartográfico de toda espécie, que não existe na maioria dos países latino-americanos.¹⁹

Vantagens e desvantagens da amostragem em relação aos censos — Nem sempre se recomenda o emprêgo das amostras. Em certos casos, a amostra tem que ser tão grande que haverá pequena diferença entre um censo completo ou um censo por amostra. É evidente que, no caso de que a informação requerida abranja todas as unidades individuais, somente pode ser ela obtida por meio de um censo completo. Um dos fatores que influenciam a decisão de usar-se ou não a amostragem é a relativa dificuldade e custo em organizar, seja um censo por amostra, seja um censo completo. A soma de trabalho e o gasto exigido, por unidade, para coletar o dado, são sempre maiores por meio de amostra do que no censo completo. Todo censo por amostra oferece suas próprias dificuldades, algumas das quais alheias aos censos completos. Comumente, no entanto, se a amplitude da amostra de que se necessita para obter a desejada exatidão apresenta apenas uma fração da população total, o esforço e gastos

¹⁷ Pág. 21, artigos 65 e 66.

¹⁸ Pág. 2.

¹⁹ Vêde *Geography and Cartography for Census Purposes in Latin American*, por ZARUR, Inter American Statistical Institute, projetos serie n.º 9, agosto de 1947.

totais, requeridos para coletar o dado pelos métodos de amostragem, serão muito menores que o necessário para o censo total.

YATES assinala três vantagens da amostragem sobre os censos completos: "1. A totalidade e exatidão os dados devolvidos ("returns") podem ser asseguradas mais facilmente, se o dado for coletado de, apenas, uma pequena parcela da população 2. E' possível obter dado mais pormenorizado num censo por amostra. Quando se obtém dado pormenorizado, êste pode ser mais facilmente "tratado" nas duas etapas de seleção ("abstraction") e "codificação" do dado original e na análise dos resultados codificados. 3. Em muitos tipos de censo, o emprêgo da amostragem torna possível considerável incremento de velocidade tanto na execução do trabalho de campo como na análise dos resultados. A rapidez na análise pode ser obtida, também, no caso de censo completo, tomando-se uma amostra das respostas mediante seleções ("abstractions") e análise"²⁰

MORRIS HANSEN e EDWARDS DEMING, tratando dêste problema com critério muito prático, e não esquecendo o requisito da "velocidade", dizem:²¹ "A amostragem acelera os resultados e reduz as despesas e exigências de pessoal. Êsses fatores adquirem importância quando as situações devam ser avaliadas e se deva atuar dentro de curto espaço de tempo". De maneira indireta, indicando os requisitos que deve reunir uma boa amostra, dão a conhecer aqueles Autores: "Conseqüentemente, os objetivos desejados no planejamento de uma amostra consistem na formulação de processos que:

I — operem dentro das limitações orçamentárias, como dentro das de tempo e pessoal;

II — operem, também, dentro de outras limitações ou restrições impostas;

III — produzam o máximo de informação possível dentro das limitações I e II Mesmo que êste requisito seja cumprido, a amostragem não será satisfatória caso não se tenha a evidência matemática e experimental;

IV — dêem resultados razoavelmente seguros, que fiquem dentro de certa margem permissível de êrro de amostragem, o qual, para qualquer investigação, será determinado de acôrdo com o uso administrativo que se deve fazer dos dados."

Abordando o assunto, W. MADOW²² recorda que, antes de se generalizarem os censos por amostragem, como métodos de obtenção de dados, muitas pessoas achavam que, para que um censo fôsse verdadeiro, era preciso que fôsse total. Opinavam que já havia bastante êrro nos próprios dados para que se pensasse em reduzir, ainda mais, sua fidelidade pela escolha de amostras. A isto MADOW responde que, pelo fato de permitir o emprêgo de pessoal mais habilitado, uma amostra, na realidade, pode aumentar apreciavelmente a precisão das estimativas. Por outro lado, é possível planejar-se o censo de tal forma que a perda em precisão, devida à amostragem, seja tão pequena quanto se desejar.

Cita, a seguir, exemplos práticos acêrca das deficiências frequentemente encontradas nos censos completos, como o caso das crianças menores de seis meses, geralmente mal contadas; ou o de outros grupos particulares de idades na população, "verbi gratia" os homens solteiros de 15 a 34 anos (nos Estados Unidos); as mulheres de meia idade que gostam de diminuí-la, os homens que se aproximam da idade de tornar efetivo um seguro de velhice, exagerando-a, etc. A situação varia muito quando se analisam fatores complexos; por exemplo, os quesitos sobre ocupações e rendas. Neste particular, os erros provocados num censo completo são muito superiores aos que poderiam ocorrer no caso de tomar-se uma amostra

²⁰ Vêde maiores esclarecimentos em YATES, *ibid* págs 2 a 4

²¹ "On some Census Aids to Sampling", págs. 353 e 354.

²² Vêde pormenores em *ibid*, págs 492 e seguintes

No caso de dados sobre ocupações, é notório que as espôsas declaram as ocupações dos maridos como mais importantes do que as que eles próprios declaram, assim como êstes consideram sua ocupação como mais importante do que a consideram seus empregadores. Desta forma, uma espôsa dirá que seu marido é contador; o marido, que é guarda-livros, e o seu patrão, que é, apenas, amanuense.

Numa experiência por amostragem, realizada nos Estados Unidos, em 1945, acêrca das ocupações das mulheres, encontraram-se discrepâncias em relação aos resultados do censo de 1940, que iam de 4 a 10 por cento. Inclusive com respeito a classes gerais de ocupação, como as profissões liberais, trabalhadores qualificados, etc., tem-se encontrado consideráveis diferenças. Somente 65 por cento das pessoas qualificadas nas profissões liberais, por si próprias ou por suas famílias, o foram no mesmo grupo por seus empregadores. É fácil encontrar outros exemplos de alterações nas estimativas, causadas por pequenas alterações nos questionários, nas instruções, no treinamento dos recenseadores, ou por outros fatores, independentemente do emprêgo das amostras. Todas essas fontes de divergências entre os resultados do censo completo e a realidade, podem, efetivamente, permanecer e ter maior representação que os erros devidos à amostragem.

Nestas condições, o censo por amostragem apresenta vantagens, podendo-se tomar providências para reduzir tais indeterminações. MADOW assinala, ainda, duas vantagens nos censos por amostragem. 1 Possibilidade de incluir maior número de perguntas, 2 poder empregar técnicas mais delicadas no processo dos inquéritos, que é o que denomina "flexibilidade do questionário".

Na Exposição da Subcomissão de Amostras Estatísticas da O N U, enumeram-se as seguintes vantagens e desvantagens do método das amostras:²³

Vantagens 1 Economia, 2 diminuição dos atrasos, 3 diminuição do trabalho decorrente das respostas, 4 diminuição do pessoal e dos locais necessários, 5 melhoria da qualidade do trabalho e avaliação efetiva da segurança dos dados, 6 aperfeiçoamentos dos métodos.

Desvantagens 1 Não pode apresentar todas as estatísticas; 2 não proporciona uma relação de todos os indivíduos; 3 o tempo e competência requeridos no preparo dos planos de um inquérito podem encontrar-se fora do alcance do pessoal disponível, 4 erros que ocorrem nos inquéritos, mesmo aqueles controláveis.

HURTWITZ e HANSEN, referindo-se aos resultados do emprêgo da amostragem no censo de 1940, dizem "A introdução das técnicas da amostragem tornou possível o incremento do número de investigações em, aproximadamente, 50 por cento do total de informações com perda não apreciável da exatidão dos dados e considerável economia. Além disso, o emprêgo da amostragem no censo tornou possível o preparo de resultados preliminares, com base num conjunto especial de cartões perfurados para as pessoas enumeradas nas linhas de amostra do questionário, oito meses antes da tabulação completa. Tornou possível, também, suprir rapidamente a urgente necessidade de estatísticas exatas sobre emprêgo, desemprego, idade, sexo e raça da população. Finalmente, o emprêgo da amostragem proporcionou considerável incremento no campo das tabulações combinadas das características sociais e econômicas da população. As tabulações combinadas, minuciosas, obtidas nas séries de informes censitários especiais, eram completamente impossíveis, mas foram possibilitadas por meio de amostra."²⁴

Encarados os prós e os contras da aplicação da amostragem nos levantamentos censitários, fica ao critério dos estatísticos, à luz das diretivas técnicas e das autorizadas opiniões citadas, chegar a positivas realizações mediante êste fecundo e eficiente método.

²³ Ibid. Maiores esclarecimentos nas págs. 11 a 15.

²⁴ *Sampling Methods Applied to Census Work*, por HANSEN e HURTWITZ, pág. 39.

O método da amostragem nas tabulações — Já se disse, anteriormente, que a “velocidade” é uma das mais importantes características do método da amostragem. Inversamente, uma das mais morosas etapas, no desenvolvimento de um processo censitário, é a referente à elaboração das tabulações. Por isso, a menos que se utilizem métodos de amostragem, decorrem meses e anos antes que os resultados censitários de um país sejam conhecidos através das tabulações realizadas. Fica manifesta a importância de acelerar semelhante processo, e ainda mais se se considerar a conveniência de utilizar dados recentes, relacionados a fenômenos econômicos de variada natureza. A atualidade do dado estatístico confere, a este, sua verdadeira importância. Diz o seguinte o Informe da Subcomissão de Estatísticas das Amostras, das Nações Unidas (12 a 23 de setembro de 1949): “Os totais e as médias nacionais ou regionais de muitas características são, freqüentemente, de grande utilidade econômica e social, contanto que não sejam de obtenção demorada. Num censo agrícola, por exemplo, algumas das características podem ser o número de agricultores no grupo de idade de 30 a 39 anos; o número de trabalhadores assalariados e o total de diárias pagas; a área semeada, quanto a certas culturas importantes; a mesma área, no ano anterior; o número de cabeças de gado, a produção de certas culturas; o número de cabeças de gado vendido no ano anterior; o total das pessoas que vivem nas fazendas; a média de pessoas, por família, que vivem nas fazendas, etc. Deve-se observar que, para fins de previsão da política econômica e social, tanto por parte dos governos como das empresas privadas, essas tabulações podem ser obtidas rapidamente, mediante processos de amostragem”²⁵

Parece, com efeito, que se deveria insistir nesse ponto. Especialmente no que concerne aos censos agrícolas nos países latino-americanos, a maioria dos quais não realiza censos agrícolas prévios; e ainda mais, quando se acrescenta que, na maior parte dos aludidos países “... falta unidade no que se refere à organização administrativa do serviço (estatísticas agropecuárias); faltam métodos técnicos, na direção e operação do serviço estatístico; não se preparam prognósticos; são tardias as estimativas estatísticas, quase sempre incompletas; as publicações estatísticas e os anuários aparecem com anos de atraso, etc.”²⁶

A execução de uma tabulação por amostragem, na mesma ocasião em que se recebam os formulários ou cédulas censitárias, permitirá a imediata organização de estatísticas permanentes, na base de dados frescos. Presume-se a inexistência de dificuldades de ordem técnica, quanto à realização do censo agrícola em si mesmo, por meio de amostragem, por isso que se trata de tabulações executadas pelo mesmo método. Esta é, pois, uma oportunidade magnífica para os países que levantam censos agrícolas, a fim de que iniciem sua experiência nos métodos de amostragem e organizem um serviço nacional eficiente de estatísticas agropecuárias. Isto é tanto mais evidente quanto se considera que a amostragem não seria aplicável para averiguar características da população, em áreas muito pequenas. Deve-se adiantar que as técnicas de amostragem a serem aplicadas dependerão da natureza das tabulações que se organizem. Também se deve assegurar assistência técnico-estatística na tabulação dos dados e na interpretação dos resultados.

Outro aspecto importante das tabulações por amostragem reside no custo comparativamente baixo das mesmas, sobretudo no que diz respeito às áreas extensas. Diz ainda, a respeito, o Informe da Subcomissão de amostras Estatísticas das Nações Unidas: “Se fôr muito elevado o número total de unidades numa área de tabulação, tabulações pormenorizadas de numerosas características da população ou da agricultura podem ser feitas por uma amostra dos dados do censo completo, o que permitirá considerável economia e, ainda, a

²⁵ Documento das Nações Unidas E/CN/sub 1/20, Capítulo VII, pág. 23.

²⁶ *Metodologia das Estatísticas Agrícolas das Américas*, por MONTOYA, Capítulo VI, pág. 71.

publicação de tabelas mais minuciosas, o que de outra maneira não teria sido possível ²⁷

Mesmo assim, a "inspeção por amostragem" é uma espécie de contrôlo dos erros cometidos no registro dos dados, na codificação e nas sucessivas etapas do processo mecânico estatístico, que possibilita grande economia de tempo e pessoal, garantindo ao mesmo tempo a eficiência dos resultados ²⁸

Manifesta-se da seguinte maneira a Comissão de População das Nações Unidas, quanto ao uso da amostragem nas tabulações " . . . algumas das tabulações podem ser preparadas com um gasto mínimo, mediante o uso de amostras de magnitude adequada, extraídas dos formulários ou dos cartões perfurados, conforme um plano científico que garanta a correção das estimativas. Deve-se considerar o emprêgo das amostras quando se tem de proceder a tabulações cujas finalidades podem ser obtidas adequadamente por êsse sistema e, em especial, para as seguintes espécies de tabulações:

"a) As tabulações a que se pode proceder, . . . com o fim de obter uma classificação internacional uniforme, que se distinga, quanto à forma, da necessária para o uso nacional b) As tabulações a que se procede com o intento primordial de oferecer uma base para estimar o significado e a comparabilidade internacional dos formulários censitários originais sôbre determinada matéria. Exemplo dêsse tipo é a tabulação de que são objeto os membros das famílias censitárias de agricultores, classificados por atividades econômicas em relação à posição que ocupam na família censitária ²⁹

As recomendações das Nações Unidas objetivam principalmente facilitar a comparabilidade internacional e, sendo difícil que todos os países adotem as mesmas tabulações, pelo menos que o façam para determinadas combinações de características; o meio mais adequado de obter tabelas adicionais suscetíveis de comparação internacional consiste, evidentemente, no econômico e rápido processo da amostragem. Ao mesmo tempo, porém, não se deixa de recomendar "as tabulações cujas finalidades podem ser obtidas adequadamente por êsse sistema (amostragem)", com o que fica confirmada a opinião dêsse órgão internacional a respeito da viabilidade e importância do uso da amostragem nas tabulações censitárias

Ao tratar das tabulações das características de determinadas "famílias censitárias", ALEXANDER DE MORAES diz que os dados "teriam o caráter de quase uma amostra cem por cento, da qual os totais podem perfeitamente estimar-se " e se refere à "possível conveniência de tal tabulação de dados sôbre as famílias à base de uma amostra" ³⁰

Já em 1945, num estudo especial sôbre censos de população, LUNA VEGAS, citado por MORAES, diz: "A experiência de alguns censos demonstra que a classificação dos correspondentes às famílias é difícil e custosa. Por isso, talvez fôsse desejável o estudo da aplicação da técnica da amostragem para facilitar sua mais conveniente e econômica representação" ³¹

A realização de tabulações censitárias, por meio da amostragem, é, pois, um processo aconselhável que compensará, amplamente, o esforço que exige, em especial onde a sua planificação se realiza pela primeira vez

Requisitos e aplicabilidade da amostragem, nos censos e investigações — Sôbre as bases da experiência adquirida na condução de censos e investigações de variada natureza, tem-se conseguido também vantagens no planejamento das amostras que proporcionam a maior informação possível, sob certas limitações administrativas e orçamentárias. Tais condições constituem o que MADOW denomina "flexibilidade" da amostragem. Outros requisitos de uma amostra-

²⁷ Ibid., págs. 24-25.

²⁸ Vide ibid., págs. 25-26.

²⁹ Documento das Nações Unidas E/CN.9/40, de junho de 1949, págs. 20-21.

³⁰ "Problemas referentes à tabulação do Censo Demográfico de 1950" — Documento do I.A.S.C. n.º 702 b págs. 29-30, parágrafo 54.

³¹ *Métodos dos Censos Demográficos das Nações Americanas*, 1945, pág. 74.

gem residem na "análise", isto é, o cálculo da magnitude e a análise da natureza da amostra; na "realização", ou seja, a utilização de técnicos e demais colaboradores em tal sentido; na "cooperação", ou seja, o trabalho com os conhecedores do campo científico dentro do qual se desenvolve a investigação ³²

Dentre os principais requisitos que devem preencher a escolha da amostra, MORRIS HANSEN assinala os seguintes:

1 "O planejamento da amostra deve ser tal que dê a certeza prática de que a estimativa feita não se diferencie, além de determinado limite, do valor a ser estimado, supondo-se que os processos especificados na mesma representação sejam obedecidos na escolha real da amostra e no cômputo da estimativa. Em outras palavras, o planejamento deverá ser tal que, além de permitir as estimativas das características desejadas, seja possível também extrair da própria amostra ou de conhecimentos anteriores medidas da precisão daquelas estimativas. Uma medida de precisão indicará o erro máximo que se pode razoavelmente esperar. Esse requisito será amplamente satisfeito se se fizer a escolha de tal modo que a probabilidade de inclusão na amostra seja conhecida para cada elemento da população (fazenda, indivíduo, ou o que constitua objeto da amostra).

2. Os processos prescritos devem ser tão simples e corretos que possam ser aplicados de acordo com os limites de tempo permitidos e os recursos disponíveis. Quando esses métodos forem usados, podemos alcançar, na prática, resultados que concordam com a teoria da amostragem. Teoria e prática, portanto, caminham juntamente.

3 Dentre os diversos planejamentos que integram os dois requisitos anteriores, poder-se-á escolher aquele que produza resultados de exatidão máxima por unidade de custo. Os progressos recentes da teoria da amostragem das populações humanas foram encaminhados, na maior parte, no sentido do último requisito. Este requisito que exige a determinação e o uso efetivo dos recursos disponíveis. A teoria não se acha, agora, em condições de guiar-nos unicamente para o melhor método, mas, no estado em que se encontra, é sumamente útil para levar-nos à escolha de um método efetivo.

As amostras que reúnem os requisitos mencionados representarão uma população tal como é, levando em conta as alterações que podem ter-se produzido depois de um censo, além disso, os métodos que reúnem essas condições podem ser aplicados para a obtenção de resultados de qualquer precisão desejada, tomando uma amostra bastante grande, mesmo que não tenha sido feito nenhum censo da população considerada ³³

Como se pode observar, nesses últimos requisitos que um planejamento de amostra deve reunir, ficam compreendidas as exigências de ordem técnico-estatística acerca do grau de erro tolerável e da magnitude da amostra, combinados com as condições de praticabilidade e economia. Fica também ratificada, mais uma vez, tanto a viabilidade de sua aplicação aos censos como a desnecessidade da não realização prévia dos mesmos. O fato de que essas observações sejam o resultado de investigações de vários anos, realizadas pelos técnicos do Bureau do Censo e vinculadas a experiências censitárias e pré-censitárias, bem assim com outras investigações particulares, dá-lhes autoridade indiscutível.

Com variações não substanciais no que se refere ao conteúdo, DEMING concorda amplamente com os requisitos da amostra assinalados por HANSEN, fixando uma série de pormenores na sua exposição sobre a utilidade do método das amostras, ³⁴ várias vezes citada no curso deste trabalho. Em síntese, referem-se esses pormenores: 1 Ao conhecimento da teoria matemática do

³² MADOW, *ibid*, pág 497.

³³ *Sampling of Human Populations*, por MORRIS H HANSEN, 1947, págs 2-3.

³⁴ *Ibid*, págs 16-18

método das amostras estatísticas 2. Ao conhecimento da elaboração de questionários e ao preparo das instruções utilizáveis no gabinete ou no terreno. 3. À instrução e direção do pessoal investigador e do pessoal interno. 4. Ao equipamento de tabulação. 5. Aos mapas e dados obtidos em censos anteriores relativos a zonas de pequena extensão. E' possível empreender um inquérito à base de amostras, mesmo que nunca se tenha realizado um censo, desde que seja possível dispor de mapas ou levantá-los sôbre o terreno.

Cabe agora perguntar: será possível a todos os países latino-americanos a realização de amostragens, conjunta ou posteriormente aos levantamentos censitários de 1950? Está claro que, sendo a amostragem uma técnica moderna que requer conhecimentos particulares da matéria, isso não será possível aos países que não disponham do pessoal técnico indispensável. Contudo, deve-se evitar todo exagêro em tôrno das dificuldades a vencer. A respeito, quem se manifesta de maneira mais otimista é o Chefe do Departamento de Estatística da Estação Experimental de Rothamsted (Inglaterra), FRANK YATES,³⁵ o qual diz que os princípios relativos aos bons métodos de amostragem não são difíceis de entender e que, sempre que se observem cuidadosamente as regras fundamentais do processo, acredita possam ser aplicadas com êxito pelos que tenham experiência estatística, mesmo que não sejam precisamente estatísticos matemáticos. Concorda, naturalmente, que seria ideal se se dispusesse de um técnico em amostragem, mas, ainda assim, sômente na qualidade de assessor, deixando-se aos estatísticos já iniciados nos conhecimentos da amostragem, a responsabilidade da execução e análise da investigação YATES recomenda que os estatísticos e outras pessoas com experiência na execução de censos, mas não treinados nos métodos de amostragem, devem, por si mesmos, iniciar o estudo dêsses métodos a fim de que possam, por sua vez, determinar em que forma podem aplicá-los na solução dos seus próprios problemas

DEMING insiste no emprêgo do técnico em amostragem, na qualidade de assessor, mas, ao mesmo tempo, manifesta que êle pode prestar serviços a título consultivo, o que pressupõe, segundo o sentir de YATES, a assistência aos estatísticos respectivos, os quais lucrariam, dêsse modo, em experiência e gradual conhecimento dos principais problemas da amostragem.

Medidas propostas — Em vista da possível vinculação dos levantamentos censitários com as amostras e a conveniência de sua execução, tanto sob o ponto de vista das investigações em si mesmas como da conveniência do treinamento do pessoal estatístico, foram propostas à consideração do grupo II (Educação e Treinamento Estatístico) as seguintes medidas:

1 A execução de algumas tabulações de dados básicos, por processos de amostragem, de preferência a tabulação dos resultados dos censos completos de população e agricultura

2 A execução de algumas amostragens estatísticas, conjuntamente com a enumeração total dos censos de população e de agricultura, considerando perguntas adicionais sôbre itens de particular importância para as nações interessadas

3. Que, sendo uma das funções sugeridas ao Instituto Interamericano de Estatística o desenvolvimento de planos para a aplicação da amostragem estatística,³⁶ caiba a essa entidade, especialmente, prestar sua assistência técnica aos países latino-americanos, na execução de amostragens em conexão com os censos de 1950, e promover, por sua vez, a colaboração de outros organismos internacionais com o mesmo fim

³⁵ Além disso, Chefe do Serviço de Investigação Estatística do Conselho de Investigação Agrícola do Ministério da Agricultura da Grã-Bretanha

³⁶ Vêde o documento do I.A.S.I n.º 588 b, "As Organizações Regionais na Estatística Internacional: papel do Instituto Interamericano de Estatística"

J. B. D. DERKSEN
(Chefe da Secção de Estatística da Renda Nacional, da
Comissão de Estatística das Nações Unidas)

ESTATÍSTICAS NECESSÁRIAS AO ESTUDO DA RENDA NACIONAL *

1. O número dos países em relação aos quais têm sido publicadas cifras sôbre a renda nacional aumenta rapidamente nos últimos anos.

O segundo volume das *Statistiques du revenu national* de diversos países, referente ao período de 1938-1948, publicado pelo Bureau de Estatística das Nações Unidas, contém tabelas pormenorizadas a respeito da renda nacional de 32 países.¹ De outra parte, existe ainda uma vintena de países inclusive territórios não autônomos, para os quais foram publicadas estimativas de renda nacional, embora referentes a um ano muito recente.

Uma análise pormenorizada das estatísticas da renda nacional, publicadas nos últimos anos, mostra que existem atualmente 25 países em relação aos quais foram publicadas cifras da renda nacional sob a forma de séries cronológicas, menos de doze meses após o término do ano ao qual dizem respeito os dados. Por outro lado, há cêrca de vinte países em relação aos quais foram preparadas estimativas referentes a um ou dois anos em seguida ao fim da guerra, combinadas quase sempre com dados de antes do conflito, geralmente relativos aos anos de 1937 ou 1938. Pode-se acrescentar que, nas tabelas de renda nacional publicadas mensalmente pelo *Bulletin Mensuel du Bureau de Statistique des Nations Unies*, figuram séries alusivas a 38 países, estando êste número em constante aumento. Essa publicação apresenta, também, de tempos em tempos, tabelas sôbre a distribuição da renda nacional segundo os ramos de indústrias, as categorias de despesas e os fatores de produção, bem como sôbre a formação do capital e outros assuntos conexos, para todos os países que possuem dados disponíveis.

2. O que aí fica basta para mostrar que um número muito elevado de governos dos Estados participantes da Organização das Nações Unidas, bem como de Estados não participantes, atribuem grande importância aos cálculos da renda nacional e os consideram como fonte indispensável de informações sôbre a situação econômica.

Nos Estados Unidos, as estatísticas sôbre a renda nacional constituem um elemento essencial das análises publicadas, duas vêzes por ano, pelo Gabinete de Conselheiros Econômicos do Presidente. Nos países da Europa Ocidental, os métodos de análise da renda nacional desempenham papel muito importante no preparo dos planos econômicos. Na Inglaterra, a publicação anual do orçamento faz-se acompanhar de um documento sôbre a renda e as despesas nacionais elaborado sob os cuidados do "Central Statistic Office". Nos Países-Baixos, a lei sôbre o Plano Econômico estipula explicitamente que o

* Conferência pronunciada, perante grande número de sócios da Sociedade Brasileira de Estatística, no auditório do I. B. G. E., a 31 de maio dêste ano.

¹ *National Income Statistics of Various Countries 1938-1948* — United Nations, Lake Success, N. Y., 1950.

mesmo deve basear-se nas estimativas da renda nacional, bem como nos índices de preços e da produção, etc. As estatísticas da renda nacional desempenham papel muito importante em grande número de pesquisas econômicas, como, por exemplo, nas referentes às tendências inflacionárias. A Organização das Nações Unidas e alguns dos seus órgãos especializados têm manifestado, em diversas oportunidades, seu interesse pelo estudo e desenvolvimento das estatísticas da renda nacional. Os governos representados no Fundo Monetário Internacional prometeram fornecer todos os dados estatísticos necessários ao próprio funcionamento dessa entidade, inclusive estatísticas da renda nacional. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas se ocupou das aludidas estatísticas e a Comissão de Estatísticas desse órgão estudou minuciosamente o assunto, em seus aspectos conceituais e estatísticos.

Os trabalhos do Bureau de Estatísticas das Nações Unidas, nesse domínio, têm como origem uma Resolução adotada pelo Conselho Econômico e Social, a 29 de março de 1947, de acordo com uma recomendação da Comissão de Estatística; nessa Resolução, o Conselho encarregava ao Secretário-Geral o prosseguimento, tão rápido quanto possível, dos trabalhos relativos às estatísticas das rendas e despesas nacionais para o fim do fornecimento de dados comparáveis no plano internacional.²

Os estudos técnicos publicados pelo Secretariado contêm as recomendações propostas com o objetivo de melhorar a comparabilidade internacional daquelas estatísticas. Por ocasião de sua V Sessão, realizada em maio de 1950, a Comissão de Estatística adotou essas recomendações e chamou a atenção dos Estados integrantes das Nações Unidas para a importância dos cálculos da renda nacional e da contabilidade. Tomou a referida Comissão, também, a iniciativa de desenvolver as estatísticas da renda nacional nos países e regiões do mundo que não puderam ainda prepará-las.

No programa de assistência técnica das Nações Unidas aos países subdesenvolvidos, figura a organização das pesquisas sobre a renda nacional. Torna-se necessário observar, entretanto, que a Comissão de Estatística, neste ponto do seu programa, não se limita aos países subdesenvolvidos. Interessa-lhe, igualmente, a organização da estatística da renda nacional nos países desenvolvidos.

Entre os diversos problemas que preocupam a Comissão, figuram os métodos empregados nos diferentes países para a avaliação estatística da renda nacional. Solicitou esse órgão ao Secretariado das Nações Unidas o preparo de duas relações, sendo uma destinada a facilitar, no plano internacional, a representação uniforme das aludidas estatísticas, e a outra em torno dos métodos utilizados na estimativa da renda nacional.

3. Sabe-se muito bem que a avaliação da renda nacional exige, em geral, cálculos complicados, que se baseiam em grande número de estatísticas econômicas e financeiras, suplementadas com estimativas referentes aos setores em relação aos quais não se dispõem de dados precisos.

Entretanto, é muito difícil indicar exatamente quais as estatísticas indispensáveis para a avaliação da renda nacional de um país, porque isso depende em larga escala da estrutura econômica do país e da finalidade a que devem atender as cifras sobre a renda nacional. A estatística da renda nacional se desenvolveu sob a influência da grande depressão dos anos em torno de 1930. Todavia, o estudo dos

² Ver Resolução n.º 40, de 29 de março de 1947, do Conselho Econômico e Social.

problemas econômicos dessa época ocupavam os governos apenas em certos setores, como, por exemplo, a agricultura, ou as indústrias de exportação, ou a marinha mercante, não se vendo ainda, claramente, que as medidas tomadas em relação a um setor podiam facilmente entrar em conflito com as adotadas noutros casos. Somente quando se compreendeu a necessidade de estudar o conjunto da economia nacional e as relações econômicas, entre os diversos setores, foi que se começou a utilizar as estatísticas da renda nacional. O período do após-guerra, com seus grandes problemas de reconstrução, bem como da introdução da economia dirigida, ou pelo menos da adoção de uma política de pleno emprego, necessitou, com muito frequência, de estudos mais aprofundados da renda nacional, ao mesmo tempo que aumentou enormemente a procura de toda espécie de estatísticas econômicas, em face das necessidades da Economia Política.

4. É muito raro que estatísticas da renda nacional resultem de dados exclusivamente coletados para tal fim. Em geral, o estatístico da renda nacional deve utilizar a grande massa de estatísticas econômicas e sociais existentes. Essas estatísticas não são levantadas com o objetivo de avaliar a renda nacional. Em consequência, as definições, unidades e classificações quase sempre não permitem comparabilidade, subsistindo, com frequência, omissões para certos setores, onde os dados são incompletos ou não oferecem precisamente a informação necessária para a avaliação da renda nacional. É aqui que o especialista em estatística da renda nacional deve empregar sua arte. Deve inventar métodos de estimativa quando dados exatos não sejam possíveis; deve empregar coeficientes, combinar dados tomados de fontes diversas, utilizar índices ou resultados derivados de amostras, etc..

5. A experiência das análises econômicas recentes tem mostrado que há, em geral, três grupos de classificações da renda nacional de grande importância prática, isto é, a classificação funcional, outra segundo os ramos industriais e a terceira segundo categorias de despesas finais. Cada grupo apresenta problemas especiais.

A estatística do imposto sobre a renda é frequentemente empregada para obtenção de uma cifra total da renda nacional. Temos, aqui, grandes problemas:

a) a estatística do imposto sobre a renda não cobre as rendas abaixo do limite de isenção. Num país como o Brasil, o número de pessoas abrangidas pelo imposto constitui percentagem muito pequena da população total, embora sua renda global possa ser importante como percentagem da renda nacional.

b) Quase sempre a estatística exclui também as rendas que, após as deduções legais, caem abaixo do limite de isenção. Os fiscais dos impostos não se interessam em geral pelos grupos que não contribuem e, por este motivo, tais grupos escapam à estatística.

c) Não é preciso dizer que a estatística do imposto sobre a renda exclui a evasão do imposto. É possível que as rendas declaradas sejam mais baixas que as atuais, ou que não sejam inteiramente declaradas.

d) A definição fiscal de renda pode diferir consideravelmente da definição segundo a teoria da renda nacional. Por exemplo, a renda fiscal pode incluir lucros sobre o capital, os quais devem ser excluídos da renda nacional. Ou, para citar outro problema, as depreciações usadas pelas empresas podem basear-se sobre os preços históricos, quando o devem sobre os preços atuais.

e) Certas rendas, como, por exemplo, as de bens inalienáveis, ou de organizações não comerciais, não podem ser incluídas no imposto sobre a renda.

Em todos esses casos, torna-se necessário estimar os elementos não incluídos na estatística do imposto, à base de outras fontes de informações, ou aplicar correções aos dados publicados.

Em certos países, isto só se consegue por meio de uma estimativa da evasão. Nos Países-Baixos, por exemplo, as declarações para os direitos de sucessão revelam, com muita frequência, a ocorrência de uma evasão durante a vida do extinto. Mesmo que não possa ser completa, essa informação possui certa importância para a eliminação deste grande obstáculo da estatística do imposto sobre a renda.

6. A avaliação da distribuição funcional da renda nacional se baseia sobre dados diversos. O total dos salários e gratificações, no setor privado, é extraído frequentemente da estatística da previdência social.

Como no Brasil, essa estatística apresenta duas desvantagens:

a) Em geral, a estatística da previdência social cobre apenas os salários situados abaixo de determinado nível. Em consequência, o total dos salários abaixo desse limite é estimado na base de dados mais ou menos inexatos. Quase sempre este grupo não é muito importante, mas no Brasil é ele considerável e, por conseguinte, pode ser demasiada a margem de erro.

b) Certos grupos, como, por exemplo, os domésticos, bem assim o pessoal empregado nas profissões liberais, não são cobertos pela previdência social e, por consequência, escapam à estatística. Aqui, devem ser necessárias estimativas demasiado brutas. O total dos dividendos e lucros não distribuídos resulta, quase sempre, da estatística sobre as rendas das sociedades anônimas, ou repousa nos relatórios anuais publicados por certo número de sociedades anônimas. As correções podem ser necessárias para evitar duplicidade e, também, para eliminar as diferenças entre o momento em que os dividendos são declarados e o ano a que se referem os lucros obtidos pelas empresas. Em geral, a estatística da renda nacional diz respeito ao ano em que se verificou a produção e não ao em que se distribuíram as rendas.

As outras rendas, na classificação funcional, tais como lucros, rendas líquidas, etc., são obtidas de diferentes fontes. É muito difícil estimar o total das rendas dos que trabalham por conta própria, inclusive os comerciantes varejistas. Em certos países, como no Brasil, utiliza-se a estatística sobre as rendas. Resta a dificuldade decorrente da evasão

de rendas das pequenas emprêsas, a qual pode ser considerável. Noutros países, obtém-se o total das rendas dessas emprêsas como um resíduo. Este método só se torna possível quando o total da renda nacional pode ser encontrado por outros meios.

7. A distribuição da renda nacional segundo os ramos industriais pode obter-se, em princípio, na base de um censo da produção agrícola e industrial.

Para a avaliação da renda nacional, torna-se preciso conhecer o lucro líquido, ou o valor líquido acrescentado. Quase sempre, a estatística não apresenta todos os elementos necessários para ir do valor bruto ao valor líquido da produção. Mesmo nos países que possuem estatísticas de produção muito pormenorizadas, não se conhecem as depreciações ou as despesas gerais das emprêsas. Para obter tais elementos, fazem-se necessárias certas estimativas baseadas em geral sôbre informações especiais que talvez não sejam representativas no concernente ao total do ramo considerado. No Brasil, as dificuldades são muito grandes, pois a estatística da produção agrícola oferece apenas o valor bruto, e o censo industrial de 1940, bem como os levantamentos anuais, não proporcionam todos os elementos exigidos para a obtenção do valor líquido. Como veremos mais adiante, muito útil seria se a estatística brasileira pudesse dar uma especificação pormenorizada, uniforme, sôbre os produtos acabados e as matérias-primas utilizadas para cada ramo de indústria.

8. Para os outros ramos — os transportes e as comunicações, e, notadamente, o comércio em grosso e a retalho — é sempre muito difícil estimar o valor líquido de suas atividades. Para o transporte, os bancos e os seguros, pode-se sempre lançar mão de dados publicados nos relatórios anuais das grandes emprêsas, mas este método não é possível para o comércio, tanto o retalhista como o grossista. Um recenseamento pormenorizado da distribuição, tal como se faz nos Estados Unidos, sômente pode ser útil para obter os dados necessários para o ano a que se refere êsse recenseamento. A fim de extrapolar para os outros anos, empregam-se os índices da cifra dos negócios, dos quais existem numerosas séries nos Estados Unidos. Embora raramente cubram mais de quinze por cento do total das receitas no ramo considerado, essas séries são encaradas como suficientes para as necessidades práticas. Nos Países-Baixos, existe uma entidade privada que se ocupa de estudos a respeito dos problemas econômicos do comércio varejista e do artesanato.³ Suas pesquisas, porém, abrangem número limitado de estabelecimentos. Incluem-se, nessas pesquisas, as despesas da distribuição, que permitem estimar o valor líquido das atividades do comércio varejista. No Bureau Central de Estatística daquele país, foram realizados estudos análogos relativamente ao comércio grossista, em estreita cooperação com as organizações privadas dêsse gênero de comércio.

Em alguns países, é difícil estimar a renda líquida decorrente do setor governamental, pois as estatísticas das finanças públicas não fornecem classificações, por categorias econômicas, necessárias a êsses cálculos. Também não existem estatísticas pormenorizadas, a respeito, baseadas em classificações uniformes. No Brasil, a situação é mais favorável, uma vez que se possuem estatísticas das finanças públicas

³ *Economisch Instituut voor de Middenstand*, Haia, Holanda.

do Governo Federal, bem como dos Estados e Municípios, baseadas em critérios uniformes e classificadas segundo as categorias econômicas.

9. A estimativa das diversas categorias de despesas nacionais oferece problemas inteiramente diversos. Existem vários métodos para estimar as despesas totais do consumo de bens e serviços. Pode-se baseá-los na fórmula: consumo = produção + importação — exportação — aumento de estoques dos produtores e comerciantes. Os principais problemas estatísticos são os seguintes:

a) A estatística da produção proporciona valores baseados nos preços obtidos pelos produtores. É preciso, portanto, acrescentar-lhes a margem bruta do comércio atacadista e retalhista, e mais as despesas de transporte, seguros, etc. Talvez se torne necessária uma correção para as perdas de toda espécie, sobretudo no que diz respeito aos bens perecíveis.

b) As renovações dos estoques, entre produtores e comerciantes, são, em geral, extremamente difíceis de se observar. Entretanto, torna-se necessário estimá-las, pois uma renovação de estoques constitui uma formação de capital, e não um elemento de consumo.

c) Problema muito sério é o da classificação. Mesmo que as estatísticas da produção dessem uma especificação muito pormenorizada dos artigos manufaturados, não fica sempre claro se o produto acabado se destina ao consumo final, ou à absorção pela indústria. O papel e a tinta, por exemplo, são bens de consumo quando comprados por um chefe de família para as necessidades de sua casa, mas devem ser considerados como produtos semi-manufaturados quando adquiridos para as necessidades das empresas. Somos forçados, portanto, a determinar, para cada produto, a percentagem de vendas totais destinadas ao consumo final. Existem métodos para resolver este problema, mas não cem por cento exatos. O problema da classificação apresenta-se sob outra forma se quisermos estimar a formação do capital. Certos bens, como, por exemplo, os automóveis, podem ser considerados bens de consumo, mas, se utilizados pelas empresas, devem ser encarados como bens de produção (caso das companhias de "taxi"). Ao estatístico cabe encontrar os meios de determinar qual a percentagem da produção ou das importações de certos bens perecíveis que deve ser considerada como bens de produção. No caso dos automóveis, poder-se-ia talvez solucionar o problema recorrendo aos dados do registro de veículos. Quanto aos refrigeradores, para citar outro exemplo, poder-se-ia convencionar que os artigos vendidos pelo comércio varejista podem ser considerados bens de consumo, enquanto os vendidos pelo comércio atacadista o sejam como bens de produção, uma vez que são instalados nas usinas, hotéis, grandes edifícios, etc. Essa distinção não constitui o único problema que se apresenta na análise da formação do capital. É preciso, também, encontrar meios de determinar

⁴ Ver Documentos E/CN 3/83, de 24 de outubro de 1949, das Nações Unidas. Ver, também, *The Use of Sampling Methods in National Income Statistics and Social Accounting*, Instituto Internacional de Estatística, Vigésima-Sexta Sessão, Berna, Setembro de 1940.

quais as despesas das emprêsas, que devem ser consideradas como despesas gerais da produção e quais as que representam investimentos. As grandes diferenças de cifras sôbre a formação de capital entre os diversos países se explicam, pelo menos em parte, em face das diferenças entre os critérios adotados para a determinação acima. Quase sempre se adota, como critério, a vida média dos diversos bens, podendo-se estipular, como regra, que sômente os bens de duração abaixo de dois anos sejam considerados bens de consumo, e os demais como matérias-primas utilizadas na produção.

10. Embora de maneira sucinta, o que se disse acima serve para mostrar, sem dúvida, que o estatístico encarregado da avaliação da renda nacional tem necessidade de grande número de estatísticas econômicas e financeiras. Mesmo que sejam perfeitas, essas estatísticas provavelmente não bastam, porque ao estatístico restam muitos outros problemas aos quais cumpre responder por métodos especiais. E' por êsse motivo que se realiza o esforço de encontrar outros meios de obter os dados básicos, necessários para a avaliação da renda nacional. A Subcomissão de Pesquisas da Comissão de Estatística das Nações Unidas, ao ensejo de sua Terceira Sessão, realizada em Genebra, em setembro de 1949, propôs-se coligir os referidos dados pelo método de amostragem, tomando por base um sistema de contabilidade nacional.⁴ A contabilidade nacional consiste numa série de contas ou tabelas para os diversos setores da economia nacional, isto é, consumidores, emprêsas, govêrno e uma conta mostrando as transações entre a economia nacional e o exterior. O sistema de contas para cada setor se baseia numa classificação das transações em grupos, cada grupo constituindo uma categoria econômica relevante. Por exemplo: o total dos salários pagos pelas emprêsas figura na conta do setor das emprêsas como despesa, e na conta de tôdas as famílias, em conjunto, como receita. O método da contabilidade nacional possui grandes vantagens teóricas e práticas:

a) Permite analisar as relações existentes entre as diversas definições de renda nacional e os totais conexos. Constitui um meio para o estudo das questões conceituais que se apresentam quando se quer fazer um esforço de apreciação das noções teóricas.

b) Possibilita o estudo da estrutura de uma economia e das relações entre os diversos setores, sendo, por isso, muito útil para o estudo dos problemas da política econômica. Permite, por exemplo, estudar as relações entre o setor do Govêrno, ou seja, as finanças públicas, e o setor privado.

c) Pode ser empregado como um programa de trabalho para a obtenção de informes essenciais sôbre a economia nacional.

Considerando o sistema de tabelas da contabilidade nacional como um questionário, poder-se-ia enviá-lo a um número limitado de famílias e emprêsas para a obtenção de dados. E' o método de amostragem, recomendado pela Subcomissão de Pesquisa.

Esse método permite estudar, com maiores minúcias, certos dados complicados, necessários ao estudo da renda nacional, e que, em geral, não podem ser conseguidos por intermédio das estatísticas gerais, como um recenseamento da produção agrícola e industrial.

12. As conclusões se aplicam, sem nenhuma reserva, ao caso do Brasil. Um sistema de tabelas da renda nacional e das despesas nacionais, se possível sob a forma de uma contabilidade nacional, permite o estudo de conjunto da economia nacional brasileira, as relações entre os diversos setores, e entre as finanças públicas e a renda nacional. Contendo dados recentes, as tabelas são indispensáveis para o estudo das tendências econômicas como base para o dos problemas relacionados ao desenvolvimento da economia. Podem servir, também, como programa de estudos da estatística econômica, financeira e social do país, com o objetivo de indicar certas prioridades para o prosseguimento das pesquisas estatísticas.

ADOLFO CASTRO PAIS BARRETO

(Vice-Presidente da Sociedade de Medicina Social e do Trabalho, e membro da Sociedade Brasileira de Estatística)

IMPORTÂNCIA ATUAL DOS PROBLEMAS DE POPULAÇÃO*

PARA todos os que se sentem inclinados ao estudo das questões cognitivas, no largo campo da reflexão, constituem os problemas humanos, tanto no sentido biológico quanto social, uma constante fascinação.

As pesquisas sobre biologia humana, nos seus múltiplos aspectos, vão se tornando dia a dia um tema de acendrada cogitação. A Antropologia torna-se, deste modo, uma ciência básica do conhecimento. É tamanha a importância desta ciência na política mundial que um antropologista maori, APIRANA NGATA, diz que qualquer administrador colonial que tenha obtido sucesso na sua missão, é um "Antropologista Empírico".¹

Um dos setores mais notáveis da nova fase dessa ciência é, sem dúvida, o estudo dos conjuntos humanos — da população — dado o espantoso desenvolvimento numérico da nossa espécie desde o século passado. "Não é sem fundamento esse interesse pelos fenômenos de população; os fatos e as mudanças neste assunto relacionam-se intimamente com o bem-estar imediato do indivíduo, e, de um ponto de vista geral, são de vital importância para a felicidade humana."²

Os problemas de população apresentam aspectos próprios que concernem a cada continente, a cada país, dada a variedade de condições geográficas, ecológicas, demográficas e sócio-econômicas peculiares, mas sobretudo tomam cada dia maior importância política, com o espantoso crescimento do gênero humano. Compreende-se melhor sua importância quando nos lembramos de que, em menos de um milésimo do período da existência conhecida do homem, a população cresceu mais de quatro vezes, isto é, do século XVI até o presente.³ Recentemente, JULIAN HUXLEY, Presidente da U.N.E.S.C.O., chamou a atenção dos povos para a gravidade do crescimento excessivo e inconsiderado da população mundial. O nosso continente tinha, em meados do século passado, sessenta e, em 1945, trezentos milhões de habitantes, e a população do Brasil cresceu cerca de dez vezes, neste mesmo período de 95 anos! O fenômeno não escapou ao gênio de FRANKLIN, que já se impressionava com o formidável incremento da população na América, visto que os "80 000 ingleses que haviam emigrado para os Estados Unidos, já eram, ao término do século XVIII, mais de 1 000 000 e, dobrando cada 25 anos, no século seguinte vieram a exceder a população da própria Inglaterra".⁴

O crescente desequilíbrio econômico-social que gerou a Guerra Mundial lança suas raízes nos problemas de população. A Guerra é o mo-

* Conferência lida no auditório do edifício-sede do I.B.G.E., no dia 14 de junho último, perante dirigentes e sócios da Sociedade Brasileira de Estatística, e que constará, como Introdução, do livro intitulado *Povoamento e População — Política Populacional*, que se acha em preparo

mento ideal dos reacionários, é o clima ótimo do autoritarismo que as próprias condições excepcionais impõem. Todas as energias são canalizadas para a luta material, que é um fenômeno primário em que se sobrepõem os instintos, relegando naturalmente a cognição para um plano secundário. Por isto, diz SOROKIN: "Visto que as calamidades perturbam profundamente nossa vida afetiva e emocional, não passam sem manifestar-se sobre os processos cognitivos, indo dos mais simples como a sensação e a percepção, a memória e a imaginação, até os mais complexos processos do pensamento criador" ⁵

Os problemas de população tomam aspectos excepcionais durante e após as grandes calamidades, influenciando estas nas tendências e na estrutura, mas, principalmente, no metabolismo social. As migrações internas e externas são, porém, os fenômenos de maior alcance que resultam dos desequilíbrios e das rupturas de padrões éticos, econômicos e sociais conseqüentes aos cataclismas humanos, com todas as suas terríveis correlações. Verdadeiras migrações de povos, fenômeno quase esquecido nos últimos séculos, puderam ser observados nestas grandes guerras que a primeira metade do século XX presenciou. Cerca de 21 milhões de pessoas foram removidas dos seus lares, somente na Europa. "Esta migração sem precedentes põe questões enormes quando iniciarmos o repatriamento", dizia COGNEY, Chefe dos Serviços Médicos da U. N. R. R. A. ⁶ São imposições políticas e militares geradas no bôjo dos violentos processos da guerra.

As migrações voluntárias, lentas e contínuas, são, ao contrário, deslocamentos de população em busca de desafogo, de padrões de vida mais elevados; constituem um processo consciente e originam-se, por sua vez, da extensão educacional que a nossa era proporciona cada dia a maior número de indivíduos, o que é o maior triunfo da democracia.

Quando analisamos detidamente as origens desse cataclismo social, vamos encontrar, como causa primária, o desacerto entre o desenvolvimento biológico (expansional) da espécie e a sua evolução cultural: o que se verifica é que não tem havido sincronismo entre a progressão numérica do homem sobre a superfície da terra e a racionalização dos métodos distributivos da civilização contemporânea. Isto nada tem a ver com o malthusianismo, até certo ponto desautorizado pela interferência das técnicas da cultura ocidental, na produção dos recursos de subsistência, nos transportes, nas intercomunicações.

O extraordinário crescimento das populações do Ocidente (entre 1800 e 1939) foi de 188 a 542 milhões, para a Europa, e de 29 a 273 milhões, na América. Em nenhuma parte do mundo, entretanto, o crescimento tem sido tão rápido quanto na América, de 1900 a 1930, pois, enquanto esse crescimento anual, por mil, foi de 7,8 na Europa, 4,8 na Ásia, 0,3 na África, 15,6 na América do Norte e 16,8 na Oceania, alcançou 26,3 para a nossa América do Sul. ⁷

As conquistas da Higiene e da Medicina preventiva e das técnicas de produção e de transporte não atingiram, entretanto, senão um terço da população mundial, de modo que, para a Índia, por exemplo, ainda num livro recente, diz THOMPSON "Para empregar a linguagem malthusiana, a população da Índia cresceu mais rapidamente do que os seus meios de subsistência". ⁸ As grandes fomes que matam milhões, a malária, o cólera, a peste, as desintérias, a subalimentação e todos os demais flagelos, não são, entretanto, capazes de entrar o crescimento dessas populações, em virtude de sua fertilidade sem freios, que lhes permitiu, ainda assim, uma taxa de crescimento de 1,2% na década de 1931-1941, quando não se verificaram grandes calamidades "A morta-

lidade na Índia, em tôdas as idades, é de quatro a oito vêzes a nossa; a expectativa da existência, ao nascer, é de 26 anos, em vez dos nossos 62, e só a metade da população atinge 22 anos em vez dos 69 a que vai entre nós" (na Inglaterra).⁹

O desajustamento, que geraria intoleráveis situações na produção, como previa MALTHUS, não advém, entretanto — pelo menos no mundo ocidental —, da escassez, mas, muitas vêzes, da superprodução. "Num mundo faminto, diz KAFURI, com uma demanda latente gigantesca, enormes quantidades de gêneros sobrenadavam na torrente do comércio sem encontrar destino. Falava-se em "superprodução". E os excedentes, ao invés de alimentarem os estômagos, alimentavam fogueiras."¹⁰ O que se tem observado, portanto, são crises de abundância, a que WAGEMANN chamou, com propriedade, "miséria de abundância".¹¹ Enquanto os Estados Unidos queimavam trigo e o Brasil queimava o café do "excesso" de suas colheitas, a fome e o frio andavam devastando milhões de pessoas na China, na Índia e na Rússia. É um fruto do mercantilismo, que começa a declinar com a grande revolução social. As nações industriais, no estado atual, parecem não ter limite para as suas populações.

Este paradoxo, que já é hoje um axioma em Sociologia aplicada, resulta precisamente da falta de coincidência entre a curva de crescimento das populações e o seu desenvolvimento social. O que vulgarmente se costuma tomar por grande evolução social nada mais é do que o grande desenvolvimento das técnicas de produção, a serviço de um emperrado sistema distributivo dessa produção, ou seja, dos atuais processos econômico-sociais. Em outras palavras, tudo depende, de futuro, da utilização que as sociedades venham a fazer das maravilhosas descobertas e progressos científicos e técnicos, das relações entre a população e a economia nacional que entronca com uma série de problemas da vida civilizada. É a situação que LIRA MADEIRA, a nosso ver, assim resume com felicidade: "O sistema econômico tem-se desenvolvido como um corpo de doutrina isolado do sistema demográfico. Depois dessa guerra, o mundo seria mais promissor se o sistema econômico fôsse bem estruturado sobre o princípio do equilíbrio demográfico, de modo a permitir aos homens — ávidos de bens econômicos — o máximo de bem-estar social".¹²

A relação entre a Economia e a situação demográfica dos povos, apresenta uma extraordinária importância, na era em que vivemos. A riqueza de uma nação é constituída pelo conjunto de bens que deveriam ser destinados ao bem-estar do homem, ao bem-estar coletivo, tendo por objetivo principal a continuidade da espécie, dentro do âmbito nacional. Esse bem-estar é representado por um mínimo de condições que satisfaçam ao nível da civilização contemporânea, numa continuidade evolutiva e, mais ainda, por uma população sadia e próspera, dispondo de produção e consumo equilibrados.

Do mesmo passo, impõe-se-nos a reforma qualitativa da população nos seus aspectos eugênicos e culturais. Chamando a atenção para o notável aumento da criminalidade resultante da imigração, na Argentina, LICURZI externa-se dêste modo: "Ao firmar-se a paz, as nações da América têm o iniludível dever de receber massas de imigrantes, como prova de solidariedade humana. Mas, não podem esquecer o dever de solidarizar-se, também, com seus próprios povos".¹³

Conquanto a crescente aproximação resultante das técnicas de transporte vá dando à civilização, cada vez mais, um caráter universal, com a interfusão das culturas, e elevando os recursos tecnológicos para

melhor adaptação das paisagens, realisticamente não é possível pensar no abandono do conceito de nação e de pátria ou mesmo na confederação mundial, senão num futuro muito remoto. A defesa nacional continua ainda a ser um imperativo para todos os povos, dadas as tendências guerreiras que mantêm, irredutivelmente, algumas culturas. A massa populacional de um povo tem uma importância irrecusável neste setor e, conquanto a guerra moderna seja uma lamentável e prodigiosa expressão das tecnologias no seu mais avançado nível, a unidade humana continua a ser o substrato da força. O seu grau de desenvolvimento, o seu aperfeiçoamento especializado corresponde ao "quantum" de potência dessa massa; mas, o lastro sobre o qual êsse aperfeiçoamento técnico repousa, tem de ser numérico.

O aumento de extensão da existência, nos Estados Unidos, por exemplo, vai atualmente a 46,3 para os homens e 50,6 para as mulheres. Isto corresponde a uma elevação de 2 900 000 homens entre 20 e 40 anos, riqueza potencial da maior importância, e ao alargamento das reservas mobilizáveis.¹⁴

O número de indivíduos em idade militar (18 a 44 anos) está intimamente ligado, numa população, à média da existência (vida média). A nossa população militar é atualmente de doze e meio milhões, mas poderia subir de mais de um milhão se a média de existência se elevasse de mais dez anos. A extensão e a configuração geográfica do país impõe, para a sua defesa, grandes massas de forças potenciais.

Ainda de grande importância é o problema dos agrupamentos da população, da formação dos núcleos urbanos, onde a predominância de autóctones deve ser um imperativo imutável para que não se venha a processar a desfiguração cultural do nosso povo. Neste particular, as densidades relativas e regionais, estudadas pela Geografia Econômica, devem orientar, em país novo como o nosso, o plano nacional das comunicações rodo-ferro-aeroviárias. É um dos mais importantes aspectos da Geografia Econômica e Militar, pertinentes à Demografia.

A política demográfica a adotar em país novo e subpopulado é a do crescimento rápido, isto é, a do aproveitamento máximo do crescimento interno, o que a hominicultura dos nossos dias, dispondo de conhecimentos científicos e técnicas médicas, de par com a elevação dos padrões econômicos, pode oferecer com segurança. A queda das taxas de letalidade infantil, em muitos países, aí está para demonstrá-lo. É um dócil problema de política científica, de "Engenharia Social", como diz MYRDAL, realizável dentro de uma década, uma vez que da sua solução participem sociólogos, biólogos, economistas e estatísticos, em plano verdadeiramente nacional. Precisamos fazer o que, já há cem anos, fizeram os suecos: "O ano de 1847 marcou, na Suécia, o fim de um período no qual, por meio de donativos e caridade, se pretendia solucionar o problema da miséria".¹⁵

O crescimento das populações faz-se de modo muito diverso em diferentes regiões do planeta. Parece que uma divisão sistemática, como propõe o Professor THOMPSON,¹⁶ simplifica o problema. É o grau de controle que os povos exercem sobre as taxas de natalidade e letalidade que permite a êsse ilustre demólogo enquadrar tôdas as populações da terra em três classes: na classe I, encontram-se as nações onde existe um poderoso controle sobre a letalidade e igualmente sobre a natalidade. Das taxas de letalidade já não se pode esperar grandes reduções, ao passo que a natalidade, cada vez menor, não permite senão um crescimento vagaroso e cuja curva se apresenta em declínio. À classe I pertencem os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Escandiná-

via, a Holanda, a Alemanha, a Áustria, a Checoslováquia, a Hungria, os Países Bálticos, a Bélgica, a Suíça, a Itália, o Canadá (menos a população francesa), a Austrália e a Nova Zelândia. Em alguns dêles, como a Inglaterra, a França e a Suécia, o declínio das populações está a vista, dentro da próxima década, a menos que um fenômeno extraordinário venha modificar o ciclo presente.

A classe II pertencem os países onde, apesar de um certo declínio nas taxas da natalidade, a letalidade começa a decrescer numa progressão maior, em virtude dos recursos da civilização. As suas estatísticas vitais apresentam-se vantajosas para o crescimento. Como consequência, o aumento da população é maior nestes países do que em quaisquer dos outros, porque dispõem de um crescimento natural. Encontram-se, diz THOMPSON, no estágio em que se viam os países da classe I, há 25-50 anos. A classe II encerra os seguintes países: Espanha, Portugal, Grécia, Iugoslávia, Bulgária, Rumânia, Polônia, África do Sul, Japão, Rússia, África Francesa do Norte, Brasil, Argentina, Uruguai, México e Colômbia. Nesta classe, merece menção especial o caso da União Soviética, onde o aumento da natalidade parece haver atingido o máximo fisiológico (Armênia, Ucrânia), ao mesmo tempo que a letalidade continua a cair notavelmente.

Participam da classe III, de modo geral, tôdas as restantes regiões da Terra, onde nem a letalidade, nem a natalidade sofrem uma ação controladora. Nesses países, nos quais, apesar das elevadas taxas de natalidade, as populações estão sujeitas a devastações epidêmicas, a fomes, etc, "o crescimento é quase errático", diz THOMPSON.

A população da Índia cresceu, na década de 1931-1941, de 50 milhões de habitantes e, por certo, já passou de 400 milhões. "Se êsse crescimento continuar com a taxa relativamente favorável de 1931-1941, a população dobrará dentro de 57 anos e atingirá 800 milhões.¹⁷ Mas, não é tudo: "Se a taxa de natalidade, na Índia, se mantiver no presente nível e a de letalidade se mantiver no nível atual da Inglaterra, teremos, dentro de 100 anos, mais de 10 bilhões de indianos, ou seja, cinco vezes a população do mundo e três vezes o que a terra poderá comportar adequadamente".¹⁸

As consequências de uma colonização racional, da elevação dos métodos da civilização ocidental entre algumas populações progressivas de alta fertilidade, são, realmente, interessantes. Desaparecem as guerras intertribais e a escravidão; instalam-se os serviços de saúde; estabelece-se a relativa regularidade das colheitas e da economia, e, então, essas populações crescem espantosamente — 1 000% foi o crescimento em Java, de 1 800 para cá.¹⁹ A progressão é muito maior, em virtude dos recursos da civilização; as suas estatísticas vitais apresentam-se vantajosas para o crescimento.

Muitos desses povos passarão, sem dúvida, no após-guerra, para a classe II, pelos esforços que estão desenvolvendo não só no aperfeiçoamento das técnicas de produção para o aumento das subsistências, como no progresso da educação em geral e, em particular, nas práticas de saúde pública.

As conclusões a tirar desses tipos de crescimento das populações têm naturalmente enorme importância na projeção política e econômica das nações.

Sabe-se que a classe I encerrava, em 1940, apenas 21% da população mundial, mas, com uma fertilidade visivelmente em declínio, o que faz THOMPSON perguntar: "Poderão estas nações continuar a representar o papel que vêm representando no cenário do mundo, se dia a dia se tornam uma parcela cada vez menor, da população mundial?"

Doutra parte, sabe-se que o aumento de população, passando o limite da capacidade ecológica, tende a expandir-se, ora pela emigração pacífica, ora pela guerra, para a conquista de novos territórios. Esta segunda hipótese que acabamos de ver sendo explorada pelo nazi-fascismo, não tem aplicação aos povos que não dispõem das modernas tecnologias (classe III), sendo mínima a periculosidade para a fomentação de guerras. A pressão encontra a válvula de escape, neste caso, no rebaixamento cada vez maior dos níveis de vida, no sofrimento, no desgaste pela elevadíssima letalidade, pelas fomes, pelas doenças endemo-epidêmicas. Mas, quando a superpopulação se apresenta em povos já senhores das técnicas da civilização atual, técnicas que se vão espalhando muito mais rapidamente do que pode parecer à primeira vista, um dos dois caminhos tem de ser seguido. Para THOMPSON “não é a pobreza absoluta que leva um povo a tentar a expansão dos seus recursos pela força, mas a *percepção* de pobreza. O fato é que uma vez que um povo começa a desfrutar melhores condições de vida, a sensação de pressão sobre os recursos agrícolas e minerais pode aumentar rapidamente”²⁰

É provável que o mundo que as grandes nações estão empenhadas em construir, nas conferências internacionais, venha a cuidar com o máximo interesse dos problemas populacionais, pela regulação migratória, por uma melhor distribuição das massas de população, pela racionalização do seu crescimento, mesmo porque, como já avisava BONAR, em 1885. “a fome e as novas idéias são dois advogados para as mudanças, os quais se ajudam reciprocamente, a fome impele o homem a agir e as novas idéias fornecem-lhe a base para a execução”²¹ Quanto à nossa posição, parece-nos que fica bem situada neste juízo de SAX: “Muitos dos nossos bons vizinhos do Sul estão crescendo rapidamente e estarão industrializados, ao mesmo tempo que dispõem de largo espaço para a inevitável expansão demográfica durante a transição”²²

* * *

Nos aspectos bio-sociais das populações, na sua própria estrutura, operaram-se, em virtude dessa evolução dos conhecimentos e suas aplicações, modificações mais profundas. Foi a associação que fez o gênero “homo” evoluir do grupo familiar para a tribo e daí até as sociedades modernas.

O século em que vivemos assistiu, por tôda parte, no Mundo Ocidental, a um notável declínio na fertilidade humana. “A França e os Estados Unidos foram os únicos países em que se verificou a queda do coeficiente de natalidade desde o início do último século”²³ O crescimento da população da Europa, que se fazia ainda entre 1900 e 1913 na razão de 1,4% ao ano, desceu abaixo de 0,6% em 1939; foi assim que, entre 1850 e 1900, o aumento total da população européia atingiu cerca de 200 milhões (1/3 para o Norte e o Oeste, e 2/3 para o Sul e o Leste), enquanto de 1913 a 1940 êsse crescimento total foi ainda de 74 milhões, mas modificou-se profundamente a sua localização (2/7 para o Norte e Oeste, e 5/7 para o Sul e Leste). Foi a queda da taxa de fertilidade, que é revelada pela taxa líquida de reprodução (Unidade Kuckziynski), ou seja, o número de crianças do sexo feminino produzidas por 100 mulheres no período fértil da vida (15 a 45 anos). Na Grã-Bretanha, por exemplo, em 1880, 100 mulheres produziam 155 meninas e, em 1939, apenas 75. “Mesmo que não avulte êste declínio, nossa população cairá para 34 milhões em 1980”, diz LA WARR.²⁴ A taxa bruta da natalidade, que era de 35,1 em 1865, caiu para 15,3 em 1935. Na Suécia, a taxa

de natalidade, que era de 30,48 em 1880, baixou a 15,31 em 1939, enquanto a taxa líquida de reprodução, que fôra de 95,8 por 100 mulheres, ainda em 1925, baixou a 75,4 em 1937.²⁵ Mesmo nos Estados Unidos, a taxa bruta de natalidade era, em 1880, de 50%, e a líquida, que era de 162%, baixou a 78,4% e até menos, para muitas cidades industriais.²⁶

Entre nós, felizmente, mantém-se ainda muito elevada a fertilidade, e MORTARA, que a estudou, admitindo tôdas as causas de êrro e ressalva de otimismo, em face da nossa pobreza estatística, pôde verificar uma taxa bruta de natalidade (1890-1920) de 44%, e líquida de fertilidade de 180%: "Uma geração inicialmente composta de 100 000 indivíduos se reproduziria numa geração de cerca de 180 000. A prolificidade média da mulher brasileira seria de 5,60".²⁷ Os números do próximo censo virão esclarecer definitivamente se estamos ou não assistindo ao declínio da nossa vigorosa fertilidade, consoante a regra geral, na civilização atual. O que é fato é que já se começa a observar o declínio das anteriores condições demográficas.

LIRA MADEIRA, baseado no método de LOTKA, confirmando dessa maneira os estudos de MORTARA, que seguia método diferente, encontrou uma taxa bruta de 40,2 para o ano de 1940 e pode verificar, assim, no decréscimo entre 1920-1940, uma ordem de grandeza de 14%.²⁸

A taxa de nascimentos em 1944 no Rio de Janeiro foi de 21,95%, mas a letalidade se manteve quase invariável entre 1932 e 1943.

Várias causas têm concorrido para o declínio da fertilidade, entre as nações mais admiráveis, predominando entre elas: a) a era industrial que, afastando a mulher do lar, tirou-a de ser prôpriamente mãe de família; b) a elevação do padrão de vida e o seu constante encarecimento; c) a preocupação do conforto e dos prazeres, principalmente nas cidades; d) a má distribuição dos regimes econômicos ainda vigentes; e) o retardamento do matrimônio por causas principalmente econômicas; f) o aumento crescente dos impostos, resultante da urbanização; g) o "temor da vida" que as últimas guerras e suas conseqüências têm produzido.

O contrário observa-se com a letalidade, cujas taxas caem aos números mínimos, inerentes à contingência biológica, e apresentam-se entre 8 e 9 por mil na Austrália e entre 11 e 12 por mil, na Suécia. Morrem muito poucas crianças, morre-se muito mais tarde, isto é, a extensão da existência torna-se muito maior, chegando a números recordes na Nova Zelândia, com 68 anos. Um dos mais belos resultados da racionalização da vida é exatamente êsse extraordinário aumento da existência.

* * *

Se examinarmos detidamente êsses belos resultados da fartura, da higiene, da medicina preventiva, verificamos que êles apresentam também seus inconvenientes, sendo o maior de todos representado pelo maior número de idosos e de velhos — a população tem menos jovens e mais indivíduos velhos — como acontece com tôdas as populações onde a taxa de mortalidade e a fertilidade caíram extraordinariamente. Ainda há algum tempo, o Sr. WILLINK, Ministro da Saúde, na Inglaterra, declarava que o aumento do número de homens com mais de 65 anos foi estimado em 50 a 60 mil, nos anos de 1941-1942, respectivamente, ou seja, um aumento intrínseco anual de 30%. Para as mulheres acima de 50 anos, êsses aumentos foram de 93 mil a 102 mil, nos mesmos anos.

Em 1935, *The Government Actuary* já publicava que o número de crianças acima de 5 anos cairia, até o ano de 1948, de um milhão, na Grã-Bretanha, dando lugar a uma redução do número de classes dos respectivos professores.²⁹ Uma das mais admiráveis e talvez a mais antiga das organizações socialistas de todos os tempos foi a dos Incas, do Peru: a produção de subsistências e o trabalho eram controlados em favor da comunidade, mas o limite de trabalho era de cinquenta anos para o trabalhador masculino, que, depois dessa idade, ficava desobrigado de qualquer esforço ou impôsto. Dos sessenta anos em diante, o cidadão inca podia dormir quanto quisesse.³⁰ Outro é o caminho que tomam as sociedades modernas, no que respeita aos idosos e seu aproveitamento, mesmo porque o número deles aumenta de maneira impressionante como conseqüência das modernas condições da vida em nossa civilização

Nos Estados Unidos, o número de indivíduos acima de 45 anos passará de 25,5% da população, em 1940, para 37,7% em 1970, de acôrdo com DUBLIN.³¹ Na década 1930-40, os indivíduos de mais de 65 anos aumentaram, ali, de 2 328 101, informa-nos COWDRY³²

O problema social da velhice agrava-se com o desenvolvimento da civilização, não sòmente porque as populações menos evoluídas, apresentando um pequeno percentual de velhos, têm menos encargos, mas principalmente porque as instituições para amparar a velhice, nas sociedades modernas, vêem sua capacidade esgotada e tornam-se insuficientes ante o progressivo aumento do número de velhos. É para êste fato que BRUNOT chama a atenção num trabalho recente, denunciando o formidável aumento do número de indivíduos idosos, em New York: o aumento de indivíduos acima de 65 anos, na população, foi de 7,6%, mas o aumento no grupo (intrínseco), foi de 56%.³³ Para SAMSON, o de que carecem os velhos da população “é de segurança econômica, habitação adequada, assistência na doença e oportunidade para participarem da vida da comunidade”.³⁴

A família — “a unidade no mundo vivo, não deve ser o indivíduo, mas a família”³⁵ —, evidentemente, representa um conceito biológico, visto que o indivíduo, unicamente, não pode continuar a espécie, com exceção dos seres inferiores. Fatores desagregantes de natureza vária investem entretanto contra ela, especialmente na população urbana, de modo que a sua proteção se impõe como base de qualquer política populacional.

O custo da família, por exemplo, tem aumentado extraordinária e progressivamente em virtude de duas ordens de fatores 1.º) a elevação do padrão de vida, que faz cada vez maiores imposições educacionais, alongando conseqüentemente o período de dependência da prole, bem como o crescente aumento do custo desse padrão (“expensive way of living”) que resulta de desacerto econômico e, principalmente, do desperdício vesânico das guerras O custo elevado de vida não deve ser confundido com elevado padrão de vida, podendo cada um deles existir até sem o outro; 2.º) o aumento na duração da existência, como já vimos, que eleva inquietantemente o número de velhos (menos produtivos ou improdutos) que impunham, afinal, um ônus quase desprezível ou desconhecido nas sociedades de outrora, nas quais a média da extensão da existência não ia além dos vinte anos e onde, para cada grupo de sete indivíduos abaixo de vinte anos, existia um acima de cinquenta

O conceito da assistência aos improdutos, que vai sendo mais ou menos seguido na civilização ocidental, é o que faz MYRDAL dizer: “visto que não podemos e não desejamos retornar ao sistema patriarcal,

algumas obrigações coletivas se impõem num largo sentido nacional, a fim de assegurar aos velhos a relativa segurança no seio familiar".³⁶

É claro que tais reformas ou providências devem ser elaboradas à luz dos modernos conhecimentos da ciência demográfica e da atuária.

* * *

O fator intelectual influi profundamente nos problemas de população humana, de modo que não é possível preestabelecer as consequências genéticas que se observam, por exemplo, sobre populações animais, em virtude de migrações. Torna-se necessário esclarecer, diz BURLINGAME, tanto quanto possível, os aspectos nos quais a hereditariedade e o meio, em conjunto, controlam o desenvolvimento dos organismos, inclusive do homem, e concorrer para desfazer a errônea concepção popular de que essas duas categorias de fatores são antagônicas e reciprocamente exclusivas.³⁷ Do mesmo modo pensa MOOD JONES, o grande heredologista, no seu recente livro.³⁸ É a decadência do critério weisseமானiano exclusivista: "um neolamarckismo se levanta nos próprios laboratórios onde se sorriu de LAMARCK", diz GILBERTO FREYRE.³⁹

O que nos mostra a Etnologia é que as raças são o resultado do isolamento remotíssimo de certos grupos de gênero "homo", formando verdadeiros "breeds". É perfeitamente compreensível que cada grupo de certo vulto fôsse criando seus modos de vida, seus costumes, armando-se de seus instrumentos para a pesca, para a caça, para a guerra, na luta pela sobrevivência, elementos estes que, afinal, constituem a cultura. Se alguns desses grupos conseguiram permanecer fixados em certos pontos, quase todos foram nômades, migraram em virtude de contingências várias, principalmente ecológicas e climáticas. Essas migrações, de par com o seu crescimento natural, deram lugar aos contactos e, conseqüentemente, aos atritos e às lutas. Doutra parte, pela contribuição de cada um, originaram a civilização.

Nos tempos modernos "a migração de povos tem sido transmudada em mobilidade de individuos e as guerras que esses movimentos ocasionavam tão freqüentemente, tomam o caráter de lutas intestinas, das quais se podem considerar, como tipos, as greves e as revoluções".⁴⁰

Tôda essa mobilidade e todo este intercâmbio de povos resultaram do aperfeiçoamento das técnicas de transportes, de modo que a fusão de raças que já se vinha processando desde um passado remotíssimo, acentuou-se tremendamente no século passado e no presente.

Nem sempre, porém, a contribuição recíproca das culturas, ou seja a aculturação, se processou com grande facilidade e muito menos a assimilação biológica de uma raça por outra; nem mesmo em países vizinhos, o fenômeno dos contactos raciais se operou dêsse modo. Os uruguaio e argentinos mataram todos os índios e eliminaram a raça negra, ao passo que, no Brasil, a amalgamação foi a mais completa desde os primeiros tempos, apesar das guerras e crueldades dos brancos. Temos a felicidade de não nos vermos a braço com o mais grave de todos os problemas internos de uma nação — a luta entre grupos raciais, como acontece nos Estados Unidos, na África do Sul, na Índia ou na Palestina. Podemos mesmo dizer que somos uma das poucas exceções neste mundo atormentado de ódios, entre os quais o ódio racial, quando existe de fato, é o mais profundo de todos.

É um admirável caráter cultural que devemos preservar com o maior cuidado e energia, contra a transferência desses preconceitos, importados com os novos imigrantes .

Além disto, os aspectos econômicos nem sempre se ajustam, ou, mesmo, muitas vezes, dissentem dos biológicos, a começar pelos conflitos entre os interesses individuais e os do grupo ou, ainda, pelos dos grupos sociais entre si, o que é muito mais grave.

A emancipação civil da mulher emprestando-lhe paridade com o homem na vida jurídica e técnico-profissional, criou profundas modificações na sociedade dos nossos dias e especialmente no mercado de trabalho. Os países devastados pela guerra, depois de haverem obtido um espantoso rendimento do trabalho feminino, se encontram em face da dupla dificuldade: da recolocação dos braços masculinos desmobilizados e da volta ao lar — ao regime semipatriarcal — da mulher para ocupar o seu lugar de mãe de família.

Embora a fundamental contingência biológica da mulher — a procriação — reduza, até certo ponto, a capacidade total do trabalho, pela coincidência entre o período fértil da sua existência e a idade da produtividade máxima de trabalho, a experiência desta última guerra, na qual a mobilização total foi uma realidade, revelou a importância e as admiráveis qualidades da mão-de-obra feminina.

A densidade demográfica, a fixidez ou a mobilidade da população trabalhadora, a qualidade econômica (preparo técnico-profissional), são outros tantos aspectos do maior interesse para a economia e bem-estar de um povo

* * *

O aumento da população, sem o correspondente aumento da produção de alimentos básicos, é um surpreendente fenômeno econômico e é precisamente um dos mais graves problemas que defronta, neste momento, a crescente população deste país. Houve uma paralisação relativa da produção de gêneros alimentícios, a qual esteve em declínio,⁴¹ encontrando-se agora estabilizada. Por isso, assiste toda a razão a **GLYCON DE PAIVA**, quando nos diz: “Em vez de exaltar, imoderadamente, nossas possibilidades, seria conveniente uma divulgação mais realista da fraqueza estrutural de nossa economia.”⁴² Muito de propósito, reproduzimos aqui a palavra atual de um economista: “É preciso não esquecer que, nos últimos vinte anos, a nossa produção de gêneros alimentícios ficou estacionada em torno de dezoito milhões de toneladas anuais. A população cresceu de dez milhões, determinando apreciável insuficiência de substâncias alimentícias e produzindo como resultado a atual carestia de gêneros em que nos debatemos ” Pode-se acrescentar que essa insuficiência se estende a quase todos os produtos de consumo interno, agravando ainda mais a situação. E **DAUDT DE OLIVEIRA** assim define “o que o Brasil precisa”. “O Brasil, se quiser sobreviver como nação forte e soberana, precisa organizar já e já seus planos de mobilização econômica total. Cabe-lhe realizar uma tarefa gigantesca — levar o homem do campo, da enxada para a máquina, da casa de taipa para a habitação higiênica, da subalimentação e da avitaminose crônica para o conforto e o bem-estar. Tudo, porém, sob o signo da liberdade.”⁴³

A fartura de alimentos básicos e essenciais é fundamental para o desenvolvimento de qualquer espécie, mas cumpre notar que, com o homem, o fator cultural permite maior defesa, de modo que se verifica esse paradoxo biológico de populações numericamente progressivas, como a da Índia, mas, qualitativamente, inferiores. Fome, flagelos epidêmicos e outros, vão, de tempos a tempos, cortando os excessos, mas a fertilidade resultante do matrimônio universal e precoce, da relativa indiferença pela sorte da prole (cultura religiosa), dão lugar àquela super-

população tão improdutivo quanto desgraçada. Depois de descrever as incríveis adversidades da população indiana, na qual dezenas de milhões de indivíduos são mal alimentados, centenas de outros milhões são subnutridos “ e mesmo entre os considerados bem nutridos o padrão é ainda muito mais baixo do que nós outros poderíamos tolerar”, diz o Professor HILL: “A despeito desta miséria, agravada pelo ciclone e pela fome, a população está crescendo cerca de seis milhões por ano e vivendo um padrão cada vez mais baixo, qual o do “salário para comer”.⁴⁴

O conhecimento da composição, da estrutura e do crescimento da massa populacional, bem como dos seus caracteres antropológicos e culturais, se impõe a todos os povos, no nível atual da civilização.

* * *

Outro aspecto de transcendente importância, tanto no sentido especulativo como na sua projeção prática, é o que se refere às tendências da população.

Foi na observação dos seres inferiores que os biólogos puderam verificar os fenômenos fundamentais das leis de crescimento das populações.

O desenvolvimento de uma cultura de micro-organização se opera dentro de ciclos que estão relacionados com o “esgotamento do meio”; o desdobramento evolui até um ponto crítico da curva, no qual se dá a parada e a regressão. Cumpre notar que é possível, em microbiologia, enriquecer ou renovar o meio e, conseqüentemente, restabelecer o crescimento, mas isto constitui um novo ciclo. Existe, portanto, uma população máxima do meio considerado.

No século passado, VERHULST estabeleceu, com a sua logística, para as populações humanas, a lei dos ciclos, a qual RAYMOND PEARL e J. L. REED acrescentaram uma adicional — a interferência desses ciclos de evolução.

Entre as populações humanas, puderam verificar os demógrafos que a curva logística do crescimento natural de uma determinada população, em determinadas condições ecológicas, descreve um ciclo, atingindo um “maximum” e decrescendo em seguida até um certo “minimum”, para, em seguida, recomeçar um novo ciclo. Esse limite máximo de saturação biológica e esse limite mínimo, no qual se reinicia o crescimento, mantêm um equilíbrio e asseguram a continuidade da espécie.

A logística, estabelecendo esse desenvolvimento por ciclos, estabelece igualmente o limite superior do *ciclo presente*. Foi assim que se obteve, com os recursos matemáticos, a análise biológica (taxas de natalidade e mortalidade, fatores adicionais, como imigração, etc.), através da equação integral de ALFRED LOTKA (1933), fornecendo-nos o movimento biodemográfico de uma população, dentro do ciclo presente. Parece que os ciclos biológicos se aplicam também à vida e aos ciclos das civilizações, que os descrevem, em geral, entre quatro e sete séculos. Este fenômeno não escapará à observação dos historiadores. TÁCITO o observou no declínio, na decadência das populações germânicas, dos bárbaros invasores, três séculos depois da invasão. Aquêles estudos básicos de biologia, quando aplicados à nossa espécie, têm, entretanto, que levar em conta a vida cerebralizada do homem, o trabalho das culturas, os fenômenos sociais, a inteligência interferindo pelo “Birth Control” positivo ou negativo,⁴⁵ na reprodução, nas taxas de natalidade e de letalidade. É por isto que VITO VOLTERRA, autor da teoria ma-

temática da luta pela vida, teve de reconhecer, na biologia humana, a influência do próprio homem como agente modificador do ambiente” O homem se comporta, porém, de maneira diferente dos peixes do Adriático.

Natalidade e mortalidade são muito variáveis, de acôrdo com as classes sociais. Em Paris, por exemplo, a mortalidade infantil varia do simples ao triplo, de acôrdo com a classe social (dados anteriores à Grande Guerra: L. HERSCH, R. PIERREVILLE). A excessiva letalidade infantil é um fenômeno particular das classes pobres. Nas famílias ricas da Alemanha de antes da guerra, informa-nos PALÁCIOS, a mortalidade dos meninos menores de cinco anos era de 5,7%, enquanto, entre os pobres de Berlim, era de 34,5%. Em Bruxelas, era de 6% entre as famílias ricas e de 54% entre os operários⁴⁶. Talvez sejam ainda mais acentuadas as diferenças entre nós, dado o nível cultural mais baixo do nosso povo. Em geral, o número de filhos “parece estar na razão inversa da capacidade dos pais para criá-los.”⁴⁷

Enfrentando quase tôdas estas tendências nos estudos de população, ergue-se mais recentemente ROUBAKINE, atribuindo a causas sociais, principalmente, o movimento da população: “Os sábios ocidentais, baseando-se em dados estatísticos, fizeram cálculos pessimistas que os conduzem a conclusões de que, num futuro próximo, a população dos seus países irá diminuindo, se é que não desaparecerá”⁴⁸. O demógrafo russo documenta sua tese com os dados da população atual da U R. S. S. e as suas tendências.

A queda de mortalidade, que era, na Rússia, de 32,1 por mil, em 1891; de 18, em 1928, e de 11,2 em 1935, não atribuem os demógrafos russos, propriamente, às causas médico-sanitárias, visto que “a proporção dos estabelecimentos médicos (hospitais, sanatórios, dispensários, etc.), apesar do seu formidável aumento, encontra-se longe de atingir”, na U R. S. S., a da Alemanha, Estados Unidos, França ou Inglaterra”. Uma baixa concomitante revelam as estatísticas russas para a morbidade Mas, é sobre a natalidade que os números da população das repúblicas soviéticas são mais impressionantes, visto que a taxa de natalidade, apesar de tôdas as vicissitudes por que tem passado a população russa, não chegou a baixar 10% desde 1913, atingindo mesmo o recorde mundial em algumas das repúblicas soviéticas (54,3 por mil, na Armênia)

Com uma copiosa documentação estatística, assim conclui ROUBAKINE: “As curvas da mortalidade e da natalidade seguem, portanto, na U. R. S. S., uma evolução *divergente*, ao contrário dos países ocidentais, onde elas se apresentam paralelas. A estrutura socialista da União Soviética criou condições sociais e econômicas favoráveis à procriação. Ela inverte inteiramente as leis demográficas dos países capitalistas, tais como a lei de BERTILLON” (ROUBAKINE).

Êstes resultados estão coerentes com a importância que todos os demógrafos, pediatras e economistas emprestam às causas econômicas.

Mesmo admitindo a possibilidade de alguma eiva política na tese de ROUBAKINE, vamos encontrar no recente trabalho da Liga das Nações, dirigido por NOTESTEIN,⁴⁹ a confirmação dos seus números, apresentando, por exemplo, a população da Europa e da Rússia, em 1940 e em 1970:

	1940	1970
População da Europa	572 milhões	668 milhões
População da U R S S.	173 milhões (ou 30,14%)	251 milhões (ou 37,38%)

A tendência da população russa é, sem dúvida, o mais impressionante fenômeno demográfico do nosso tempo. Também, isto não é para estranhar numa nação em que a maternidade é considerada realmente função de "excepcional importância", onde as creches dobraram vinte vezes, entre 1928 e 1933,⁵⁰ e o homem é o mais precioso dos bens nacionais, naturalmente dentro do programa político de expansão.

Foram, provavelmente, essas e outras considerações que levaram o governo inglês a criar, ainda em plena guerra, a "Royal Commission on Population", composta das mais sábias expressões dessa especialidade e suas correlações, em todo o Império Britânico, "a fim de examinar os fatos relacionados com as tendências da atual população na Grã-Bretanha; investigar as causas dessas tendências e estudar suas prováveis conseqüências; propor quaisquer medidas de interesse nacional que possam ser tomadas, no sentido de influenciar as tendências da população; fazer as recomendações convenientes". Apreciando êste ato, disse WINSTON CHURCHILL, falando, no mesmo dia, perante o "Royal College of Physicians": Publicamos, hoje, os nomes da Real Comissão de População. Não existe nenhum ramo de conhecimento humano no qual possamos enxergar tão claramente os mistérios do futuro quanto nas tendências das populações. Aqui, tendes profecias que se tornam certezas; neste setor, as pesquisas de estatística esclarecem com segurança por trinta ou quarenta anos adiante".⁵¹ Pelas mesmas razões, disse o presidente ROOSEVELT, numa das suas grandes orações: "Não pode haver um programa político sem o assunto magno — problemas humanos".

Mesmo países como o Egito, estão, desde 1938, por suas sociedades científicas, cuidando com o maior interesse da sua política populacional.⁵²

Não demos, até o presente, a devida importância às questões de população e não podemos continuar a nossa política do "laissez-faire", nesse assunto de interesse fundamental para um imenso país como o Brasil, onde a população deverá crescer até o triplo ou mesmo o quádruplo da presente, para atingir realmente um elevado grau de "utilização do ambiente", como diz Doon, isto é, a civilização industrial e a posição de grande potência que nos compete ocupar ainda neste século. Para tanto, a nossa política demográfica deverá abranger, ao mesmo tempo, os aspectos nacionais e internacionais, porque nenhuma nação no mundo atual poderá deixar de considerar êsses importantíssimos problemas.

Outrora, a política demográfica lançava as suas bases nas tradições culturais e especialmente religiosas, mas uma política comercial e nacionalista sempre orientou as grandes nações, desde os tempos mais remotos. A proporção que as civilizações se elevam para o zênite, o esforço para um melhor padrão de vida lança mão de processos expansionistas como a sujeição e a colonização de povos, como fizeram gregos e romanos; ou mesmo de meios antibiológicos, como o infanticídio, tão comum no Oriente; ou o contróle da natalidade pelo aborto e pelos anti-concepcionais, que dominam todo o Ocidente.

No nosso caso, um conjunto de circunstâncias geográficas e sociais determinam o aumento rápido da população. Devemos seguir uma política demográfica, repousando em bases científicas, mas flexível e orientada no sentido das conveniências nacionais.

O crescimento da população, que se impõe ao nosso país, coloca-nos em face de dois importantes problemas: o do crescimento natural (interno), que será tanto maior quanto mais utilizarmos e difundirmos as técnicas modernas no sentido da hominicultura; e o da imigração,

para o qual os conhecimentos atuais sôbre a matéria e a experiência dos Estados Unidos da América, devem constituir um roteiro.

A imigração e sua conseqüente influência no crescimento, no movimento de população, não podem ser predeterminadas, visto que o seu vulto depende, nos países democráticos, da opinião pública, da orientação política. Não é, como o crescimento natural, um processo biológico, dentro do próprio grupo.

Acreditamos que estabeleceremos, de futuro, não sômente uma definida política populacional, mas uma política mundial de população se imporá para o equilíbrio, para a elevação do bem-estar universal e para a realização dos próprios desígnios de paz, pelos quais o mundo anseia, sob pena de sossobrar a civilização. Até que venha aquêlê govêrno mundial, de que nos fala DUNN, único compatível com o inconcebível poder arrasador da liberação da energia atômica.

Nenhum país deve encontrar-se, presentemente, mais interessado nos problemas de população do que o Brasil. Impõem-se portanto três medidas fundamentais: o estabelecimento efetivo do registro civil, a imigração racionalizada e a regularidade dos censos.

- 1 KESSING, F M. — *Applied Anthropology in Colonial Administration in Symposium*, Edited by R. Linton — New York, 1945 pág. 377.
- 2 REUTER, EDWARD B — *Population Problems* — seg ed New York, 1937 pág 4.
- 3 DUNN, H L — “Estatística no mundo de amanhã” — REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA n° 25, pág 3, 1946
4. FRANKLIN, BENJAMIN — *Complet Works* — New York, 1887 — II, 232
- 5 SOROKIN, PITRIM A — *Man and Society in Calamity* — Terceira edição, New York, 1943 — pág. 27
- 6 COONEY, R L — “Dispersed Persons The Medical Problems” — *The Lancet* — 1.447 — 1945
- 7 KUCZINSKY, R R — “Population” — *Encyclopedia of the Social Sciences* — XII:240, 1944.
8. THOMPSON, WARREN S — *Plenty of People* — Pennsylvania, 1944 -- pág 16.
- 9 HILL, A V — “The Bengal Famine” — *Science* — 100:70-2 587-1944.
- 10 KAFURI, JORGE — “Aspectos Nacionais e Internacionais do Problema da Alimentação” — REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA -- V 305 —9 — 1944
- 11 WAGEMANN — Ap LIRA MADEIRA, J — REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — III.3-1942.
- 12 LIRA MADEIRA, J — “Alguns Problemas Demográficos Atuais” — *Revista de Imigração e Colonização* — V:607 — 3 — 1944.
- 13 LICURZI, ARIOSTO — *Problemas de Imigracion y Criminalidade* — Cordoba, 1945 — pág. 9
- 14 Ed. “Expectation of Life” — *Science* — S N — XC:8 — 2 400-1942
- 15 MYRDAL, ALVA — *Nation and Family — The Swedish Experiment in Democratic Family and Population Policy* — New York, 1942-pág 19
- 16 THOMPSON, WARREN — op. cit pág. 86
17. NOTESTEIN, F W — *Demographic Studies of Selected Areas of Rapid Growth* — New York, 1944-pág 141
18. SAX, KARL — “The Demographic Dilema” — *Science* — 101:324-2 627-1945
- 19 BOWMAN, ISALAH — “Commanding Our Wealth” — *Science* — 100 229-2 594 — 1944
- 20 THOMPSON, WARREN S. — *Science* — 101 65-2 612-1945
21. BONAR, J — *Malthus and His Work* — London — 1885
- 22 SAX, KARL — op. cit (18)
- 23 CARR-SAUNDERS, A M — *Poblacion Mundial* — (tradução mexicana) — 1942-pág. 93
- 24 DE LA WARR, EARL -- *House of Lords*-30-6-43-ap. J A M A -- CXXXII 1 139-1943

25. MYRDAL, ALVA — op. cit. pág 23 (15)
26. THOMPSON, W. S. — op. cit. (7) — pág. 27-28
27. MORTARA, GIORGIO — “Estudos sôbre a Utilização do Censo Demográfico para a Reconstrução das Estatísticas do movimento da população do Brasil” REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — III:77 — 9 — 1942.
28. LIRA MADEIRA — “Subsídios da Demografia pura para Articulação da Política Demográfica” — REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA — III:3 — 9 — 1942.
29. MC. CLEARY, G. F. — *Population Today's Question* — London — pág 107
30. WISSLER, G. — ap. COWDRY E. V. — *Problems of Ageing* — Baltimore, 1942.
31. DUBLIN, III. — ap. COWDRY — op. cit.
32. COWDRY — op. cit. (30)
33. BRUNOT, HELEN H. — *An Analysis of Some Problems of the Aged Based on 3106 Requests for information about Health and Welfare Services* — New York, 1944.
34. SAMSON, EMILY D. — *Old Age in the New World* — Fasc. Pilot Press New York, 1944.
35. PEARSE, G. H. and CROCKNER, L. H — *The Peckham Experiment — A Study of the Living Structure of Society* — London, 1944 pág 10.
36. MYRDAL, ALVA — op. cit. (15) — pág. 5.
37. BURLINGAME, L. L. — *Heredity and Social Problems* — New York (preface) — 1940.
38. JONES, WOOD — *Habitat and Heredity* — London, 1944.
39. FREYRE, GILBERTO — *Casa Grande e Senzala-II:457-Rio, 1942*
40. PARK, ROBERT E. — *Human Migration and Marginal Man — The Am J of Sociology* — XXXIII:881-6-1928.
41. SALLES, APOLÔNIO — Discurso na Federação das Associações Rurais de Pôrto Alegre — *O Jornal* — 31-10-1944.
42. PAIVA, GLYCON — “Capacidade de População do Brasil” — *Rodovia* — VIII:10-1945.
43. DAUDT DE OLIVEIRA, J. — “Problemas do Planejamento Econômico do Brasil e suas relações no Após-Guerra” — Conferência no Forum de — *O Jornal* — em 26-10-1944.
44. HILL, A. V. — “The Indian Question in the House of Communs” — July, 28-1944 — *The Lancet* — II:347-1944.
45. “The Geneticist's Manifesto” — *Journal of Heredity* — XXX:371-1939.
46. PALACIOS, ALFREDO L — *Defensa del Valor Humano* — Buenos Ayres, 1939-pág. 38
47. ELY, RICHARD T and WEHRWEIN, GEOG. S. — *Land Economics* — New York, 1941 — pág 17.
48. ROUBAKINE, A. — *Le Movement de La Population dans l'Union des Républiques Socialistes Sovietiques Comparativement aux tendances Demographiques des Pays Occidentaux* — Congresso Internacional de População — III:146-Paris, 1938.
49. Notestein, F. M et Al. — *The Future Population of Europe and the Soviet Union* — League of Nations — Geneve, 1944 — pág. 56.
50. WEBB, SIDNEY AND BEATRICE — U.R.S.S. uma Nova Civilização — tradução brasileira — IV:1 143-Rio, 1945.
51. CHURCHILL, W. — *The Lancet* — I: 347-1944.
52. CLELAND, W. WENDELL — *A Population Plan for Egypt* — Demographic Studies of Selected Areas of Rapid Growth Milbank Mem. Fund. — New York, 1944 — pág. 123

VULTO DA ESTATÍSTICA BRASILEIRA



Marques de Paranáguá

FRANCISCO VILELA BARBOSA

MARQUÊS DE PARANAGUÁ

Não refletiram os trabalhos da Assembléa Constituinte de 1823 apenas as agitações próprias da época que, então, atravessava o País, nos primórdios de sua vida independente e soberana. Preocupações outras assaltavam, também, o espírito dos Constituintes brasileiros, e, dentre elas, as relacionadas a um melhor, mais exato conhecimento das realidades nacionais, para o que somente investigações estatísticas poderiam satisfazer na medida desejada.

Neste sentido, vários foram os pronunciamentos da Assembléa, pela voz dos seus mais representativos elementos, que, interessados na organização de nossa vida administrativa, clamavam por dados capazes de orientá-la de maneira mais racional. Os Anais da Constituinte de 1823 registram manifestações bastante eloqüentes desse estado de espírito, como, por exemplo, as do BARÃO DE SANTO AMARO e do VISCONDE DE JEQUITINHONHA.

Dissolvida a Constituinte não esqueceu o Governo Imperial, entretanto, a necessidade de levar para diante a pesquisa de elementos numéricos que oferecessem a medida das verdadeiras possibilidades nacionais, em seus diferentes aspectos.

Assim é que, em 1826, foi o MARQUÊS DE PARANAGUÁ encarregado de apresentar um plano de levantamento estatístico geral, a que se deu o nome de Elenco dos trabalhos e indagações que fazem o objeto da estatística de uma Província do Império. Considerado, por muitos, como a primeira tentativa de estatística metodizada, no Brasil, o trabalho do MARQUÊS DE PARANAGUÁ constituía, em verdade, um inquérito amplo, abrangendo todos os assuntos que pudessem interessar ao governo.

Justificando o plano que havia adotado, a respeito, assim se dirigia ao Senado, na Sessão de 24 de maio de 1826, o Autor do Elenco: "Peço licença para apresentar um trabalho, de que fui encarregado pelo Governo, logo que cheguei de Portugal, e que não pude concluir com a brevidade que desejava, em consequência de novos encargos, que me sobrevieram depois, e de muito maior importância. Consiste este trabalho no presente mapa, que mando à Mesa. Éle é o elenco de tôdas as observações e indagações que podem fazer o objeto da estatística de uma Província do Império do Brasil, para servir de guia àqueles que houverem de ser incumbidos de semelhante tarefa. O governo tinha em vista fazê-lo imprimir para esse fim: como, porém, a Câmara tem nomeada uma Comissão de Estatística para promover os respectivos trabalhos, julguei que devia oferecer o dito mapa ao seu conhecimento, e muito estimarei que elle possa ministrar-lhe alguma lembrança, e poupar-lhe alguma fadiga, se não servir em tudo."

O assunto interessou vivamente a Assembléa, tendo sido, nessa mesma Sessão, objeto de debates, nos quais intervieram o VISCONDE DE CARAVELLAS, o MARQUÊS DE PALMA e outros representantes. Prosseguindo em suas explicações, salientou o VISCONDE DE PARANAGUÁ: "Neste trabalho se considera tudo o que pode ser objeto da estatística de uma província do Império. Eu a dividi em duas partes, a saber: em estatística geográfica e natural, e em estatística política e civil. E nas diferentes subdivisões, segui a marcha natural das matérias, como se acha indicada em algumas obras de estatística, de que me servi."

A apresentação do trabalho provocou, nessa mesma oportunidade, a seguinte Indicação, proposta pelo MARQUÊS DE PALMA: "A Comissão de Estatística propõe que se oficie ao Governo para ordenar aos Presidentes de tôdas as Províncias, e ao Intendente Geral de Polícia, nesta, que remetam ao Ministro e Secretário de Estado do Império, para vir ao Senado e à Comissão: a carta topográfica das respectivas províncias, marcadas as divisões, comarcas, termos e paróquias, apenas a história animal, vegetal e mineral de cada uma; declarando-se os rios navegáveis, e os que podem ser; a altura e direção das montanhas; as variações termométricas nas diferentes estações; os ventos gerais; a salubridade ou insalubridade do Clima; a importação e exportação, anual; e os melhoramentos possíveis da agricultura, mineração, fábricas, comércio, estradas, pontes e navegações, quantas clínicas

têm assim de medicina como de cirurgia; os conhecimentos, a prática da arte veterinária; a relação dos impostos e rendas públicas; o composto da receita e despesa da administração provincial, e das suas dívidas ativas e passivas; o número de escolas públicas; o progresso da instrução da mocidade, e da civilização dos selvagens; o tratamento usual dos escravos, e o mapa da população com especificação de qualidade, sexos e idades, adotando o crescimento ou decrescimento por tempo havido”

Após haver o MARQUÊS DE PALMA justificado a sua Indicação, requereu o MARQUÊS DE PARANAGUÁ a remessa do Elenco à Comissão de Estatística “ para que o examine e dê depois o seu parecer, e então com a sua informação a Câmara resolverá o que convier acêrca do seu envio para as diferentes Províncias”

Por fim, e à vista de parecer da Comissão de Estatística, decidiu a Assembléa que se mandasse imprimir o trabalho apresentado pelo VISCONDE DE PARANAGUÁ, com número de exemplares suficiente para distribuição aos interessados

Documento dos mais importantes para o estudo da evolução dos serviços estatísticos, em nosso País, o Elenco formula indagações a respeito da situação geográfica da Província, sua extensão e limites, clima, acidentes geográficos, agricultura, animais domésticos e silvestres, minas, curiosidades naturais, administração da justiça, forças armadas, população livre ou escrava, profissões, estabelecimentos públicos, indústrias, construção naval, comércio de importação e exportação

FRANCISCO VILELA BARBOSA, VISCONDE e 1º MARQUÊS DE PARANAGUÁ, nasceu no Rio de Janeiro, em 1768, filho do negociante FRANCISCO VILELA BARBOSA e de Dona ANA MARIA DA CONCEIÇÃO

Perdendo, cedo, os pais, foi educado por uma tia materna, que o mandou, concluídos os primeiros estudos, para Coimbra a fim de diplomar-se em Direito. Como houvesse contraído matrimônio contra a vontade de sua tia, suspendeu-lhe esta a mesada, ficando assim VILELA BARBOSA impossibilitado de continuar em Coimbra. Sabedor do fato, Dom FRANCISCO DE LEMOS, Bispo de Coimbra e Reformador da Universidade, deu a VILELA BARBOSA o auxílio necessário até a conclusão do Curso de Matemáticas

Em 1796, ingressou VILELA BARBOSA na carreira militar, com o posto de Segundo-Tenente. Transferiu-se para o Brasil, em 1802, passou a integrar o Real Corpo de Engenheiros, como Primeiro-Tenente, sendo promovido a Capitão, em dezembro do mesmo ano, e a Major, em julho de 1810

Eleito, em 1821, Deputado às Côrtes Constituintes de Portugal, não tardou VILELA BARBOSA a unir-se ao grupo dos ANDRADAS, passando a combater a hostilidade dos Deputados lusos para com o PRÍNCIPE D PEDRO. Foi, a 12 de setembro de 1822, um dos signatários da declaração proposta por FERNANDES PINHEIRO (mais tarde, VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO), contrária ao juramento à Constituição Portuguesa. Abandonando todos os empregos e postos, em Portugal, veio VILELA BARBOSA colocar-se, no Brasil, ao lado dos que pugnavam pela Independência. Possuidor de arraigadas convicções monarquistas, permaneceu fiel a D PEDRO I, quando este resolveu dissolver a Constituinte de 1823. Dêsse ano até janeiro de 1827, foi titular dos Ministérios dos Negócios do Império, da Guerra, da Marinha, e dos Negócios Estrangeiros

Por ocasião da crise de 1831, quando da queda do Ministério Liberal, voltou VILELA BARBOSA ao Ministério da Marinha, no governo formado a 5 de abril daquele ano, e que durou apenas dois dias, por força dos acontecimentos dos quais resultou a abdicação do Imperador e o advento do regime regencial

Retirando-se para a Europa, D PEDRO I deixou em poder de VILELA BARBOSA um autógráfo, com a recomendação de que o entregasse a D PEDRO II, no dia em que este alcançasse a maioridade. Nesse documento, manifestava D PEDRO I o desejo de que VILELA BARBOSA fôsse novamente chamado a prestar serviço ao País. Chamado a participar do primeiro Ministério da Maioridade, recusou o convite, receioso de que o imagnassem sócio do poder. No ano seguinte, porém, e por insistência do jovem Imperador, aceitou a pasta da Marinha

Velho e doente, VILELA BARBOSA abandonou, definitivamente, a vida pública, em 1843. Faleceu a 11 de setembro de 1846

Deixou, o MARQUÊS DE PARANAGUÁ, grande número de obras publicadas, versando não só matéria de sua especialidade científica, como também assuntos históricos e literários

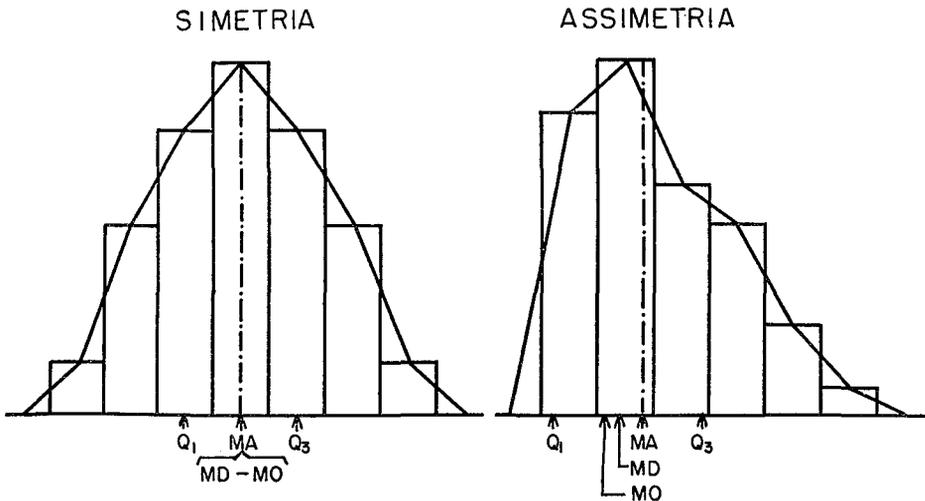
INICIAÇÃO ESTATÍSTICA — ASSIMETRIA E SUA MEDIDA

INTRODUÇÃO

93. **Idéia de assimetria e fundamento de sua medida** — De acôrdo com o sentido próprio do vocábulo, *assimetria* significa “falta de simetria”, e, pois, falta de correspondência, quanto a tamanho, forma e posição, entre as partes de um todo consideradas de um e outro lados de um ponto, linha, plano ou outro elemento de referência admitido. Na terminologia estatística, a idéia se liga, especificamente, ao gráfico representativo de uma distribuição

de freqüências, dizendo-se que esta é “simétrica”, ou “assimétrica”, conforme satisfaçam, ou não, a condições de simetria as partes do gráfico situadas de um e de outro lado da ordenada do ponto que, sôbre o eixo das abscissas, representa a média aritmética

Os gráficos abaixo são ilustrativos da existência de simetria ou assimetria nas distribuições de freqüência a que correspondem



Em uma distribuição de freqüências perfeitamente simétrica, a média aritmética, a mediana e a moda são, tôdas três, iguais, sendo, pois, representadas por um mesmo e único ponto do eixo das abscissas; na respectiva apresentação tabular, a assimetria se expressa pela igualdade entre as freqüências das duas classes de valores extremos, assim como entre as freqüências de cada par de classes equidistantes das extremas. A coincidência de valores da média, da mediana e da moda deixa de existir nas distribuições assimétricas, tendendo as três medidas a diversificar-se cada vez mais à medida que a assimetria se acentua. Nessa diversificação, ocorrem as seguintes circunstâncias, que convém ter sempre presentes:

a) a mediana mantém sempre um valor intermediário entre a média aritmética e a moda;

b) a média aritmética pode ser maior ou menor que a moda, mantendo com a mediana idêntica relação de valor

A diferença entre a média aritmética e a moda se apresenta, assim, como funda-

mento de uma medida apropriada de assimetria, à qual corresponde o valor zero no caso de simetria.

Os quartílios oferecem, também, fundamento a uma medida de dispersão, correntemente usada, resultante do fato de apresentarem as respectivas diferenças para a mediana, que chamaremos *primeiro e segundo afastamento quartílios*, as seguintes particularidades:

a) valores iguais no caso de distribuição simétrica;

b) valores diferentes no caso de distribuição assimétrica

A diferença entre os dois afastamentos quartílicos é, então, adotada como medida de assimetria, à qual corresponde o valor zero no caso de existência de simetria

94 **Sentido da assimetria** — Atendendo ao aspecto do polígono ou curva de freqüência peculiar a cada caso, conveniou-se dizer que há:

a) *assimetria positiva, ou enviesamento à esquerda*, quando a média aritmética

é maior do que a moda, ou o segundo afastamento quartílico é maior que o primeiro; e

b) *assimetria negativa*, ou *enviesamento à direita*, quando a média aritmética é menor do que a moda, ou o segundo afastamento quartílico é menor que o primeiro.

MEDIDAS ABSOLUTAS DE DISPERSÃO

95. **Tipos correntes** — Com base nos fundamentos precedentemente considerados, podem-se estabelecer os seguintes tipos de medidas:

a) com referência à média aritmética e à moda, a medida consubstanciada na expressão

$$ass = MA - MO,$$

a qual dá:

um valor *nulo*, quando $MA = MO$ (simetria);

um valor *positivo*, quando $MA > MO$ (assimetria positiva); e

um valor *negativo*, quando $MA < MO$ (assimetria negativa).

b) com referência à mediana e quartílios, sendo

$d_1 = MD - Q_1 =$ diferença entre mediana e 1.º quartílio e

$d_2 = Q_3 - MD =$ diferença entre 3.º quartílio e mediana,

a medida consubstanciada na expressão

$ass = d_2 - d_1 = Q_3 - MD - MD + Q_1 = Q_3 - 2MD$, a qual dá:

um valor *nulo*, se $Q_1 = Q_3$ (simetria);
um valor *positivo*, se $Q_1 + Q_3 > 2MD$ (assimetria positiva); e

um valor *negativo*, se $Q_1 + Q_3 < 2MD$ (assimetria negativa);

c) com referência à média aritmética e à mediana, como variante do tipo a para casos de fraca assimetria, em que se tem aproximadamente

$$MA - MO = 3(MA - MD),$$

a medida consubstanciada na expressão

$$ass = MA - MO = 3(MA - MD),$$

a qual dá:

um valor *nulo*, quando $MA = MD$ (simetria);

um valor *positivo*, quando $MA > MD$ (assimetria positiva); e

um valor *negativo*, quando $MA < MD$ (assimetria negativa).

96. Limitações de aplicação —

As expressões supra, embora geralmente satisfatórias para os casos correntes da prática estatística, apresentam limitações de aplicação decorrentes do fato de se basearem em elementos de cálculo em geral aproximado e de determinação nem sempre perfeita, como a moda, a mediana e os quartílios. A aplicação das medidas baseadas na moda exclusivamente ao caso das distribuições unimodais constitui uma limitação óbvia

Há outras fórmulas de medida de assimetria mais refinadas, que deixam de ser aqui consideradas, em razão do caráter de simples iniciação atribuído às presentes notas.

MEDIDAS RELATIVAS DE ASSIMETRIA

97. **Formação das medidas relativas** — Como no estudo da dispersão, as medidas relativas de assimetria representam relações das medidas absolutas para um termo de referência adequado, adotado como denominador.

Têm as vantagens próprias da apreciação dos fatos em termos relativos, podendo, por sua natureza, confinar-se entre limites de variação, que permitam estabelecer uma escala de "gradação", mediante a qual se possa classificar, convencionalmente, a assimetria em sensível, fraca, moderada, média, forte, muito forte, extrema

A tais medidas relativas chamaremos *coeficientes de assimetria*.

98. **Principais coeficientes de assimetria** — Às medidas absolutas anteriormente consideradas correspondem as seguintes medidas relativas:

a) *coeficiente de assimetria de Pearson*, que se define mediante razões cujo denominador é o desvio-padrão, como segue

$$C/ass = \frac{MA - MO}{\sigma},$$

ou, para distribuições de fraca assimetria,

$$C/ass = \frac{3(MA - MD)}{\sigma},$$

cujo valor fica compreendido entre os limites -3 e $+3$, visto variar $MA - MD$, no caso, entre -1 e $+1$.

b) *Coefficiente de assimetria referido aos quartílios*, que se define como a razão da diferença entre os afastamentos quartílicos para a sua soma, isto é,

$$C/ass = \frac{d_2 - d_1}{d_2 + d_1} = \frac{Q_3 - MD - MD + Q_1}{Q_3 + Q_1 - 2MD} = \frac{Q_3 - Q_1}{Q_1 + Q_3 - 2MD} =$$

ou, por ser usual fazer

$$\frac{Q_3 - Q_1}{2} = Q,$$

$$C/ass = \frac{2Q}{Q_1 + Q_3 - 2MD} = \frac{2Q}{2Q}$$

O valôr dêste coeficiente fica sempre compreendido entre -1 e $+1$.

O ALEXANDER DE MORAES

ACÊRCA DA PERIODICIDADE DAS CRISES COMERCIAIS

PESQUISAR os indícios que permitam os melhores meios de julgar o estado econômico, social e moral das sociedades humanas, tal é o principal objeto das preocupações de estatísticos e economistas. Muito já se fez neste sentido e os materiais esclarecedores do assunto se acumulam cada dia. O estudo das crises comerciais nos permitirá o exame, numa visão de conjunto, da situação das populações durante as épocas de prosperidade, no momento das crises e no curso da liquidação.

Teremos dado, assim, um passo no caminho aberto pelo Instituto Internacional de Estatística, a partir da Sessão realizada em Roma, em 1887.

Em face da dificuldade de se chegar a uma apreciação exata das rendas, perguntava-se se não seria melhor conhecer as despesas, o que conduziria ao mesmo resultado; isso levou ENGEL a procurar, no consumo, mais do que nas rendas, as manifestações positivas do bem-estar material.

Reunindo todos os levantamentos da estatística oficial em forma de quadro, identificam-se séries de anos durante os quais os movimentos são ascendentes ou descendentes, coincidindo com os períodos de prosperidade, que precedem as crises, e os períodos de liquidação, que se lhes seguem. À vista desses documentos, verifica-se de pronto a relação estreita que os liga aos movimentos dos balanços dos bancos. Teríamos encontrado, desse modo, resposta à questão proposta, ou seja, quais são as variações mais adequadas para oferecer a medida dos movimentos gerais da prosperidade pública.

A este quesito, KÖRÖSI não hesitava em responder que o desconhecimento dos sinais característicos do estado econômico de uma nação decorria da dificuldade das comparações internacionais quanto ao consumo. Sem dúvida, tomando-se por base o consumo, há dificuldades que se não devem desconhecer; mas se, ao invés do consumo, se tomarem as trocas, tudo se tornará fácil e comparável. A vida é movimento; os negócios consistem na circulação dos produtos ou daquilo que os representa — os títulos de comércio, as letras de câmbio. Onde se reconhecerá isso, essa circulação, de maneira mais certa, do que nos balanços dos grandes bancos? Aqui, nada de

erros a temer, nem dúvidas e falsa avaliação; tudo é correto e inflexível, como uma cifra.

Cada título comercial indica que uma troca foi realizada e, mesmo, com freqüência, várias trocas; ora, exceto nas crises e em situações embaraçosas, não se troca um produto com prejuízo; cada troca representa um lucro, variável sem dúvida, mas, enfim, um lucro, e são êsses lucros sucessivos que, sendo a circulação fácil e segura, constituem uma das principais fontes de renda das nações. Não podemos reduzir a cifras essas rendas, mas podemos ter uma idéia de sua importância, num dado momento, pelo valor dos correspondentes descontos e, no ano, pelos totais dos descontos e dos negócios. O estado de prosperidade de uma nação se reconhece pela atividade das trocas e, ao invés de observá-las num só gênero de comércio, sôbre um só

artigo, reunimos a generalidade das transações comerciais, que acabam tôdas por assumir a forma de um título de comércio ou de uma letra de câmbio. Operamos sôbre grandes números, sôbre produtos muito variados, e reduzimos, assim, as probabilidades de erros. Tudo concorre, portanto, para dar-nos a melhor idéia do progresso e melhoria das condições econômicas das populações, quando, pela continuidade e

NA Primeira Sessão do Instituto Internacional de Estatística, realizada em Roma, no ano de 1887, foi apresentada, pelo Estatístico e Economista francês CLÉMENT JUGLAR, uma Memória acêrca da periodicidade das crises comerciais. As idéias aí expostas se encontram mais amplamente desenvolvidas na obra intitulada Des Crises Commerciales et leur Retour Périodique, em que JUGLAR procura provar, com apoio em observações estatísticas, a sua teoria a respeito dos ciclos econômicos.

Não muito lida e pouco conhecida no Brasil, embora houvesse granjeado repercussão internacional na época em que foi divulgada, é a referida Memória que a REVISTA ora oferece a seus leitores, e cujo texto traduzimos do original publicado nos Anais daquele Instituto.

alta dos salários, elas refletem e gozam os efeitos da prosperidade reinante.

Englobando e resumindo o conjunto de tôdas as transações, vemos as séries de anos prósperos precedendo as crises, e as séries de anos de liquidação que se lhes seguem. A regularidade e extensão desses períodos são muito maiores do que se a observação se exercesse sôbre um só artigo. Esse movimento de trocas empresta o tom a tôdas as estatísticas; qualquer que seja a tabela sôbre a qual lançamos os olhos, vemos aparecer, embora às vêzes menos acentuadas e de menor duração, as mesmas seqüências ascendentes e descendentes, que coincidem, segundo o artigo, no mesmo sentido ou em sentido contrário, com as dos balanços bancários, como se obedecessem à batuta de um diretor de orquestra, dando a medida do movimento, sua velocidade, sua duração e seu volume. Esta fôrça, dissimulada sob mil formas, é a poupança, reformando-se, aumentando e acumulando sem cessar o capital, e é o crédito, que põe em

movimento êsse capital, pelos bancos e câmaras de compensação e centuplica seus efeitos.

Esses períodos, que aparecem e se desenhavam de maneira tão nitida nos balanços dos bancos, foram desdenhados, até aqui, porque não se dispunha de séries relativas a uma longa seqüência de anos; mas agora que tais séries já alcançam cerca de um século, e quando se vê todo o movimento social arrastado na mesma órbita, pode-se dizer que possuímos o fio condutor procurado.

Se o movimento das trocas deve orientar-nos e se os balanços bancários proporcionam, a respeito, os principais traços, quais os documentos estatísticos a escolher para completar o quadro que tentamos esboçar? Onde encontraremos séries que coincidam de maneira tão perfeita com êsse movimento, que não se possa discutir a solidariedade dessas variações, em seus altos e baixos?

Um só ângulo do quadro nos permitirá assinalar a aproximação das crises e a reanimação dos negócios; procuramos, portanto, verificar se, prescindindo dos bancos, não encontraríamos um cortejo de fenômenos igualmente importantes para confirmar nossa primeira apreciação. Esses fenômenos não ocorrem apenas num único país; o mundo inteiro os registra e as mesmas cenas se repetem em toda parte, nos grandes países mercantis — Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha. Para nos orientarmos nesse dedalo de transações, torna-se necessário, como a um navegante, tomar o ponto. Tudo concorre para esclarecer-nos: os preços dos produtos, matérias-primas e artigos manufaturados, as taxas dos "reports", os cursos do câmbio. Para levar mais longe a observação e mostrar a importância e a rapidez das trocas, o movimento das câmaras de compensação nos permite um exame ao vivo. As emissões de valores sôbe as principais praças comerciais nos indicam a abundância ou a escassez do capital disponível, sua facilidade ou sua dificuldade em converter-se ou imobilizar-se nos valores novos, oferecidos com ou sem prêmio.

Enfim, podemos ver o movimento de trocas nos levantamentos das importações e exportações, cujos resultados, em valor, são singularmente influenciados pela alta ou baixa dos preços.

Tais são os testemunhos e indicadores da atividade ou do retardamento dos negócios; tôdas as esferas sociais recebem sua influência benfazeja ou seu contágio. Da riqueza privada à riqueza pública vai apenas um passo; verificaremos a situação da primeira nas épocas de prosperidade e nas de crise, segundo os orçamentos dos Estados e das cidades. As receitas do Tesouro apresentam a marca: brilhantes e crescentes nas épocas prósperas, medíocres e decrescentes durante as depressões.

A orçamentos equilibrados e com excedentes de receita, sôbe os quais se baseiam as despesas, sucedem-se orçamentos deficitários que não se sabe como equilibrar.

As receitas dos impostos de barreira, das estradas de ferro e dos meios de transporte coletivo, nas cidades, não escapam à lei comum; observaremos, pois, as variações do consumo, nesses diferentes campos.

A essas diminuições de despesas, que indicam diminuição de rendas, corresponde diminuição de economias nas formas de compras de títulos do débito público e de depósitos nas Caixas Econômicas.

A tôdas essas manifestações da vida social; os movimentos da população — casamentos, nascimentos, óbitos — não poderão ficar estranhos. Portanto, pesquisaremos com interesse se os levantamentos oficiais apresentam a marca de todos os movimentos que nos preocupam e qual o seu comportamento nos períodos de prosperidade, crise e liquidação.

Ao lado dos balanços, portanto, existe todo um conjunto de fatos que concordam com êles, e que vêm esclarecer-nos e mostrar-nos que somos levados num movimento geral que domina todo o mecanismo social; os bancos, como um simples manômetro, indicam sômente a pressão.

Trata-se de reconhecer os períodos de prosperidade, de crise e de liquidação, pois encontramos sempre uma dessas três situações; daí, a importância para empreender um negócio, alargá-lo, restringi-lo ou liquidá-lo, saber em que condições se poderá operar e quais as épocas a escolher, se houver possibilidade de escolhê-la.

Lancemos um rápido olhar sôbre cada um desses elementos e eis o que observamos. A taxa de desconto é o verdadeiro regulador do mercado de capitais. Ela os atrai ou repele sob a forma metálica e se comprovam as variações pelas diferenças do nível do encaixe. Os cursos do câmbio não se afastam do par e, mesmo, cairão, quando o metal aflui às caixas do banco; são desfavoráveis quando o metal foge e acarreta a baixa do nível do encaixe. Para retificá-los, torna-se preciso, no primeiro caso, baixar a taxa de desconto e, no segundo, elevá-la.

A prova de que é êste o verdadeiro remédio, no último caso, reside no fato de que, antes mesmo que se lance mão desse meio supremo, a elevação das taxas dos "reports" sôbre o mercado livre demonstra a necessidade da sua adoção.

Curso do câmbio — Seus movimentos se acham relacionados aos das reservas metálicas dos bancos; quando êstes são desfavoráveis, desce; quando favoráveis, sobe.

Preços — Refletem a atividade ou o retardamento dos negócios: período de prosperidade ou período de liquidação. No primeiro, os preços crescem, não sem reação, naturalmente, até a explosão da crise, quando chegam ao máximo; depois, declinam até alcançar o mínimo durante o período de liquidação.¹

Câmaras de compensação — Esta instituição, de criação recente, nos permitirá acompanhar o movimento dos títulos de comércio, das cambiais, que se compensam diariamente e que nos indicam a importância e rapidez das trocas. Vemos, aí, os bilhões que se movimentam incessantemente, passando de uma para outra mão, mediante uma simples compensação.

¹ Vêde o quadro na obra *Des crises commerciales* de CLÉMENT JUGLAR, 2ª edição, 1829, pág. 78.

O movimento das câmaras de compensação, como o balanço dos bancos e os preços, estão em perfeito acôrdo não sômente num país, como em geral; assim é que vemos elevar-se, em Londres, o total das compensações de 3 500 milhões de libras em 1868 a 6 300 milhões em 1881, cair a 5 500 milhões em 1885, durante a liquidação da crise, e depois subir a 6 900 milhões em 1888, continuando o movimento ascensional no successivo período de prosperidade; e mesmo se verificou em New York

Emissões de valores — Mostram-nos as mesmas oscilações: de 43 milhões de libras em 1867 a 154 milhões em 1873; é a fase de ascensão. A crise se declara e, durante a liquidação, as emissões caem até 56 milhões de libras em 1879. Em 1882, elevam-se as emissões a 145 milhões de libras, recaindo até 77 milhões em 1885, antes da volta ao movimento ascensional.

Comércio — As importações e as exportações estimadas em valores atuais nos mostram oscilações concordantes com as dos preços. O máximo e o mínimo ocorrem, respectivamente, nos momentos em que são cotados os preços mais altos e os mais baixos.

Receitas das estradas de ferro — Continuando o nosso estudo dos movimentos das trocas e da circulação, as receitas das estradas de ferro vêm confirmar as observações anteriores, dando a metade dos deslocamentos de pessoas e de produtos.

O aumento do tráfego acompanha, via de regra, o desenvolvimento da rede ferroviária; mas não se manifesta uniformemente no tempo. No começo, o número de viajantes cresce sem cessar, de 12 milhões em 1847 a 111 milhões em 1869. A guerra de 1870 faz cair esse número a 98 milhões; ele sobe de novo, a 152 milhões, em 1878, diminui levemente, para 150 milhões, em 1879, no fim da liquidação da crise de 1873 e às vésperas da reanimação dos negócios, que o faz subir a 194 milhões em 1882, ano da crise. Embora violenta, esta crise não detém o movimento ascensional, que continua, mesmo durante a liquidação, até atingir 214 milhões de viajantes, enquanto se verifica diminuição bem sensível no que diz respeito aos transportes de produtos e às receitas.

Se aumenta o número de viajantes, o crescimento anual está longe, porém, de ser constante; antes de 1864, varia de 4 a 5 milhões; terminada a liquidação da crise, eleva-se a 15 milhões no decurso do período de prosperidade, de 1879 a 1882, enquanto cai a 3 milhões durante a liquidação da crise.

Transporte de carga — Como no caso dos viajantes, a progressão da quantidade das mercadorias não se interrompe, elevando-se essa quantidade de 3,5 milhões de toneladas em 1847 a 44 milhões em 1869. A guerra de 1870 reduz a tonelagem a 37 milhões, mas depois o movimento readquire o ritmo ascensional, até alcançar 89 milhões em 1883, um ano depois da crise.

De 1847 a 1859, os aumentos anuais não ultrapassam 2 milhões; em 1860, elevam-se a 4 milhões; a seguir, até 1870, oscilam entre 1 e 3 milhões de toneladas. Depois da guerra, o aumento sobe a 16 milhões, em 1872; a

crise de 1873 o faz cair a 2 milhões, até o fim da liquidação, em 1878; então, com a reanimação dos negócios, a tonelagem aumenta de 5 milhões em 1879, 12 milhões em 1880, 4 milhões em 1881 e 1882; no ano seguinte à crise, o aumento não passa de 1 milhão, e, afinal, em 1885, verifica-se uma diminuição da tonelagem — coisa que não se tinha visto antes —, acentuando-se no ano seguinte de 9 para 5 milhões de toneladas. A diminuição ocorre apenas para as mercadorias; quanto aos viajantes, seu crescimento só se reduz de 4 para 3 milhões.

Circulação de viajantes nos ônibus — Esta circulação nos mostra as mesmas oscilações antes das crises, durante os períodos de prosperidade, e depois das crises, durante os períodos de liquidação.

Consumos — Tomemos os principais: a hulha, o ferro, o gás, o fumo, as bebidas, as rendas dos impostos de barreira, de Paris em particular; entremos nos pormenores do consumo, e verificaremos como a atividade e o retardamento são mais sensíveis nos grandes aglomerados urbanos do que no conjunto do país.

A produção da hulha parece variar menos do que a do ferro-gusa.

Produção e Preços *

ANOS	HULHA		FERRO-GUSA	
	Produção (toneladas)	Valor por tonelada (francos)	Produção (toneladas)	Valor por tonelada (francos)
1873—crise	17 480 000	16,61	1 382 000	137
1879—liquidação	17 110 000	12,93	1 400 000	85
1882—crise	20 600 000	12,36	2 039 000	91
1885—liquidação	19 510 000	11,73	1 631 000	62

Dos 17,5 milhões de toneladas de hulha em 1873, a produção só diminuiu para 17,1 milhões em 1879, enquanto a de ferro-gusa se manteve próxima de 1,4 milhões de toneladas.

De 1882 a 1885, a produção de hulha caiu de 1,1 milhões de toneladas e a do ferro-gusa aumentou de 0,4 milhões. Quanto aos preços, os da hulha diminuíram sensivelmente e os do ferro mais fortemente. Esses movimentos estão ligados às épocas de prosperidade e de crise.

Fumo, bebidas — Seguiremos as variações dos consumos do fumo e das bebidas, pela contribuição que esses consumos dão aos impostos indiretos.

O consumo do fumo é o que oferece menor interrupção em seu desenvolvimento. Antes da crise de 1882, só há diminuição durante três anos, em 1870 e 1871, por ocasião da guerra, e depois, em 1885; até aí as rendas anuais dos direitos arrecadados aumentavam sempre. Se

* Os dados publicados no estudo original estão em parte errados, em consequência de um lapso do Autor. A tabela foi retificada de acôrdo com os dados do *Annuaire Statistique* da França.

dividirmos os últimos anos em dois períodos, de 1854 a 1869, e de 1872 a 1884, o primeiro registra um aumento de 61 milhões e, o segundo, de 112 milhões; a progressão do consumo, no último período, só se detém em 1885, durante a liquidação da crise de 1882; nas crises precedentes, porém, apenas varia a velocidade do aumento

De 11 milhões em 1856, o acréscimo se reduz a 1 milhão em 1859. No período seguinte, o aumento anual se eleva a 22 milhões; depois, no decurso da liquidação da crise de 1864, êle cai a 3 milhões

A crise de 1873 passa despercebida durante a fase aguda, mas na liquidação, de 1878 a 1879, o aumento anual se reduz a 300 mil francos

De 1880 a 1883, o aumento se eleva a 9 milhões; o impulso persiste ainda, um ano após a explosão da crise. Mas, a partir de 1884, diminui para 5 milhões e, afinal, em 1885, cede lugar a um decréscimo de 2 milhões de francos

Bebidas — A marcha das receitas apresenta mais altos e baixos que a do fumo; não há a mesma seqüência ininterrupta de aumentos, ainda que possamos dividi-los também em dois grandes períodos: de 1854 a 1860, e de 1860 a 1880

No primeiro período, em 1856, às vésperas da crise de 1857, no fim do período de prosperidade, verificamos um aumento anual de 27 milhões, o qual cai a 2 milhões, em 1860, durante a liquidação.

No período seguinte, salvo em 1865 e 1866, quando subiu a 20 e 19 milhões de francos, o aumento anual não ultrapassa 7 a 9 milhões. A crise de 1864 não retardou o movimento de reação que se fez sentir mais tarde. A abundância das colheitas não teve a influência que se lhe poderia atribuir; assim, em 1866, a uma bela colheita de 68 milhões de hectolitros sucede um aumento de 19 milhões nas receitas, enquanto em 1867, também após uma colheita pouco menor (63 milhões), há uma diminuição de 10 milhões de francos.

A depressão causada pela guerra de 1870 é ainda maior, atingindo 23 milhões, nesse ano; eia não persiste em 1871, como no caso do fumo. A partir daí, a receita se eleva em 1872, mantendo-se em aumento até 1875

A exemplo do fumo, a liquidação da crise de 1873 só se faz sentir em 1877, quando a receita diminui de 1 milhão; mas, com a reanimação dos negócios, durante o período de prosperidade que precede a crise de 1882, tornamos a ver aumentos anuais de 13, 10 e 18 milhões, de 1878 a 1880.

As más colheitas de 1879 e 1880 fazem desaparecer os aumentos, ao mesmo tempo que a crise se faz sentir. Nada obstante, os aumentos reaparecem em 1883 e 1884, como no que diz respeito ao fumo, tão grande é o poder do hábito e da melhora do padrão de vida extensiva a todas as classes sociais. Todavia, o afrouxamento das atividades, a diminuição dos salários, o desemprego, conseqüências da liquidação da crise, fazem-se sentir em 1885; as receitas das bebidas decrescem de 10 milhões, quando as do fumo apenas diminuem de 2 milhões

O consumo do café seguiu a mesma marcha, e o mesmo aconteceu com todos os impostos indiretos; em 1883 e 1884, durante os primeiros anos que se seguiram à crise, o impulso continuava a agir, havia fortes reservas e não se queria acreditar na gravidade do mal que se encarava como local e transitório. Foi em 1885 e 1886 que a pausa se tornou bem sensível.

Impostos de barreira — As receitas destes impostos nas grandes cidades, e em Paris em particular, confirmam o que atrás se verificou

Um máximo das aludidas receitas, em Paris, observa-se em 1846 — 37,6 milhões de francos. Elas decrescem a partir de 1847 e caem a 28 milhões em 1848, no momento da revolução

O movimento ascensional se restabelece no ano seguinte e persiste sem interrupção até 1853, quando a guerra da Criméia lhe impõe ligeira pausa; depois, o aumento retoma seu curso sem sofrer influência da crise de 1857, elevando-se a receita de 42 milhões para 91 milhões de francos (1854-1864). Ocorre, apenas, uma pequena depressão de 1 milhão em 1865, e o movimento ascendente leva as receitas a 107 milhões de francos, em 1869. A guerra de 1870 as faz descer a 68 milhões, mas se segue um novo período de aumentos, de 107 a 149 milhões, de 1873 a 1882.

Aqui, pela primeira vez, a crise persiste e causa uma diminuição das receitas durante vários anos, reduzindo-as a 143 milhões em 1883, 140 milhões em 1884, 135 milhões em 1885 e 1886. Em 1887, como no caso dos balanços bancários, volta o aumento, que se acentua até a receita atingir 141 milhões em 1888; é com o período de prosperidade que recomeçam os aumentos

Desçamos aos pormenores das três principais categorias de receitas: as bebidas, os comestíveis e os materiais de construção proporcionam cifras que se sucedem e se moldam, por assim dizer, não sobre as necessidades, mas sobre os recursos da população parisiense, nos períodos de prosperidade e de crise

Caixas econômicas — Os levantamentos nos permitem penetrar em todos os segredos das pequenas economias; seguimos as variações das somas depositadas e retiradas

O que surpreende é que, depois da consolidação, em rendas, dos fundos das caixas econômicas, em 1848, nenhum acidente, salvo a guerra de 1870, pôde deter os depósitos

O capital consolidado (400 milhões de francos) reconstituiu-se rapidamente, atingindo 285 milhões em 1853 e 711 milhões em 1869. Durante os três anos perturbados, de 1870, 1871 e 1872, reduziu-se a 515 milhões de francos, diminuição mínima quando se consideram as imensas necessidades às quais era preciso atender dentro de uma espantosa desordem social

Restabelecida a paz, em breve ficou compensada a diminuição; desde 1876, o saldo credor de 1869 (711 milhões) era ultrapassado. Os acréscimos anuais, que pouco a pouco se haviam elevado, de 20 a 87 milhões, atingindo 109 milhões em 1876, apesar da crise de 1873, a qual só alcançou a França durante a liquidação, subiram ainda a 154 milhões de fran-

cos, em 1878 A modificação do limite máximo dos depósitos para dois mil francos, em 1881, fê-los afluir na importância de 346 milhões, no primeiro ano A esta altura, não se trata somente de economias anuais; uma nova clientela vem depositar seus fundos em conta-corrente, a fim de gozar de uma taxa de juros mais elevada. Apesar dessas facilidades, entretanto, a crise de 1882 se fêz sentir, reduzindo-se os depósitos do ano a 62 milhões, mas, ainda, ultrapassando o total das retiradas

Impostos indirectos — O magnífico desenvolvimento dessas receitas do Tesouro nos anos prósperos, e mesmo quanto a uma delas (referente ao fumo) no decurso das crises e perturbações mais graves, bem demonstra, se fôsse necessário prová-lo, como os impostos indirectos bem distribuídos, e que incidem sobre a massa dos cidadãos, são produtivos para o Estado

De 1814 a 1818, as receitas indirectas se elevam de 206 a 547 milhões, baixando a 526 milhões em 1819 (liquidação da crise) Em 1830 alcançam 633 milhões; a crise e a revolução fazem cair essas receitas a 524 milhões, em 1831 Em 1846, o total eleva-se a 827 milhões; em 1847 já se reduz, pela crise, a 824 milhões, para cair depois, no meio das agitações de 1848, a 683 milhões de francos.

Durante o período de prosperidade (1852-1857), as receitas aumentam e chegam, em 1859, a 1.101 milhões de francos O retardamento dos negócios, durante a liquidação da crise, só as faz descer a 1.074 milhões, contribuindo para limitar a descida a alteração das tarifas aduaneiras Depois dessa depressão, os aumentos anuais reaparecem e, apesar de breve interrupção em 1864, a partir de 1866 todos os máximos precedentes são ultrapassados e as receitas em questão figuram, no orçamento de 1869, com 1.323 milhões de francos

A guerra de 1870 rebaixa-as a 1.115 milhões; a seguir, entramos numa fase de alta favorecida pelos novos impostos (700 milhões de francos), nada podendo detê-la até 1883; assim é que as receitas indirectas atingem, em movimento contínuo, 2.109 milhões em 1876, mercê da progressão resultante dos novos impostos, nos primeiros anos de sua aplicação

Em 1877, o fim da liquidação da crise de 1873 se faz sentir, ocorrendo uma pausa, mas, com a reanimação dos negócios e a alta dos preços, a progressão reaparece, indo até 2.327 milhões de francos em 1883

A crise explodiu em 1882, mas todos os negócios encaminhados não podiam parar instantaneamente; acentua-se o retardamento em 1884, com a baixa dos preços, e persiste durante a liquidação, reaparecendo a tendência ascendente em 1886

Seja tomando o conjunto, seja considerando em separado os principais itens das receitas indirectas, encontramos as mesmas oscilações: progressão contínua durante os períodos de prosperidade, pausa no momento das crises, no ano precedente ou no seguinte, retrocesso durante as liquidações — numa palavra, analogia completa aos movimentos que nos revela a observação dos balanços bancários

Orçamento do Estado, receitas, excedentes, "deficits" — Ao lado das receitas e despesas privadas, examinemos as receitas e despesas públicas do Estado.

Um olhar sobre o orçamento do Estado nos mostra que o equilíbrio é muito fácil nas horas prósperas e muito difícil durante a liquidação das crises Num tempo, são excedentes não previstos de receitas, que estimulam grandes empreendimentos; no outro, são "deficits" não menos persistentes, que tornam impossível qualquer iniciativa

Comparar o período de excedentes com o período de prosperidade, e o de "deficit" com o de liquidação das crises, basta para mostrar a solidariedade desses movimentos. Nada é mais significativo do que a seqüência de excedentes e de "deficits" dos orçamentos, desde 1878

Tabela dos Excedentes e "Deficits" dos Orçamentos

ANOS	EXCEDENTES (milhões de francos)	«DEFICITS» (milhões de francos)
1878	79	—
1879	167	—
1880	166	—
1881	169	—
1882	—	42,5
1883	—	62,4
1884	—	89,9
1885	—	146,6
1886	—	124,1
1887	—	17,6

As diferenças são tão marcadas no último período, antes e depois da crise de 1882, durante o período de prosperidade e o de liquidação, que basta um olhar para mostrar como tudo se encadeia no mecanismo social

No período de prosperidade, tudo parecia fácil; não se viam mais limites à elasticidade das receitas dos orçamentos e se procurava absorvê-las em despesas novas (Plano Freycinet, escolas, secularização, construções de escolas)

A crise rebenta em 1882 e logo surgem os "deficits", sempre crescendo no período de baixa, como cresciam os excedentes no período de alta, e passando de 42,5 milhões de francos em 1882 para 146,6 milhões em 1885

Até às vésperas da explosão da crise (janeiro de 1882), tudo marcha na medida dos desejos Apesar das insensatas despesas que comprometeram o futuro, fêz-se face a tudo com o auxílio dos depósitos das caixas econômicas e dos aumentos dos impostos indirectos, ultrapassando-se cada ano as previsões orçamentárias Antes mesmo da explosão da crise, em 1881, para não prever os embarços futuros, seria preciso contar com um período de prosperidade indefinido, como nenhum regime havia até então desfrutado

Descobertos do Tesouro — Seguem os mesmos movimentos; um olhar sobre as suas oscilações nos mostra que, depois de cada consolidação, elles se elevam e atingem a cifra máxima às vésperas das crises.

Dívida flutuante — Os descobertos do Tesouro são devolvidos à dívida flutuante até que sejam consolidados pela inscrição de uma anuidade coberta por um empréstimo. Os embarços do Tesouro coincidem com os do comércio, tudo sendo solidário no mundo econômico. Se, com o auxílio dos empréstimos, a dívida flutuante desapareceu nos últimos tempos, é porque os compromissos do Tesouro, tomando outras formas, imperceptíveis para o público, não aparecem mais no orçamento.

Circulação dos fundos públicos — As variações da circulação dos títulos de 5% e 3% vão mostrar-nos, pelas suas altas e baixas, como já vimos no caso das mercadorias, os períodos prósperos e os anos de crise ou de liquidação.

Em 1818, os títulos de 5% caem de 69 para 64,75 francos (1817-1818). Em 1825, passam de 106,25 a 93 francos.

A partir desse momento, e para facilitar a comparação até os nossos dias, tomemos os títulos de 3% criados em 1825. As depressões, depois de cada período próspero, são bem visíveis:

<i>Crisis</i>		<i>Francos</i>	
1825	de 76,35	para 63,00	(1825-1826)
1830	" 86,10	" 46,00	(1829-1831)
1836	" 82,35	" 76,85	(1835-1836)
1839	" 82,25	" 77,80	(1838-1839)
1847	" 86,40	" 74,65	(1845-1847)
1857	" 75,45	" 65,85	(1856-1857)
1864	" 72,90	" 64,45	(1862-1864)
1873	" 58,45	" 52,00	(1871-1872)
1882	" 87,35	" 74,15	(1881-1883)

Estamos sempre em presença dos mesmos movimentos: ascensão durante alguns anos, pausa súbita no momento das crises, depressão prolongando-se mesmo por alguns anos, depois; tudo nos mostra que não estamos em face de um caso fortuito, e, sim, que essas oscilações obedecem às leis que presidem à atividade ou ao retardamento das trocas.

Em cada período próspero que se liquida por uma crise, o movimento de alta sobre os fundos públicos dura de quatro a cinco anos. Nos períodos de 1857 e de 1882, persiste durante oito a dez anos, convindo lembrar que cada um destes períodos foi precedido de uma terrível liquidação: a crise de 1847, a revolução de 1848 e o imposto de 45 centésimos, num dos casos, e, no outro, a guerra franco-alemã e a Comuna.

Depois da consolidação dos títulos de 5%, a cotação de 100 francos foi atingida pela primeira vez em 1824; em 1826, a cotação não ultrapassava 106,25, embora a nova emissão de 3% ao preço de 75 francos atingisse logo 76,35. Desta alta cotação, esses títulos caíram a 63 francos, daí elevando-se até 86,10, durante o período próspero de 1829. A perturbação trazida pela revolução de 1830 não permite aos títulos de 3% ultrapassar, de 1829 a 1845, 82,35 francos; somente às vésperas da crise de 1847 reaparece a cotação de 86,40.

A revolução de fevereiro de 1848 não causou perturbação tão profunda; já os fatores de produção eram bastante fortes para sustentar o crédito, e a partir de 1852, depois de 2 de dezembro, os títulos eram cotados a 86 francos. As guerras do Império, mesmo as

guerras felizes, não permitiam a volta dessa cotação. Depois dos nossos desastres, foi somente em 1885, às vésperas da crise, que elas reapareciam e até foram ultrapassadas, sendo atingida a cotação de 87,35 francos.

Quanto às baixas cotações, se não vimos de novo as de 1830 (46 francos), não ficamos muito distanciados delas em 1871 (50,35 francos).

Em 1883, durante a liquidação, a cotação desceu abaixo do nível de 74,65 francos registrado em 1847. Se vemos novamente as mesmas baixas na época atual, ultrapassamos as altas anteriores, sem que a diminuição da taxa de juros tenha sido tão rápida como se esperava.

Prescindindo das crises, salientamos a baixa dos fundos públicos em 1823 (guerra da Espanha). Ela não dura: de 95 francos em 1822, os títulos de 5% caem a 75,50 em janeiro de 1823, para, no mesmo ano, subirem a 93,65, e o movimento de alta, um instante interrompido, prossegue durante o período de prosperidade, até ser alcançada a cotação de 104,80 em 1824, quando a crise vai explodir.

Em julho de 1840, a questão do Oriente precipita os títulos de 3% de 86,65 francos a 65,90; mas, desde o mês de novembro, passado o pânico e dissipado o temor de guerra, atingem eles 80,60 francos.

Em 1854, a guerra da Crimeia faz descer esses títulos de 86,75 a 61,35 francos (abril de 1854); depois, iniciada a guerra, apesar dos temores acerca do futuro e da emissão de um empréstimo de 250 milhões a 65,25 francos, elevam-se até 75 francos (junho de 1854). No início de 1856, um último empréstimo os faz descer a 61,50 francos, e, embora se elevem a 74,75 em junho, voltam a descer no fim do ano, depois da conclusão da paz, quando a crise se faz sentir (65 francos em setembro), caindo a 65,85 francos em dezembro de 1857, em plena crise.

Durante a liquidação, a cotação aumenta para 75,15 francos. A guerra da Itália provoca a queda para 60,50 francos (1859), a mais baixa cotação depois de 1848. A paz de Viena faz voltar as cotações a 71,50 francos; mas, a partir do ano seguinte, a instabilidade e depois a ruptura da União Americana determinam procura de crédito que fazem elevar a taxa de desconto e cair os títulos de 3% a 66,80 francos em janeiro de 1861, no começo da guerra e da alta dos preços de algodão. A conclusão da paz, causando a baixa, produz o "crack" de 1866, em Londres, e o contragolpe, em Paris, faz descer os títulos de 3% a 62,45 francos (junho).

A guerra franco-alemã de 1870 é o último acidente que, à margem das crises, deprecia esses títulos a 50,35 francos. Não devem ser esquecidas as circunstâncias (março de 1871, na época da Comuna). A reação não tarda: apesar da situação crítica, bem como dos empréstimos, os títulos são cotados, já em novembro, a 58,45 francos; e, depois de breve reação em 1873, a 64,80 no ano seguinte. Daí em diante, em movimento ininterrupto, elevam-se a 87,35 francos em junho de 1881, às vésperas da crise. A última baixa (74,14 fran-

cos) aparece em dezembro de 1883, no meio da liquidação, como já notamos.

Movimento da população — As variações dos casamentos, nascimentos e óbitos, menos acentuadas do que as dos balanços bancários, são todavia bastante sensíveis para que se reconheça a influência dos anos felizes e infelizes. Nos primeiros, aumento rápido dos casamentos e nascimentos, diminuição dos óbitos; nos segundos, aumento dos óbitos, decréscimo dos casamentos e nascimentos. Não pretendemos que as cifras máximas ou mínimas coincidam com as dos descontos, mas pela época em que se apresentam, nas séries em aumento ou decréscimo de que fazem parte, a correlação fica suficientemente estabelecida. As variações são freqüentemente enormes, pois que podem elevar-se a mais de 200 000 para mais ou para menos.

Os casamentos, e, em consequência, os nascimentos, não acompanham apenas o desenvolvimento da prosperidade do país; ocorrem, em algumas épocas, movimentos contrários aos que se podiam prever. Nas épocas de revolução, de desordens sociais, quando se pode temer uma guerra e uma chamada de homens às fileiras, os casamentos aumentam em grandes proporções; é o que se observa:

Casamentos

Em 1804, ruptura da paz de Amiens	207 000
" 1813, chamada de 30 000 homens	387 000
" 1830, revolução	270 000
" 1840, Questão do Oriente	283 000
" 1848, revolução	294 000

Afora essas influências, o número de casamentos variara de 199 000, em 1801, a 209 000, em 1820, e de 225 000, em 1821, a 281 000, em 1842.

Pesquisemos, em cada período, as relações das cifras máximas e mínimas dos casamentos com as crises

Relações das Cifras Máximas e Mínimas dos Casamentos com as Crises

CRISES	MÁXIMA	MÍNIMA
1847 { 1843	281 000	—
{ 1847	—	250 000
1857 { 1850	296 000	—
{ 1854	—	271 000
1861 { 1858	307 000	—
{ 1860	—	289 000
1870 { 1869	303 000	—
{ 1870	—	224 000
1873 { 1872	353 000	—
{ 1877	—	278 000
1882 { 1861	282 000	—
{ 1882	—	281 000
1884	290 000	—

O que ressalta da tabela acima é que as cifras máximas dos casamentos, no conjunto da população francesa, salvo a perturbação trazida pelas epidemias e guerras, se encontram durante os períodos prósperos, em 1843 e 1869, ou no início ou fim destes períodos, em 1850 e 1884. O máximo de 1850 sucede à epidemia de cólera de 1849, como o de 1872 sucede à guerra de 1870.

Os mínimos se observam no próprio ano da crise, como em 1847 e 1882, ou no fim da liquidação, como em 1860 e 1877, ou ainda no momento de uma grande guerra não prevista e que suspende tôdas as relações sociais, como em 1870.

Em resumo, apesar do desenvolvimento da riqueza, tão notável depois de 1870, as cifras máximas dos casamentos, longe de continuarem a progressão de 285 000, em 1843, a 307 000, em 1858, não ultrapassam 290 000 em 1884.

Nascimentos legítimos — O máximo dos nascimentos, quando não ocorre elevação artificial de casamentos, se observa nos anos prósperos, antes da explosão das crises, em 1835, 1842, 1859, 1860, 1867 e 1881. Só há duas exceções: em 1849, ano do cólera, e em 1876, após o restabelecimento da paz.

As cifras mínimas de nascimentos são observadas no próprio ano das crises, em 1837 e 1847, ou durante a sua liquidação, em 1860 e 1885.

Óbitos — Os máximos se observam no ano das crises, em 1837, 1847 e 1865, ou durante a liquidação, em 1859 e 1884; os mínimos, durante os períodos prósperos, em 1836, 1845, 1860, 1869 e 1881.

Existem para os óbitos, como para os nascimentos, cifras máximas e mínimas que não têm nenhuma relação com as crises, tais as que se notam depois das epidemias de cólera e das grandes guerras, em 1849, 1854, 1870 e 1871.

Eis o que nos oferece a observação sobre o conjunto da população; se a examinarmos onde a vida é mais intensa, nas grandes cidades, em Paris em particular, os desvios, como no caso dos balanços bancários, serão ainda mais sensíveis.

Movimento da população de Paris — Da mesma forma que em todos os levantamentos estatísticos, as séries crescentes e decrescentes se sucedem, como nos balanços bancários, o que nos mostra a ligação que as arrasta para um sentido ou para outro. E', portanto, a mesma causa que atua: a atividade ou o retardamento dos negócios, dos quais os balanços nos dão o melhor reflexo. Todo o movimento social parece estar sob a dependência de suas oscilações.

Tomemos os casamentos, os nascimentos e os óbitos. Que vemos?

Durante o último período próspero, de 1877 a 1882 (limitando nossa observação a Paris), vemos o número de casamentos elevar-se cada ano, continuamente, de 18 000 a 21 400 (1877-1882), embora de maneira desigual, variando o crescimento anual de 200 a 1 500 (1878-1881). A crise explode em janeiro de 1882; de 1 500, o aumento anual se reduz a 500 e, a partir do ano seguinte, começa o movimento decres-

cente: de 300, em 1883; de 600, em 1884; de 300, em 1885. O número anual de casamentos baixa de 21 400 a 20 200! As cifras falam; todo comentário é inútil.

A partir de 1886, com a reanimação dos negócios, o número anual de casamentos se eleva de 200; de 100, em 1887; e de 600, em 1888.

Os nascimentos, embora o problema seja aqui mais complexo, uma vez que se relaciona principalmente ao conjunto dos casados, seguem do mesmo modo marcha ascendente, de 55 000 para 64 500 (1877-1883), marcando um aumento total de 9 500, enquanto o crescimento dos casamentos não foi além de 3 400. O bem-estar, portanto, atingiu tôdas as classes da população, como o atesta o aumento dos nascimentos. Desde que se fazem sentir as conseqüências da crise, ou seja, desde que se opera a sua liquidação, os nascimentos decrescem: de 700, em 1884, de 2 400, em 1885, e, enfim, de 800, em 1886 — isto é, de 3 900, desde 1883. Em 1887, o número dos nascimentos fica estacionário em 60 600; mas desce, ainda, a 60 500, em 1888. Até aqui, tomamos o conjunto dos nascimentos; se discriminarmos os nascimentos legítimos dos ilegítimos, observaremos diferenças muito mais sensíveis e características. A diminuição que assinalamos não se distribui de maneira proporcional pelos dois grupos; os nascimentos legítimos são particularmente atingidos e quase todo o decréscimo a eles se refere. Assim é que, em 1884, quando os nascimentos legítimos diminuem de 1 000, os ilegítimos aumentam de 400, continuando em marcha ascendente de 16 500 a 17 600 (1882-1884), e somente em 1882 é que se reduzem a 17 000.

Sem insistir no que diz respeito à emigração de uma parte da população parisiense, bem como à presença de mães solteiras que vêm ocultar o seu erro e dar à luz em Paris, pode-se ver que as uniões ilegítimas não têm sido atingidas pela crise na mesma proporção das legítimas. A parte da população que vive nessa condição irregular não tem as mesmas preocupações quanto ao futuro, deixando ao Estado a educação dos seus filhos ou os abandonando aos cuidados da mãe, à qual, segundo nossas leis, não assiste nenhum recurso contra o pai.

Até aqui, observamos diminuições: de casamentos, 1 200; de nascimentos legítimos, 3 700. Resta apenas falar de um aumento, o dos óbitos, que, de 1877 a 1882, durante o período de prosperidade, com o enorme acréscimo da população, elevou-se de 11 200 (de 47 500 para

58 700). A crise rebenta e vemos o número dos óbitos diminuir em seguida a esta época crítica, de 58 700 para 54 600 (1882 a 1885), não em conseqüência de bem-estar da população, mas por efeito de sua emigração; faltando trabalho, verifica-se o retorno às aldeias. Até o fim de 1885, a população sedentária havia resistido ao retardamento das atividades e ao desemprego que daí resultava; graças à saída da população flutuante, o número de óbitos diminuiu, mas em 1886 sobe para 57 000, o que parece indicar que, esgotada uma parte das economias, a saúde da população resiste menos às provas a que se vê submetida.

Com a reanimação dos negócios, a situação melhora: de 57 000 em 1886, os óbitos diminuem, sucessivamente, para 54 800 e 53 300, em 1887 e 1888.

Conclusão — Passamos em revista, rapidamente, todos os levantamentos estatísticos que podem esclarecer-nos a respeito da situação material das populações nos três grandes países que marcham à frente da civilização. Acompanhamos, por assim dizer, o declínio e a ascensão dos negócios, após a explosão da última crise, em 1882, bem como de tôdas as crises precedentes. Os níveis em torno dos quais se operaram as variações foram mais ou menos elevados, mas os movimentos se produziram no mesmo sentido, com amplitudes variáveis sem dúvida, em relação ao montante dos negócios, porém apresentando a mesma marcha, se não a mesma duração.

Para o exame que vimos de fazer, pode-se verificar que, em todos os levantamentos estatísticos, as séries se apresentavam crescentes e decrescentes; o sentido não era o mesmo para todos os itens, mas o movimento se verificava, restando identificar as oscilações e pesquisar a influência sob a qual elas se produziam. O que se notou foi a repetição dessas oscilações, antes ou depois dos acidentes que se verificam repentinamente e que constituem o que se deve chamar de explosão da crise: período muito curto, precedido de uma longa série de anos prósperos e seguido de anos maus de retardamento dos negócios, numa palavra, de um período de liquidação como o que acabamos de passar e ao qual vai suceder novo ciclo de anos felizes. Eis o sentido geral dos movimentos que estudamos; a observação dos fatos é de tal modo precisa que, com o seu apoio, pôde-se assinalar a aproximação da explosão da crise e da reanimação dos negócios, enquanto tanto no primeiro caso como no segundo não se queria acreditar nessas possibilidades.

O BRASIL E AS ESTATÍSTICAS CULTURAIS

Em 1931, a Estatística brasileira conseguiu dar um grande passo no sentido do seu aperfeiçoamento, especialmente no que tange aos levantamentos de aspectos intelectuais. A criação, nesse ano, do Ministério da Educação e Saúde, e a conseqüente instalação do seu departamento central de Estatística constituíram, sem dúvida, o marco inicial e definitivo de uma nova era, assinalado com a celebração do Convênio (a 20 de dezembro do mesmo ano) entre o Governo Federal e os Governos Estaduais, com o objetivo de uniformizar as estatísticas educacionais e conexas.

Essa experiência, feliz sob todos os pontos de vista, além de comprovar a vitalidade do regime de cooperação interadministrativa, inspirou a realização de empreendimento de maiores proporções, porque extensivo a todas as atividades estatísticas no Brasil: a Convenção Nacional de Estatística, de 1936, pacto esse que proporcionou ao País a possibilidade de elaborar, em condições de eficiência, as suas estatísticas gerais, coordenadas e supervisionadas, a partir de então, pelo Conselho Nacional de Estatística, o qual, através dos seus colégios deliberativos, instituiu métodos disciplinadores e sistematizadores dos respectivos levantamentos.

A fim de assegurar, porém, a organicidade do sistema estatístico brasileiro, assim implantado — notadamente no que se referia às fontes primárias de informação, antes com existência e funcionamento bastante precários — celebraram-se, em 1942, os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, pelos quais as Municipalidades concordaram, livremente, em confiar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a administração das respectivas Agências de Estatística.

Em virtude dessas bem inspiradas iniciativas, pôde o Brasil aparelhar-se para as indagações estatísticas de cujos resultados necessitava

* *
*

O programa adotado para os levantamentos estatísticos do movimento intelectual do País teve em vista, ao ser elaborado, as recomendações contidas no relatório apresentado por LUCIEN MARCH, Presidente da Comissão Mista de Estatística Intelectual, ao Instituto Internacional de Estatística Realmente, o Serviço de Estatística da Educação e Saúde (S.E.E.S.), órgão do Ministério da Educação e Saúde, introduziu-o, em 1931, no seu elenco de atividades estatísticas regulamentares, tornando-o imediatamente objeto dos primeiros inquéritos. E já em 1933, essa repartição lograva publicar os primeiros resultados. Ao que consta, bem poucos países seguiram o exemplo do Brasil, a este respeito.

Confrontados o esquema estatístico das atividades intelectuais sob a responsabilidade do S.E.E.S. e o constante do citado relatório de MARCH, verifica-se que o Brasil seguiu de

perto, efetivamente, a orientação que êsse eminente estatístico traçou, com o louvável propósito de proporcionar padrões estáveis, mercê dos quais ficasse possibilitada a divulgação sistemática dos resultados estatísticos, em condições de comparabilidade internacional.

Eis os assuntos que constituem o atual programa estatístico da vida cultural brasileira, excluído o ensino:

- I — bibliotecas e museus;
- II — institutos científicos e técnico-científicos;
- III — arquivos públicos;
- IV — associações culturais (científicas, artísticas, literárias, educativas, recreativas, cívicas e desportivas);
- V — congressos e conferências públicas e outros certames do mesmo gênero;
- VI — sessões cívicas e festividades sociais de caráter público;
- VII — exposições e feiras;
- VIII — monumentos históricos e artísticos;
- IX — difusão bibliográfica;
- X — imprensa em geral;
- XI — radiodifusão;
- XII — aspectos culturais da indústria fonográfica;
- XIII — cinematografia; *
- XIV — diversões públicas;
- XV — Belas Artes;
- XVI — Cultura Física;
- XVII — propriedade intelectual (literária, artística e científica);
- XVIII — invenções;
- XIX — pesquisas e missões científicas e culturais;
- XX — registro das profissões liberais;
- XXI — excursionismo;
- XXII — escotismo;
- XXIII — subvenções e auxílios relacionados com o movimento cultural;
- XXIV — despesas públicas com a cultura
- XXVI — despesas públicas com a cultura

Com poucas omissões, tais assuntos têm sido incluídos nos inquéritos anuais do S.E.E.S., extensivos, quase sempre, à totalidade dos Municípios e realizados mediante formulários elaborados de acordo com os critérios instituídos pelo Conselho Nacional de Estatística. Fazem parte das chamadas "campanhas estatísticas", de âmbito nacional, movimentadas por intermédio da rede de Agências Municipais do I.B.G.E., ou seja, os órgãos informativos primários do sistema estatístico brasileiro.

Referida, assim, de maneira singela e em linhas gerais, a situação de tais estatísticas, cumpre descrever, agora, também sucintamente, como se processa sua elaboração, quer na fase de coleta dos informes, quer na apuração dos resultados, segundo os planos preestabelecidos. Examinemo-las, pois, assunto por assunto:

Bibliotecas — O questionário está dividido em quatro partes, a saber: I — Caracterização do estabelecimento, com 20 itens formulados; II — Catalogação de volumes e movimento de consultas durante o ano; III — Horário de funcionamento; IV — Pessoal empregado. Na apuração dos resultados são considerados os seguintes elementos: 1 Classificação dos estabelecimentos, segundo o ano de inauguração, a especialização, a entidade mantenedora, a localização, o horário de funcionamento, as condições de consulta e os efetivos bibliográficos; 2 Movimento de obras consultadas, segundo o local das consultas (se na biblioteca, se a domicílio), o assunto das obras e o idioma

Museus — O questionário está dividido em três partes: I — Caracterização, com 20 itens; II — Horário de funcionamento; III — Pessoal empregado. A apuração dos informes inclui os seguintes elementos: 1 Classificação dos museus, segundo o ano de inauguração, a especialização, a entidade mantenedora, a localização, o horário de funcionamento, as condições de visita e o número de visitantes durante o ano; 2 Movimento de visitantes durante o ano

Institutos Técnico-científicos — O formulário consigna informes que permitem a classificação desses estabelecimentos segundo a entidade mantenedora, a localização, e a espécie de pesquisas a que se dedicam. A apuração reporta-se apenas ao caráter e ao movimento das pesquisas realizadas durante o ano.

Arquivos Públicos Centrais — O questionário está dividido em quatro partes, assim enumeradas: I — Caracterização, compreendendo dezoito itens; II — Número de peças inventariadas; III — Pessoal empregado; IV — Verba orçamentária. A apuração dos resultados reporta-se aos seguintes elementos: 1 Classificação, segundo o ano de inauguração, a entidade mantenedora, a localização, o horário de funcionamento e as condições de consulta dos documentos; 2 Movimento de peças inventariadas, segundo a espécie, e número de certidões expedidas durante o ano

Associações Culturais — O questionário está dividido em cinco partes, a saber: I — Caracterização, contendo onze itens; II — Número de associados em geral em 31 de dezembro; III — Número de associados que praticam esporte; IV — Atividades sociais durante o ano; V — Locais para a prática de esportes e instalações correspondentes. A apuração permite os seguintes cálculos: 1 Classificação, segundo o ano de fundação, a finalidade principal, a localização, a natureza das atividades sociais e a existência de instalações para a prática de esportes; 2 Número de associados, segundo as categorias estatutárias, o sexo e a nacionalidade; movimento das atividades sociais, por espécie

Monumentos Históricos e Artísticos — O formulário permite o arrolamento, segundo a localização, a iniciativa da construção, o ano de inauguração, a natureza do material empregado, o nome e nacionalidade do autor, e a espécie de monumento

Difusão Bibliográfica — Os formulários compreendem o arrolamento de casas editoras,

tipografias e livrarias, e permitem a classificação desses estabelecimentos, segundo a entidade proprietária e a localização

Imprensa Periódica — O questionário está dividido em seis partes: I — Caracterização, com dez itens; II — Periodicidade; III — Preços do exemplar e da assinatura; IV — Suplemento ilustrado; V — Oficinas (em 31-XII); VI — Pessoal empregado. A apuração dos resultados inclui os seguintes informes: 1. Classificação dos periódicos, segundo o ano de aparecimento, a entidade mantenedora, a localização, o gênero, o idioma em que são escritos, o número habitual de páginas, a tiragem média, a periodicidade, os preços de exemplar e de assinatura e as condições de impressão (se em oficinas próprias ou não); 2 Número de pessoas empregadas, segundo o sexo e a nacionalidade (na administração, redação, revisão e oficinas)

Rádiodifusão — O questionário compõe-se de cinco partes: I — Caracterização da estação radiodifusora, contendo 21 itens; II — Características das ondas de transmissões; III — Efetivo da discoteca existente; IV — Pessoal empregado; V — Programação anual. A apuração dos informes consigna os seguintes elementos: 1 Classificação, segundo o ano de inauguração, a entidade mantenedora, as instalações existentes, o horário de funcionamento e o número de horas de irradiação; 2 Número de discos fonográficos existentes, segundo a espécie; número de pessoas empregadas segundo a função, o sexo e a nacionalidade; número de horas de irradiação, segundo o local e assunto das transmissões

Aspectos Culturais da Indústria Fonográfica — O questionário está dividido em quatro partes, a saber: I — Caracterização da empresa; II — Pessoal empregado; III — Despesas com o pessoal empregado; IV — Número de gravações. A apuração dos resultados permite a inclusão dos seguintes informes: 1 Classificação da empresa, segundo o ano de inauguração e as instalações existentes; 2 Número de gravações durante o ano, segundo a espécie; número de pessoas empregadas, segundo a função, o sexo e a nacionalidade

Aspectos Culturais da Cinematografia — O questionário divide-se em quatro partes: I — Caracterização do estúdio ou laboratório; II — Pessoal empregado; III — Despesas anuais com o pessoal; IV — Filmes editados durante o ano. A apuração inclui os seguintes elementos: 1 Classificação do estúdio ou laboratório, segundo o ano de inauguração, a localização, a entidade mantenedora, as instalações existentes e o pessoal empregado; 2 Filmes editados durante o ano, segundo o gênero; pessoal empregado — artístico, técnico e administrativo —, segundo o sexo e a nacionalidade

Diversões Públicas — O questionário divide-se em quatro partes, assim discriminadas: I — Caracterização do estabelecimento com dezesseis itens; II — Pessoal empregado no estabelecimento; III — Espetáculos realizados durante o ano; IV — Lotação (lugares existentes). A apuração consigna os seguintes elementos: 1. Classificação, segundo o ano de inau-

guração, a localização, as condições do prédio ocupado, o gênero de espetáculos realizados, a lotação e as instalações existentes; 2 Movimento de espetáculos e de espectadores, segundo o gênero de diversão; número de pessoas empregadas, segundo a função e o sexo; número de lugares segundo a espécie.

Cultura Física — Os formulários de coleta permitem o arrolamento das entidades que praticam esportes e contêm informes sobre a existência de estádios, campos e outros recintos destinados aos diversos gêneros de esporte. As respectivas apurações incluem os dados seguintes: 1. Classificação dos estádios, campos e outros recintos, segundo a entidade mantenedora, o ano de inauguração, as dimensões, as instalações existentes e o gênero de esporte a que se destinam 2 Número de desportistas, segundo o sexo e o esporte praticado.

Excursionismo e Objetivos de Turismo — Os formulários utilizados (Informações para o "Guia do Viajante no Brasil", Objetivos de Turismo e Meios de Hospedagem) permitem a obtenção dos seguintes informes: a) sobre itinerários e meios de transporte entre as sedes municipais e as capitais; b) sobre a existência, nas sedes municipais, de elementos de interesse turístico que suscitem excursões a localidades, picos, quedas d'água, florestas, monumentos, etc; c) sobre a existência dos necessários meios de hospedagem

Outras Estatísticas Culturais — Em cuja elaboração não são utilizados formulários ou questionários Os informes são conseguidos mediante o registro das ocorrências que interessam aos levantamentos previstos. Essas estatísticas referem-se aos seguintes assuntos:

1 congressos, conferências e outros certames. Tais certames são arrolados, segundo a espécie, a entidade promotora, o local de sua instalação, o âmbito funcional e o objeto ou assunto debatido;

2 conferências públicas pronunciadas. O arrolamento é classificado segundo o sexo e nacionalidade dos conferencistas, o local e os idiomas em que foram proferidas as conferências e os temas ou assuntos dissertados;

3. sessões cívicas e festividades sociais de caráter público. Não foram ainda objeto de cômputo;

4. exposições e feiras de caráter cultural. O arrolamento classifica tais certames segundo a entidade promotora, o local de sua realização e a natureza dos mostuários ou trabalhos expostos;

5. Belas Artes. Os cômputos compreendem as exposições meramente artísticas, classificadas segundo a natureza e local dos trabalhos expostos, o sexo e a nacionalidade dos expositores;

6. propriedade intelectual (literária e artística). Os levantamentos são classificados segundo o sexo e a nacionalidade dos autores, e o gênero das obras registradas na repartição oficial competente;

7. invenções. De acôdo com os registros oficiais, o arrolamento permite classificar as invenções, segundo o sexo e a nacionalidade dos autores e o objeto ou finalidade;

8. despesas públicas, subvenções e auxílios oficiais, relacionados com o movimento cultural. Os dados se referem às três órbitas governamentais (União Federal, Estados e Municípios) e são extraídos, ou das leis orçamentárias, ou dos livros de escrituração.

9. registros das profissões liberais. Os dados são extraídos de livros próprios existentes nas repartições oficiais competentes e se referem às inscrições de advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos, parteiras, enfermeiros, engenheiros, arquitetos, veterinários, agrônomos, professores, etc., discriminadamente, segundo as características individuais.

Os repertórios estatísticos das atividades acima referidas vêm sendo divulgados, ininterruptamente, em publicações específicas e no *Anuário Estatístico do Brasil*, desde o seu primeiro número, referente a 1936, até o número IX, relativo a 1948.

Eis aí como se apresenta, em seus aspectos mais gerais e mais expressivos, o panorama estatístico da vida intelectual do Brasil

ALBERTO MARTINS

(Diretor substituto do
Serviço de Estatística da Educação e Saúde,
Ministério da Educação e Saúde)

ESTUDOS E SUGESTÕES

POPULAÇÃO URBANA E POPULAÇÃO RURAL

Problemas de definição e classificação Distribuição da população brasileira, segundo o Recenseamento de 1940.

PARTE I

A classificação urbano-rural das populações é um tema que muito tem preocupado os estatísticos, os demógrafos e os sociólogos de todos os tempos em todos os países. A distribuição estatística, segundo essa classificação, tem os seus objetivos específicos, de todos conhecidos. Atendem a uma parte dos objetivos gerais da determinação dos efetivos demográficos, conforme as áreas de uma ou de outra categoria, e possibilitam a verificação das condições de existência, de atraso ou desenvolvimento, de estabilidade ou mobilidade, dos grupos em causa.

ASPECTOS INTERNACIONAIS

A necessidade de uma conceituação precisa e suficientemente compreensiva para a definição dos quadros urbanos e rurais, em termos internacionalmente comparáveis, não precisa ser demonstrada. Embora admitindo pontos de vista diversos nos diferentes países, quer como consequência dos regimes governamentais, quer por força das condições geográficas, evolução econômica e cultural, tradições ou motivos de administração indeclináveis, a caracterização racional desses quadros se impõe tanto no domínio restrito das atividades estatísticas, como também, no capítulo da organização geral de determinados serviços nacionais ou de colaboração internacional.

Não raro, porém, e à parte considerações outras de ordem política, verifica-se que as divisões e subdivisões geográficas vigorantes em diversos países do mundo têm seus limites variáveis. Muitas vezes, em função das conveniências tributárias e administrativas, se não de injustificáveis interesses latifundiários, as demarcações atendem mais a essas conveniências ou a esses interesses do que às necessidades reais do equilíbrio econômico e bem-estar social dos grupos humanos. Consequentemente, também, no âmbito de tais divisões, as linhas demarcadoras dos centros urbanizados, indecisas e imprecisas para muitos efeitos, não satisfazem à observação e ao estudo dos meios característicos ao procurar-se dar solução aos problemas ocorrentes nas comunidades locais.

Sentida essa grande lacuna, surgiram, há muito, iniciativas isoladas tendentes a racionalizar a estrutura dos quadros territoriais em geral, e, em particular, a distinguir, nesses quadros, as áreas urbanas das áreas consideradas rurais.

Já aos Congressos Internacionais de Estatística, realizados na Europa, esporadicamente, na segunda metade do século passado, paten-

teara-se a precariedade das formas estruturais das divisões então existentes, sendo demasiado evidente a necessidade de uma definição das áreas urbanas e rurais em bases mais suscetíveis de confronto estatístico, quanto às populações e respectivos recursos naturais, econômicos e sociais.

A criação do Instituto Internacional de Estatística, que se seguiu a esses congressos, na Europa, propiciou, por sua vez, pesquisas práticas sobre a classificação espacial em relação aos métodos científicos que a entidade, em suas reuniões, preconizava para os múltiplos campos de observação estatística.

A Liga das Nações, instituída ao término da Primeira Grande Guerra, empreendeu, através de suas diferentes seções e serviços especializados, alguns inquéritos e fez editar uma série de trabalhos sobre vários aspectos da vida das populações, segundo a localização nas áreas urbanas e rurais. No Instituto Internacional de Agricultura e na Organização Internacional do Trabalho, a classificação das áreas, com algumas distinções mínimas, assumiu o relévo indispensável aos estudos nos setores de competência desses organismos.

Em 1939, atendendo a objetivos da Seção de Higiene da Liga das Nações, interessada em conseguir elementos para o cômputo de taxas demográficas comparáveis, relativas a zonas urbanas e rurais, e à vista da investigação procedida anteriormente, o Instituto Internacional de Estatística, em sua Sessão de Praga, aprovou as proposições seguintes:

"1 A população rural é a população total de todos os Municípios (ou circunscrições administrativas menores) designados como rurais

"2 Os Municípios (ou circunscrições administrativas menores) serão classificados, se possível, em categorias diferentes segundo a proporção da população agrícola em relação à população total do Município (considerando-se como população agrícola o conjunto de pessoas que exerçam efetivamente uma ocupação agrícola mais os membros de suas famílias economicamente inativos)

"Serão consideradas como "ocupações agrícolas" aquelas compreendidas, sob este título, na classificação uniforme internacional de ocupações que venha a ser estabelecida de conformidade com as propostas do Comitê de Peritos Estatísticos da Sociedade das Nações.

"Os Municípios serão classificados pelo menos nas três categorias seguintes: Municípios rurais, mais de 60% de população agrícola; Municípios mistos, entre 40 a 60% de

população agrícola; Municípios urbanos, menos de 40% de população agrícola

"Será necessário obter a população total de cada uma dessas categorias. Se se estabelecerem mais de três categorias, os limites das mesmas deverão ser tais que se possam enquadrá-las na classificação básica precedente

"3. Nos países onde não seja possível aplicar-se a classificação acima, os Municípios serão classificados segundo a importância do núcleo principal (ou centro mais populoso) do Município e distribuídos em duas categorias:

- a) Municípios cujo núcleo principal tenha até 2 000 habitantes;
- b) Municípios cujo núcleo principal tenha mais de 2 000 habitantes "

Dada a situação na Europa, ao tempo dessa sessão do I I E, e sobrevivendo a Segunda Guerra Mundial, as recomendações de Praga não lograram a difusão necessária para aplicação dos métodos propostos, de modo a permitir uma apreciação posterior da sua adaptabilidade às condições peculiares dos diferentes países

Com o advento da Organização das Nações Unidas, terminado o conflito bélico, tendo-se restabelecido diversos organismos internacionais, o problema da classificação da população urbana e rural, de importância vital para questões analíticas referentes aos programas em execução ou a executar, volta a preocupar entidades tais como a Organização de Alimentação e Agricultura (F A O), que sucedeu ao antigo Instituto Internacional de Agricultura, de Roma, a Organização Mundial de Saúde (W H O), que sucedeu à Secção de Higiene da Liga das Nações, a Organização Internacional do Trabalho (I L O), e a Oficina Sanitária Pan-Americana, da Organização dos Estados Americanos. O Instituto Interamericano de Estatística incluiu o tópico urbano-rural no plano de investigações do seu Comitê do Censo das Américas de 1950, e, na Comissão de População, do Conselho Econômico e Social da O N U, evidenciou-se desde logo ser essencial prosseguir, em colaboração com as demais organizações internacionais e governos interessados, no estudo dos critérios predominantes, visando a fixar alternativas mais adequadas às atividades estatísticas.

Nos levantamentos censitários, um dos mais sérios problemas para a comparação internacional dos dados é o que resulta da falta, em numerosos países, de plantas cadastrais e mapas que se prestem à descrição sistemática do âmbito físico das diferentes áreas, muitas destas ainda em grande extensão totalmente ignoradas a esse respeito.

No que concerne à hierarquia das divisões e subdivisões em vigor, é também muito diversa a conceituação dos termos usados nos diferentes países para designar as circunscrições administrativas. O nome que se dá às subdivisões civis secundárias em um país, pode, em outro, ser o das divisões principais ou o das subdivisões menores, e vice-versa. Pode-se apreciar no quadro a seguir, baseado

no estudo "Geografia e Cartografia para fins Censitários na América Latina",¹ a variedade das designações nas três categorias de unidades territoriais dos países latino-americanos

Esse estado das divisões políticas e as deficiências já conhecidas em matéria de delimitações das áreas circunscricionais em que se subdividem os respectivos territórios, como bem evidenciaram os estudos realizados, no passado, pelas diversas entidades internacionais, e, mais recentemente, quanto aos países da América, os inquéritos especiais procedidos pelo Instituto Interamericano de Estatística, têm concorrido para demonstrar quanto são confusas e inoperantes as classificações adotadas, sobretudo quando é mister discriminar as populações urbana e rural, visando à análise dos aspectos biológicos e sociais que regem o seu desenvolvimento

Nos estudos de mesa-redonda, realizados em 1946 pela Sociedade Brasileira de Estatística, relativamente à classificação da população urbana e rural, tendo em vista o possível estabelecimento de padrões continentais para os censos de 1950, verificou-se que o critério legal, seguido pelo Brasil, era adotado em oito dos dezoito países que responderam à consulta do I A S. I., sendo que, em alguns destes últimos, havia uma combinação dos critérios demográfico e legal. É claro que as bases do critério legal não eram as mesmas, mas ao que parecia, presumiam sempre a delimitação prévia. Desses estudos da S B E resultaram alguns alvíres e, entre as conclusões atinentes aos critérios observados, a impressão de que, para a desejada uniformização, talvez os técnicos dos países do continente pudessem chegar a um esquema-padrão para classificar as áreas urbanas em função da existência de serviços de utilidade pública e outros, e de um mínimo demográfico, absoluto ou relativo, essencial para que se considerassem determinadas aglomerações como urbanas; ou, então, utilizando outros elementos para identificação das características de urbanização, como sejam a área média das terras ocupadas por moradias, o número dessas moradias na razão da extensão das vias públicas em que elas se localizassem, ou o produto médio de taxas, como as do consumo d'água ou incidentes sobre propriedades imóveis não agrícolas, em comparação com a renda local correspondente das divisões territoriais que se destacarem por suas aglomerações tipicamente urbanas

Na sua Segunda Sessão, em Lake Success, em agosto de 1947, a Comissão de População do C E S, da O N U, apreciou as dificuldades que se deparam ao estabelecimento de normas uniformes, em todos os países, para uma caracterização demográfica dessa natureza. Entretanto, sendo incontestáveis as vantagens de apurações censitárias numa base útil aos fins de comparação internacional, a Comissão indicou, de um lado, a possibilidade de serem destacadas as populações indetectáveis nas

¹ *Estatística*, "Journal of the Inter-American Statistical Institute", Washington, D C, n.ºs 18 e 19, Março e Junho de 1948

DIVISÕES CIVIS NA AMÉRICA LATINA EM 1947 (APROXIMADAMENTE)

PAÍS	PRINCIPAIS		SECUNDÁRIAS		MENORES	
	Designação	N.º	Designação	N.º	Designação	N.º
ARGENTINA	{ Provincias Gobernaciones Capital Federal	14 9 1	—	—	Partidos e Depar- tamentos	446
BOLÍVIA	Departamentos	9	Provincias	96	Cantones	1 000
BRASIL	{ Estados Territórios Distrito Federal	20 5 1	Municípios	1 700	Distritos	5 200
CHILE	Provincias	25	Departamentos	87	Comunas Distritos	286
COLÔMBIA	{ Departamentos Comisarias Intendencias	15 5 4	Municípios	801	Corregimientos	1 242
COSTA RICA	Provincias	9	Cantones	61	Distritos	300
CUBA	Provincias	6	Municípios	126	Barrios	1 197
EL SALVADOR	Departamentos	14	Distritos	38	Municipios	260
EQUADOR	Provincias	17	Cantones	86	Parroquias Parroquias rur	135 516
GUATEMALA	Departamentos	22	—	—	Municipios	311
HAITI	Provinces	5	Arrondissements Communes	27 104	Sections Rurales	551
HONDURAS	Departamentos	17	Distritos	85	Municipios	248
MÉXICO	{ Estados Territórios Distrito Federal	28 3 1	—	—	Municipios	2 350
NICARÁGUA	{ Departamentos Comarcas	15 2	—	—	Municipios	123
PANAMÁ	Provincias	9	—	—	Distritos	62
PARAGUAI	Departamentos	14	—	—	Partidos	
PERU	Departamentos	23	Provincias	134	Distritos	1 253
REPÚBLICA DO- MINICANA	{ Provincias Distrito Nacional	18 1	Comunas	66	Secciones	1 350
URUGUAI	Departamentos	19	—	—	Sec Judiciales	196
VENEZUELA	{ Estados Territórios Distrito Federal	20 2 1	Distritos	173	Municipios	660

aglomerações das unidades administrativas maiores, e, de outro lado, em relação à população agrícola — questão que interessava particularmente à F A O — critério que se poderia adotar na lista mínima dos elementos censitários, a serem apurados nos diferentes países, segundo uma classificação distinguindo: a) população que vive nas fazendas; e b) população economicamente dependente da agricultura

Ainda em 1947, o Comitê do Censo das Américas, em sua Primeira Sessão realizada por ocasião das Conferências Internacionais de Estatística, de Washington, D. C., em setembro daquele ano, aprovou uma moção no sentido de que o assunto das definições, nesse particular, com aplicação ao Censo Continental, passasse a constituir tarefa da sua Junta Coordenadora, a qual levaria em apêgo as sugestões e os alvires da Comissão de População, da F A O, e das demais entidades interessadas já referidas

Realizando a Comissão de População a sua Terceira Sessão, em maio de 1948, ventilaram-se, então, várias questões relativas aos levantamentos censitários propostos para o ano de 1950 No Anexo I do Relatório da Comissão, consignaram-se diversas recomendações a respeito de assuntos sujeitos às investigações censitárias, sendo que, no tocante à população urbana e rural, o assunto foi assim focalizado:

“Dada a diversidade de condições que afetam, nos vários países, a delimitação das zonas urbanas e rurais, não é possível atualmente estabelecer definições uniformes da população urbana e rural que possam ser utilizadas no plano internacional A Comissão, todavia, recomenda sejam tomadas medidas para se conhecer, em cada recenseamento, a população total de todas as aglomerações urbanas e rurais ou de todos os núcleos de população identificáveis, classificados segundo sua importância e demais características, de maneira que se possam aproveitar, na medida do possível, os resultados assim obtidos para melhorar a comparabilidade internacional dos dados existentes sobre essa questão ”

Na Segunda Sessão da C O T A., realizada no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1949, ocorreram interessantes debates sobre as distinções que deveriam ou não ser adotadas, à base de um documento (E/CN.9/C.2/2) preparado pela F A O O Comitê, considerando as recomendações formuladas pelos observadores dessa organização e do Secretariado da O N U e, em conformidade com os pontos de vista das delegações presentes à reunião, aprovou, pela sua Resolução n.º 3, o seguinte tópico sobre a população urbana e rural:

“Recomenda-se que, em cada censo, além da informação sobre população urbana e rural necessária para fins nacionais, sejam adotadas medidas para obtenção de dados sobre a população de todas as localidades ou aglomerações que possam ser identificadas mediante crité-

rios quantitativos, sócio-econômicos e outros igualmente objetivos, sejam elas urbanas, ou não, do ponto de vista das definições próprias de cada país ”

O documento da F A O, utilizado nos trabalhos da Sessão de C O T A., de que resultou a recomendação acima, examinava de forma sucinta os problemas de definição da população urbana e rural, apontava vantagens e desvantagens das distribuições, segundo a) subdivisões administrativas, e b) aglomerações, e sugeria um método de classificação. As observações contantes desse documento, quanto às classificações sob os aspectos a e b, podem ser resumidas como segue, sem alusão às desvantagens, que serão vistas mais adiante

Subdivisões administrativas — Dentre os critérios mais difundidos figura, em primeiro lugar, o que classifica como áreas urbanas apenas as unidades sedes do governo cidadão ou de administração local, deixando as demais na categoria de rural Vem, em segundo lugar, o critério de maior número de habitantes ou concentração principal compreendida nas subdivisões administrativas, pelo qual são classificadas como urbanas todas as unidades que possuem um efetivo demográfico de vulto superior a um limite e as restantes como rurais Outra base para classificar as áreas urbanas em contraposição às áreas rurais, é a da densidade demográfica, de cada subdivisão, acima de um determinado coeficiente por unidade de área. Há também o critério, aliás pouco utilizado, de destacar, dentro da subdivisão administrativa, a proporção da população que dependa da agricultura para sua subsistência (incluindo tanto os trabalhadores como suas famílias)

Aglomerações — Identificando-se as aglomerações e uma vez conhecidos os efetivos das respectivas populações, bem como a situação destas com relação às divisões geográficas oficiais e aos perímetros fixados para as respectivas sedes, as subdivisões administrativas mais estáveis passam a ser classificadas em categorias urbanas e rurais, podendo-se, ademais, determinar a população urbana em termos da unidade de urbanização, a saber, a cidade

Comumente, para fins de classificação rural e urbana, às áreas constituídas (ou fixadas por lei) como centros urbanos são agregados territórios circunvizinhos suburbanos, densamente povoados, e outros periféricos, que satisfazem aos requisitos quanto à grandeza ou densidade da população, mas não se acham oficialmente integrados como centros urbanos. O efetivo demográfico, dentro do respectivo perímetro, para que uma localidade se classifique como urbana, não tem limite em alguns países (isto é, a população é sempre considerada urbana); ou é fixado em um mínimo que pode subir até 5 000 habitantes, em outros Na maioria dos casos, porém, o limite oscila entre 1 000 e 2 500 habitantes

Desvantagens das classificações precedentes — Analisando-se as desvantagens dos di-

ferentes critérios tem-se, quanto à classificação segundo as subdivisões administrativas, que:

— Considerada como área urbana contínua a da unidade sede de governo local, deixando as restantes da respectiva circunscrição como rurais, sucede que zonas periféricas de caráter rural, frequentemente sob a administração do centro urbano, fazem parte do distrito urbano, e zonas que poderiam ser classificadas na categoria de urbanas são classificadas como rurais, desvirtuando assim a comparabilidade mesmo dentro do próprio país

— Variando consideravelmente a extensão das subdivisões administrativas, a classificação segundo a magnitude da população ou aglomeração mais numerosa ou principal, compreendida nos limites circunscricionais, pode levar à inclusão de certas zonas na categoria urbana, quando, na realidade, a maior parte da população pertence à categoria rural.

— Na classificação segundo a densidade, uma vasta subdivisão administrativa poderá ter a maioria da sua população fortemente concentrada em um centro e somente uma diminuta proporção repartida pelo resto do seu território, com o resultado de que a densidade computada será bastante baixa, embora a população seja, na maior parte, nitidamente urbana

— Para classificar a população que depende economicamente da agricultura, são necessários dados estatísticos sobre as ocupações perfeitamente definidas em atividades rurais. A maioria dos países não obtém tais dados em seus censos, e entre aqueles que os levantam são profundas as disparidades no que se refere à forma de definir a população agrícola

Quanto ao critério de classificação segundo a grandeza das aglomerações, o inconveniente de sua adoção está na instabilidade dos limites das mesmas, que, além de não corresponderem, em nenhum país, às divisas das menores subdivisões administrativas, se alteram com demasiada rapidez em muitos casos, e se restringem ou se ampliam segundo variáveis conveniências locais. Portanto, não se obteriam dados que se referissem a áreas conhecidas e estáveis, ou acima de um certo limite de densidade, e que pudessem ser interpretados sob uniforme e estável conceituação

A classificação sugerida pela F.A.O. — Observou a F.A.O. que a recomendação constante do relatório da Terceira Sessão da Comissão de População não propunha a adoção de uma definição uniforme da população urbana e rural, mas, sim, uma classificação sistemática dos aglomerados em categorias que pudessem ser utilizadas ou combinadas de conformidade com as diferentes conceituações. No documento E/CN.9/C.2/2, a que vimos

aludindo, o qual menciona a circunstância de a entidade estar preparando uma análise mais minuciosa das práticas e definições seguidas pelos vários países em seus levantamentos censitários,² o método sugerido é o que se transcreve, a seguir:

“O problema principal a ser enfrentado é o da identificação das aglomerações ou núcleos de população. O objeto é contar todos os habitantes de uma determinada área densamente ocupada, que funcione como uma unidade social integrada. A comparabilidade depende em certa medida do uso de normas relativamente uniformes, para identificar e delimitar os núcleos de população. Vários métodos são possíveis, mas pode-se-ia bem definir uma aglomeração, em termos gerais, com um grupo de estruturas que tenha um nome, que disponha de um traçado de ruas com nomes e números nas casas, e, possivelmente, que possua serviços tipicamente urbanos, tais como sistemas de transporte e utilidades públicas de outros tipos. Semelhante definição, entretanto, só poderá servir de simples orientação, devendo ser revista e aperfeiçoada na aplicação prática

Seria da maior utilidade um registro preliminar com a caracterização cartográfica de todos os núcleos a serem identificados e arrolados nos censos. Onde não é praticável empreender esse registro e arrolar separadamente todos os numerosos núcleos de população muito pequenos que existem em todos os países, poder-se-ia avaliar, por alto, durante o processo de arrolamento preliminar, o tamanho dos menores, de modo a destacar somente as localidades acima de uma certa grandeza. Esta grandeza deverá ser inferior a qualquer mínimo a ser considerado na apresentação tabular censitária, a fim de assegurar completa contagem das aglomerações no limite mínimo.

² Já estava em prelo este trabalho quando o Secretariado das Nações Unidas começou a distribuir “Population Studies No 8” — *Data on Urban and Rural Population in Recent Censuses* — Lake Success, N.Y., July 1950. O estudo, preparado pela “Food and Agriculture Organization”, em colaboração com a “Population Division”, do Departamento de Assuntos Sociais, e o “Statistical Office”, do Departamento de Assuntos Econômicos, compreende, no capítulo I (Introdução): 1. A aplicação das estatísticas urbanas e rurais; 2. O problema da comparabilidade internacional. Os capítulos II, III e IV tratam, respectivamente, de: Recomendações dos organismos internacionais, definições e classificações, e tabulações da população urbana e rural em censos recentes. São apresentados sete quadros sobre as principais características demográficas investigadas por esses censos, segundo as áreas urbanas e rurais, e um apêndice dando, para cada um de 53 países, as divisões administrativas, segundo a categoria e o número, bem como a transcrição das definições adotadas. Os anos censitários para os diferentes países compreendidos na demonstração tabular variam de 1930 a 1947 e as características são as seguintes: Sexo, idade segundo o sexo, estado conjugal, lugar de nascimento, nacionalidade legal, idioma, educação, fecundidade, condição econômica, domicílios ou famílias

Se não viável a verificação preliminar na forma indicada, será necessário atribuir ao recenseador o encargo de identificar e delimitar as aglomerações urbanas. Esta alternativa não é tão desejável, mas, quer num quer noutro processo, ocorrerão sempre variações no modo pelo qual as aglomerações são delimitadas. O certo, porém, é que semelhante variação afeta menos a comparabilidade do que a variação, muito maior e inevitável, decorrente de qualquer dos critérios de classificação urbano-rural relativa às subdivisões administrativas.

Seria de grande alcance, para os fins de comparabilidade, se em cada país se fizesse uma distribuição da população pela magnitude da aglomeração, com classes uniformes e com a indicação do número de aglomerações em cada classe. No esboço de recomendações relativas aos censos de população a serem levantados em 1950, ou em torno desse ano, é apresentada uma série de intervalos de classe aplicáveis a essa distribuição.

Esses dados seriam ainda mais úteis se a tabulação compreendesse não só o número de aglomerações e a população em cada classe, como também outras características. Possivelmente, um mínimo aceitável para tais características adicionais seria a tabulação por sexo e idade."

a)	População em localidades de	500 000 ou mais habitantes
b)	" " "	de 100 000 a 500 000 "
c)	" " "	de 25 000 a 100 000 "
d)	" " "	de 10 000 a 25 000 "
e)	" " "	de 5 000 a 10 000 "
f)	" " "	de 2 000 a 5 000 "
g)	" " "	de 1 000 a 2 000 "
h)	" " "	de 500 a 1 000 "
i)	" " "	com menos de 500 "
j)	População em aglomerações ou núcleos não identificáveis (se toda a população não estiver incluída nas categorias acima)	

Abrangendo, essa distribuição, maior número de classes que a simples discriminação de urbana e rural, é evidente que aumentam as dificuldades da tabulação por outras características da população. A Comissão, todavia, considerou desejável que a população, nas localidades classificadas pela grandeza, fôsse discriminada por sexo, pelo menos para os grupos etários indicados no parágrafo 17 do Anexo em apêço.³ No caso de impor-se, nessa tabulação cruzada, a combinação de algumas categorias da classificação acima, dever-se-á manter pelo menos a distinção entre as localidades de 10 000 ou mais e as de menos de 10 000 habitantes.

A população urbana e rural no Anuário Demográfico da O.N.U. de 1948 — O Anuário Demográfico da Organização das Nações Unidas, cujo primeiro número referente ao ano de 1948, acaba de sair, é, em matéria de estatística, o documento mais recente a que

Classificação segundo a grandeza das localidades — Ocupando-se novamente da matéria e tendo examinado o documento E/CN.3/C.2/2, a Comissão de População, em sua Quarta Sessão, em Genebra, em abril de 1949, concluiu ser ainda impraticável propor definições uniformes para fins internacionais, quanto à população urbana e rural, e decidiu solicitar ao Secretário-Geral da O.N.U. que continuasse a colaborar com a F.A.O. e outras entidades interessadas, no estudo de padrões adequados ao estabelecimento de tais definições. E, tendo-se reservado para emitir novo pronunciamento a respeito após receber a análise que a F.A.O. tem em preparo, a Comissão, no entanto, em o Anexo I de seu Relatório ao Conselho, relativamente à tabulação de dados nos censos de população a serem levantados em 1950 ou em torno desse ano, tornou a assinalar a conveniência de serem obtidos, nesses levantamentos, os efetivos demográficos de todas as aglomerações identificáveis, classificadas segundo a grandeza e outras características, de modo que os resultados pudessem contribuir na medida do possível para melhorar a comparabilidade nesse setor. Sugeriu, portanto, que, além das discriminações normais conforme a definição de cada país, fôsse a população distribuída com o número de localidades, em cada classe de aglomerações ou núcleos, da seguinte forma:

se possa fazer referência sobre as mais variadas questões demográficas no âmbito internacional.

No tocante à população urbana e rural, o Anuário contém duas séries de tabelas. Sobre as definições e os resultados divulgados, inclusive sobre a questão das aglomerações, afigura-se interessante transcrever, na íntegra, as observações que a êsse respeito aparecem na introdução do volume, página 18, tal como segue:

"Um dos mais árduos problemas que se deparam à apresentação de dados demográficos comparáveis, no plano internacional, decorre da dificuldade que há em classificar separadamente a população das cidades e dos campos. A distinção entre regiões urbanas e rurais acha-se tão estreitamente ligada a considerações de ordem histórica, política, cultural e administrativa que estabelecer definições e métodos se torna processo de muita lentidão.

Nas tabelas do presente anuário, referentes à população urbana e rural e à população

³ "Report of the Fourth Session of the Population Commission." (Doc. E/1.313, de 21 de abril de 1949, Anexo I, pág. 27.)

classificada segundo a importância da localidade ou da aglomeração, os dados são apresentados conforme os transmitiram os governos sem tentar-se maior comparabilidade do que a já existente

Apesar dessa lacuna, tais dados serão úteis a muitos fins. Certas análises e comparações poderão ser feitas sem que, para isso, seja preciso uma completa uniformidade quanto à base de classificação. Dever-se-ão, porém, ter sempre em vista as deficiências assinaladas.

A tabela 8, que revela dados sobre a população urbana e rural de 60 países e regiões, contém, para cada país, uma breve definição das áreas urbanas na medida do que permitem o espaço e as informações disponíveis. Dão-se tais definições a fim de indicar as limitações que afetam a comparabilidade das cifras apresentadas na tabela. Pelo exame das mesmas, verifica-se quão precária é a comparabilidade entre os países.

O propósito da tabela 9 consiste em indicar a distribuição da população segundo os agrupamentos ou aglomerados, classificados, estes, de acordo com o grau de grandeza. Para alguns países, entretanto, os dados referem-se a pequenas áreas ou subdivisões administrativas que equivalem quase a aglomerações. Varia, contudo, em proporções consideráveis, a medida em que essas circunstâncias administrativas coincidem com os limites reais das aglomerações existentes.

Em virtude das variações consideráveis que prevalecem na interpretação dada pelos diversos países a termos idênticos ou análogos, procedeu-se a uma classificação sumária dos tipos de localidades. No cabeçalho das tabelas, figuram algumas notas explicativas a esse respeito. Embora longe de completas as informações assim resumidas proporcionam elementos suplementares para apreciar a comparabilidade dos dados e compreender os métodos adotados nos diversos países.

Os dados que figuram na tabela 8 não representam em todos os casos uma combinação ou um agrupamento dos dados que figuram na tabela 9. Quer dizer, certos países estabeleceram a sua classificação de regiões urbanas e rurais em função das localidades que figuram na tabela 9, e outros não. Comparando as duas séries de dados, poder-se-á determinar, em cada caso, se uma das duas tem por base as mesmas definições que a outra".

Resumo analítico das definições e notas das tabelas 8 e 9 do Anuário Demográfico — Com efeito, pelo que se conclui das explicações constantes da Introdução do *Anuário* e pelas definições e notas das suas tabelas de distribuição da população segundo as divisões existentes, não seria fácil a tarefa de tentar ajustar os distintos critérios para a apresentação dos dados demográficos em um quadro de comparação internacional.

As definições de *área urbana*, que figuram na tabela 8, com relação a 52 países e regiões dos vários continentes, são as discriminadas no Anexo II.

Através dessa discriminação, e a despeito da extrema variabilidade em terminologia e

forma de expressão das 52 definições, procedeu-se à classificação segundo a afinidade das diferentes conceituações de área urbana, tendo-se obtido um agrupamento sintético das mesmas, o qual se reduz aos tipos seguintes:

- 1 Unidades geográficas com limites definidos, legalmente estabelecidas para fins governamentais de caráter local e autônomo.
- 2 Áreas administrativas, que não levam em conta a fixação de limites formais das unidades geográficas de fins governamentais e se destinam ao planejamento, execução e controle de determinados serviços urbanos.
- 3 Principais cidades ou localidades oficialmente consideradas cidades, qualquer que seja a importância numérica do núcleo de população.
- 4 Aglomerações:
 - a) sedes de governo local;
 - b) com caráter nitidamente urbano;
 - c) com determinado mínimo de habitantes;
 - d) especialmente classificadas urbanas para fins censitários;
 - e) com a população ocupada na agricultura, em proporção inferior à que não se ocupa nessa atividade;
 - f) ou centros povoados, sem qualquer distinção particular.

A análise das 52 definições que se enquadram nos tipos acima discriminados, isolada ou combinadamente, proporciona os resultados abaixo:

<i>Tipo da conceituação de área urbana</i>	<i>Número de definições computadas</i>	<i>% do total</i>
1	1	1,9
1, 2	2	3,8
1, 4 a	1	1,9
1, 4 a, 4 d	1	1,9
1, 4 c	4	7,7
1, 4 c, 4 d	1	1,9
2	3	5,8
2, 3, 4 a	2	3,8
2, 4 a, 4 c	1	1,9
2, 4 c	1	1,9
3	4	7,7
3, 4 a	2	3,8
3, 4 a, 4 c	3	5,8
3, 4 c	3	5,8
3, 4 f	1	1,9
4 a	3	5,8
4 b	1	1,9
4 c	6	11,5
4 d	1	1,9
4 e	2	3,8
4 f	3	5,8
4 a, 4 c	4	7,7
4 b, 4 c	2	3,8

Essa demonstração numérica vem confirmar o predomínio, já referido anteriormente, do critério legal (tipos 1 e 4a), e o do número mínimo — limites variáveis entre os diferentes países e regiões — de habitantes das aglomerações existentes (tipo 4c). O primeiro critério figura em 48,0% das de-

finições, e, o segundo, em 40,0% Confirma, ademais, serem os critérios mistos, que combinam dois ou mais tipos conexos de conceituação de área urbana, os mais difundidos, dado que figuram eles em 54% de tôdas as definições computadas

Quanto aos dados apresentados segundo o tamanho das localidades, as notas explicativas da tabela 9 resumem-se apenas no seguinte:

- a) Aglomerações em que não se levam em conta os limites oficiais ou as formas locais de administração
- b) Áreas oficialmente delimitadas e subordinadas a uma jurisdição de tipo urbano ou a outras formas de administração local. Essas áreas são de índole administrativa especial e não abrangem todo o país
- c) Áreas relativamente pequenas ou as menores (ou subdivisões administrativas) com determinados limites, as quais no seu conjunto abrangem todo o país. Essas áreas podem estar ou não subordinadas a uma forma própria de administração local

Acompanhados de notas de rodapé indicadoras de variações nos métodos de apuração dos dados em cada país, envolvendo ora a inclusão, ora a exclusão de determinadas áreas territoriais ou de determinados grupos de habitantes, os elementos incluídos nessa tabela (número de localidades, segundo o tamanho, e de habitantes, segundo o sexo) obedecem, de modo geral, à classificação das aglomerações reproduzidas neste trabalho

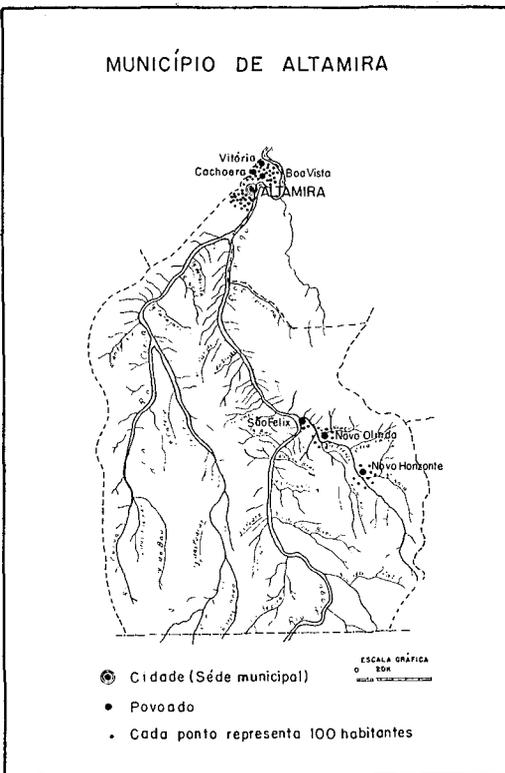
Todavia, tanto as notas gerais *a*, *b* e *c*, explicativas dos tipos de localidade, como as chamadas individuais de referência a cada país, não bastam para que observadores menos avisados deixem de supor situações que absolutamente não correspondem à realidade. A tabela 9 intitula-se "População segundo o tamanho da localidade — último recenseamento" Tome-se, por exemplo, o caso do Brasil, que é idêntico ao de muitos outros países, e ali figura subordinado ao tipo de localidade *c*: "Áreas relativamente pequenas ou as menores". Em primeiro lugar, como veremos na segunda parte deste trabalho, no Brasil a expressão *localidade* define qualquer lugar do território onde haja aglomerado permanente de habitantes, podendo ser uma capital, uma vila, um povoado, uma propriedade rural, um núcleo ou lugarejo, qualquer que seja sua importância, mas não, na divisão territorial, uma unidade administrativa que, em geral, compreende circunscricionalmente uma aglomeração principal, considerada cidade ou vila (sede) e diversas localidades sem investida administrativa e, via de regra, menores que a sede, além da área rural

Em segundo lugar, os dados numéricos fornecidos sobre o Brasil para a mesma tabela referem-se, na realidade, a *Municípios*. Estes, de fato, em sua maioria não constituem pequenas áreas, tampouco as menores (que são os *distritos*), mas, em muitos casos, imensos territórios, subdivididos ou não em

distritos⁴ e contendo numerosas localidades, de tamanhos diferentes e importância variável, freqüentemente situadas a grandes distâncias entre si. A soma dos efetivos demográficos urbanos, suburbanos e rurais de todos esses grandes e pequenos núcleos e dessas áreas sob a jurisdição de cada Município, é o que proporciona o total da população de tais unidades administrativas que, no *Anuário Demográfico* das Nações Unidas, são apresentadas como localidades

Para melhor compreensão do exposto, vejam-se a seguir os mapas dos Municípios de Altamira (Estado do Pará), Palmas (Estado do Paraná) e São Lourenço (Estado de Minas Gerais). Constatam-se, nesses três Municípios, aqui tomados à guisa de ilustração, como o poderiam ser outros quaisquer, situações que evidentemente merecem focalizadas pelos contrastes que oferecem também em torno do problema urbano-rural

Em Altamira, Município com uma extensão de 258 424 km², ou seja o tamanho das áreas da Bélgica, Dinamarca, Holanda, Áustria e Irlanda reunidas, as zonas oficialmente consideradas urbana e suburbana não alcançavam meio quilômetro quadrado ao todo. O Município possuía dois Distritos, com uma cidade e uma vila, respectivamente sede municipal e sede distrital, e povoados e lugarejos dispersos. A população total somava apenas 6 428 habitantes, sendo 1 813 nos quadros urbano e suburbano da cidade e da vila, e 4 615 nas áreas rurais de toda a circunscrição

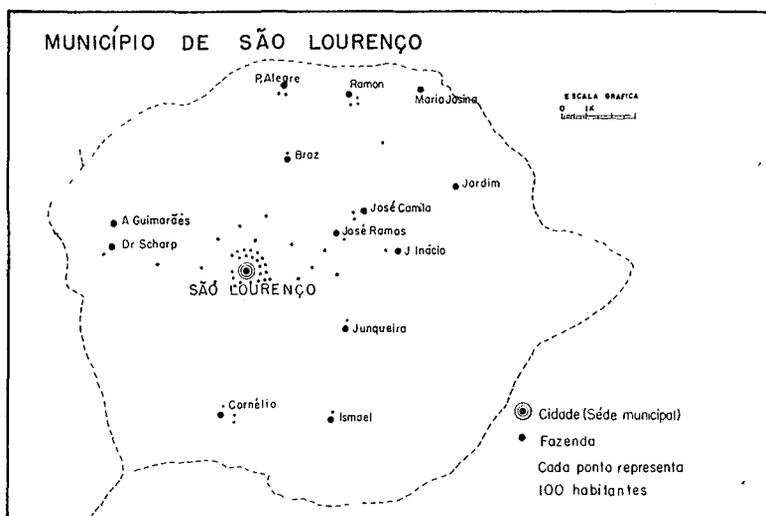


⁴ Os Distritos, e não os Municípios, formam a menor divisão civil do país



Palmas, Município de 8 520 km², com 28 km² de área urbana e suburbana na cidade e nas vilas dos seus 4 Distritos, possuía ainda numerosos povoados e lugarejos dispersos

A população total era de 23 484 almas, sendo 2 459 nas zonas urbana e suburbana da cidade e das vilas, e 21 025 nas zonas rurais de tôda a circunscrição.



São Lourenço, entretanto, com uma área de apenas 59 km², tinha 11 km² da zona urbana e suburbana em um único Distrito-sede do Município e, também, vários lugarejos dentro dos seus limites. A população total era de 8 875 habitantes, sendo 7 247 no quadro urbano-suburbano e apenas 1 628 no quadro rural.

As características dessas três das 1 574 unidades que figuram tabuladas no *Anuário*

das Nações Unidas como "localidades, segundo o tamanho", são reveladoras das dessemelhanças muito comuns no quadro comunal do Brasil, tanto em matéria de extensão territorial de cada Município, como em relação à distribuição das respectivas populações.

São os seguintes os números que a tabela 9 do *Anuário* apresenta para o Brasil, com

base nos resultados do Recenseamento Geral de 1940:

Habitantes da localidade	Número de localidades
2 000 a 4 999	31
5 000 a 9 999	249
10 000 a 19 999	577
20 000 a 49 999	597
50 000 a 99 999	97
100 000 e mais	23

Embora numa tabulação que especifica localidades, esses limites demográficos referem-se, como já vimos, à população total dos Municípios, segundo sua delimitação administrativa, e não a núcleos isolados com preponderante concentração de habitantes

Se, porém, utilizando outros elementos que foram divulgados pelo Recenseamento de 1940, os quais destacam os quadros da população urbana, suburbana e rural também por Distrito, adotássemos o critério de considerar aglomeração urbana a soma dos habitantes dos dois primeiros quadros em cada Distrito, isto é, das zonas urbana e suburbana da cidade sede de Município e da vila sede apenas de Distrito, e estabelecéssemos um limite mínimo, digamos, 5 000 habitantes, as localidades classificáveis dessa forma seriam apenas 324 e todo o conjunto não abrangeria mais do que uns 21% da população total do Brasil na distribuição seguinte:

Número de habitantes da aglomeração urbana	Número de aglomerações	População total
5 000 a 9 999	177	1 217 272
10 000 a 49 999	125	2 284 870
50 000 a 99 999	12	802 733
100 000 e mais	10	4 544 327
TOTAL	324	8 849 202

Últimas recomendações da C O T A e da Comissão de População da O N U — Na terceira sessão do Comitê do Censo das Américas de 1950, realizada simultaneamente com o Segundo Congresso Interamericano de Estatística, em Bogotá, em janeiro de 1950, tratou-se ainda da classificação das populações urbana e rural. As novas recomendações aprovadas por esse Comitê (item 10, parte I da resolução n.º 31 da C O T A) limitaram-se apenas ao seguinte:

"a) Conceito: Recomenda-se que, em cada censo, além da informação sobre a população urbana e rural, necessária para fins nacionais, sejam tomadas providências para a obtenção de dados sobre a população de todos os lugares, ou aglomerações de população que possam ser identificadas mediante critérios quantitativos, sócio-econômicos e outros, de natureza objetiva, sejam ou não tais lugares considerados urbanos, de conformidade com as definições do país

b) Tabulação: Recomenda-se que, como mínimo de tabulações, seja apresentada a da população de conformidade

com o tamanho (número de habitantes) da aglomeração

A população deve ser classificada de acordo com o tamanho (número de habitantes) da aglomeração, no mínimo, nas seguintes categorias: 500 000 ou mais habitantes, 100 000 — 500 000, 25 000 — 100 000, 10 000 — 25 000, 5 000 — 10 000, 2 000 — 5 000, 1 000 — 2 000, 500 — 1 000, menos de 500 habitantes. Se o total da população não for incluído nessas categorias, devem, também, ser apresentados dados da população que não foi classificada em aglomerações ou agrupamentos identificáveis

As tabulações indicarão, no mínimo, o número de lugares de cada tamanho e a sua população, classificados segundo I — sexo, e II — as residências em locais urbanos ou rurais, de acordo com a própria definição do país. As definições de urbano e rural, adotadas no censo de cada país, devem ser mencionadas nas publicações do censo.

Por sua vez, a Comissão de População do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, reunindo-se em sua quinta sessão, em Lake Success, Nova York, em maio de 1950, e tomando em consideração os estudos procedidos pela F A O , e pela C O T A , aprovou, ainda, as recomendações abaixo, acerca da tabulação dos dados sobre a população urbana e rural nos censos de população:

"Tendo em vista o fato de já ter proposto certas tabulações segundo o tamanho das aglomerações ou agrupamentos, incluindo tabulações separadas dos habitantes não classificados em aglomerações ou agrupamentos identificáveis, a Comissão de População solicita ao Secretário-Geral que, no interesse da comparabilidade internacional, encaminhe aos governos as seguintes propostas, para uso nos censos demográficos a serem levantados em 1950 ou em torno desse ano, em substituição ao parágrafo 49 do relatório da 4.ª sessão da Comissão:

a) que os censos de população incluam tabulações sumárias da população classificada, no mínimo, por sexo e idade (menos de 5 anos, em grupos de 10 anos, de 5 a 64 e de 65 anos e mais)⁵ para aglo-

⁵ Solicita-se a atenção para o fato de que o Regulamento da Organização Mundial de Saúde, n.º 1, Artigo 6, estabelece a classificação dos dados da mortalidade em certos aglomerados, por sexo e idade, nos seguintes grupos, no mínimo:

Menos de 1 ano
1 — 4 anos
5 — 14 "
15 — 24 "
25 — 44 "
45 — 64 "
65 — 74 "
75 anos e mais

Se as tabulações da população por idade e sexo tiverem de ser usadas conjuntamente com as tabulações da mortalidade, o grupo etário daquelas, de 65 anos e mais, deverá ser subdividido em 65 — 74 e 75 anos e mais.

meiações ou aglomeramentos da população residente em zonas de edificação contígua que, de acordo com a definição adotada em cada país, se considerem localidades isoladas ou centros de população. Tais tabulações sumárias seriam feitas para essas aglomerações agrupadas segundo o tamanho, como segue:

Menos de 2 000, juntamente com a população nas aglomerações ou aglomeramentos não identificáveis;
2 000 e abaixo de 10 000;
10 000 e mais;

- b) que as categorias apresentadas em tais tabulações não se denominem de *urbanas* ou *rurais* para os fins de comparabilidade internacional;
- c) que o Secretariado, em colaboração com a F A O, e outras agências interessadas, prossiga no estudo do problema visando conseguir uma definição-padrão das populações urbana e rural para as tabulações internacionais."

PARTE II

A CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA E SEUS PROBLEMAS

Vimos que o problema da classificação das divisões e subdivisões territoriais e dos núcleos e aglomerações de população em qualquer país, para fins estatísticos, é dos que ainda estão a exigir estudo visando a uma solução que consulte também os interesses da comparabilidade internacional.

No Brasil, antes do Recenseamento Geral de 1940, as dificuldades que se opunham a uma classificação dessa natureza eram agravadas pelas constantes modificações que sofriam os quadros das menores subdivisões civis, além de não haver critério uniforme para delimitação das áreas urbanas e rurais das diferentes circunscrições, cidades e vilas.

As primeiras medidas tomadas mais em correspondência com as necessidades, nesse setor, resultaram da Convenção Nacional de Estatística, firmada em 1936, no Rio de Janeiro, entre o Governo da União, e os Governos Estaduais, e conseqüente ação da entidade federativa (hoje o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) criada com o fim de "mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República, bem como da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais".

A Convenção, na sua cláusula 13, considerou a questão das cartas físicas e políticas dos territórios estaduais a serem levantadas com as divisões e subdivisões nas diferentes ordens de circunscrições administrativas e judiciárias. Na cláusula 14, ficaram determinados os objetivos essenciais a serem obser-

vados no encaminhamento das providências legislativas ou administrativas atinentes à divisão dos respectivos territórios, como sejam a) uniformidade de data para a revisão do quadro territorial, com periodicidade regular; b) sistematização da nomenclatura; c) precisão e racionalidade de limites circunscricionais; d) superposição sistemática da divisão judiciária à divisão administrativa de forma que, por um lado, houvesse uma só divisão distrital para fins tanto administrativos como judiciários e, por outro lado, os termos e comarcas tivessem sempre por sede a sede municipal que lhes der o nome, e compreendessem, respeitados os respectivos limites, um ou mais Municípios; e) atribuição de categoria e foros de cidade e vila segundo critérios específicos claramente fixados em lei; f) unificação dos âmbitos territoriais das unidades administrativas e judiciárias, de modo que a área de cada uma delas seja um todo ficando assim suprimidos os casos de extra-territorialidade decorrentes das chamadas *fazendas encravadas* e os casos anômalos de circunscrições formadas de duas inferiores não contíguas; g) definição exata da constituição territorial das novas entidades administrativas criadas (Distritos e Municípios), indicando-se sempre as circunscrições distritais preexistentes que lhes houverem cedido território, e descrevendo-se os respectivos limites de forma a ficarem nitidamente destacados os trechos correspondentes a cada um dos Distritos confrontantes.

Em face da necessidade de classificar a população urbana e rural, a cláusula 15 da Convenção complementou os dispositivos precedentes propondo, como objetivo comum, a ser conseguido pelas medidas que a organização de cada Estado permitisse, a fixação, por todas as municipalidades, do *quadro urbano* da cidade ou vila-sede do Município,⁶ quadro esse não modificável a não ser por ato do respectivo Governo, no qual se referissem os novos limites e o acréscimo da área resultantes da alteração.

Ainda em 1936, já estando em plena atividade o sistema estatístico nacional, instituído segundo as bases da Convenção, o Conselho Nacional de Estatística, em sua primeira Assembléia-Geral, baixou a Resolução n.º 6, de 29 de dezembro do mesmo ano, estabelecendo o plano de registro regular da divisão territorial do país e o da organização do Atlas Corográfico Municipal. Seguiram-se a essa medida, as Resoluções n.º 30, 50, 60 e 62, de julho de 1937, relativas à contribuição cartográfica necessária aos serviços estatísticos e censitários, à uniformização do critério para a concessão dos foros de *cidade* e *vila* aos centros urbanos que forem elevados à categoria, respectivamente, de sede distrital ou municipal, à publicação regular da Divisão Administrativa e Judiciária do Brasil e critério para o cômputo das unidades do quadro territorial, à consecução dos atos municipais delimitatórios das *zonas urbanas* das sedes

⁶ Ao tempo em que se realizou a Convenção, a sede municipal poderia ter a categoria de cidade ou vila, mas independentemente de qualquer critério de diferenciação.

municipais e distritais, e à estimativa imediata, pela contagem predial, das respectivas populações, e outras medidas sistematizadoras e reguladoras da divisão territorial.

Por seu lado, o Conselho Nacional de Geografia, também reunido em Assembléa-Geral, em julho de 1937, aprovou a Resolução n.º 14, em que incluiu, entre as suas iniciativas de caráter objetivo, a revisão e atualização da Carta Geral do Brasil ao milionésimo, como elemento subsidiário para o preparo do Recenseamento de 1950

Com a nova ordem política do país, em decorrência da Constituição de 10 de novembro de 1937, outras medidas foram encaminhadas no sentido de obter-se a aprovação de disposições orgânicas relativamente à Divisão Administrativa e Judiciária Assim, a Resolução n.º 26, de 15 de dezembro, da Junta Executiva Central do C N E, submeteu à consideração do Governo da República um anteprojeto a esse respeito Dêsse projeto decorreram o Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, que regulou o início dos trabalhos do Recenseamento Geral com certas disposições, também, sobre a revisão da área e do seu parcelamento, segundo as Unidades Federadas, os Municípios e os Distritos, e levando em conta o cômputo da área, população urbana e efetivos prediais das respectivas sedes; e o Decreto-lei n.º 311, de março de 1938, que instituiu a sistemática definitiva, até agora em vigor, para a divisão territorial do país, fixando, a esse respeito, princípios racionalizadores do maior alcance nos seguintes termos:

"Art 1.º — Na divisão territorial do país serão observadas as disposições desta lei

Art 2.º — Os Municípios compreenderão um ou mais Distritos formando área contínua Quando se fizer necessário, os Distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal

Parágrafo único — Essas zonas poderão ainda ter denominações especiais

Art 3.º — A sede do Município tem a categoria de cidade e lhe dá nome.

Art 4.º — O Distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila

Parágrafo único — No mesmo Distrito, não haverá mais de uma vila

Art 5.º — Um ou mais Municípios, constituindo área contínua, formam o têtmo judiciário, cuja sede será a cidade, ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território, e dará o nome à circunscrição

Art 6.º — Observado, quanto à sede e à continuidade do território, o disposto no Artigo anterior, um ou mais têtmos formam a comarca

Art 7.º — Os territórios das comarcas e têtmos serão definidos, nos respectivos atos de criação, pela referência às circunscrições imediatamente inferiores que os constituirém O ato de criação de cada Município, porém, indicará os Distritos que, no todo ou em parte, vierem a constituir o seu território e fará a descrição dos antigos ou novos limites do Distrito que passarem a formar a linha divisória municipal, discriminadas as secções cor-

respondentes às sucessivas confrontações interdistritais Anàlogamente, nenhum Distrito será criado sem a indicação expressa da anterior jurisdição distrital do território que o deva constituir, descritos os respectivos limites com cada um dos Distritos que formarem suas confrontações

Art 8.º — Os limites interdistritais ou intermunicipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas apenas pela coincidência com divisas pretéritas ou atuais.

Art 9.º — Em nenhuma hipótese se considerarão incorporados, ou a qualquer título subordinados a uma circunscrição, territórios compreendidos no perímetro de circunscrições vizinhas

Art 10 — Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação

Art 11 — Nenhum novo Distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias

Parágrafo único — O ato de delimitação será sempre acompanhado da respectiva planta

Art 12 — Nenhum Município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias.

Por êsse Decreto-lei, o quadro territorial, assim estabelecido, só poderia ser alterado por leis gerais quinquenais, promulgadas no último ano de cada período de cinco anos, para entrar em vigor a 1.º de janeiro do ano imediato

Uma vez fixados pelos Governos das Unidades Federadas os respectivos quadros municipais, em cumprimento às disposições da Lei nacional n.º 311, teve início o primeiro período quinquenal em 1.º de janeiro de 1939

Em julho de 1941, o Conselho Nacional de Geografia, considerando a diversidade de critérios na hierarquização administrativa das localidades brasileiras, diversidade em virtude da qual, não raro, localidades com características iguais têm categorias diferentes e, ao inverso, apresentam-se com o mesmo título de localidades de caracteres nitidamente diferenciados, tendo em vista que, já estando sistematizada pela Lei n.º 311 a atribuição da categoria de cidade ou de vila em todo o país, se impunha, para os demais tipos de localidades, uma conceituação clara, constituindo fundamento para a desejada uniformização de nomenclatura, baixou a seguinte Resolução, que tomou o n.º 99:

"Art 1.º — Define-se como *localidade* todo lugar do território nacional onde há aglomerado permanente de habitantes

Art 2.º — O Conselho fixa, para seu uso, a seguinte classificação e correlata definição de localidades:

Capital Federal — Localidade onde tem sede o Governo nacional com os seus poderes executivo, legislativo e judiciário.

Capital — Localidade onde tem sede o Governo de unidade política da Federação, com exclusão do Distrito Federal.

Cidade — Sede municipal, ou seja, localidade com o mesmo nome do Município a que pertence e onde está sediada a respectiva Prefeitura, excluídos os Municípios das capitais

Povoado — Localidade que não tem a categoria de sede de circunscrição administrativa, mas onde há aglomeração de residências, geralmente com vínculo religioso em torno de igreja ou capela, e comercial, expressa por feira ou mercado, e cujos moradores exercem suas atividades econômicas, não em função de interesse de um proprietário único do solo, porém do próprio agrupamento.

Propriedade rural — Localidade que não tem a categoria de sede de circunscrição e onde se manifesta exclusivamente o domínio privado

Núcleo — Localidade, sem a categoria de sede circunscricional, onde se aglomeram habitantes sob regime especial

Lugarajo ou Local — Denomina-se-á dessa maneira o lugar que não se enquadra em nenhum dos tipos referidos nos itens anteriores, quer conte ou não com moradores presentemente, desde que possua nome pelo qual seja conhecido

Art 3º — Caberá aos Diretórios enquadrar em cada tipo de localidade, ora definido, a sinonímia usual em seu território e comunicá-la ao Diretório Central, dentro do prazo de seis meses "

Outros Decretos-leis do Governo da República e Resoluções diversas dos dois Conselhos, posteriores aos atos mencionados, completaram certos pontos das medidas legais e reguladoras que era mister pôr em prática para a configuração e descrição das áreas territoriais com a possível precisão. Isto, não só em benefício da boa ordem administrativa, mas, e principalmente, para atender às exigências do recenseamento e demais inquéritos estatísticos quanto à estabilidade dos quadros divisionários e âmbitos das diferentes áreas

Em matéria de estabilidade, entretanto, nem mesmo a grande divisão das Unidades Federadas, que vinha sendo mantida desde a Proclamação da República, com a posterior criação do Território do Acre, está isenta de alterações. Consistindo essa divisão de 20 Estados, 1 Território e 1 Distrito Federal, foi ela, em 1942, acrescida de um novo Território (a Ilha Fernando de Noronha), e, em 1943, de mais cinco Territórios (Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguacu) com partes desmembradas de diferentes Estados. Dêstes Territórios, dois (Ponta Porã e Iguacu) foram extintos em 1946, revertendo suas áreas aos Estados de onde provieram. Por aí se vê que a Divisão Política, partindo de 1889 com 21 unidades, em 1901 passou a 22, em 1942, a 23, em 1943, a 28, reduzindo-se, em 1946, a 26 unidades

A criação dos novos Territórios assinalados, representando relevante empreendimento para a imediata colonização de longínquos rincões

do país, não chegaram a constituir senão diminuta parcela das medidas que, em matéria de redivisão territorial, de há muito vêm sendo reclamadas em projetos de radical modificação de todo o quadro da Divisão Política do país, incluindo a mudança da Capital da República para o interior, medidas essas que terão de ser postas em prática, infalivelmente, como imperativo de organização nacional que não mais admite protelação

Quanto à divisão administrativa das circunscrições civis menores (Municípios e Distritos), já de longe vinha o hábito de, a cada passo e por qualquer motivo, justo ou não, criar ou suprimir unidades, atribuir ou retirar os foros de cidade ou vila, e, entre outras irregularidades e inconveniências, modificar os limites das diferentes áreas sem nenhum critério plausível

A composição distrital e o conceito de cidade e vila em 1940 — Como já vimos, pelo Decreto-lei nº 311, estas questões ficaram sumariamente colocadas nos termos seguintes:

- I — Os Municípios compreenderiam um ou mais Distritos formando área contínua
- II — A sede do Município teria a categoria de *cidade* e lhe daria o nome
- III — O Distrito se designaria pelo nome da respectiva *sede*, a qual teria a categoria de *vila*
- IV — No mesmo Distrito não haveria mais de uma vila.
- V — Os Distritos poderiam, no entanto, subdividir-se em zonas com seqüência ordinal ou ter denominações especiais

As observações, definições e os dados e comentários que seguem decorrem da análise dos termos I a V, na ordem acima, em face dos resultados verificados em 1940

I — Até se iniciar o primeiro período quinquenal, nos termos do decreto-lei já referido, prevalecia duplicidade e, às vezes, triplicidade de quadros distritais, coexistindo, com poucas exceções, uma divisão *administrativa* e outra *judiciária*, quando não ainda a *policial*, na hierarquia das várias circunscrições. Abolida esta anomalia, entre outras inconveniências também eliminadas, como sejam, a diversidade de designação entre muitas circunscrições e as respectivas sedes (isto é, o Município ou o Distrito tinha um nome e a sua sede outro) e a identidade de denominações no mesmo Estado, entre circunscrições de sedes diferentes, ora da mesma, ora de diferente categoria, já em 1940 a situação era outra. A nomenclatura estava racionalizada. Todos os Distritos constituíam uma única divisão para fins tanto administrativos como judiciários; os Municípios eram exclusivamente administrativos, e os termos e comarcas eram exclusivamente judiciários. Vigorava, portanto, o sistema jurisdicional que a lei preconizara

Todavia, não sendo o número de Distritos, que os Municípios deveriam compreender, questão subordinada a critério uniforme, a composição distrital era, e continua a

ser, muito variável de um Município a outro, e entre as Unidades Federadas

Segundo o número de Distritos e a área absoluta, os 1 574 Municípios, em 1940, assim se distribuíam:

De 5 001 a 10 000 km ²	136
De 10 001 a 50 000 km ²	102
De 50 001 a 100 000 km ²	22
De 100 001 a 150 000 km ²	7
De 150 001 a 200 000 km ²	2
De mais de 200 000 km ²	3

MUNICÍPIOS

Compreendendo:

Apenas 1 Distrito	409
2 Distritos	354
3 Distritos	298
4 Distritos	220
5 Distritos	110
6 a 10 Distritos	166
11 a 15 Distritos	16
15 e mais Distritos	1

Compreendendo:

Até 50 km ²	5
De 51 a 100 km ²	8
De 101 a 500 km ²	325
De 501 a 1 000 km ²	347
De 1 001 a 5 000 km ²	617

Pode-se ainda observar as superfícies das 1 574 Unidades, em milhares de km², na escala que segue:

Superfícies (Em 1 000 km ²)	Número de Municípios	Frequências acumuladas
Até 1	687	687
Mais de 1 até 5	623	1 310
Mais de 5 até 10	125	1 435
Mais de 10 até 50	104	1 539
Mais de 50 até 100	22	1 561
Mais de 100 até 150	6	1 567
Mais de 150 até 250	5	1 572
Mais de 250	2	1 574

Em relação ao número absoluto de Municípios em cada Unidade Federada, a distribuição dos Distritos proporcionava as percentagens discriminadas na tabela a seguir:

RECENSEAMENTO DE 1940

Distribuição dos Municípios, segundo a composição distrital — 1940

REGIÕES FISIográficas E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Número absoluto	MUNICÍPIOS							
		Apenas 1 distrito	COMPREENDENDO						
			2	3	4	5	6 a 10	11 a 15	16 e mais
PERCENTAGENS									
BRASIL	1 574	25,9	22,4	18,9	13,9	6,9	10,5	1,0	0,5
Norte	88	28,4	29,6	18,2	10,2	10,2	3,4	—	—
Acre	7	43,0	28,6	14,2	14,2	—	—	—	—
Amazonas	28	3,3	21,4	21,4	10,8	7,1	—	—	—
Pará	53	20,8	34,0	17,0	9,4	13,2	5,6	—	—
Nordeste	392	32,4	17,6	19,9	15,8	5,6	8,4	0,3	—
Maranhão	65	83,0	11,0	3,0	—	—	—	—	—
Piauí	47	100,0	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	79	—	7,6	20,2	20,2	21,6	29,1	1,3	—
Rio Grande do Norte	42	28,6	43,0	26,1	2,3	—	—	—	—
Paraíba	41	—	2,3	22,0	24,4	7,3	17,0	—	—
Pernambuco	85	5,9	20,0	35,2	33,0	2,3	3,5	—	—
Alagoas	33	27,2	21,2	30,4	21,2	—	—	—	—
Leste	563	20,8	20,1	19,3	16,1	8,0	14,4	1,1	0,2
Sergipe	42	78,6	1,0	2,1	—	—	—	—	—
Bahia	150	14,0	19,3	19,3	20,8	9,4	16,0	0,6	0,6
Minas Gerais	288	20,4	23,0	20,1	15,6	7,0	12,9	1,0	—
Espírito Santo	32	—	18,8	31,3	21,9	9,3	15,7	—	—
Rio de Janeiro	50	6,0	8,0	20,0	16,0	16,0	30,0	4,0	—
Distrito Federal	1	100,0	—	—	—	—	—	—	—
Sul	451	27,5	27,3	16,8	10,6	6,2	9,8	1,8	—
São Paulo	270	40,0	31,9	15,5	4,9	3,3	4,4	—	—
Paraná	49	16,4	20,4	20,4	22,5	14,2	4,1	2,0	—
Santa Catarina	44	6,9	13,7	18,1	20,4	13,7	22,7	4,5	—
Rio Grande do Sul	88	5,7	23,9	18,1	17,0	6,9	22,7	5,7	—
Centro-Oeste.	80	20,0	28,7	23,8	12,5	7,5	6,2	1,3	—
Goiás	52	27,0	25,0	27,0	9,6	5,7	3,8	1,9	—
Mato Grosso	28	7,1	35,7	17,9	17,9	10,7	10,7	—	—

Considerando-se as Unidades da Federação em geral, em duas delas cada Município possuía apenas 1 Distrito Nas demais, a composição distrital variava de 1 a 3 Distritos (em duas Unidades), de 1 a 4 (em três), de 1 a 5 (em uma), de 1 a 10 (em quatro), de 1 a 15 (em seis), de 1 a 16 (em uma), de 2 a 10 (em duas), e de 2 a 15 distritos (em uma unidade) Um único Município tinha mais de 15 Distritos: Ilhéus, no Estado da Bahia, com 16. Três Estados (Ceará, Paraíba e Espírito Santo), não possuíam Municípios com 1 Distrito Considerando-se, porém, a totalidade de Municípios do país, predominavam as circunscrições com apenas 1 Distrito O Piauí é um Estado em que todos os Municípios (47), inclusive Teresina, Município da capital, tinham e ainda têm apenas um Distrito

O Distrito Federal (Rio de Janeiro), Capital da República, constituía um Município e um único Distrito Natal, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Niterói e São Paulo, respectivamente capitais dos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, eram também Municípios com apenas 1 Distrito Nas demais capitais, o número de Distritos nos respectivos Municípios variava entre 2 e 10

Quanto aos princípios que passaram a reger a delimitação dos Distritos, formando área contínua, cada Distrito seria distinto, não possuiria faixas de terra subordinadas a outro, ou compreendidas no perímetro de circunscrições vizinhas; os vários Distritos de um mesmo Município se justaporiam perfeitamente, de modo a formarem a superfície total de que se constituísse o Município, e as superfícies d'água, marítimas, fluviais ou lacustres; não quebrariam a continuidade territorial, podendo as relativamente extensas ser reservadas para divisas intermunicipais ou interdistritais

Na fixação das linhas divisórias, seriam observadas as seguintes normas:

a) preferência sistemática pelas linhas naturais, facilmente reconhecíveis, como, por exemplo: as linhas de relevo (cristas ou linhas de cumiada de elevações acentuadas, divisor de águas de cursos d'água marcantes, etc); as linhas médias de superfícies d'água, lacustres, marítimas e sobretudo fluviais;

b) na impossibilidade de uma linha natural, uma linha reta cujos extremos sejam pontos naturais facilmente reconhecíveis (picos, pontos singulares de relevo, aflorações, nascentes e confluências de cursos d'água, cascatas e quedas d'água, etc) e, na falta destes, pontos outros dotados das necessárias condições;

c) a configuração dos Municípios, tanto quanto possível, deverá atender a uma relativa harmonia das suas dimensões, devendo ser evitadas as formas anômalas, os estrangulamentos e alargamentos exagerados.

O critério das linhas naturais estaria, entretanto, sujeito a exceções sob o ponto de vista econômico, nos casos especiais em que a aplicação das normas estabelecidas pudesse redundar em entraves para a administração

interna dos Municípios, perda de terras e de rendas não suscetíveis de compensação, como poderia suceder

Quanto à extensão das superfícies abrangidas pelas diferentes circunscrições administrativas do quadro territorial então em vigor, ou a ser atribuída às que viessem a ser criadas, não havia, nem há, qualquer critério estabelecido no que concerne à fixação de um padrão de área com determinados limites para todo o país Em 1940, o âmbito territorial dos Municípios existentes escalonava-se entre um mínimo de 7 e um máximo de 283 830 km², apresentando uma variedade enorme de grandezas entre esses dois extremos.

II e III — As sedes das circunscrições que deveriam ser obviamente, centros urbanos já formados ou pelo menos em formação, muitas vezes não existiam sequer como povoados Numerosas sedes municipais e distritais do Interior consistiam apenas de poucas dezenas de habitantes espalhados em casas esparsas ou aglomeradas em pequenos núcleos O Decreto-lei n.º 311, provendo à revisão do quadro territorial, estabeleceu que os foros de *vila* e *cidade*, ficariam sendo privativos dos centros urbanos que fôsem elevados à categoria, respectivamente, de sede, distrital ou municipal

Essa fórmula, uniforme para todo o País, e mais a condição de que não seria instalado nenhum novo Distrito sem que previamente se delimitassem os quadros urbano e suburbano da sede, onde deveria haver pelo menos tinta moradias, nem Município sem que o quadro urbano abrangesse no mínimo duzentas moradias, constituíram preceitos legais da padronização que passara a vigorar, mas não modificaram a face real das coisas em grande parte das circunscrições já com existência legal e que foram mantidas na categoria de sedes, embora muitas não satisfizessem os requisitos mínimos de urbanização e de recursos compatíveis com os foros de *vila* ou *cidade*, de que ficaram investidas, administrativamente

Na tabela a seguir, pode-se ver a síntese de evolução do quadro de cidades e vilas dos Municípios brasileiros, em cada decênio, de 1910 a 1940:

Ano	Municípios	Cidades	Vilas
1910	1 168	695	473
1920	1 300	795	505
1930	1 446	992	454
1940	1 574	1 574	3 268

Assinale-se que, antes de vigorar a legislação atual, as sedes municipais tanto podiam ser cidades como vilas, e as sedes dos distritos eram, em geral, simples povoados. A soma das unidades nessas duas categorias nem sempre correspondia ao total de Municípios existentes Com a revisão do quadro territorial, porém, os Distritos-sede dos Municípios foram todos erigidos em cidades, cujo total ficou sendo igual ao número de Municípios. Estes poderiam ter um só Distrito, constituindo em Distrito-sede, ou além deste, ter ainda um ou mais Distritos subordinados, cujas sedes, pela nova estruturação, foram erigidas em

vilas, e daí a superioridade do seu número em 1940

IV e V — Os Distritos podiam possuir, como de fato acontecia na maioria dêles, diversas outras localidades (povoados, núcleos, lugarejos, etc.) Nenhuma delas, porém, poderia ser considerada vila, designação esta reservada exclusivamente para a que fôsse sede distrital, ou seja, a localidade com o mesmo nome do Distrito a que pertencesse e onde estivesse sediada a autoridade distrital. Daí serem agora idênticos o número de Distritos e o de vilas, excluídos os Distritos das sedes municipais. Estas, como vimos antes, são tôdas "cidades", do ponto de vista administrativo, ainda que muitas não o sejam no verdadeiro sentido sociológico da palavra.

A subdivisão dos Distritos em zonas, sub-distritos numerados ou com denominações distintas, ocorre variavelmente em função das necessidades e conveniências de índole exclusivamente administrativa e a critério dos respectivos Governos. Além da Capital Federal e de algumas Capitais estaduais, que possuem um só Distrito administrativo, em vários grandes Municípios é comum, por simples conveniência dos serviços locais, a subdivisão do Distrito-sede ou mesmo de alguns Distritos subdivididos em áreas ou zonas para certos fins administrativos.

Aliás, subdivisões como essas foram previstas pelo próprio Decreto-lei n.º 311, o qual, além da faculdade expressa no Artigo 2.º, relativamente às zonas com seriação ordinal, é explícito em seu Artigo 14, quanto aos sub-distritos, nos seguintes termos: "A competência dos governos estaduais para a criação dos distritos não impede que os governos dos municípios, para fins exclusivos da respectiva administração, os subdividam em sub-distritos". Semelhante subdivisão, entretanto, ainda não está generalizada.

Os quadros territoriais urbano e rural —
A distinção entre zona urbana e zona rural decorre das disposições legais postas em vigor em obediência ao Decreto-lei n.º 311. A delimitação dos quadros urbano e suburbano, de competência dos Governos Municipais, orientou-se por instruções emanadas dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística. Esses órgãos também estabeleceram regras uniformes para a representação cartográfica das diferentes unidades territoriais do país.

O processo de delimitação obedeceria às seguintes disposições:

a) A delimitação do quadro urbano das sedes, quer municipal, quer distrital, consistiria na descrição simples e clara de uma linha, facilmente identificável no terreno, envolvendo o centro de maior concentração predial, no qual, via de regra, se localizam os principais edifícios públicos e mais intensamente se manifesta a vida comercial, financeira e social da sede, é onde, em muitos casos, há incidência de impostos especiais, como, por exemplo, o de décima urbana.

b) A linha de delimitação do quadro urbano seria, de preferência, uma poligonal,

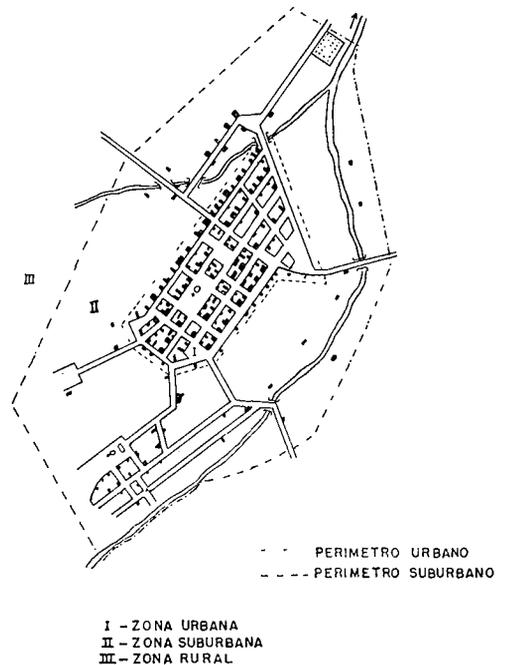
constituída de retas, que acompanhassem de perto a periferia do centro de maior concentração predial da sede.

c) A delimitação do quadro suburbano das sedes, consistiria na descrição simples e clara de uma linha, também facilmente reconhecível no terreno, abrangendo uma área que circundasse, com largura variável, o quadro urbano, área dentro da qual já se estivesse processando a expansão da zona urbana da sede ou que, por suas condições topográficas favoráveis, estivesse naturalmente destinada a essa expansão. A linha de contorno do quadro suburbano devia circunscrever o mais rigorosamente possível a área que correspondesse, realmente, à expansão atual ou próxima do centro urbano, sendo vedado delimitar-se, qualquer que seja o pretexto para isso invocado, mesmo a título de regularização de forma, um perímetro suburbano que se afastasse, em distância e em conformação, da área de expansão acima referida.

O esquema abaixo, de delimitação dos perímetros urbano e suburbano das sedes de circunscrição, constitui exemplo da planta que deveria figurar no mapa do respectivo município, mapa êsse em que se iam aplicadas as convenções e normas cartográficas recomendadas no quadro também reproduzido a seguir:

PLANTA DA CIDADE (OU DA VILA) DE _____
(NOME DA SEDE RESPECTIVA)

ESCALA _____



As plantas de todas as sedes, municipal e distritais, devem figurar nas margens do mapa do Município respectivo. Para a representação esquemática basta um levantamento expedito dos arruamentos e edificações da sede.

QUADRO ELUCIDATIVO E COMPLEMENTAR DAS CONVENÇÕES
E NORMAS CARTOGRAFICAS RECOMENDADAS

⊙	CIDADE (Séde municipal)
⊙	VILA (Séde distrital)
●	Povoado
⋈	Fazenda (Séde)
—	Estação de estrada de ferro
○	Usina elétrica
⋈	Igreja e capela
-----	Linha divisória internacional
.....	Linha divisória interestadual
-----	Linha divisória intermunicipal
-----	Linha divisória interdistrital
—	Estrada de ferro em tráfego
—	Estrada de ferro em construção
—	Caminho de tropa (vermelho)
—	Caminho carroçavel (vermelho)
—	Rodovia (vermelho)
—	Linha telefônica
—	Linha telegráfica
—	Escola gráfica
—	Cursos d'agua (azul)
—	Trecho navegável
—	Curso d'agua não perene (azul)
—	Elevação (serra, morro, pico)

As palavras Cidade, Vila, Povoado, Fazenda e Estação de E. F. obedem a tipo, tamanho e posição apropriados.
Na designação de Serra também o tipo e disposição das letras são apropriados.
Número inscrito no mapa seguido da letra m representa altitude, seguido de km é distância quilométrica.
O traço representativo de Rodovia terá grossura variável, de acordo com a importância da via.

Segundo o critério adotado, as zonas urbana e suburbana de cada vila, sede distrital, deveriam abranger pelo menos trinta

moradias, e a área urbana de cidade, sede de Município, no mínimo, duzentas moradias. Não obstante, a delimitação foi igualmente aplicada às localidades que, ao iniciar-se o primeiro período quinquenal da divisão territorial, já eram sedes e foram confirmadas na categoria de cidade ou vila, embora não abrangessem o mencionado mínimo de moradias. Aliás, não foram poucas as unidades confirmadas nessas categorias por decretos estaduais, as quais não possuíam nem mesmo, simplesmente, o número mínimo de moradias fixado por lei, e que, ademais, não dispunham dos elementos essenciais de administração ou não se adaptaram, de qualquer ponto de vista socio-econômico e cultural, aos fins de núcleos dirigentes.

Uma idéia do pauperismo das localidades brasileiras (localidade no sentido de unidade simples e não no de um conjunto de núcleos ou lugares formando uma circunscrição administrativa) dão-nos diversas estatísticas recentes sobre a situação social.

Assim, por exemplo, no tocante a serviços de utilidade pública, se a situação, em 1947, ainda era a que a síntese numérica a seguir nos revela sobre abastecimento de água, redes de esgoto, iluminação e pavimentação, para referirmos apenas alguns dos aspectos básicos do conforto que decorre da vitalidade dos núcleos em desenvolvimento, é bem de ver que essas condições em muitas das localidades existentes não teriam sido melhores em 1940.

SERVIÇOS DE ÁGUA, ILUMINAÇÃO, ESGOTO E PAVIMENTAÇÃO EM 1947

NÚCLEOS DE POPULAÇÃO	LOCALIDADES ARROLADAS QUE POSSUÍAM OU NÃO SERVIÇOS URBANOS								
	Total	Água canalizada		Iluminação		Esgoto		Pavimentação	
		Pos-suíam	Não possuíam	Pos-suíam	Não possuíam	Pos-suíam	Não possuíam	Pos-suíam	Não possuíam
Cidades	1 695	740	955	1 434	261	356	1 339	971	724
Vilas	3 341	507	2 834	1 302	2 039	51	3 250	314	3 027
Povoados	5 680	128	5 552	777	4 903	9	5 671	45	5 635
TOTAL	10 716	1 375	9 341	3 513	7 203	416	10 300	1 330	9 386

Relativamente a serviços organizados de assistência hospitalar e médico-sanitária, segundo as estatísticas disponíveis, sabe-se que mais de 500 Municípios, isto é, 500 cidades e as respectivas vilas e povoados de sua jurisdição, não possuíam sequer um estabelecimento de assistência médica.

Em 1947, a situação era a seguinte:

Localidades	Número de estabelecimentos e serviços	Hospitais, clínicas, ambulatórios, etc	Serviços públicos de medicina preventiva
Categorias	Número		
Cidades	1 695	2 174	1 078
Vilas	3 341	224	94
Povoados	5 680	72	36
TOTAL	10 716	2 470	1 208

Os dados acima tornam evidente que mais de 3 000 vilas não possuíam estabelecimento algum daquela natureza, o mesmo sucedendo a bem mais de 5 000 povoados, pois havia apenas 318 estabelecimentos situados em vilas e 108 localizados em povoados. Para um total de 10 716 localidades, existiam apenas 2 470 estabelecimentos hospitalares e semelhantes e 1 208 serviços públicos de medicina preventiva.

PARTE III

DISTRIBUIÇÃO URBANO-RURAL DA POPULAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO RESULTADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1940

Em trabalhos mimeografados do Recenseamento Geral de 1940 e em a novel *Revista*

dos Municípios já têm sido divulgados os números que distribuem a população segundo o domicílio. Aproveitando esses dados, foram preparadas as dez tabelas constantes do anexo I com o objetivo de apresentar agora os resultados em uma distribuição que, atendendo ao critério legal, permite examinar, em cada Unidade Política, a população de fato nos quadros urbano, suburbano e rural das circunscrições civis secundárias e menores (Municípios e Distritos), sob ponto de vista diferente

Na tabulação, consideraram-se:

1 *Municípios metropolitanos* os que encerram as Capitais da República e dos Estados, classificados os restantes como *Municípios não-metropolitanos*

Em 1940, havia 22 Municípios metropolitanos com uma população total de 5 651 114 habitantes (4 925 801 nos quadros urbano e suburbano e 725 313 no quadro rural); e 1 552 Municípios não-metropolitanos com uma população total de 35 585 201 habitantes (7 956 648 nos quadros urbano e suburbano e 27 628 553 no quadro rural).

POPULAÇÃO, SEGUNDO A DIVISÃO MUNICIPAL

SITUAÇÃO	Número de municípios	%	POPULAÇÃO						
			Total	%	Dos quadros urbano e suburbano	%	Do quadro rural	%	
Municípios {	Metropolitanos	22	1	5 651 114	14	4 925 801	38	725 313	3
	Não-metropolitanos	1 552	99	35 585 201	86	7 956 648	62	27 628 553	97
TOTAL	1 574	100	41 236 315	100	12 882 449	100	28 353 866	100	

2 *Distritos-sede dos Municípios metropolitanos*, o da Capital da República e os das Capitais dos Estados e Territórios, isto é, aqueles em que se localiza a cidade sede do Governo Estadual, classificados os demais Distritos desses mesmos Municípios como *Distritos subordinados, dos Municípios metropolitanos*

Havia 22 Distritos-sede dos Municípios metropolitanos com uma população total de 5 405 812 habitantes (4 876 016 nos quadros urbano e suburbano e 529 796 no quadro rural); e 54 Distritos subordinados dos Municípios metropolitanos com uma população total de 245 302 habitantes (49 785 nos quadros urbano e suburbano e 195 517 no quadro rural).

POPULAÇÃO, SEGUNDO A DIVISÃO DISTRITAL

SITUAÇÃO	Número de distritos	%	POPULAÇÃO						
			Total	%	Urbana e suburbana	%	Rural	%	
Distritos {	sede (cidades)	1 574	33	25 263 074	61	10 800 898	85	14 372 176	51
	subordinados (vilas)	3 268	67	15 973 241	39	1 991 551	15	13 981 690	49
Distritos -sede {	dos Municípios metropolitanos	22	0	5 405 812	13	4 876 016	38	529 796	2
	dos Municípios não-metropolitanos	1 552	33	19 857 262	48	6 014 882	47	13 842 380	49
Distritos subordinados {	dos Municípios metropolitanos	54	1	245 302	1	49 785	0	195 517	0
	dos Municípios não-metropolitanos	3 214	66	15 727 939	38	1 941 766	15	13 786 173	49
TOTAL	4 842	100	41 236 315	100	12 882 449	100	28 353 866	100	

3 *Distritos-sede dos Municípios não-metropolitanos*, aqueles em que se localiza a cidade-sede do Governo municipal, classificados os restantes como *Distritos subordinados, dos Municípios não-metropolitanos*

Havia 1 552 Distritos-sede dos Municípios não-metropolitanos com uma população total de 19 857 262 habitantes (6 014 882 nos quadros urbano e suburbano e 13 842 380 no quadro ru-

ral); e 3 214 Distritos subordinados, pertencentes aos Municípios não-metropolitanos, com uma população total de 15 727 939 habitantes (1 941 766 nos quadros urbano e suburbano e 13 786 173 no quadro rural)

Nos dois quadros-resumos acima tem-se uma visão geral da medida em que, para os totais, do Brasil e dos quadros urbano, suburbano e rural, concorriam os contingentes

das diferentes situações discriminadas nas tabelas anexas

Mais de metade da população total dos 22 Municípios metropolitanos (3 090 402 habitantes) encontrava-se localizada em somente dois desses Municípios, o do Rio de Janeiro e o de São Paulo, respectivamente, com 1 764 141 habitantes (1 519 010 nos quadros urbano e suburbano e 245 131 no quadro rural) e 1 326 261 habitantes (1 258 482 nos quadros urbano e suburbano e 67 779 no quadro rural)

As populações dos restantes 20 Municípios metropolitanos, somando ao todo 2 560 712 habitantes variavam entre os extremos de 16 038 habitantes no Município de Rio Branco, Território do Acre, e 348 424 habitantes no de Recife, Estado de Pernambuco

Em relação aos Municípios não-metropolitanos, e sem entrarmos em novas apreciações quanto à importância das aglomerações, no sentido demográfico e sociológico de que cogitam outros estudos divulgados sobre a matéria, é de notar que, para o total da população desses 1 552 Municípios, também concorrem diversas unidades, cada qual com um número de habitantes superior ao de um ou outro dos Municípios metropolitanos. O mesmo

ocorre com alguns dos Distritos subordinados dos Municípios não-metropolitanos, quando confrontados com os efetivos dos Distritos-sede desses Municípios

Evidentemente, os resultados da distribuição da população pelos quadros urbano, suburbano e rural, e segundo os Municípios e os Distritos, prestam-se a análises de variada natureza, atendendo aos diferentes pontos de vista em que se coloque o observador, seja considerando-se o aspecto das delimitações das áreas administrativas ou o das aglomerações urbanas, propriamente ditas

No mapa a seguir, observa-se a localização no território brasileiro dos Municípios metropolitanos em 1940. Os símbolos indicam os que são constituídos do Distrito-sede e de um ou mais Distritos subordinados, os constituídos do Distrito-sede somente, e o da Capital da República, que também é constituído de um só Distrito-sede

GERMANO JARDIM
(Chefe da Seção de Estudos e Análises do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, e Assistente da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística)

MUNICÍPIOS METROPOLITANOS



Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

I — População dos Municípios metropolitanos

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	5 651 114	3 394 204	1 531 597	4 925 801	725 313
Norte	328 768	214 300	35 238	249 538	79 230
Acre	16 038	3 689	1 256	4 945	11 093
Amazonas	106 399	47 401	20 036	67 437	38 962
Pará	206 331	163 210	13 946	177 156	29 175
Nordeste	921 255	333 248	443 423	776 671	144 584
Mauanhão	85 583	42 347	18 619	60 966	24 617
Piauí	67 641	19 399	15 296	34 695	32 946
Ceará	180 185	87 852	58 032	145 944	34 241
Rio Grande do Norte	54 836	37 586	13 893	51 479	3 357
Paraíba	94 333	36 626	42 674	79 300	15 033
Pernambuco	348 424	83 503	240 739	324 242	24 182
Alagoas	90 253	25 935	54 110	80 045	10 208
Leste	2 512 611	1 320 393	883 321	2 203 714	308 897
Sergipe	59 031	35 034	15 212	50 306	8 725
Bahia	290 443	256 705	33 738	290 443	—
Minas Gerais	211 377	55 561	121 443	177 004	34 373
Espírito Santo	45 212	33 047	9 397	42 444	2 768
Rio de Janeiro	142 407	124 507	—	124 507	17 900
Distrito Federal	1 764 141	815 479	703 531	1 519 010	245 131
Sul	1 785 920	1 497 355	156 801	1 654 156	131 764
São Paulo	1 326 261	1 161 893	96 589	1 258 482	67 779
Paraná	140 656	67 643	35 255	102 898	37 758
Santa Catarina	46 771	27 793	1 971	29 764	17 007
Rio Grande do Sul	272 232	240 026	22 986	263 012	9 220
Centro-Oeste	102 560	28 908	12 814	41 722	60 838
Goiás	48 166	15 317	3 372	18 889	29 277
Mato Grosso	54 394	13 391	8 942	22 833	31 561

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

II — População dos Municípios não-metropolitanos

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	35 585 201	5 795 791	2 160 857	7 956 648	27 628 553
Norte	1 133 625	107 458	48 796	156 254	977 398
Acre	63 730	6 062	3 131	9 193	54 537
Amazonas	331 609	25 251	12 101	37 352	294 257
Pará	738 313	76 145	33 564	109 709	628 604
Nordeste	6 052 387	913 070	587 620	1 500 690	7 551 697
Maranhão	1 149 586	73 470	51 116	124 586	1 025 000
Piauí	719 960	43 032	46 470	89 502	660 458
Ceará	1 910 847	186 944	142 140	329 084	1 581 763
Rio Grande do Norte	713 182	67 414	45 355	112 769	600 413
Paraíba	1 327 349	158 042	74 060	232 102	1 095 817
Pernambuco	2 339 816	290 103	173 463	463 566	1 876 250
Alagoas	861 047	94 065	55 016	149 081	711 966
Leste (*)	13 133 342	2 197 377	766 515	2 963 892	10 149 450
Sergipe	483 295	80 656	35 279	115 935	367 360
Bahia	3 627 669	479 541	167 587	647 128	2 980 541
Minas Gerais	6 525 039	1 117 604	398 432	1 516 036	5 009 003
Espírito Santo	704 835	79 223	35 341	114 564	590 331
Rio de Janeiro	1 705 450	439 035	129 659	568 694	1 136 756
Distrito Federal	—	—	—	—	—
Sul	11 129 701	2 406 382	700 315	3 106 697	8 023 004
São Paulo	5 854 055	1 524 994	384 635	1 909 629	3 944 426
Paraná	1 075 620	145 947	55 634	201 641	893 979
Santa Catarina	1 131 569	180 161	43 792	223 953	907 616
Rio Grande do Sul	3 048 457	555 280	216 194	771 474	2 276 983
Centro-Oeste	1 156 119	171 504	57 611	229 115	927 004
Goiás	778 248	96 431	26 790	123 221	655 027
Mato Grosso	377 871	75 073	30 821	105 894	271 977

(*) — Foram acrescentados aos totais da Região Leste 66 994 pessoas, das quais 1 318 no quadro urbano, 217 no quadro suburbano e 65 459 na área rural, resultados esses correspondentes à região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre o Estado de Minas Gerais e Espírito Santo.

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

III — População dos Distritos-sede dos Municípios metropolitanos

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	5 405 812	3 360 091	1 515 925	4 876 016	529 796
Norte	257 632	203 947	32 525	236 472	21 160
Acre	12 516	3 689	1 256	4 945	7 571
Amazonas	75 765	47 055	19 799	66 854	8 911
Pará	169 351	153 203	11 470	164 673	4 678
Nordeste	858 362	322 148	438 042	760 190	98 172
Maranhão	74 675	41 467	17 268	58 735	15 940
Piauí	67 611	19 399	15 296	34 635	32 946
Ceará	149 029	83 980	56 921	140 901	8 128
Rio Grande do Norte	54 836	37 586	13 833	51 479	3 357
Paraíba	74 569	31 343	39 815	71 158	3 411
Pernambuco	347 359	82 438	240 739	323 177	24 182
Alagoas	90 253	25 935	51 110	80 045	10 208
Leste	2 509 645	1 320 811	833 157	2 203 368	306 277
Sergipe	59 031	35 034	15 212	50 306	8 725
Bahia	290 443	256 705	33 738	290 443	—
Minas Gerais	211 377	55 561	121 443	177 004	34 373
Espírito Santo	42 246	32 865	9 233	42 008	148
Rio de Janeiro	142 407	124 507	—	124 507	17 900
Distrito Federal	1 764 141	815 479	703 531	1 519 010	245 131
Sul	1 734 443	1 491 588	150 594	1 642 182	92 261
São Paulo	1 326 261	1 161 893	96 589	1 258 482	67 779
Paraná	117 668	66 503	32 937	99 440	18 228
Santa Catarina	25 014	25 014	—	25 014	—
Rio Grande do Sul	265 500	238 178	21 068	259 246	6 254
Centro-Oeste	45 730	22 197	11 607	33 804	11 926
Goiás	26 065	12 005	2 938	14 943	11 122
Mato Grosso	19 665	10 192	8 669	18 861	804

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

IV — População dos Distritos subordinados dos Municípios metropolitanos

REGIÕES FISIGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	245 302	34 113	15 672	49 785	195 517
Norte	71 136	10 353	2 713	73 066	58 070
Acre	3 522	—	—	—	3 522
Amazonas	30 634	316	237	583	30 051
Pará	36 980	10 007	2 476	12 483	24 497
Nordeste	62 893	11 100	5 381	16 481	46 412
Maranhão	10 908	880	1 351	2 231	8 677
Piauí	—	—	—	—	—
Ceará	31 156	3 872	1 171	5 043	26 113
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—
Paraíba	19 761	5 283	2 859	8 142	11 622
Pernambuco (*)	1 065	1 065	—	1 065	—
Alagoas	—	—	—	—	—
Leste	2 966	182	164	364	2 620
Sergipe	—	—	—	—	—
Bahia	—	—	—	—	—
Minas Gerais	—	—	—	—	—
Espírito Santo	2 966	182	164	346	2 620
Rio de Janeiro	—	—	—	—	—
Distrito Federal	—	—	—	—	—
Sul	51 477	5 767	6 207	1 974	39 503
São Paulo	—	—	—	—	—
Paraná	22 988	1 140	2 318	3 458	19 530
Santa Catarina	2 757	2 779	1 971	4 750	17 007
Rio Grande do Sul	6 372	1 848	1 918	3 766	2 966
Centro-Oeste	56 830	6 711	1 207	7 918	48 912
Goiás	22 101	3 012	934	3 946	18 155
Mato Grosso	34 729	3 699	273	3 972	30 757

(*) — O Distrito de Fernando de Noronha, formado pela ilha oceânica do mesmo nome

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

V — População dos Distritos-sede dos Municípios não-metropolitanos

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	19 857 262	4 382 803	1 632 079	6 014 882	13 842 380
Norte	689 460	80 322	38 399	118 721	570 733
Acre	60 382	5 937	3 131	9 070	51 312
Amazonas	217 450	21 216	11 700	32 916	184 533
Pará	411 610	53 167	23 568	76 735	334 874
Nordeste	5 317 371	644 170	480 225	1 104 395	4 312 876
Maranhão	1 078 527	66 903	47 266	114 169	964 358
Piauí	749 960	43 032	46 470	89 502	660 458
Ceará	761 745	113 044	102 077	215 121	546 624
Rio Grande do Norte	502 171	53 419	35 243	88 662	413 509
Paraíba	622 728	90 615	53 968	144 583	478 145
Pernambuco	1 211 881	210 315	133 979	344 294	867 590
Alagoas	450 256	66 842	41 222	108 064	382 192
Leste	6 431 816	1 500 596	519 828	2 020 468	4 411 392
Sergipe	447 868	76 111	32 741	108 852	339 016
Bahia	1 569 699	299 686	115 755	415 441	1 154 258
Minas Gerais	3 523 951	833 662	293 667	1 127 329	2 396 622
Espírito Santo	232 879	51 684	22 759	74 443	218 436
Rio de Janeiro	537 419	239 453	54 906	294 359	303 060
Distrito Federal	—	—	—	—	—
Sul	4 523 224	379 742	132 595	512 337	4 012 117
São Paulo	4 238 729	1 335 717	336 738	1 672 455	2 566 274
Paraná	531 521	113 855	40 523	154 378	377 143
Santa Catarina	470 749	127 320	25 896	153 216	317 533
Rio Grande do Sul	1 365 478	449 748	164 563	614 311	751 167
Centro-Oeste	712 233	131 075	45 907	176 982	535 256
Goiás	493 096	70 586	20 573	91 159	401 937
Mato Grosso	219 142	60 489	25 334	85 823	133 319

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

VI — População dos Distritos subordinados dos Municípios não-metropolitanos

REGIÕES FISIográficas E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	15 727 939	1 412 988	528 778	1 941 766	13 786 173
Norte	444 192	27 136	10 397	37 533	406 659
Acre	3 348	123	—	123	3 225
Amazonas	114 150	4 035	401	4 436	107 714
Pará	326 694	22 678	9 996	32 674	233 720
Nordeste	3 635 116	268 900	127 395	396 295	3 238 821
Maranhão	71 059	6 567	3 850	10 417	60 642
Piauí	—	—	—	—	—
Ceará	1 149 102	73 900	40 063	113 963	1 035 139
Rio Grande do Norte	211 011	13 995	10 112	24 107	186 904
Paraíba	705 221	67 427	20 037	87 519	617 702
Pernambuco	1 127 932	79 788	33 484	119 272	1 008 660
Alagoas	370 791	27 223	13 734	41 017	329 774
Leste (*)	6 681 526	696 781	246 687	943 468	5 378 058
Sergipe	35 427	4 545	2 538	7 083	28 344
Bahia	2 057 970	173 855	51 832	231 687	1 826 283
Minas Gerais	3 001 088	283 942	104 765	388 707	2 612 381
Espírito Santo	412 016	27 539	12 582	40 121	371 895
Rio de Janeiro	1 108 031	199 582	74 753	271 335	833 696
Distrito Federal	—	—	—	—	—
Sul	4 523 224	379 742	132 595	512 337	4 010 887
São Paulo	1 615 326	183 277	47 897	237 174	1 378 152
Paraná	564 039	32 092	15 171	47 263	516 836
Santa Catarina	660 820	52 841	17 836	70 737	590 083
Rio Grande do Sul	1 682 979	105 532	51 631	157 163	1 525 816
Centro-Oeste	443 881	40 429	11 704	52 133	391 748
Goiás	285 152	25 845	6 217	32 062	253 090
Mato Grosso	158 729	14 584	5 487	20 071	138 658

(*) — Incluídas 66 994 pessoas, das quais 1 318 no quadro urbano, 217 no suburbano e 65 459 na área rural, resultados desses correspondentes à região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

VII — População dos Distritos-sede (Distritos das cidades), dos Municípios metropolitanos ou não-metropolitanos

Resumo

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	25 263 074	7 742 894	3 148 004	10 890 898	14 372 176
Norte	947 092	284 269	70 294	355 193	591 899
Acre	72 898	9 628	4 387	14 015	58 883
Amazonas	293 224	68 271	31 499	99 770	193 454
Pará	580 970	206 370	35 038	241 408	339 562
Nordeste	6 275 633	966 318	898 267	1 864 585	4 411 048
Maranhão	1 153 202	108 370	64 534	172 904	980 298
Piauí	817 601	62 431	61 766	124 197	693 404
Ceará	910 774	197 024	158 998	356 022	554 752
Rio Grande do Norte	557 007	91 005	49 136	140 141	416 866
Paraíba	677 297	121 958	93 783	215 741	481 556
Pernambuco	1 559 243	272 753	374 718	667 471	891 772
Alagoas	580 500	92 777	95 332	188 109	392 400
Leste	8 941 461	2 820 807	1 402 985	4 223 792	4 717 669
Seripe	506 899	111 205	47 953	159 158	317 741
Bahia	1 860 142	556 391	149 493	705 884	1 151 258
Minas Gerais	3 735 328	889 223	415 110	1 301 333	2 430 995
Espírito Santo	335 125	81 549	31 992	116 541	218 584
Rio de Janeiro	739 826	363 960	54 906	418 866	320 960
Distrito Federal	1 764 141	85 479	703 531	1 519 010	245 131
Sul	8 340 920	3 518 228	718 314	4 236 542	4 104 378
São Paulo	5 564 990	2 497 610	433 327	2 930 937	2 634 053
Paraná	649 189	180 358	73 460	253 818	395 371
Santa Catarina	495 763	152 334	25 896	178 230	317 533
Rio Grande do Sul	1 630 978	687 926	185 631	873 557	757 421
Centro-Oeste	757 968	153 272	57 514	210 786	547 182
Goiás	519 161	82 591	23 511	106 102	413 059
Mato Grosso	238 807	70 681	34 003	104 684	134 123

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

VIII — População dos Distritos subordinados (das vilas), dos Municípios metropolitanos ou não-metropolitanos

Resumo

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	15 973 241	1 447 101	544 450	1 991 551	13 981 690
Norte	515 328	37 489	13 110	50 599	464 729
Acre	6 870	123	—	123	6 747
Amazonas	144 784	4 381	638	5 019	139 765
Pará	363 674	32 985	12 472	45 457	318 217
Nordeste	3 698 009	280 000	132 776	412 776	3 285 233
Maranhão	81 967	7 447	5 201	12 648	69 319
Piauí	—	—	—	—	—
Ceará	1 180 258	77 772	41 234	119 006	1 061 252
Rio Grande do Norte	211 011	13 905	10 112	24 017	186 904
Paraíba	724 985	72 710	22 951	95 661	629 324
Pernambuco	1 128 997	80 853	39 484	120 337	1 008 660
Alagoas	370 791	27 223	13 794	41 017	329 774
Les'e (*)	6 684 492	696 963	246 851	943 814	5 740 678
Sergipe	35 427	4 545	2 538	7 083	28 344
Bahia	2 057 970	179 855	51 832	231 687	1 826 283
Minas Gerais	3 001 088	283 942	104 765	388 707	2 612 381
Espírito Santo	414 982	27 721	12 746	40 467	374 515
Rio de Janeiro	1 108 031	199 582	74 753	274 335	833 696
Distrito Federal	—	—	—	—	—
Sul	4 574 701	385 509	138 802	524 311	4 050 390
São Paulo	1 615 326	189 277	47 897	237 174	1 378 152
Paraná	587 087	33 232	17 489	50 721	536 366
Santa Catarina	682 577	55 620	19 867	75 487	607 090
Rio Grande do Sul	1 689 711	107 380	53 549	160 929	1 528 782
Centro-Oeste	500 711	47 140	12 911	60 051	440 660
Goiás	307 253	28 857	7 151	36 008	271 245
Mato Grosso	193 458	18 283	5 760	24 013	169 415

(*) Foram acrescentados aos resultados da região Leste 66 994 pessoas, das quais 1 319 no quadro urbano, 217 no quadro suburbano e 65 459 na área rural, resultados desses correspondentes à região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940
População de fato — urbana, suburbana e rural
IX — População total

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total	DISCRIMINAÇÃO			
		População urbana			População rural
		Quadro urbano	Quadro suburbano	Total	
BRASIL	41 236 315	9 189 995	3 692 454	12 882 449	28 353 866
Norte	1 462 420	321 758	84 034	405 792	1 056 628
Acre	79 768	9 751	4 387	14 138	65 630
Amazonas	438 008	72 652	32 137	104 789	333 219
Pará	944 644	239 355	47 510	286 865	657 779
Nordeste	9 973 642	1 246 318	1 031 043	2 277 361	7 696 281
Maranhão	1 235 169	115 817	69 735	185 552	1 049 617
Piauí	817 601	62 431	61 766	124 197	693 404
Ceará	2 091 032	274 796	200 232	475 028	1 616 004
Rio Grande do Norte	768 018	105 000	59 248	164 248	603 770
Paraíba	1 422 282	194 668	116 734	311 402	1 110 880
Pernambuco	2 688 240	373 606	414 202	787 808	1 900 432
Alagoas	951 300	120 000	100 126	229 126	722 174
Leste (*)	15 625 953	3 517 770	1 649 836	5 167 606	10 458 347
Sergipe	542 326	115 750	50 491	166 241	376 085
Bahia	3 918 112	736 246	201 325	937 571	2 980 541
Minas Gerais	6 736 416	1 173 165	519 875	1 693 040	5 043 376
Espírito Santo	750 107	112 270	44 738	157 008	593 099
Rio de Janeiro	1 847 857	563 542	129 659	693 201	1 154 656
Distrito Federal	1 764 141	815 479	703 531	1 519 010	245 131
Sul	12 915 621	3 903 737	857 116	4 760 853	8 154 768
São Paulo	7 180 316	2 686 887	481 224	3 168 111	4 012 205
Paraná	1 236 276	213 500	100 949	304 533	931 737
Santa Catarina	1 178 340	207 954	45 763	253 717	924 623
Rio Grande do Sul	3 320 689	795 306	230 180	1 034 486	2 286 203
Centro-Oeste	1 258 679	200 412	70 425	270 837	987 842
Goiás	826 414	111 448	30 662	142 110	684 304
Mato Grosso	432 265	88 964	39 763	128 727	303 538

(*) — Foram acrescentados aos totais da Região Leste 66 994 pessoas, das quais 1 318 no quadro urbano, 217 no quadro suburbano e 65 459 na área rural, resultados esses correspondentes à Região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo

Anexo I

RECENSEAMENTO DE 1940

. População de fato — urbana, suburbana e rural

X — População percentual e média dos Municípios, Distritos, cidades e vilas

A) Unidades de referência

REGIÕES FISIAGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MUNICÍPIOS		DISTRITOS			CIDADES			VILAS		
	Total	Não metropolitanos	Total	Excluídos os Distritos das cidades metropolitanas	Excluídos os Distritos dos Municípios metropolitanos	Capitais	Outras cidades	Total	Dos Municípios das capitais	Dos demais Municípios	Total
BRASIL	1 574	1 552	4 842	4 820	4 766	22	1 552	1 574	54	3 214	3 268
Norte	88	85	232	229	219	3	85	88	13	131	144
Acre	7	6	14	13	11	1	6	7	2	5	7
Amazonas	28	27	63	62	60	1	27	28	2	33	35
Pará	53	52	155	154	145	1	52	53	9	93	102
Nordeste	392	385	1 108	1 101	1 090	7	385	392	11	705	716
Maranhão	65	64	78	77	76	1	64	65	1	12	13
Piauí	47	46	47	46	46	1	46	47	—	—	—
Ceará	79	78	388	387	383	1	78	79	4	305	309
Rio Grande do Norte	42	41	84	83	83	1	41	42	—	42	42
Paraíba	41	40	156	155	150	1	40	41	5	110	115
Pernambuco (1)	85	84	274	273	272	1	84	85	1	188	189
Alagoas	33	32	81	80	80	1	32	33	—	48	48
Leste (2)	563	557	1 922	1 916	1 914	6	557	563	2	1 357	1 369
Sergipe	42	41	52	51	51	1	41	42	—	10	10
Bahia	150	149	549	548	548	1	149	150	—	399	399
Minas Gerais(2)	238	237	944	943	943	1	237	238	—	656	656
Espírito Santo(2)	32	31	130	129	127	1	31	32	2	96	98
Rio de Janeiro	50	49	246	245	245	1	49	50	—	196	196
Distrito Federal	1	—	1	—	—	1	—	1	—	—	—
Sul	451	447	1 340	1 342	1 326	4	447	451	10	879	885
São Paulo	270	269	588	587	587	1	269	270	—	318	318
Paraná	49	48	161	160	155	1	48	49	5	107	112
Santa Catarina	44	43	205	204	195	1	43	44	9	152	161
Rio Grande do Sul	88	87	392	391	389	1	87	88	2	302	304
Centro-Oeste	80	78	234	232	220	2	78	80	12	142	154
Goiás	52	51	140	139	135	1	51	52	4	84	88
Mato Grosso	28	27	94	93	85	1	27	28	8	58	66

(1) — Excluída a vila-sede do Distrito da Ilha de Fernando de Noronha, que era então subordinada ao Município da Capital.
(2) — Não se tomaram em consideração, por não terem sido especificadas, as unidades da região contestada entre o Estado de Minas Gerais e o do Espírito Santo

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

X — População percentual e média dos Municípios, Distritos, cidades e vilas

B) Resultados médios

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO MÉDIA								
	Dos Municípios (total)		Dos Distritos (total)			Das cidades (Zonas urbana e suburbana)		Das vilas (Zonas urbana e suburbana)	
	Incluindo os das capitais	Excluindo os das capitais	Incluídos os dos Municípios das capitais	Excluídos os dos Municípios das capitais	Excluídos apenas os das próprias capitais	Incluindo as capitais	Excluindo as capitais	Incluindo as dos Municípios das capitais	Excluindo as dos Municípios das capitais
BRASIL	26 198	22 829	8 516	7 466	7 434	6 919	3 876	609	604
Norte	16 618	13 237	6 304	5 248	5 261	4 036	1 397	351	287
Acre.....	11 295	10 622	5 698	5 794	5 173	2 002	1 512	18	25
Amazonas.....	15 643	12 282	6 953	5 527	5 843	3 563	1 219	143	134
Para.....	17 823	14 198	6 094	5 092	5 034	4 555	1 476	446	553
Nordeste	25 443	23 513	9 001	8 305	8 279	4 757	2 899	577	562
Maranhão.....	19 003	17 962	15 836	15 126	15 071	2 660	1 784	973	868
Paul.....	17 396	16 303	17 396	16 303	16 303	2 642	1 946	—	—
Ceara.....	26 469	24 498	5 389	4 989	5 018	4 507	2 758	385	374
Rio Grande do Norte.....	18 286	17 385	9 143	8 593	8 593	3 337	2 162	574	574
Paraíba.....	34 690	33 199	9 117	8 853	8 695	5 292	3 615	832	796
Pernambuco.....	31 626	27 855	9 811	8 602	8 757	7 853	4 099	637	634
Alagoas.....	28 827	26 908	11 744	10 763	10 763	5 700	3 377	855	855
Leste	27 755	23 543	8 130	6 851	6 846	7 502	3 627	694	695
Sergipe.....	12 913	11 778	10 429	9 476	9 476	3 789	2 655	708	708
Bahia.....	26 121	24 347	7 137	6 620	6 620	4 706	2 788	581	681
Minas Gerais.....	23 390	22 735	7 136	6 919	6 919	4 529	3 928	593	593
Espírito Santo.....	23 441	22 739	5 770	5 550	487	3 642	2 401	413	418
Rio de Janeiro.....	36 957	34 805	7 512	6 961	6 961	8 377	6 007	1 400	1 400
Distrito Federal.....	1 764 141	—	1 764 141	—	—	1 519 010	—	—	—
Sul	28 638	24 899	9 596	8 393	8 332	9 394	5 804	586	583
São Paulo.....	26 594	21 762	12 211	9 973	9 973	10 855	6 217	746	746
Paraná.....	25 230	22 825	7 679	7 069	6 991	5 180	3 216	453	442
Santa Catarina.....	26 780	26 316	5 748	5 803	5 654	4 051	3 563	462	465
Rio Grande do Sul.....	37 735	35 040	8 471	7 837	7 814	9 927	7 061	529	520
Centro-Oeste	15 733	14 822	5 379	5 255	5 228	2 635	2 269	393	367
Goiás.....	15 893	15 260	5 903	5 765	5 758	2 040	1 787	409	382
Mato Grosso.....	15 438	13 995	4 599	4 446	4 437	3 739	3 179	364	346

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

X — População percentual e média dos Municípios, Distritos, cidades e vilas

C) Por 100 da população total do Brasil

REGIÕES FISIGRÁFICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DOS DISTRITOS						POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS					
	População urbana e suburbana			População rural			População urbana e suburbana das cidades e vilas			População rural dos distritos das cidades e vilas		
	Dos Distritos das capitais	Dos Distritos das demais cidades	Dos Distritos das vilas	Dos Distritos das capitais	Dos Distritos das demais cidades	Dos Distritos das vilas	Dos Municípios das capitais	Dos demais Municípios	De todos os Municípios	Dos Municípios das capitais	Dos demais Municípios	De todos os Municípios
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Norte	4,85	1,98	2,54	3,99	4,12	3,32	5,06	1,96	3,15	10,92	3,54	3,73
Acre.....	0,10	0,15	0,01	1,43	0,37	0,05	0,10	0,11	0,11	1,53	0,20	0,23
Amazonas.....	1,37	0,55	0,25	1,68	1,33	1,00	1,37	0,47	0,81	5,37	1,06	1,18
Pará.....	3,38	1,28	2,23	0,88	2,42	2,27	3,59	1,38	2,23	4,02	2,28	2,32
Nordeste	15,59	18,36	20,73	18,53	31,16	23,50	15,77	18,86	17,68	19,93	27,33	27,14
Maranhão.....	1,20	1,90	0,64	3,01	6,97	0,50	1,24	1,56	1,44	3,39	3,71	3,70
Piauí.....	0,71	1,49	—	6,22	4,77	—	0,70	1,12	0,96	4,54	2,39	2,44
Ceará.....	2,89	3,53	5,93	1,53	3,95	7,59	2,96	4,14	3,69	4,72	5,72	5,70
Rio Grande do Norte.....	1,06	1,47	1,21	0,63	2,99	1,34	1,05	1,42	1,27	0,46	2,17	2,13
Paraíba.....	1,46	2,40	4,80	0,64	3,45	4,50	1,01	2,92	2,42	2,07	3,97	3,92
Pernambuco.....	0,63	5,72	6,04	4,57	6,27	7,21	6,58	5,83	6,12	3,34	6,79	6,70
Alagoas.....	1,64	1,80	2,06	1,93	2,76	2,36	1,63	1,87	1,78	1,41	2,58	2,55
Leste	45,19	33,59	(1) 47,39	57,81	31,87	(2) 41,06	44,74	(3) 37,25	(4) 40,11	42,59	(5) 36,74	(6) 36,89
Sergipe.....	1,03	1,81	0,36	1,64	2,45	0,20	1,02	1,46	1,29	1,21	1,33	1,33
Bahia.....	5,96	6,91	11,63	—	3,34	13,06	5,90	8,13	7,28	—	10,79	10,51
Minas Gerais.....	3,63	18,74	19,52	6,49	17,31	18,69	3,59	19,05	13,14	4,74	18,13	17,79
Espírito Santo.....	0,86	1,24	2,03	0,03	1,58	2,68	0,26	1,44	1,22	0,38	2,14	2,09
Rio de Janeiro.....	2,56	4,89	13,77	3,38	2,19	5,96	2,53	7,15	5,38	2,47	4,11	4,07
Distrito Federal.....	31,15	—	—	46,27	—	—	30,84	—	11,79	33,79	—	0,87
Sul	33,68	43,13	26,33	17,42	28,98	28,97	33,58	39,05	36,96	18,17	29,04	28,76
São Paulo.....	25,81	27,80	11,91	12,80	18,54	9,86	25,55	24,00	24,59	9,35	14,28	14,15
Paraná.....	2,04	2,57	2,55	3,44	2,72	3,84	2,09	2,53	2,37	5,21	3,24	3,29
Santa Catarina.....	0,51	2,55	3,79	—	2,29	4,34	0,60	2,82	1,97	2,34	3,28	3,26
Rio Grande do Sul.....	5,32	10,21	8,08	1,18	5,43	10,93	5,34	9,70	8,03	1,27	8,24	8,06
Centro-Oeste	0,69	2,94	3,01	2,25	3,87	3,15	0,85	2,88	2,10	8,39	3,35	3,48
Goiás.....	0,31	1,51	1,81	2,10	2,91	1,94	0,38	1,55	1,10	4,04	2,37	2,41
Mato Grosso.....	0,38	1,43	1,20	0,15	0,96	1,21	0,47	1,33	1,00	4,35	0,98	1,07

RECENSEAMENTO DE 1940

População de fato — urbana, suburbana e rural

X — População percentual e média dos Municípios, Distritos, cidades e vilas

D) Por 100 da população total das unidades da federação

REGIÕES FISIográfICAS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA E SUBURBANA				POPULAÇÃO RURAL			
		Dos Distritos das capitais	Dos Distritos das demais cidades	Dos Distritos das vilas	Em geral	Dos Distritos das capitais	Dos Distritos das demais cidades	Dos Distritos das vilas	Em geral
BRASIL	100,00	11,82	14,59	4,83	31,24	1,28	33,57	33,91	68,76
Norte	100,00	16,17	8,12	3,46	27,75	1,44	39,03	31,78	72,25
Acre.....	100,00	6,20	11,37	0,15	17,72	9,49	64,33	8,46	82,28
Amazonas.....	100,00	15,26	7,51	1,15	23,92	2,04	42,13	31,91	76,08
Para.....	100,00	17,43	8,12	4,81	30,36	0,50	35,45	33,69	69,64
Nordeste	100,00	7,82	11,07	4,14	22,83	0,99	43,24	32,94	77,17
Maranhão.....	100,00	4,76	9,24	1,02	15,02	1,29	78,08	5,61	84,98
Piauí.....	100,00	4,24	10,95	—	15,19	4,03	80,79	—	84,81
Ceará.....	100,00	6,74	10,29	5,69	22,72	0,39	26,14	50,75	77,28
Rio Grande do Norte.....	100,00	6,70	11,54	3,14	21,38	0,44	53,84	24,34	78,62
Paraíba.....	100,00	5,00	10,16	6,73	21,89	0,24	33,62	44,25	78,11
Pernambuco.....	100,00	12,02	12,81	4,48	29,31	0,90	32,27	37,52	70,60
Alagoas.....	100,00	8,41	11,36	4,31	24,08	1,07	40,18	34,67	75,92
Leste	100,00	14,10	12,93	6,04	33,07	1,96	28,23	36,74	66,93
Sergipe.....	100,00	9,27	20,07	1,31	30,65	—	62,51	5,23	69,35
Bahia.....	100,00	7,41	10,60	5,92	23,93	—	29,46	46,61	76,07
Minas Gerais.....	100,00	2,63	16,73	5,77	25,13	0,51	35,58	38,78	74,87
Espírito Santo.....	100,00	5,61	9,92	5,40	20,93	0,02	29,12	49,93	79,07
Rio de Janeiro.....	100,00	6,74	15,93	14,84	37,51	0,97	16,40	45,12	62,49
Distrito Federal.....	100,00	86,10	—	—	86,10	13,90	—	—	13,90
Sul	100,00	12,72	20,09	4,06	36,87	0,71	31,06	31,36	63,13
São Paulo.....	100,00	17,53	23,29	3,30	44,12	0,95	35,74	19,19	55,88
Paraná.....	100,00	8,04	12,49	4,10	24,63	1,47	30,51	43,39	75,37
Santa Catarina.....	100,00	2,12	13,00	6,41	21,53	—	26,95	51,52	78,47
Rio Grande do Sul.....	100,00	7,81	18,50	4,84	31,15	0,19	22,62	46,04	68,85
Centro-Oeste	100,00	2,69	14,06	4,77	21,52	0,95	42,52	35,01	78,48
Goiás.....	100,00	,81	11,03	4,36	17,20	1,34	48,64	32,82	82,80
Mato Grosso.....	100,00	4,30	19,86	5,56	29,78	0,19	30,84	39,19	70,22

Anexo II

DEFINIÇÕES DE ÁREA URBANA EM DIFERENTES PAÍSES E REGIÕES

(Segundo o *Anuário Demográfico* de 1948 das Nações Unidas)

<i>País ou Região</i>	<i>Definição de área urbana</i>
ÁFRICA	
Egito .	— Governadorias e principais cidades das províncias e Distritos
União Sul-Africana	— Todas as cidades e vilas que possuam uma administração local urbana de qualquer ordem, como sejam, conselhos municipais, juntas administrativas de vilas ou comissões sanitárias
Congo Belga	— Aglomerações que possuam 100 ou mais habitantes não-indígenas
África Sudoeste	— Áreas administrativas com governo local urbano de qualquer ordem, como sejam, municipalidades, conselhos administrativos de vilas ou comissões sanitárias
AMÉRICA DO NORTE	
Canadá	— Cidades e vilas, de qualquer tamanho, erigidas em municipalidades
Cuba	.. — Aglomerações (centros povoados) de qualquer importância
Salvador	.. — Aglomerações (centros povoados)
Estados Unidos	— Localidades de 2 500 habitantes ou mais erigidas em municipalidades ("incorporated places"), e certas outras localidades sem essa investidura, mas densamente povoadas, que tenham sido classificadas como urbanas para fins censitários
Guatemala	— Cidades e vilas (A população rural é a dos pequenos povoados, lugarejos e fazendas)
Honduras	— Sedes das municipalidades
México	— Aglomerações (localidades) de mais de 2 500 habitantes.
Panamá	— Aglomerações (centros povoados) de 1 500 habitantes ou mais, cujas condições de vida sejam essencialmente urbanas. Algumas localidades com menos de 1 500 habitantes, mas cujas características sejam essencialmente urbanas, entram nessa classificação, ao passo que outras com mais de 1 500 habitantes e características essencialmente rurais são excluídas
Ilhas Leeward (R U)	— Cidade de St John (Antigua e de Basseterre (St Kitts)
Ilhas Windward (R U)	— Cidades de Roseau e Portsmouth (Dominica), Castles, Vieux Fort e Soufrière (St. Lucia); e cidades de 1 000 habitantes ou mais nas outras ilhas
Pôrto Rico (E.U)	— Cidades e vilas de qualquer importância, cuja população atinja ou ultrapasse 2 500 habitantes
Ilhas Virgens (E U)	— Cidades de Charlotte-Amélia, Christiansted e Frederiksted, das quais a menor tem uma população ligeiramente inferior a 2 500 habitantes
AMÉRICA DO SUL	
Argentina	— Cidades e vilas de 2 000 ou mais habitantes
Bolívia	— As 22 grandes cidades da República
Brasil	— As principais cidades dos distritos e seus subúrbios. Nenhum distrito poderá ser criado sem que o centro principal compreenda pelo menos 30 moradias e que os limites urbanos e suburbanos tenham sido determinados*
Colômbia	— Centros de mais de 1 500 habitantes que sejam sedes de Municípios ou de Distritos (concejos)
Peru	— Capitais de departamentos, províncias e distritos e outros centros povoados (aglomerações) em que o número de habitantes exceda a média do das capitais, contanto que tais centros não apresentem características tipicamente rurais
Venezuela	— Aglomerações de 2 500 habitantes ou mais

* O critério adotado no censo demográfico do Brasil, de 1940, é o da legislação administrativa, que determina a delimitação dos quadros urbano, suburbano e rural em cada Distrito municipal. Ao invés da definição de área urbana "As principais cidades dos distritos e seus subúrbios", como figura no *Anuário*, o certo seria dizer: As cidades (sedes municipais) e as vilas (sedes distritais) e seus subúrbios.

Definição de área urbana

ASIA

- Índia . . . — Cidades de 5 000 ou mais habitantes, com caráter nitidamente urbano. Alguns lugares com menos de 5 000 habitantes também entram nessa classificação.
- Japão . . . — Zonas administradas por uma municipalidade (shi), correspondendo mais ou menos a cidades de 30 mil habitantes ou mais.
- Coreia . . . — As doze cidades erigidas em municipalidades

EUROPA

- Áustria . . . — Unidades de administração autônoma com mais de 2 000 habitantes.
- Bélgica . . . — Subdivisões administrativas (comunas) de 5 000 habitantes ou mais
- Tcheco-Eslováquia . . . — Distritos administrativos de 2 000 ou mais habitantes.
- Dinamarca . . . — Cidades e aglomerações, incluindo os subúrbios da capital e das cidades de província
- França . . . — Comunas que possuam mais de 2 000 habitantes na aglomeração principal
- Alemanha . . . — Cidades e subdivisões administrativas com uma população superior a 2 000 habitantes.
- Grecia . . . — Municipalidades e comunas que possuam 5 000 habitantes ou mais na aglomeração mais importante.
- Hungria . . . — Aglomerações consideradas com cidades sob o ponto de vista administrativo, qualquer que seja o número de habitantes
- Islândia . . . — Cidades ou localidades de mais de 300 habitantes
- Irlanda . . . — Cidades de 1 500 ou mais habitantes
- Itália . . . — Comunas com menos de 50 por cento da população ativa ocupada na agricultura.
- Luxemburgo . . . — Comunas com mais de 2 000 habitantes na cidade principal
- Mônaco . . . — Todo o Principado
- Países Baixos . . . — Subdivisões administrativas (Municipalidades) de 20 000 habitantes ou mais
- Noruega . . . — Cidades ou aglomerações, oficialmente consideradas como urbanas.
- Polónia . . . — Comunidades que possuam uma organização administrativa urbana
- Portugal . . . — Aglomerações urbanas com 2 000 ou mais habitantes.
- Rumânia . . . — Cidades que possuam uma administração urbana
- Suécia . . . — Cidades com administração urbana.
- Suíça . . . — Comunas de mais de 10 000 habitantes
- Reino Unido:
- Inglaterra e Gales . . . — As seguintes áreas administrativas: condados, corporações municipais, distritos urbanos, condado administrativo de Londres
- Irlanda do Norte . . . — As seguintes áreas administrativas: cidades, corporações, distritos urbanos
- Escócia . . . — Localidades e distritos especiais com 1 000 habitantes ou mais, distribuídos por zonas que possuem iluminação e coleta de lixo domiciliar
- Iugoslávia . . . — Unidades administrativas governadas por comitês populares cidadãos.
- Trieste . . . — Comunas com menos de 50% da população ativa ocupados na agricultura

OCEANIA

- Austrália . . . — Capitais dos Estados e dos Territórios, outras cidades erigidas em municipalidades, e certas outras zonas delimitadas para fins do recenseamento e classificadas como urbanas.
- Nova Zelândia . . . — Cidades, corporações municipais e distritos urbanos de 1 000 habitantes ou mais.

NÚMEROS ÍNDICES SINTÉTICOS DAS QUANTIDADES E DOS VALORES MÉDIOS UNITÁRIOS DE 24 MERCADORIAS EXPORTADAS NO PERÍODO DE 1935-1949*

SUMÁRIO: 1 Introdução — **2** Números índices sintéticos das quantidades de 24 mercadorias exportadas, com base no quinquênio 1935-1939 — **3** Números índices sintéticos dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas com base no quinquênio 1935-1939 — **4** Números índices sintéticos das quantidades de 24 mercadorias exportadas, com base no ano de 1937 — **5** Números índices sintéticos dos valores médios unitários de 24 mercadorias exportadas, com base no ano de 1937 — **6** Conclusões

1 Na elaboração dos números índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários das mercadorias exportadas, divulgados anteriormente,¹ foram consideradas as vinte e cinco seguintes mercadorias: café em grão, algodão em rama, cacau em grão, couros e peles, mate, fumo, laranja, carnes frigorificadas, arroz, cêra de carnaúba, açúcar, mamona, carnes em conserva, castanhas com casca, borracha, madeiras, castanhas sem casca, bananas, farelos, óleos vegetais, babaçu, minérios de manganês, minérios de ferro, cristal de rocha e diamantes

Foram calculados, também, os números índices sintéticos dos valores médios unitários das quinze seguintes mercadorias exportadas: café em grão, algodão em rama, cacau em grão, fumo, laranja, cêra de carnaúba, mamona, banana, pinho, óleo de caroço de algodão, babaçu, minérios de manganês, minérios de ferro, cristal de rocha e diamantes²

Nessa segunda discriminação procurou-se evitar a influência da variação da composição dos grupos merceológicos na formação dos índices sintéticos dos valores médios unitários

A exclusão de tais grupos contribuiu, entretanto, para diminuir o grau de representatividade dos referidos índices, verificando-se, ao mesmo tempo, ter sido fraca, embora não desprezível, a influência das variações de composição desses grupos na formação dos índices sintéticos dos valores médios unitários calculados por médias aritméticas ponderadas.

Com o objetivo de reduzir ao mínimo essa influência, que não pode ser completamente eliminada no cálculo de números índices dos preços no comércio internacional, calculam-se no presente estudo os números índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários abrangendo vinte e quatro mercadorias, de composição relativamente constante, cujos valores, quantidades e valores médios unitários figuram nas Tabelas I, II e III, respectivamente

* Estudo compilado no Laboratório de Estatística do I. B. G. E

¹ Vejam-se os números 36 e 39 desta REVISTA e os estudos "Números índices das quantidades das principais mercadorias exportadas e importadas no período 1935-1948" e "Números índices das quantidades e dos valores médios unitários das principais mercadorias exportadas e importadas no ano de 1949", divulgados em edição mimeográfica

² Vejam-se o número 36 desta REVISTA e o número 26 do *Boletim Estatístico*

A nova discriminação das mercadorias incluídas nos cálculos dos índices sintéticos resultou das seguintes alterações na lista primitiva, que abrangia vinte e cinco mercadorias: substituição do grupo de couros e peles pelos subgrupos dos couros vacuns salgados e dos couros vacuns curtidos ou sola; substituição do grupo das madeiras pela classe do pinho; eliminação do grupo dos farelos; substituição do grupo dos óleos vegetais pela classe do óleo de caroço de algodão; e eliminação dos diamantes³

As vinte e quatro mercadorias agora consideradas representam, em valor, 90,5%, no ano de 1935, e 87,8%, no ano de 1949, do valor total da exportação. Nos anos intermédios, as percentagens constantes, da Tabela I, variam entre 66,8% e 90,5%

Algumas alterações foram também introduzidas nos cálculos dos índices sintéticos; os preços médios das diversas mercadorias no quinquênio 1935-1939 foram calculados por médias aritméticas ponderadas dos preços anuais, em vez de simples, e os cálculos dos índices sintéticos foram efetuados diretamente, sem o aproveitamento dos números índices individuais. Esse procedimento é vantajoso quando se calculam ao mesmo tempo os números índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHÉ

Apresentam-se, ainda, neste trabalho os números índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários das mercadorias exportadas com base no ano de 1937, que foi adotado como referência para esses cálculos nas publicações estatísticas das Nações Unidas

* * *

2 Os índices sintéticos das quantidades foram calculados por médias aritméticas ponderadas, tomando-se como base o quinquênio 1935-1939 e como pesos os preços médios anuais no referido quinquênio, no caso dos índices calculados segundo o critério de LASPEYRES, ou cada vez os preços do ano considerado, no caso dos índices calculados segundo o critério de PAASCHÉ

Apesar das alterações efetuadas nos cálculos dos novos índices, os resultados obtidos afastam-se pouco dos divulgados anteriormente, como consta da seguinte comparação

³ Achou-se necessária essa eliminação, porque as estatísticas da exportação dos anos iniciais do período considerado reúnem em única classe, sem possibilidade de discriminação, os diamantes em bruto e os lapidados, de valores médios unitários muito diferentes

Números índices sintéticos das quantidades
(base 1935-1939)

ANO	CÁLCULO ATUAL SEGUNDO O CRITÉRIO DE		CÁLCULO ANTERIOR SEGUNDO O CRITÉRIO DE	
	LASPEYRES	PAASCHE	LASPEYRES	PAASCHE
1935	88,4	87,1	89,2	88,1
1936	93,5	93,3	94,4	94,2
1937	90,3	88,9	92,1	90,9
1938	110,8	110,6	111,8	111,4
1939	117,0	116,6	118,3	117,8
1940	91,2	94,2	92,4	95,9
1941	96,1	97,5	97,3	100,6
1942	87,3	71,7	67,7	73,0
1943	87,7	74,4	66,5	75,0
1944	80,9	88,1	80,3	86,4
1945	85,8	87,7	84,8	83,5
1946	113,2	112,4	113,0	110,4
1947	104,9	105,4	106,2	106,3
1948	113,5	112,5	114,9	113,3
1949	102,2	104,0	103,1	105,0

No ano de 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939 o aumento da quantidade exportada seria de 2,20% ou de 4,0% de acordo com os novos índices, e de 3,1% ou de 5,0% de acordo com os índices anteriores, respectivamente, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE

* * *

3 Os índices sintéticos dos valores médios unitários foram calculados por médias aritméticas ponderadas, tomando-se como base o quinquênio 1935-1939 e como pesos as quantidades médias anuais do referido quinquênio no caso dos índices elaborados segundo o critério de LASPEYRES, ou cada vez as quantidades do ano considerado, no caso dos índices calculados segundo o critério de PAASCHE

Comparam-se, a seguir, os novos resultados com os que foram divulgados anteriormente

Números índices sintéticos dos valores médios unitários (base 1935-1939)

ANO	CÁLCULO ATUAL SEGUNDO O CRITÉRIO DE		CÁLCULO ANTERIOR SEGUNDO O CRITÉRIO DE	
	LASPEYRES	PAASCHE	LASPEYRES	PAASCHE
1935	96,5	95,0	94,5	93,4
1936	107,3	107,2	105,5	105,3
1937	114,3	112,6	112,7	111,3
1938	92,6	92,4	91,8	91,5
1939	95,8	95,5	95,5	95,1
1940	99,3	102,5	99,6	103,3
1941	121,7	123,4	122,1	126,2
1942	169,2	180,2	163,2	182,7
1943	180,2	198,2	182,2	205,4
1944	196,6	214,2	204,1	219,6
1945	210,3	214,9	225,9	222,3
1946	279,7	277,8	290,1	283,6
1947	360,2	361,0	358,0	358,2
1948	372,8	369,7	368,3	363,4
1949	385,0	391,5	377,6	384,4

As diferenças entre os resultados do cálculo atual e os do cálculo anterior são rela-

tivamente pequenas, atingindo a maior importância relativa nos anos de 1944 a 1946.

De acordo com os novos índices, o aumento dos valores médios unitários na exportação no ano de 1949, relativamente ao quinquênio 1935-1939, atinge 285% ou 292%, enquanto de acordo com os índices calculados anteriormente atinge 278% ou 284%, respectivamente, segundo os critérios de LASPEYRES e de PAASCHE

Vê-se, pelas comparações efetuadas, que os aperfeiçoamentos introduzidos na elaboração dos índices sintéticos dos valores médios unitários pouco alteram a marcha das séries de números índices sintéticos

* * *

4 Seguindo-se os mesmos critérios, elaboraram-se os números índices sintéticos das quantidades das mesmas vinte e quatro mercadorias exportadas, tomando-se como base o ano de 1937 e como pesos os preços do ano de 1937 ou cada vez os preços do ano considerado.

Números índices sintéticos das quantidades
(base 1937)

ANO	CÁLCULO SEGUNDO O CRITÉRIO DE	
	LASPEYRES	PAASCHE
1935	101,4	96,4
1936	106,1	103,5
1937	100,0	100,0
1938	124,2	121,8
1939	130,4	128,1
1940	101,5	102,5
1941	105,2	107,8
1942	73,1	80,6
1943	75,0	83,3
1944	90,8	97,9
1945	96,2	97,3
1946	124,5	126,3
1947	116,7	117,6
1948	130,0	125,1
1949	117,2	116,0

No ano de 1949, relativamente ao ano de 1937, o aumento da quantidade exportada seria de 17,2% ou de 16,0% de acordo, respectivamente, com um ou o outro dos critérios adotados

Tomando-se como referência o ano de 1937, os índices das quantidades se tornam mais elevados do que os calculados com referência à média anual do quinquênio 1935-1939, porque nesse ano o índice das quantidades foi sensivelmente inferior à média quinquenal.

* * *

5 Calcularam-se, ainda, os números índices sintéticos dos valores médios unitários das vinte e quatro mercadorias exportadas, com base no ano de 1937, adotando-se como pesos as quantidades do referido ano, no caso da aplicação do critério de LASPEYRES, ou cada

vez as quantidades do ano considerado, no caso da aplicação do critério de PAASCHE.

Números índices sintéticos dos valores médios unitários (base 1937)

ANO	CÁLCULO SEGUNDO O CRITÉRIO DE	
	LASPEYRES	PAASCHE
1935	85,7	81,5
1936	95,2	92,9
1937	100,0	100,0
1938	82,7	81,1
1939	85,8	84,3
1940	89,7	90,6
1941	108,3	110,9
1942	148,2	163,3
1943	158,4	176,0
1944	174,1	187,7
1945	186,3	188,4
1946	244,9	248,4
1947	317,5	320,0
1948	329,9	317,3
1949	339,5	335,9

A elevação do nível dos valores médios unitários, no ano de 1949, relativamente ao ano de 1937, seria, portanto, de 240% ou de 236%, de acôrdo, respectivamente, com um ou outro dos critérios adotados.

Tomando-se como referência o ano de 1937, os índices dos valores médios unitários se tornam mais baixos do que os calculados com referência à média anual do quinquênio 1935-1939, em consequência do nível atingido

pelos preços naquele ano, superior ao dos demais anos desse período quinquenal.

Levando-se em conta a anormalidade do ano de 1937 (quantidades inferiores e preços superiores à média quinquenal), confirma-se a conveniência de se manter a preferência que foi dada em nossos cálculos à base mais larga, representada pelo quinquênio 1935-1939

* * *

6 Reunem-se, na tabela IV, os números índices sintéticos das quantidades, dos valores médios unitários e dos valores totais, referentes a vinte quatro mercadorias exportadas, com base no quinquênio 1935-1939 e no ano de 1937, elaborados segundo os diferentes critérios aplicados.

Esses índices revelam que o aumento do valor total da exportação dessas mercadorias no ano de 1949 é de 300%, em relação ao quinquênio 1935-1939, e de 294%, em relação ao ano de 1937.

Considerando-se o período 1935-1939, o máximo do valor total das vinte e quatro mercadorias encontra-se no ano de 1948 e o mínimo no de 1935.

O nível dos valores médios unitários das mercadorias exportadas em 1949 mostra leve subida em comparação com 1948, enquanto o nível das quantidades exportadas apresenta uma descida bem marcada.

SÉRGIO NUNES DE MAGALHÃES JÚNIOR

TABELA I

Valores da exportação de 24 principais mercadorias, nos anos de 1935 a 1949

(Milhares de cruzeiros)

MERCADORIAS	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
1 — Café em grão.....	2 156 599	2 231 473	2 159 431	2 296 110	2 234 280	1 589 248	2 017 116	1 965 809	2 802 734	3 879 343	4 260 340	6 441 463	7 755 099	9 018 564	11 610 705
2 — Algodão em rama.....	647 993	930 281	944 363	929 856	1 159 420	837 955	1 010 355	644 382	413 778	667 942	1 049 058	2 937 584	3 076 205	3 384 997	2 006 879
3 — Cacaú em grão.....	163 035	258 015	229 209	212 996	224 586	191 798	314 912	216 629	342 368	307 859	229 159	651 144	1 047 731	1 065 884	963 5,5
4 — Couros vacuns, salgados	68 430	103 443	156 750	113 265	122 357	115 635	140 910	185 249	89 320	68 697	38 561	133 613	524 523	404 234	371 482
5 — Couros vacuns, curtidos ou sola.....	327	1 131	1 069	737	995	2 765	21 328	62 853	110 171	54 403	58 804	65 107	40 760	12 805	2 357
6 — Mate.....	66 330	64 074	66 347	59 378	63 453	61 037	61 679	72 565	69 522	86 305	111 287	132 766	159 535	138 016	148 328
7 — Fumo.....	64 898	66 002	87 694	85 518	97 644	44 661	42 190	54 239	65 486	154 599	255 201	492 765	376 647	268 277	279 265
8 — Laranja.....	61 989	75 351	123 289	112 472	120 187	57 201	37 712	34 053	35 379	50 639	56 664	146 732	100 973	171 225	121 470
9 — Carnes frigorificadas....	53 149	70 139	96 251	88 094	100 335	244 336	147 238	227 413	66 387	38 863	9 352	46 002	133 458	158 197	199 297
10 — Arroz.....	52 177	37 500	20 065	40 350	45 095	32 602	13 299	174 329	192 263	331 200	202 661	385 478	682 524	740 811	3 151
11 — Cêra de carnaúba.....	48 264	97 526	96 822	101 016	120 179	169 411	288 435	240 695	227 027	298 222	270 437	492 075	383 779	285 738	343 397
12 — Açúcar.....	45 799	43 724	328	2 882	22 624	38 696	9 670	47 288	17 341	114 268	53 663	71 967	220 641	691 574	78 096
13 — Mamona.....	45 653	73 943	91 299	79 777	95 944	119 745	189 011	149 450	207 926	187 722	199 624	195 604	618 902	439 715	261 252
14 — Carnes em conserva.....	41 615	55 101	50 808	62 931	119 460	220 768	301 762	409 301	327 294	272 934	139 278	342 687	198 368	281 520	120 125
15 — Castanhas com casca....	38 533	45 926	47 498	47 111	40 687	21 623	23 589	16 049	635	3 159	3 417	94 461	84 446	56 184	69 535
16 — Borracha.....	36 063	68 016	76 001	46 649	56 680	77 467	91 185	148 416	189 057	365 839	345 924	267 767	204 221	47 011	27 542
17 — Pinho.....	25 328	31 680	50 631	58 182	88 086	67 718	126 188	220 283	225 101	381 419	363 209	706 021	840 589	811 491	584 933
18 — Castanhas sem casca....	34 084	43 037	32 016	23 772	25 201	31 502	35 007	28 809	1 145	1 983	29 407	93 209	59 795	27 351	64 932
19 — Bananas.....	29 408	27 744	27 791	26 557	53 897	42 356	25 582	15 987	11 821	12 644	23 839	54 338	83 273	102 935	110 789
20 — Óleo de caroço de algodão	17 920	43 714	40 542	50 775	30 248	42 890	82 859	63 540	36 063	33 794	91 166	35 638	83 040	102 302	74 636
21 — Babaçu.....	8 999	39 122	39 641	38 565	59 573	57 344	71 037	51 037	15 863	48 553	57 344	71 037	51 094	51 094	15 863
22 — Minério de manganês....	6 676	16 342	44 730	16 313	20 640	32 311	80 374	59 508	67 665	35 298	60 036	37 118	32 153	32 334	48 226
23 — Minério de ferro.....	1 428	4 560	7 885	19 821	18 904	16 185	30 341	23 337	25 310	18 750	26 897	5 828	14 425	61 089	102 756
24 — Cristal de rocha.....	999	1 345	3 931	14 981	19 096	27 863	98 797	234 827	324 721	280 114	132 147	41 901	37 186	83 945	25 042
Total das 24 mercadorias	3 715 696	4 429 189	4 494 991	4 528 108	4 939 571	4 134 326	5 247 373	5 366 048	5 929 608	7 661 859	8 149 908	13 900 520	16 791 650	18 549 226	17 699 726
<i>Total geral da exportação</i>	<i>4 104 008</i>	<i>4 895 435</i>	<i>5 092 050</i>	<i>5 096 890</i>	<i>5 615 519</i>	<i>4 960 538</i>	<i>6 725 646</i>	<i>7 499 556</i>	<i>8 728 569</i>	<i>10 726 509</i>	<i>12 197 510</i>	<i>18 229 532</i>	<i>21 179 413</i>	<i>21 696 874</i>	<i>20 153 084</i>
Porcentagem das 24 mercadorias no valor total da exportação	90,5	90,5	88,3	88,8	88,0	83,3	78,0	71,6	67,9	71,4	66,8	76,3	79,3	85,5	87,8

TABELA II

Quantidades exportadas de 24 principais mercadorias, nos anos de 1935 a 1949

(Toneladas)

MERCADORIAS	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
1 — Café em grão.....	919 727	851 130	727 369	1 026 751	989 912	722 743	663 149	436 802	606 709	813 329	850 320	930 275	889 804	1 049 540	1 162 140
2 — Algodão em rama....	138 630	200 313	236 181	268 719	323 539	224 265	288 274	153 954	77 962	107 640	164 456	352 752	285 473	258 703	139 760
3 — Cacau em grão.....	111 826	121 720	105 113	127 888	132 155	106 799	132 944	71 904	115 120	101 920	83 434	130 460	99 041	71 681	132 244
4 — Couros vacuns, salgados	38 951	42 821	50 313	41 521	42 238	40 533	45 257	43 957	20 617	13 824	6 871	21 223	56 680	48 135	45 325
5 — Couros vacuns, curtidos ou sola.....	57	99	163	83	124	298	2 233	5 463	9 916	4 247	4 564	3 677	1 393	357	88
6 — Mate.....	61 500	66 601	65 519	63 241	60 157	50 520	49 762	55 276	48 139	48 691	49 829	49 224	55 434	46 775	47 369
7 — Fumo.....	32 856	31 350	36 600	26 763	35 347	16 792	18 450	19 172	17 105	29 867	31 828	53 843	39 400	25 344	28 265
8 — Laranja*.....	92 415	112 595	173 980	192 047	197 118	100 023	68 235	44 850	46 962	44 486	48 887	97 087	60 077	99 753	71 963
9 — Carnes frigorificadas....	48 797	54 343	64 857	45 165	45 019	99 993	44 149	58 260	16 821	9 306	2 607	10 393	17 455	20 849	24 248
10 — Arroz.....	77 632	50 376	31 295	57 445	60 404	41 001	13 255	82 603	84 581	149 797	86 538	152 051	218 423	212 643	991
11 — Cêra de carnaúba.....	6 607	8 774	8 942	9 158	10 001	8 653	11 766	8 509	9 046	11 130	9 432	10 019	8 388	9 292	11 109
12 — Açúcar.....	85 267	90 174	311	8 141	49 478	66 731	25 049	45 899	11 611	70 443	26 935	21 975	61 556	361 277	38 700
13 — Mamona.....	71 572	102 056	119 916	125 874	125 273	117 495	221 813	116 169	155 685	145 476	150 447	99 419	168 548	163 515	132 213
14 — Carnes em conserva....	14 222	19 805	24 506	24 381	38 191	47 908	64 228	69 858	49 633	41 665	29 411	44 497	18 166	23 221	9 073
15 — Castanhas com casca...	27 401	24 322	13 145	23 961	22 887	19 403	9 097	5 293	233	869	652	12 607	15 569	11 651	16 830
16 — Borracha.....	12 370	13 247	14 793	12 064	11 805	11 835	10 734	12 204	14 575	21 193	18 887	18 159	14 510	5 446	3 241
17 — Pinho.....	130 750	144 198	205 262	215 543	307 794	247 044	296 708	329 857	286 726	297 489	258 428	474 956	500 975	572 031	387 643
18 — Castanhas sem casca....	6 261	4 595	3 547	4 282	4 743	6 774	5 592	3 104	180	408	1 404	4 592	3 709	1 856	4 334
19 — Bananas**.....	213 658	226 530	226 218	221 835	240 145	204 957	123 000	71 461	50 310	56 075	64 663	105 777	128 209	162 834	167 913
20 — Óleo de caroço de algodão	12 733	23 324	21 844	31 274	23 223	26 311	33 458	17 143	9 543	8 544	21 212	5 405	6 623	10 095	9 288
21 — Babaçu.....	9 966	30 760	21 995	30 204	48 841	41 187	39 267	29 343	21 747	6 780	44 292	12 792	11 778	31 765	20 470
22 — Minerio de manganês....	60 669	166 471	247 115	136 843	189 003	222 713	437 402	306 241	275 552	146 983	249 649	149 149	142 092	141 253	149 896
23 — Minerio de ferro.....	47 184	110 997	185 640	368 510	396 938	255 548	420 796	316 033	322 802	205 798	299 994	64 413	196 737	599 289	675 574
24 — Cristal de rocha.....	231	225	300	747	678	1 103	1 980	1 770	2 411	1 122	609	170	369	720	299

* No período 1935-1945 os dados publicados sobre as quantidades exportadas de laranjas estão expressos em caixas. A conversão para toneladas foi feita na base de 1 caixa = 0,035 toneladas.

** No período 1935-1945 os dados publicados sobre as quantidades exportadas de bananas estão expressos em cachos. A conversão para toneladas foi feita na base de 1 cacho = 0,020 toneladas.

TABELA III

Valores médios unitários de 24 principais mercadorias exportadas, nos anos de 1935 a 1949

(Cruzeiros por tonelada)

MERCADORIAS	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
1 — Café em grão.....	2 344,83	2 621,78	2 968,82	2 236,29	2 257,05	2 198,91	3 041,72	4 500,46	4 619,57	4 769,71	5 010,28	6 924,26	8 715,51	8 592,87	9 990,80
2 — Algodão em rama.....	4 674,26	4 644,14	3 998,47	3 460,33	3 583,56	3 736,45	3 504,84	4 185,55	5 307,43	6 205,33	6 378,96	8 327,62	10 775,82	13 084,49	14 359,47
3 — Cacaú em grão.....	1 457,93	2 119,74	2 180,60	1 665,49	1 699,41	1 795,88	2 368,76	3 012,75	2 974,01	3 020,59	2 746,59	4 991,14	10 578,76	14 869,83	7 285,81
4 — Couros vacuns, salgados	1 756,82	2 415,71	3 115,50	2 727,90	2 896,85	2 852,86	3 113,55	4 214,32	4 332,35	4 969,40	5 612,14	6 295,67	9 254,11	8 366,64	8 195,96
5 — Couros vacuns, curtidos ou sola.....	5 736,84	11 424,24	10 239,26	8 879,52	8 024,19	9 278,52	9 551,28	11 505,22	11 110,43	12 809,75	12 884,31	17 706,55	29 260,59	35 868,35	26 761,36
6 — Mate.....	1 078,54	962,06	1 012,64	938,92	1 054,79	1 208,17	1 239,48	1 312,78	1 444,19	1 772,50	2 293,38	2 697,18	2 877,93	2 950,64	3 131,31
7 — Fumo.....	1 975,23	2 105,33	2 396,01	3 195,38	2 762,44	2 659,66	2 286,72	2 829,07	3 828,47	5 176,25	8 018,13	9 151,89	9 559,57	10 585,42	9 880,35
8 — Laranja.....	670,77	669,28	708,64	585,65	609,72	571,88	552,68	759,26	753,34	1 138,31	1 159,08	1 511,35	1 680,73	1 716,49	1 687,95
9 — Carnes frigorificadas....	1 089,19	1 290,67	1 484,05	1 950,49	2 228,73	2 443,53	3 335,02	3 903,42	3 946,67	4 176,12	4 524,43	4 426,25	7 645,83	7 587,75	8 219,11
10 — Arroz.....	671,59	744,40	641,16	702,41	746,56	795,15	1 003,32	2 110,44	2 273,12	2 210,99	2 341,87	2 535,19	3 124,78	3 483,83	3 179,62
11 — Cêra de carnaúba.....	7 304,98	11 115,34	10 827,78	11 030,36	12 016,70	19 578,80	24 514,28	28 287,11	25 096,95	26 794,43	28 672,29	49 114,18	45 753,34	30 750,97	30 911,60
12 — Açúcar.....	537,12	484,88	1 054,66	354,01	457,25	579,88	386,04	1 030,26	1 493,50	1 622,13	1 992,31	3 274,95	3 584,39	1 914,25	2 017,98
13 — Mamona.....	637,86	724,53	761,36	633,78	765,88	1 019,15	852,12	1 286,49	1 335,56	1 290,40	1 326,87	1 967,47	3 671,96	2 689,14	1 975,99
14 — Carnes em conserva.....	2 926,10	2 782,18	2 073,29	2 581,15	3 127,96	4 608,17	4 698,29	5 859,04	6 594,28	6 550,68	6 435,62	7 701,35	10 919,74	12 123,90	13 239,83
15 — Castanhas com casca....	1 406,26	1 888,25	3 613,39	1 966,15	1 777,73	1 114,42	2 593,05	3 032,12	2 725,32	3 635,21	5 240,80	7 492,74	5 423,98	4 822,25	4 131,61
16 — Borracha.....	2 915,36	5 134,45	5 137,63	3 866,79	4 801,36	6 545,59	8 494,97	12 161,26	12 971,32	17 262,26	18 315,46	14 745,69	14 074,50	8 632,21	8 497,99
17 — Pinho.....	193,71	219,70	246,67	269,93	286,18	274,11	425,29	667,81	889,70	1 282,13	1 405,46	1 486,50	1 677,91	1 418,62	1 508,95
18 — Castanhas sem casca....	5 443,86	9 366,05	9 026,22	5 551,61	5 313,30	4 650,43	6 260,19	9 281,25	6 361,11	4 860,29	20 945,16	20 298,13	16 121,60	14 736,53	14 982,00
19 — Bananas.....	137,64	122,47	122,85	119,72	224,44	206,66	207,98	223,72	234,96	225,48	368,67	513,70	649,51	632,15	659,80
20 — Óleo de caroço de algodão	1 407,37	1 874,21	1 855,98	1 623,55	1 302,50	1 630,12	2 476,51	3 706,47	3 779,00	3 955,29	4 297,85	6 593,52	12 538,12	10 133,93	8 035,75
21 — Bagaço.....	902,97	1 271,85	1 802,27	1 276,82	1 219,73	1 178,84	1 460,36	2 420,92	2 349,47	2 339,68	2 026,93	2 286,74	2 833,84	5 131,97	4 007,13
22 — Minério de manganês....	110,04	98,17	181,01	119,21	109,20	145,08	183,75	194,56	245,56	240,15	245,40	248,87	226,28	228,91	321,73
23 — Minério de ferro.....	30,26	41,08	42,47	53,79	47,62	63,33	73,27	73,84	78,41	91,11	89,66	90,48	73,32	101,94	152,10
24 — Cristal de rocha.....	4 324,68	5 977,78	13 103,33	20 054,89	28 165,19	25 261,11	49 897,47	132 670,62	134 683,11	249 655,97	216 990,14	246 476,47	100 775,06	116 590,27	83 752,51

TABELA IV

Números índices sintéticos das quantidades e dos valores médios unitários de 24 principais mercadorias exportadas

ESPECIFICAÇÃO	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949
I — BASE 1935-1939															
1. Quantidades (Pesos: preços médios anuais do período 1935-1939).....	88,4	93,5	90,3	110,8	117,0	91,2	96,1	67,3	67,7	80,9	85,8	113,2	104,9	113,5	102,2
2. Quantidades (Pesos: preços do ano considerado).....	87,1	93,3	88,9	110,6	116,6	94,2	97,5	71,7	74,4	88,1	87,7	112,4	105,4	112,5	104,0
3. Valores médios unitários (Pesos: quantidades médias anuais de 1935-1939).....	96,5	107,3	114,3	92,6	95,8	99,3	121,7	160,2	180,2	196,6	210,3	279,7	360,2	372,8	385,0
4. Valores médios unitários (Pesos: quantidades no ano considerado).....	95,0	107,2	112,6	92,4	95,5	102,5	123,4	180,2	198,2	214,2	214,9	277,8	361,9	369,7	391,5
5. Valores totais.....	84,0	100,2	101,7	102,4	111,7	93,5	118,7	121,4	134,1	173,3	184,3	314,4	379,8	419,5	400,3
II — BASE 1937															
1. Quantidades (Pesos: preços do ano de 1937).....	101,4	106,1	100,0	124,2	130,4	101,5	105,2	73,1	75,0	90,8	96,2	124,5	116,7	130,0	117,2
2. Quantidades (Pesos: preços do ano considerado).....	96,4	103,5	100,0	121,8	128,1	102,5	107,8	80,6	83,3	97,9	97,3	126,3	117,6	125,1	116,0
3. Valores médios unitários (Pesos: quantidades do ano de 1937).....	85,7	95,2	100,0	82,7	85,8	89,7	108,3	148,2	158,4	174,1	186,3	244,9	317,5	329,9	339,5
4. Valores médios unitários (Pesos: quantidades do ano considerado).....	81,5	92,9	100,0	81,1	84,3	90,9	110,9	163,3	176,0	187,7	188,4	248,4	320,0	317,3	335,9
5. Valores totais.....	82,7	98,5	100,0	100,7	109,9	92,0	116,7	119,4	131,9	170,5	181,3	309,2	373,6	412,7	393,8

INFORMAÇÕES GERAIS

A CARNAÚBA NA ECONOMIA NACIONAL

A carnaubeira (*Copernicia cerifera* MART) — também conhecida no sul de Mato Grosso, Argentina e Paraguai por "carandá" — é uma palmeira nativa, cuja altura, normalmente, atinge cerca de 16 metros. Tem seu "habitat" no Nordeste do Brasil.

A produção de cêra de carnaúba ocorre em sete Estados, através de 153 dos seus Municípios, assim compreendidos: Maranhão, 30; Piauí, 40; Ceará, 48; Rio Grande do Norte, 16; Paraíba, 6; Pernambuco, 1; e Bahia, 12.

O principal produtor é o Piauí, seguindo-se-lhe o Ceará, e, em muito menor escala, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Paraíba e Pernambuco.

No Piauí, as principais zonas de produção situam-se nas proximidades da costa e no interior, destacando-se os Municípios de Simplicio Mendes, Campo Maior, Piracuruca, Oeiras, José de Freitas, Peipici, Buriti dos Lopes, Castelo do Piauí, Pedro II, União, Luzilândia, Floriano, Beneditinos, Valença do Piauí e Picos; no Ceará, no Vale do Jaguaribe, tendo

importância especial os Municípios de Granja, Limoeiro do Norte, Russas, Licânia, Caucaia, Jaguaruana, Morada Nova, Anacetaba e Acaraú; no Rio Grande do Norte, nos Municípios de Mossoró, Açu, Santana do Matos e Apodi; no Maranhão, em Araioses, Caxias, São Bernardo, Chapadinha e Timon; na Bahia, nos Municípios de Remanso, Xique-Xique, Baria e Sento Sé; na Paraíba, a zona de produção se resume num Município, que é o de Souza; e, em Pernambuco, no de Coripós.

Em Pernambuco, começou-se, em 1939, a produzir cêra de carnaúba. A produção, entretanto, não chega, sequer, a uma tonelada.

Em Goiás, iniciou-se, também, a cultura da carnaubeira. Os resultados, porém, têm sido mínimos, razão por que, a exemplo de Pernambuco, ainda se não tornou, até agora, realmente produtor.

A Tabela I discrimina a produção da cêra em espécie, no Brasil, no período compreendido entre 1927 e 1948.

TABELA I

Produção Brasileira de Cêra de Carnaúba, Segundo as Unidades da Federação — 1927-31/48

a) Quantidade (toneladas)

ANOS	DADOS NUMÉRICOS							
	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Bahia	Outros	Brasil
1927-31*	282	3 206	3 299	638	—	253	36	7 714
1932	424	3 211	2 793	535	—	262	37	7 262
1933	412	3 838	3 339	750	51	206	3	8 599
1934	159	2 917	4 042	639	29	270	3	8 059
1935	402	2 958	3 490	672	30	232	1	7 785
1936	640	4 009	4 700	986	54	286	—	10 675
1937	564	4 452	3 752	1 414	54	341	—	10 577
1938	461	3 901	4 017	950	61	551	0	9 941
1939	704	4 501	4 600	1 020	51	544	1	11 421
1940	663	4 091	3 850	900	55	332	1	9 892
1941	861	5 190	3 500	1 300	60	415	—	11 326
1942	707	4 865	2 051	850	76	303	—	8 852
1943	747	4 525	2 538	1 387	63	244	—	9 504
1944	707	4 772	3 202	1 635	67	319	0	10 702
1945	824	6 050	3 733	1 620	62	294	0	12 583
1946	716	6 102	3 557	929	68	261	0	11 633
1947	700	5 408	1 744	900	60	271	0	9 083
1948	540	5 756	3 484	1 315	47	228	0	11 370

FONTE — Serviço de Estatística da Produção.
* Média anual do período

b) Valor (Cr\$ 1 000)

ANOS	DADOS NUMÉRICOS							
	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Bahia	Outros	Brasil
1927-31*	655	7 852	7 564	1 060	—	589	61	17 781
1932	1 043	9 991	6 871	963	—	603	66	19 537
1933	1 070	9 595	8 981	2 018	102	576	7	22 349
1934	477	10 501	14 550	2 300	59	811	6	28 704
1935	1 607	14 199	16 753	1 680	90	697	2	35 028
1936	4 476	35 079	45 120	6 997	469	1 891	—	94 032
1937	5 570	40 068	32 647	15 255	512	2 388	—	96 560
1938	4 643	40 120	40 168	8 555	450	4 959	3	98 898
1939	7 646	61 345	46 000	13 165	504	6 007	7	134 674
1940	11 602	61 369	69 300	10 881	715	5 308	12	159 187
1941	18 952	75 771	70 000	23 400	840	8 305	—	197 268
1942	16 254	87 283	52 337	17 000	966	5 152	—	178 992
1943	14 940	100 899	57 675	22 680	949	4 563	—	201 706
1944	16 227	92 700	67 656	32 874	1 116	6 302	3	216 897
1945	26 484	117 312	131 962	40 040	2 488	7 589	5	325 880
1946	31 114	271 475	131 326	38 610	3 022	11 761	4	487 312
1947	30 000	230 666	35 934	30 000	3 000	7 432	4	337 036
1948	14 640	101 796	69 564	25 234	1 200	4 372	5	216 811

FONTE - Serviço de Estatística da Produção
* Média anual do período

A Tabela II, a seguir, evidencia, em cada Estado, a produção municipal:

TABELA II

Produção de Cêra de Carnaúba, Segundo os Municípios Produtores — Ano de 1948

MUNICÍPIOS PRODUTORES	DADOS NUMÉRICOS		MUNICÍPIOS PRODUTORES	DADOS NUMÉRICOS	
	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)		Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
MARANHÃO			PIAÚI		
Alcântara	1 016	27 824	Alto Longá	56 862	1 023 516
Anajatuba	970	14 550	Altos	64 005	1 152 090
Araioses	203 445	7 120 575	Amarante	16 200	291 600
Arari	3 783	94 575	Barras	72 632	1 307 376
Barão de Grajaú	23 747	607 219	Batalha	76 000	1 368 000
Barreirinhas	11 520	345 600	Benedictinos	133 469	2 402 442
Bequimão	2 200	110 000	Bertolínia	15 839	285 102
Brejo	26 314	526 280	Bom Jesus	3 433	61 794
Buriti	9 977	199 540	Buriti dos Lopes	332 590	5 986 620
Cajapió	26 740	347 620	Campo Maior	543 187	9 777 366
Caxias	49 519	1 518 253	Canto do Buriti	3 760	63 680
Chapadinha	23 180	563 600	Castelo do Piauí	236 401	4 251 218
Codó	13 955	354 457	Cocal	13 545	243 810
Coelho Neto	3 900	70 200	Esperantina	81 000	1 458 000
Humberto de Campos	300	6 000	Floriano	136 400	2 455 200
Icatu	450	12 000	Guadalupe	14 232	256 176
Itaipuru-Mirim	195	4 875	Jaicós	30 800	554 400
Loreto	250	5 000	Jerumenha	36 000	648 000
Nova Torque	3 480	69 600	José de Freitas	368 796	6 638 328
Parnaíba	2 158	64 740	Luis Correia	36 000	648 000
Primeira Cruz	22 844	415 096	Luzilândia	142 000	2 556 000
Santa Quitéria do Maranhão	5 592	140 974	Miguel Alves	19 547	351 846
São Bernardo	34 019	680 380	Oeiras	430 240	7 744 320
São Francisco do Maranhão	9 334	215 615	Palmeiras	8 600	154 800
São Vicente Ferrer	2 500	87 500	Parnaíba	2 400	43 200
Timbiras	5 316	132 900	Parnaíba	189 680	3 414 240
Timon	27 377	547 540	Paulistana	18 847	339 246
Tutóia	4 380	78 840	Pedro II	164 500	2 961 000
Vargem Grande	16 000	272 000	Picos	105 000	1 890 000
Vitória do Mearim	300	6 000	Piracuruca	443 191	6 177 438
ESTADO	539 761	14 639 353	Periperi	353 400	6 361 200
			Pôrto	60 000	1 080 000
			Regeneração	5 600	99 000

MUNICÍPIOS PRODUTORES	DADOS NUMÉRICOS		MUNICÍPIOS PRODUTORES	DADOS NUMÉRICOS	
	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)		Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
PIAUI (continuação)			RIO GRANDE DO NORTE		
São João do Piauí	60 000	1 080 000	Assu	460 000	9 200 000
São Miguel do Tapuio	78 459	1 412 262	Angicos	4 650	93 000
São Pedro do Piauí	24 560	442 080	Apodi	100 000	2 000 000
Simplício Mendes	1 062 412	19 123 416	Augusto Severo	22 584	361 344
Teresina	50 071	901 278	Ceará-Mirim	7 050	122 843
União	156 280	2 813 040	Goiâniaha	500	9 000
Valença do Piauí	110 000	1 980 000	Luis Gomes	300	6 000
ESTADO	5 755 838	101 797 084	Macaíba	2 300	62 100
CEARÁ			Macau	12 750	255 000
Acarauá	130 000	1 560 000	Martins	1 500	34 000
Anacetaba	149 500	3 239 030	Mossoró	509 000	10 000 000
Aquiraz	34 500	690 000	Patu	400	10 000
Aracati	63 000	1 260 000	Pau dos Ferros	200	3 400
Aracoiaba	3 893	77 860	Santana do Matos	200 000	3 000 000
Aurora	1 800	32 400	Serra Negra do Norte	100	2 000
Baixio	80	2 500	Touros	3 000	75 000
Baturité	400	20 000	ESTADO	1 315 334	25 233 687
Camocim	18 000	360 000	PARAÍBA		
Canindé	7 000	140 000	Antenor Navarro	1 140	29 640
Cariré	22 000	440 000	Cajazeiras	120	3 000
Cascavel	58 600	1 406 400	Itaporanga	2 250	55 250
Caucaia	210 000	4 200 000	Piancó	3 000	60 000
Coreaú	38 200	764 000	Pombal	125	3 000
Crateús	2 303	48 363	Souza	40 320	1 043 320
Fortaleza	20 906	386 761	ESTADO	46 955	1 200 210
Granja	700 000	14 700 000	PERNAMBUCO		
Ibiapina	4 250	93 500	Coripós	329	5 264
Icó	2 000	40 000	ESTADO	329	5 264
Iguatu	1 975	31 600	BAHIA		
Independência	135	2 700	Barra	39 936	638 976
Inhuçu	3 000	60 000	Casa Nova	5 630	140 500
Ipu	2 000	40 000	Cotegipe	1 593	27 081
Ipueiras	3 770	75 400	Ibipetuba	1 700	25 600
Itapagé	642	12 840	Juazeiro	12 000	240 000
Itapipoca	40 000	800 000	Oliveira dos Brejinhos	16 000	400 000
Jaguaruana	196 000	3 920 000	Paratinga	2 800	112 000
Juazeiro do Norte	2 500	75 000	Pilão Arcado	4 521	72 336
Juás	1 515	30 300	Remanso	51 764	880 000
Lavras da Mangabeira	8 064	145 152	Santo Inácio	16 000	320 000
Licânia	300 000	5 400 000	Sento Sé	34 894	697 880
Limoeiro do Norte	600 000	12 000 000	Xique-Xique	40 885	817 700
Maranguape	27 650	691 250	ESTADO	227 713	4 371 973
Massapé	31 500	630 000			
Morada Nova	158 800	3 176 000			
Pacajus	12 750	255 000			
Pentecoste	210	3 150			
Quixadá	18 360	532 440			
Reriutaba	12 800	256 000			
Russas	511 000	10 220 000			
Santa Quitéria	3 780	94 500			
São Benedito	3 000	60 000			
Sobral	62 000	1 240 000			
Tauá	1 850	37 000			
Tiangú	750	15 000			
Uruburetama	371	11 130			
Varzea Alegre	230	7 360			
Vigosa do Ceará	12 850	231 300			
ESTADO	3 483 934	69 563 906			

FONTE — Serviço de Estatística da Produção

A produção de cêra de carnaúba, em biuto, — segundo os números consignados na Tabela I — em 1948, foi de 11 370 toneladas, no valor de 216 811 milhares de cruzeiros, contra 7 714 toneladas, no valor de 17 781 milhares de cruzeiros, totais encontrados como média anual do período 1927-31. Verifica-se, assim, no período de dezoito anos, o aumento de 47% na quantidade e de 1 119% no valor. A tonelada de cêra que, em 1927-31, era, em média, de Cr\$ 2 305,00, passou, em 1938, a Cr\$ 19 069,00

E' oportuno observar que o preço da cêra de carnaúba varia de Estado a Estado. Em 1948, por exemplo, uma tonelada do produto, no Piauí, custava Cr\$ 17 685,00; no Ceará,

Cr\$ 19 967,00; e, no Rio Grande do Norte, Cr\$ 19 189,00. Vale assinalar, ainda, referente-mente ao valor, a posição da cêra de carnaúba no conjunto dos produtos que integram a indústria extrativa brasileira — no total, aliás, de 17 —, onde ela aparece, em 1948, em terceiro lugar, com 17,43%.

Financiamento — O Governo Federal, considerando a cêra de carnaúba como de vital importância para a economia dos Estados do Piauí e Ceará, não deixou, até agora, de dispensar, apoio financeiro ao produto

As operações efetuadas pelo Banco do Brasil, através da Carteira própria, destinam-se ao financiamento dos trabalhos de extração e

preparo do produto, e consistem, normalmente, em adiantamentos de 40% do valor da produção, limitados, entretanto, ao máximo de Cr\$ 160,00 por arroba

A Tabela III põe de manifesto os financiamentos concedidos:

TABELA III

**Financiamentos Concedidos à Cêra de
Carnaúba — 1941/49**

ANOS	Financiamentos (Cr\$ 1 000)
1941	1 351
1942	5 029
1943	3 712
1944	2 366
1945	2 251
1946	12 670
1947	2 734
1948	3 035
1949	4 772

FONTE — Relatórios do Banco do Brasil

Além desses têm-se concedido financiamentos especiais ao produto, nos termos, aliás, das Leis ns 266 e 694, de 26 de fevereiro de 1948 e 7 de maio de 1949, respectivamente. Em cumprimento dos dispositivos contidos no primeiro daqueles diplomas legais, foram autorizados empréstimos especiais aos interessados, mediante penhor mercantil do produto das safras de 1947/48, 1948/49 e 1949/50. Inspirou a adoção dessa medida a evidente necessidade de defesa do respectivo mercado de cêra de carnaúba, cujas cotações sofriam, à época, forte pressão baixista, com os conseqüentes reflexos perturbadores no mecanismo das exportações.

Como base para as operações relativas aos financiamentos especiais, adotaram-se as seguintes condições de adiantamentos por arroba de 15 quilos líquidos, de cêra dos

Tipos	Cr\$ por arroba
1	580,00
2	560,00
3	420,00
4	400,00

Os adiantamentos constantes desses empréstimos especiais são feitos na importância de 80% dos preços supramencionados, com as seguintes deduções:

- juros de 7% a a ;
- comissão de fiscalização de ½% a a ;
- verba para pagamento de armazenagem e seguro;

- quanto baste para pagamento de selos contratuais e despesas de transporte, bem como taxas e impostos que incidirem sobre a mercadoria para ser vendida na praça de exportação

Na Tabela abaixo, expõe-se a evolução dos empréstimos feitos nos termos das Leis ns 266 e 694

TABELA IV

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Nº	Quantidade (kg)	Valor (Cr\$)
<i>Lei n° 266, de 26-2-48</i>			
Créditos concedidos	109	2 450 691	51 308 644,80
Créditos resgatados	40	936 177	21 611 128,40
Saldo	60	1 454 514	29 697 516,40
Créditos transferidos para o regime da Lei n° 694	57	1 426 694	29 094 523,30
Créditos em ser	3	27 820	602 993,10
<i>Lei n° 694, de 7-5-49</i>			
Créditos concedidos, inclusive os transferidos do regime da Lei n° 266	130	2 742 584	79 157 052,70
Créditos resgatados	7	93 800	4 242 186,30
Saldo	123	2 648 784	74 914 866,40
Créditos liquidados a débito do Tesouro Nacional	6	124 740	3 821 520,00
Créditos em ser	117	2 524 044	71 093 346,40

FONTE — Relatório do Banco do Brasil, 1949

Industrialização — A cêra de carnaúba constitui uma indústria extrativa com alguma tradição no Nordeste, ou seja mais de um século de existência, mas, apesar disso, até hoje ainda é exercida sob processos empíricos, que oneram o produto.

Com a eclosão do último conflito armado, e como conseqüência da situação econômica déle decorrente, observou-se pronunciado interesse pela racionalização dos métodos de extração da cêra, mas o fato, entretanto, não logrou atingir tôdas as regiões produtoras, limitando-se, apenas, a algumas, isto é, àquelas que se encontram trabalhadas por produtores mais esclarecidos.

Deve-se salientar, todavia, que já existem máquinas patenteadas em ação na indústria da cêra de carnaúba. E' certo que há máquinas, que, embora proporcionem aumentos no rendimento, prejudicam, por outro lado, a qualidade do produto. Outras, por sua vez, apresentam o inconveniente de picar a palha.

Vale acentuar que, no tratamento das palmas — onde se encontra o pó — se perde normalmente elevada percentagem de cêra. O mesmo acontece em relação à secagem ao sol e ao vento, onde as perdas verificadas são da ordem de 25%, e na fase de bate-dura manual,

quando os desperdícios se elevam a nada menos de 30%. Vê-se, assim, que se aproveitam, do total extraído, apenas 45%, pois 55% são desperdiçados por ocasião da secagem e bate-d'ũa

Exportação — Não é de hoje que o Brasil figura no comércio mundial, como exportador de cêra de carnaúba

Daí, aliás, a circunstância de ser o único produto e exportador no gênero, tem ocupado lugar de destaque não só na produção, como no comércio mundial de cêras

A cêra de carnaúba apareceu, quanto ao valor, em 7º lugar entre os principais produtos de exportação do Brasil em 1949; em 10º, em 1948; em 9º, em 1947; em 7º, em 1946 e 1938

Em 1949, a exportação atingiu 11 mil toneladas, no valor de 343 milhões de cruzeiros, contra 9 mil toneladas no valor de 286 milhões, em 1948. O valor médio, por tonelada, em 1948, foi de Cr\$ 30 752,00, ao passo que, em 1949, alcançou Cr\$ 31 182,00

A cêra de carnaúba representou em 1949, 1,70% do total da exportação do Brasil

TABELA V
Exportação de Cêra de Carnaúba — 1927-31/48

ANOS	DADOS NUMÉRICOS		
	Quantidade (t)	Valor a bordo no Brasil (Cr\$ 1 000)	Valor médio (Cr\$/t)
1927-31*	6 927	26 438	3 816
1932	6 380	19 885	3 117
1933	6 875	21 570	3 139
1934	6 146	27 862	4 534
1935	6 607	48 264	7 305
1936	3 774	97 526	11 116
1937	8 042	90 822	10 827
1938	9 153	101 016	11 030
1939	10 001	120 179	12 017
1940	8 653	169 411	19 579
1941	11 766	288 435	24 515
1942	8 509	240 695	28 287
1943	9 046	227 027	25 097
1944	11 130	298 222	26 793
1945	9 432	270 437	28 672
1946	10 019	492 075	49 112
1947	8 388	383 779	45 756
1948	9 292	285 738	30 752

FONTE—Serviço de Estatística Econômica e Financeira
* Média anual

TABELA VI
Exportação Brasileira de Cêra de Carnaúba, Segundo os Principais Países de Destino — 1931/48
a) Quantidade (em toneladas)

ANOS	DADOS NUMÉRICOS							
	Alemanha	Canadá	Estados Unidos	França	Grã-Bretanha	União Sul-Africana	Outros	Total
1931	1 333	—	3 437	535	1 709	—	457	7 471
1932	1 490	—	2 759	564	1 020	—	547	6 380
1933	1 115	32	3 384	778	1 083	—	483	6 875
1934	774	—	3 709	499	854	1	309	6 146
1935	453	—	4 195	607	1 053	10	289	6 607
1936	370	16	5 913	746	1 335	49	339	8 774
1937	337	45	6 085	460	1 551	44	420	8 942
1938	248	30	5 901	452	1 994	58	475	9 158
1939	128	45	7 385	282	1 669	38	454	10 001
1940	—	—	7 568	113	819	9	144	8 653
1941	—	15	10 201	—	1 151	117	282	11 766
1942	—	5	6 792	—	1 434	112	166	8 509
1943	—	17	8 288	—	573	72	96	9 046
1944	—	53	9 488	—	1 017	221	351	11 130
1945	—	155	7 622	5	1 163	172	315	9 432
1946	—	151	8 469	156	949	33	261	10 019
1947	—	165	5 317	105	2 166	155	450	8 388
1948	115	196	7 260	71	958	129	563	9 292

b) Valor (Cr\$ 1 000)

1931	4 182	—	11 041	1 703	5 405	—	1 445	23 776
1932	4 653	—	8 688	1 723	3 032	—	1 789	19 885
1933	3 482	92	10 936	2 363	3 171	—	1 526	21 570
1934	3 555	—	17 158	2 045	3 698	6	1 490	27 862
1935	3 306	—	30 970	4 265	7 447	71	2 292	48 264
1936	4 120	180	65 925	8 475	14 509	538	3 779	97 526
1937	3 579	511	66 108	4 808	16 662	450	4 611	96 822
1938	2 723	311	65 201	1 959	20 969	619	5 182	101 016
1939	1 846	461	91 027	2 977	18 102	441	5 317	120 179
1940	—	—	149 778	2 000	14 383	180	3 065	169 411
1941	—	434	250 416	—	27 045	3 077	7 463	288 435
1942	—	163	190 136	—	40 899	3 964	5 533	240 695
1943	—	457	208 510	—	12 929	2 062	3 063	227 027
1944	—	1 554	252 529	—	26 992	6 528	10 619	298 222
1945	—	4 680	219 749	142	31 449	4 763	9 651	270 437
1946	—	6 800	404 401	9 363	54 637	1 852	14 969	492 075
1947	—	7 925	244 881	5 066	96 718	7 901	21 288	383 779
1948	3 454	7 009	220 285	2 284	29 611	3 859	19 236	285 738

FONTE — Serviço de Estatística Econômica e Financeira

TABELA VII

Dados Percentuais do Volume Físico da Exportação Brasileira de Cêra de Carnaúba, Segundo os Principais Países de Destino — 1931/48

ANOS	DADOS NUMÉRICOS							
	Alemanha	Canadá	Estados Unidos	França	Grã-Bretanha	União Sul-Africana	Outros	Total
1931	17,84	—	46,09	7,16	22,88	—	6,12	100,00
1932	23,35	—	43,25	8,84	15,99	—	8,57	100,00
1933	16,22	0,47	49,21	11,32	15,75	—	7,03	100,00
1934	12,59	—	50,34	8,12	13,90	0,02	5,03	100,00
1935	6,86	—	63,49	9,19	15,94	0,15	4,37	100,00
1936	4,29	0,18	67,39	8,50	15,22	0,56	3,86	100,00
1937	3,77	0,50	68,05	5,14	17,35	0,49	4,70	100,00
1938	2,71	0,33	64,43	4,94	21,77	0,63	5,19	100,00
1939	1,28	0,45	73,84	2,82	16,69	0,38	4,54	100,00
1940	—	—	87,47	1,31	9,46	0,10	1,66	100,00
1941	—	0,13	86,70	—	9,78	0,99	2,40	100,00
1942	—	0,05	79,82	—	16,85	1,32	1,95	100,00
1943	—	0,19	91,62	—	6,33	0,80	1,06	100,00
1944	—	0,48	85,24	—	9,14	1,99	3,15	100,00
1945	—	1,64	80,82	0,05	12,33	1,82	3,34	100,00
1946	—	1,51	84,52	1,56	9,47	0,33	2,61	100,00
1947	—	1,97	63,75	1,25	25,82	1,85	5,36	100,00
1948	1,24	2,11	78,13	0,76	10,31	1,39	6,06	100,00

Consoante se vê das Tabelas VI e VII os Estados Unidos são o maior centio importador da cêra de carnaúba. As nossas vendas, em 1948, para o referido país, se elevaram a 7 260 toneladas, no valor de 220 285 milhares de cruzeiros, contra 5 347 toneladas valorizadas em 244 881 milhares de cruzeiros, em 1947.

Observa-se, destaite, que houve, nas vendas para o mercado norte-americano, razoável queda no valor, assinalada no ano de 1948, quando o preço médio, por tonelada, caiu de Cr\$ 45 798,00 para Cr\$ 30 342,00, o que equivaie ao decréscimo de 33,75%.

A Grã-Bretanha, não obstante a instabilidade de suas aquisições, ainda assim vem mantendo a posição de segundo país importador do produto.

Em conseqüência da guerra, o Brasil perde diversos mercados externos, como a Alemanha, a Polônia, Dantzig, Dinamarca, Finlândia, Noruega.

Com o reajustamento econômico daqueles países, estão eles voltando aos poucos, ao comércio importador da carnaúba, como é o caso, por exemplo, da Alemanha que, ausente desde 1940, comprou, em 1948, 115 toneladas de cêra de carnaúba, na importância de 3 454 milhares de cruzeiros.

Na Tabela VIII observa-se o comportamento do valor médio, anual, da produção e exportação de cêra de carnaúba. Nota-se que a cui-

va dos valores médios da produção acompanha, por valores mais baixos, a dos da exportação.

TABELA VIII

Valor Médio Anual da Produção e Exportação de Cêra de Carnaúba — 1927-31/48

ANOS	VALOR MÉDIO			
	Produção		Exportação	
	Cr\$/t	Relativos 1927-31 = 100	Cr\$/t	Relativos 1927-31 = 100
1927-31*	2 305	100	3 816	100
1932	2 690	117	3 117	82
1933	2 599	113	3 139	82
1934	3 562	155	4 534	119
1935	4 499	195	7 305	191
1936	8 809	382	11 116	291
1937	9 131	396	10 927	284
1938	9 948	432	11 030	289
1939	11 792	512	12 017	315
1940	16 092	698	19 579	513
1941	17 417	756	24 515	642
1942	20 221	877	28 287	741
1943	21 223	911	25 007	657
1944	20 280	879	28 793	752
1945	25 898	1 124	28 672	751
1946	41 890	1 817	49 112	1 287
1947	37 106	1 610	45 756	1 199
1948	19 069	827	30 752	806

* Média anual.

Na Tabela IX, ao examinar-se a exportação face à produção, sente-se, de imediato, que mais de 80% da produção, exceto nos anos de 1933, 1934 e 1945, se destinam ao mercado externo.

TABELA IX

Dados Percentuais da Exportação sobre a Produção — 1927-31/48

ANOS	Produção (t)	Exportação (t)	% da exportação sobre a produção
1927-31*	7 714	6 927	89,80
1932	7 262	6 380	87,85
1933	8 599	6 875	79,95
1934	8 059	6 146	76,23
1935	7 785	6 607	84,87
1936	10 675	8 774	82,19
1937	10 577	8 942	84,54
1938	9 941	9 158	92,12
1939	11 421	10 001	87,57
1940	9 892	8 653	87,47
1941	11 326	11 766	103,88
1942	8 852	8 509	96,13
1943	9 504	9 046	95,18
1944	10 702	11 130	104,00
1945	12 583	9 432	74,96
1946	11 633	10 019	86,13
1947	9 083	8 388	92,35
1948	11 370	9 292	81,72

* Média anual

A Tabela X evidencia o desenvolvimento cronológico da produção e da exportação da cêra em espécie

TABELA X

Números Relativos da Produção e Exportação Brasileira de Cêra de Carnaúba — 1927-31/48

ANOS	NÚMEROS RELATIVOS (1927-31=100)			
	Produção		Exportação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
1927-31*	100	100	100	100
1932	94	110	92	75
1933	111	126	99	82
1934	104	161	89	105
1935	101	197	95	183
1936	138	529	127	369
1937	137	543	129	366
1938	129	556	132	382
1939	148	757	144	455
1940	128	895	125	641
1941	147	1 109	170	1 091
1942	115	1 007	123	910
1943	123	1 134	131	859
1944	139	1 220	161	1 128
1945	163	1 833	136	1 023
1946	151	2 741	145	1 861
1947	118	1 895	121	1 452
1948	147	1 219	134	1 081

* Média anual

Comércio Interno — Conforme referido anteriormente, a produção brasileira de cêra de carnaúba é exportada, na quase totalidade, para os centos consumidores do exterior, notadamente os Estados Unidos. Destarte, as quantidades que ficam no território nacional raramente ultrapassam de 20% do total da

produção, permanecendo, porém, normalmente, na média de 14%.

O volume das vendas internas de cêra de carnaúba pouco significa para a balança comercial dos Estados que a produzem.

Com exceção das fábricas de cêra para assoalhos e de graxa para sapatos — onde a cêra de carnaúba tem, entre nós, maior emprego —, a aplicação industrial do produto é reduzida em outros setores, principalmente em virtude da inexistência, no Brasil, de certas indústrias em que ele se impõe como matéria-prima

O comércio interno da cêra de carnaúba, revelou o movimento de 859 toneladas e 24 030 milhares de cruzeiros, em 1948, contra 527 toneladas e 20 611 milhares de cruzeiros, em 1947.

Na exportação interestadual, coube, ao Ceará, tanto em 1948 como em 1947, a posição de maior destaque: 776 toneladas (90,34%) e 21 706 milhares de cruzeiros (90,33%) para o primeiro dos referidos anos, e 497 toneladas (94,31%) e 19 667 milhares de cruzeiros (95,42%), para o segundo

No que concerne à importação, Distrito Federal e São Paulo, juntos, em 1948, totalizaram 800 toneladas (93,13%), valorizadas em 22 695 milhares de cruzeiros (94,44%), contra 517 toneladas (98,10%) e 20 303 milhares de cruzeiros (98,51%), em 1947

Impõe-se esclarecer que, nos anos citados, importou o Distrito Federal mais do que São Paulo, pois suas compras, em 1948, somaram 545 toneladas, valorizadas em 15 579 milhares de cruzeiros contra 412 toneladas e 15 994 milhares em 1947, enquanto São Paulo, em 1948, adquiriu 255 toneladas na importância de 7 116 milhares de cruzeiros e, no ano precedente, 105 toneladas, no valor de 4 309 milhares de cruzeiros

Não foi sem razão que HUMBOLDT denominou a carnaubeira de "Árvore da Vida" Da carnaubeira tudo se aproveita. É, sem exagero, um verdadeiro celeiro de utilidades

Conquanto seja a cêra seu principal produto, a raiz fornece um depurativo do caule, fabrica-se farinha e, quando maduro, torna-se madeira de construção, que pode ser utilizada na edificação de casas do tipo "blockhouses"; serve, ainda, para postes, pontes e cercados, pois sua durabilidade é de cêra de cem anos; dos brotos novos, é possível a fabricação de vinho e vinagre, afóra a goma que se obtém de uma substância que contém; do espique, fazem-se ripas e barrotes, e o palmito que o ençima é utilizado na alimentação humana; o fruto, quando verde, serve de alimento ao gado e, quando maduro, apresenta uma polpa negra, lustrosa, adocicada e pouco espessa, de que o homem faz uso em estado natural,

ou em forma de doce. O fruto tem um caroço de, em média, 13 centímetros de diâmetro que, torrado, fornece bebida semelhante ao café, assim como uma substância de que se extrai óleo; e, das folhas, fazem-se as coberturas das casas sertanejas, tecem-se chapéus e esteiras e se extrai, quando novas, o pó cerífico, com o qual se prepara a cêra.

Como sucessora dos óleos de baleia e de oliva, e como antecessora do petróleo, a cêra de carnaúba iluminou, durante dezenas de anos, grande parte do Brasil, pois, com ela, eram fabricadas velas.

No decurso da primeira guerra mundial, experiências realizadas permitiram o aproveitamento da carnaúba como matéria-prima para a obtenção de ácido necessário à pólvora e de miste assinalar, porém, que, muito antes, já haviam os químicos descoberto inúmeras aplicações industriais para o produto brasileiro, cuja importância, por isso mesmo, se tornou rapidamente mais destacada.

Além do seu emprêgo no fabrico de cêras para assoalhos, móveis, sapatos e automóveis, é usada em isoladores elétricos e em papel carbono, na fabricação de discos para fonógrafos, em baterias elétricas, na fabricação de papel impermeável e na de filmes sonoros. No fabrico de tintas, dá a cêra de carnaúba, ao produto, aparência brilhante e à prova de poeira. Como material estratégico, inúmeras são as suas aplicações, sendo muito utilizada como camada protetora de máquinas de guerra, como impermeabilizante de tecidos e, ainda, como elemento de grande importância no preparo de explosivos.

Em experiências não há muito realizadas nos Estados Unidos com o produto brasileiro, obteve-se a fabricação de papel para a impressão de jornais.

Pelo exposto, vê-se quão importante é o campo de aplicação dos produtos fornecidos pela carnaubeira, e, com maior relevo, o da cêra extraída das folhas novas.

ESTRANGEIRO

PRODUÇÃO MUNDIAL DE VEÍCULOS A MOTOR

Em o número correspondente a julho de 1950, o *Monthly Bulletin of Statistics*, publicação oficial do órgão de estatística das Nações Unidas, divulga dados numéricos de todo interesse a respeito da produção mundial de veículos motorizados

A tabela abaixo, em seus dois desdobramentos (a e b), apresenta as médias mensais da produção mundial, segundo os países produtores, no período 1937/49, com exceção dos anos de guerra (1940/45). Para os Estados Unidos, os dados se referem às vendas efetuadas nas fábricas

a) Veículos para particulares

ANOS	DADOS NUMÉRICOS						
	Alemanha	Canadá	Checoslováquia	Estados Unidos (1)	França	Grã-Bretanha	Itália
1937	(2) 14 510	12 750	1 050	326 320	(3) 15 200	28 420	
1938		10 310		166 750			
1939		9 030		238 900			
1946	830	7 660	320	179 960	2 540	18 290	
1947	800	13 940	780	296 510	5 520	23 920	2 500
1948	2 500	13 900	(4) 2 100	325 770	8 340	27 380	4 390
1949	8 670	16 040		425 740	15 640	34 360	6 460

FONTE : Automobile Manufacturers Association

(1) Venda nas fábricas

(2) 1936

(3) Outubro 1937 - setembro 1938

(4) Inclusive veículos comerciais

b) Veículos comerciais

ANOS	DADOS NUMÉRICOS								
	Alemanha	Áustria	Canadá	Checoslováquia	Estados Unidos (1)	França	Grã-Bretanha	Itália	Japão
1937	(2) 3 030	100	4 530	330	74 420	(4) (5) 3 280	8 670		(3) 1 880
1938			3 530		40 680				
1939			3 920		59 210				
1946	1 080	36	6 640	250	78 400	(5) 5 210	12 180		1 240
1947	1 090	120	7 560	440	103 290	5 860	12 890	1 040	930
1948	2 390	80	8 080	(6)	114 680	8 080	14 170	560	2 310
1949	4 740	180	8 180		94 100	8 050	18 030	730	2 310

FONTE : Automobile Manufacturers Association

(1) Venda nas fábricas

(2) 1936

(3) 1937-1939, 12 meses começando a 1º de abril do ano mencionado e incluindo certo número de pequenos carros

(4) Outubro 1937 - setembro 1938

(5) Exclusive ônibus

(6) Veja-se chamada (4) da tabela anterior

Nota-se que, com exceção da Alemanha, no período do pós-guerra, a produção dos diversos países foi aos poucos retomando o seu ritmo normal, ultrapassando, em 1949, o nível da do período 1937/39

Vale apreciar, agora, a contribuição percentual de cada país no conjunto dos demais, no período 1946/49

Percentagens das médias mensais da produção mundial de veículos a motor, segundo os países produtores — 1946/49

a) Veículos para particulares

ANOS	DADOS NUMÉRICOS (%)						
	Alemanha	Canadá	Checoslováquia	Estados Unidos (1)	França	Grã-Bretanha	Itália
1946	0,40	3,67	0,15	85,81	1,22	8,75	(2) —
1947	0,23	4,05	0,23	86,21	1,63	6,95	0,73
1948	0,65	3,62	(3) 0,55	84,75	2,17	7,12	1,14
1949	1,71	3,16	(2) —	83,09	3,03	6,78	1,27

(1) Venda nas fábricas

(2) Excluído do cálculo percentual por não ser conhecido o dado absoluto

(3) Inclusive veículos comerciais

b) Veículos comerciais

ANOS	DADOS NUMÉRICOS (%)								
	Alemanha	Áustria	Canadá	Checoslováquia	Estados Unidos (1)	França	Grã-Bretanha	Itália	Japão
1946	1,03	0,03	0,32	0,24	74,64	4,96	11,60	(2) —	1,18
1947	0,82	0,09	5,67	0,33	77,53	4,40	9,68	0,78	0,70
1948	1,60	0,05	5,40	(3) —	76,60	5,40	9,46	0,37	11,22
1949	3,48	0,13	6,00	(2) —	60,02	5,91	13,23	0,54	1,69

(1) Venda nas fábricas

(2) Excluído do cálculo percentual por não ser conhecido o dado absoluto

(3) Veja-se chamada (3) da tabela anterior

Os dados da tabela abaixo, desdobrada, ainda, segundo os veículos para particulares e comerciais, mostram-nos a marcha da produção mensal dessas viaturas nos países produ-

tores, no período dezembro de 1947 a maio de 1950, último mês até onde vão as estatísticas fornecidas pelo *Bulletin*

a) Veículos para particulares

MESES	DADOS NUMÉRICOS						
	Alemanha	Canadá	Checoslováquia	Estados Unidos (1)	França	Grã-Bretanha	Itália
1947 Dezembro	1 160	15 260	980	366 940	5 220	(3) 24 990	2 860
1948							
Janeiro	1 270	10 570	1 340	305 080	7 420	25 180	3 210
Fevereiro	1 400	9 930	1 260	274 850	7 320	23 380	4 250
Março	1 520	15 720	1 560	350 000	8 020	(3) 32 350	4 240
Abril	1 710	13 240	1 580	308 070	8 470	26 310	4 660
Maio	1 620	10 740	1 670	225 460	7 570	26 570	4 150
Junho	2 040	13 990	1 690	312 410	8 920	(3) 36 160	3 880
Julho	2 650	9 510	630	356 760	8 940	27 970	3 640
Agosto	2 150	11 730	1 430	348 820	5 560	21 950	2 950
Setembro	3 500	16 380	1 860	301 170	7 220	(3) 34 630	4 820
Outubro	3 820	18 020	1 580	383 760	10 170	26 160	5 780
Novembro	4 040	18 480	1 600	304 440	9 560	25 720	5 470
Dezembro	4 300	18 540	(2) 2 390	378 460	10 920	(3) 28 430	5 650
1949							
Janeiro	4 930	7 170	(2) 1 840	326 020	11 140	28 600	5 930
Fevereiro	5 280	9 280	(2) 2 300	324 550	11 940	29 910	4 580
Março	6 130	17 060	(2) 2 850	402 200	15 200	(3) 37 680	5 620
Abril	6 300	17 430	(2) 2 020	436 300	15 120	28 550	3 500
Maio	7 410	16 510	(2) 2 320	394 700	16 880	31 610	5 140
Junho	8 170	20 010	(2) 2 830	493 880	16 230	(3) 40 370	6 320
Julho	8 990	17 320	(2) 1 270	483 260	16 340	25 520	7 900
Agosto	9 980	14 140	(2) 1 620	557 370	7 740	30 320	4 900
Setembro	10 370	21 510		534 490	18 110	(3) 43 610	7 330
Outubro	11 800	19 580		487 890	18 670	37 630	8 730
Novembro	12 280	13 000		341 950	18 740	37 180	8 710
Dezembro	12 620	18 530		285 930	21 570	(3) 41 280	8 830
1950							
Janeiro	13 490	20 930		487 820	21 720	39 660	8 290
Fevereiro	13 740	22 460		385 360	16 810	40 690	8 280
Março	15 460	21 920		469 620	14 030	(3) 51 020	9 040
Abril	14 740	18 880		455 190	21 380	38 310	
Maio						42 730	

FONTE : Automobile Manufacturers Association

(1) Venda nas fábricas

(2) Inclusive veículos comerciais

(3) Cinco semanas; outros meses, quatro semanas

b) Veículos comerciais

MESES	DADOS NUMÉRICOS								
	Alemanha	Áustria	Canadá	Checos- lováquia	Estados Unidos (1)	França	Grã- -Bretanha	Itália	Japão
1947									
Dezembro	1 230	60	6 050	550	103 190	5 090	(3) 15 750	740	1 530
1948									
Janeiro	1 330	40	6 140	580	100 580	7 830	13 720	730	1 060
Fevereiro	1 550	60	6 460	590	108 150	7 750	11 870	820	1 230
Março	1 590	90	11 400	600	142 040	8 490	(3) 15 080	730	1 240
Abril	1 760	80	11 000	530	130 020	8 600	11 550	620	1 490
Maio	1 440	60	10 630	550	113 080	8 580	12 630	590	1 490
Junho	1 520	60	9 370	700	118 640	9 660	(3) 17 460	520	1 580
Julho	2 330	60	5 690	460	117 790	7 350	13 150	460	1 720
Agosto	2 610	60	5 230	460	112 530	5 260	12 200	310	1 760
Setembro	3 220	80	7 400	680	112 370	7 540	(3) 17 260	510	1 890
Outubro	3 520	120	7 040	790	108 050	8 280	15 620	510	2 020
Novembro	3 630	110	8 320	690	104 380	9 000	15 360	450	2 180
Dezembro	4 210	120	8 350	(2)	108 530	9 660	(3) 17 390	450	2 330
1949									
Janeiro	(1) 3 940	120	6 690	(2)	105 260	8 560	15 570	440	2 330
Fevereiro	4 080	130	7 910	(2)	102 120	8 690	15 450	550	2 350
Março	5 020	150	8 510	(2)	115 720	9 570	(3) 20 690	720	2 490
Abril	4 370	150	9 250	(2)	106 730	9 160	14 900	630	2 430
Maio	4 450	170	10 190	(2)	86 760	9 460	17 470	680	2 410
Junho	4 610	140	10 090	(2)	99 760	9 060	(3) 19 950	670	2 560
Julho	4 340	160	8 060	(2)	95 790	8 480	12 580	760	2 530
Agosto	4 950	160	6 330	(2)	100 290	3 930	15 880	550	2 460
Setembro	5 310	240	9 380		91 690	8 420	(3) 22 520	940	2 210
Outubro	5 370	260	8 550		85 030	7 080	19 760	940	1 890
Novembro	5 380	230	5 820		73 060	6 580	19 850	860	1 740
Dezembro	5 040	260	7 390		67 060	7 570	(3) 21 720	1 020	2 300
1950									
Janeiro	4 220	290	7 600		93 540	8 200	19 340	970	2 180
Fevereiro	4 500	260	7 680		90 100	5 960	20 630	1 010	2 340
Março	5 230	180	8 130		11 040	5 340	(3) 26 350	1 160	2 390
Abril	5 000		7 510		104 120	7 990	20 200		1 900
Maio							22 190		

FONTE : Automobile Manufacturers Association

(1) Venda nas fábricas.

(2) Veja-se chamada (2) da tabela anterior

(3) Cinco semanas; outros meses, quatro semanas

BIBLIOGRAFIA

DEMING, WILLIAM EDWARDS — *Some Theory of Sampling* — John Wiley and Sons, Inc — New York, 1950

Como bem salienta STUART RICE, no prefácio dessa esperada obra de DEMING, "no other development in the field of data-collection has been so revolutionary in its effects as statistical sampling. Modern statistics would be impossible without sampling techniques, whose advantages of speed, low cost, and reliability, and whose applicability to a constantly widening range of problems, are now generally recognized"

De fato, não se tem conhecimento, na história da Estatística, de outra revolução — compreendida esta como o processo expedito de operar a evolução — de tamanhas proporções e de tamanha profundidade, qual o da amostragem, que veio situar à margem, por anacrônicos e incompatíveis, os velhos processos de coleta, demorados, rotineiros, caros, inseguros. E' de DEMING, emboira em obra anterior, a advertência de que "scientific data are not taken for museum purposes"

A Estatística transformou-se, no mundo moderno, em elemento essencial ao esclarecimento ou à solução dos problemas de massa, bem assim à fixação de diretrizes, tanto no campo da Economia (agricultura, indústria, comércio; produção, distribuição, consumo) como no da Demografia, no da Sociologia, e ainda no da Educação, no do Trabalho e no da Psicologia, ou em qualquer outro que envolva universos ou interesses humanos. E dada as condições em que se dinamiza esse mundo, exige ele que a Estatística ofereça as seguintes características inalienáveis: atualidade, fidedignidade, custo mínimo. E porque sejam precisamente estas as características fundamentais da amostragem, daí o desenvolvimento extraordinário que esta vem tomando, nos últimos anos, nos países de alta cultura técnica, notadamente nos Estados Unidos, onde, graças ao esforço de alguns cientistas, a prática das amostras se aperfeiçoa constantemente.

Aqui em Washington, nestes primeiros dias de setembro, no Bureau of the Census, ouvimos brilhante exposição de MORRIS HANSEN — um dos maiores técnicos americanos em matéria de amostragem — acerca do emprego de concorrentes e suplementares amostragens às operações censitárias da população, da agricultura e do comércio, com o fim de precisar a magnitude dos erros e a tendenciosidade dos próprios censos. Toma a amostragem, assim, feição não inicialmente divisada.

Dentre os grandes nomes norte-americanos que mais têm contribuído a prol do desenvolvimento da amostragem, está o Professor WILLIAM EDWARDS DEMING, que, desde 1936, se vem dedicando a esse aspecto científico da Estatística. O Professor DEMING reúne títulos da maior projeção, além do de Consultor-Técnico de Amostragem no "Bureau of the

Census" e no "Bureau of the Budget": Chefe do Departamento de Matemáticas e Estatística, na Graduate School; Professor de Estatística na Universidade de New York; membro da Comissão de Amostragem nas Nações Unidas; Consultor-Técnico, em 1947, do Governo da Índia; Consultor-Técnico do Supremo Comando, no Japão. São numerosas e substanciais as suas obras no domínio da amostragem; nenhuma, porém, fôra tão esperada quanto a atual *Some Theory of Sampling*, seja pelas novas contribuições científicas anunciadas, seja pela exposição de algumas experiências, levadas a efeito pelo A, no campo nacional como no internacional.

Realmente, é uma obra da maior profundidade técnica e científica, que não poderá ser assimilada por quem não possua sólido e amplo domínio em Probabilidades, Cálculo Integral e Estatística Matemática. Sem esse domínio, aliás, ninguém pretenderá compreender amostragem. Isto explicaria, de outro lado, perfeitamente, porque a amostragem não vem sendo empregada nos países onde é rara, ainda, confinada a poucos especialistas, a cultura estatística de elevado grau.

Neste volume de 600 páginas, o A dividiu a matéria através de cinco capítulos: o primeiro, dedicado à especificação da fidedignidade exigida; o segundo, a teorias elementares (momentos, variância na amostragem ao acaso, seleção da unidade de amostragem, estratificação, controle de riscos); o terceiro, a teorias pertinentes à análise e estimação da precisão; o quarto, a aplicações de algumas das teorias precedentes; o quinto, a ulteriores teorias, especialmente com referência à análise.

No Capítulo IV, o A expõe, com minúcias, a experiência efetuada entre a população grega, em 1946.

Não se trata duma obra completa, isto é, duma obra que esgote a matéria. O A, aliás, confessa-o claramente, principalmente com relação à omissão das teorias de HANSEN e HURWITZ, bem assim à teoria da estimação. Diz o A: "The very act of writing a book isolates its author for a time while the stream of research moves forward, leaving him behind. This stream is moving so rapidly that any book in statistical theory produced today will be out of date before it is printed, but this does not mean that none should be printed."

Efetivamente, a obra de DEMING significa um acontecimento de larga projeção na história da bibliografia específica de alta cultura estatística. Dois pontos podem ser ainda citados: a) o elevado número de exercícios em cada capítulo; b) a nomenclatura usada pelo A, nem sempre conformada ao uso comum, o que vem determinar pesquisas marginais de interpretação vocabular.

✓ **LEVINSON, HORACE C** — *The Science of Chance (From Probability to Statistics)* — Rinehart and Company — New York, 1950

Tem sido verdadeiramente empolgante nestes últimos tempos, principalmente no decorrer da primeira metade deste século, o desenvolvimento do Cálculo de Probabilidades, tornado indispensável, por assim dizer, quer ao médico como ao industrialista, ao estatístico como ao filósofo, ao engenheiro como ao homem de negócios, porque a Estatística se impõe como instrumento de trabalho a uns e outros, e a Estatística tem nas probabilidades o seu principal "groundwork"

A despeito, entretanto, desse desenvolvimento científico e da necessidade do emprego das probabilidades em diversificados ramos da atividade humana, elementares princípios de Estatística e do Cálculo referido têm sido esquecidos, ou mal aplicados, donde a consequência de ilações ou conclusões falseadas. Ou, na linguagem de LEVINSON (*The Science of Chance*): "daí se segue a inevitável consequência de que "más estatísticas" são publicadas; que o público está sendo vítima, frequentemente, de pseudo-estatísticos preocupados em extrair conclusões dos dados"

Realmente, o fenômeno existe, mas também não se pode negar que muita gente necessitada de tinturas leves de Probabilidades tem procurado adquiri-las em compêndios à mão, ou à venda. Mas, a aridez do tratamento, traduzida em nomenclatura preciosa, em integrais sobre integrais, é de molde a arrefecer muito entusiasmo, notadamente quando esse se manifesta em pessoas não familiarizadas com o Cálculo Integral ou a Estatística Matemática.

Fazia-se, de mister, assim, uma obra acessível, que, escrita em linguagem amena, esteja em condições de dar ao leitor comum, de cultura média, noções elementares de Probabilidades. Esta obra acaba de aparecer em New York, nesta última fase de 1950. Escreveu-a HORACE C LEVINSON, Ph. D., e tem o título *The Science of Chance (From Probability to Statistics)*

O A parte da idéia de que o leitor tem, e tão só, noções básicas de Matemática. Toma-o pelas mãos e, sempre com admirável bom humor, em meio a anedotas, leva-o a Monte Carlo, pára em VOLTAIRE, discute estratégia e história. Mas, com incível habilidade, põe o leitor dentro do campo probabilístico. E quando esse leitor acaba o passeio, está falando em curva de GAUSS, em teorema de BERNOULLI, em PEARSON, em amostragem etc etc, e em condições de continuar sozinho as suas investigações.

Poder-se-á supor que a obra de LEVINSON se inclua entre estas, de vulgarização, que, por amor à leveza do estilo, sacrificam o espírito científico. Não. Isto não ocorre em *The Science of Chance*. S. S. WILKS, Professor de Estatística Matemática na Universidade de Princeton, Presidente da American Statistical Association e uma das maiores autoridades em Estatística, nos Estados Unidos, leu-a e assim se pronunciou a respeito: "We have not yet found another book which discusses the concepts of elementary probability theory and

their role in everyday affairs and statistics in as concise, forceful, and simple language as LEVINSON'S does. The main core of our course consists of a technical treatment of elementary statistical methods, and we believe LEVINSON'S book will make excellent supplementary reading material."

L C

✓ **FERBER, ROBERT** — *Statistical Techniques in Market Research* — McGraw-Hill Book Company, Inc — New York, 1950

Aos agentes — especialmente as empresas, num regime de livre concorrência — dos diversos segmentos do "processus" econômico, a complexidade do mundo moderno lhes tem demonstrado, contínua e impositivamente, que não apenas a obtenção do maior lucro, mas, também, a própria sobrevivência, constitui um problema técnico. Aos clássicos padrões da produção, da distribuição, do consumo — fundamentados numa sociedade estabilizada nos gostos e preferências, em tradições de atividades, em necessidades bem hierarquizadas e bem definidas — a competição aguda no mercado impôs normas diferentes, modelos dinâmicos, sentido científico, sob a inspiração do maior ganho, vale dizer, do maior lucro. Como se afirmou já, "produção é o meio com o qual se obtêm lucros; distribuição é o meio através do qual os lucros são obtidos"

Se a produção é uma função do consumo, compete a produtores e distribuidores investigar as necessidades dos consumidores. Isto é trivial, evidentemente, e bem o sabem todos; o que se torna difícil, no caso, é identificar o método de investigação, ou, melhor dito, saber aplicar a Estatística. Mas, de outro lado, a utilização do método estatístico exigia ao produtor, como ao distribuidor, um lastro suficiente do aspecto científico desse método, ou a atribuição da tarefa a especialistas experimentados em pesquisas de mercados. E não é fácil, todavia, dispor de especialistas dessa natureza; a própria literatura em torno da especialidade, é das mais escassas.

Tomemos, em abono do que ora afirmamos, um exemplo típico, ou seja os Estados Unidos, onde a mentalidade estatística é consciente e generalizada. Pois bem. AI, salvo *Application of Statistical Methods to Market*, de T. H. BROWN, publicado há alguns anos, e raríssimos outros trabalhos conexos, nada mais se encontra.

Foi em face dessa lacuna que o Professor ROBERT FERBER, da Universidade de Illinois, elaborou e publicou *Statistical Techniques in Market Research*. Bem se pode avaliar a tremenda dificuldade com que se teria de frontado o A, a cada passo, na preparação do seu trabalho, pois a obra se destina, em especial, a escritórios de empresas comerciais, — onde, nem sempre, a Estatística, como método, tem lugar de muita projeção — e o A, em tratando o problema de pesquisas de mercado, não poderia esquecer a teoria da amostragem, nem análise seqüencial, nem o problema da precisão, nem a tendenciosidade, nem significância, nem análise de correlação.

FERBER situou-se, assim, perante um dilema bem difícil: expor aspectos científicos ou

técnicos da Estatística a leitores não muito familiarizados com a respectiva metodologia de base; conseguiu, entretanto, levar a cabo o seu arrojado propósito. Fê-lo com grande habilidade, usando linguagem simples e acessível, especialmente em capítulos delicados, como os dedicados à precisão das amostras e à aplicação da análise sequencial à pesquisa comercial. Em anexo, todavia, reúne o desenvolvimento matemático

Statistical Techniques in Market Research recomenda-se, assim, aos especialistas de pesquisas de mercados, e vem, de outra parte, atender a uma exigência da literatura técnica, no mundo inteiro, pois, como o dissemos anteriormente, são raríssimas as obras dessa espécie. Além disso, as escassas obras existentes não incluem processos técnicos ou aplicações científicas tão modernizadas

L C

↓

KOOPMANS, TJALLING C — *Statistical Inference in Dynamic Economic Models* — John Wiley & Sons, Inc — New York, 1950

Fundada em 1932, com o propósito de efetivar pesquisas pertinentes aos problemas econômicos, a "Cowles Commission for Research in Economics" (Universidade de Chicago) vem, através de "monografias", com o volume de encorpados livros, oferecendo ao mundo técnico os resultados das investigações realizadas pelos seus membros, entre os quais se incluem especialistas da maior projeção internacional e de diversos países

Em 1945, a Comissão editara a sua última monografia, a de nº 9, isto é, *Price Control and Business*, de GEORGE KATONA, interessante estudo baseado em pesquisas levadas a efeito entre produtores, distribuidores e consumidores na área de Chicago, no período 1942-1944

Cinco anos depois, ou seja, em fins de 1950, surge a monografia nº 10, *Statistical Inference in Dynamic Economic Models*, que reúne 29 estudos, conforme se discriminará a seguir. Além da introdução (que é substancial contribuição de J. MARSCHAK ao problema da inferência estatística em Economia), a obra divide-se em três partes: na primeira, estudos ligados aos sistemas de equações simultâneas; na segunda, estudos pertinentes a problemas específicos das séries cronológicas; na terceira, estudos concernentes à especificação de hipóteses

Vale assinalar, dentre os profundos estudos da primeira parte, os seguintes: "Measuring the equation systems of dynamic economics", de T. C. KOOPMANS, H. RUBIN e R. B. LEIPNIK; "Generalization of the concept of identification", de L. HURWICZ; "Remarks on Frisch's confluence analysis and its use in Econometrics", de T. HAARVELMO; "Remarks on the estimation of unknown parameters in incomplete systems of equation", de A. WALD

Entre os valiosos estudos incluídos na segunda parte (problemas específicos das séries cronológicas), há que fazer referências especiais aos seguintes: "Variable parameters in stochastic processes — trend and seasonality", de L. HURWICZ; "Tests of significance in time-series analysis", de R. L. ANDERSON; "Non-

parametric tests against trend", de H. B. MANN, e "Least-Squares bias in time series", ainda de HURWICZ

A terceira parte consta de três estudos: "When is an equation system complete for statistical purposes", de KOOPMANS; "Systems with nonadditive disturbances", de HURWICZ, e "Note on random coefficients", de H. RUBIN

Esta simples evidênciação de alguns dos estudos contidos na obra é suficiente, parece, para dizer da sua profundidade, levando-se em conta os assuntos tratados e os nomes dos que o fizeram. Realmente, *Statistical Inference in Dynamic Economic Models* é obra limitada aos que dominam bem Econometria, isto é, Economia Matemática e Estatística; estes encontrarão, na obra ora comentada, excelentes lições e segura orientação em delicados problemas de inferência estatística no campo específico da dinâmica econômica

L C

↓

MOOD, ALEXANDER M — *Introduction to the Theory of Statistics* — McGraw-Hill Book Company — New York, 1953

O crescente consumo de estatísticas nos Estados Unidos tem incentivado, sem dúvida, a ampliação de pesquisas dessa ordem e, ao mesmo tempo, a instituição ou o desdobramento de cursos da matéria, gerais ou específicos. Não apenas as Universidades, mas as associações profissionais, os órgãos governamentais promovem, cada ano, cada semestre, a realização de cursos de Estatística, de diferentes níveis, destinados a estudantes ou técnicos, nacionais ou estrangeiros. E, como corolário dessa intensiva estatistização, se é que se pode empregar esse neologismo, produzem-se em massa, de acordo com a psicologia norte-americana, livros da especialidade, desde os elementares aos de maiores ambições e pesado conteúdo

Evidentemente que essa produção maciça, resultante da soma de esforços individuais, não tem características de uniformidade, donde o aparecimento de obras recomendáveis ou aceitáveis, paralelamente àquelas que se destinam às prateleiras e servem, apenas, para propiciar ao autor momentos de euforia, ao ver o seu nome na lombada de um livro

Dentre as dezenas de livros de Estatística surgidos nestes últimos meses — de alguns dos quais temos feito o devido registro na REVISTA —, um há, o de ALEXANDER M. MOOD, *Introduction to the Theory of Statistics*, que merece a nossa maior simpatia, quer pela estruturação da obra, quer pelo método expositivo, quer pela sua atualização no concernente às teorias mais modernas

Não é, certamente, um tratado, mas uma obra introdutória, — que tem, por sinal, o mesmo título da de YULE, — dedicada aos que se iniciam em Estatística Matemática e, conseqüentemente, com domínio suficiente de Cálculo

O A. expõe, com bastante clareza, análise combinatória e probabilidades, distribuições discretas, distribuição de variáveis estatísticas contínuas, momentos e valores esperados, especiais distribuições contínuas (Normal, Gama, Beta), amostragem, estimação, re-

gressão, análise da variância, provas seqüenciais, etc

Dissemo-lo antes, o volume inclui tôdas as teorias modernas de Estatística, inclusive nos capítulos dedicados à amostragem. E' consagrado carinho especial à teoria de NEYMAN-PEARSON. Selecionado apêndice e cerca de 500 exercícios completam a obra, que, realmente, se situa entre as melhores aparecidas nos últimos tempos, devotadas aos que iniciam estudos de Estatística Matemática: é, aliás, dentro dessas limitações que ela deve ser encerrada.

L C

NEFF, FRANK AMANDUS — *Economic Doctrines* — Segunda edição, McGraw-Hill Book Company, Inc — New York, 1950

Nesta obra, que se estende por mais de quinhentas páginas, estuda o Professor FRANK AMANDUS NEFF, da Universidade Municipal de Wichita, as doutrinas econômicas que o mundo tem conhecido. E o faz baseado em sólida bibliografia, onde se encontram indicadas não somente as obras doutrinárias de Economia, como também obras gerais sobre história do pensamento econômico, problemas econômicos e economistas ou história da Economia. Esta segura documentação torna a obra suficientemente esclarecedora da evolução, através dos tempos, do pensamento econômico.

Vindo do mundo antigo, com hebreus, gregos e romanos, estuda igualmente o pensamento econômico medieval, com Santo TOMÁS DE AQUINO e OLESAE, para, a seguir, indicar as tendências doutrinárias das grandes correntes teóricas da Economia: os isocriatas, os pré-clássicos ingleses, ADAM SMITH, o utilitarismo de BENTHAM, as doutrinas de MALTHUS, RICARDO, SAY, MILL, etc. Em alguns capítulos particulariza os princípios econômicos do grupo alemão — RAU, NEBENTUS, von HERMANN, von THUNEN, dos protecionistas americanos — HAMILTON CAREY, dos nacionalistas — MULLER, RAE, LIST, da escola de Manchester, etc.

Capítulos especiais dedica também o A ao estudo da reforma de SISMONDI, do coletivismo de SAINT-SIMON, dos associacionistas com OWEN, FOURIER, PROUDHON, do socialismo científico de MARX, da escola matemática que tem em JEVONS, WALRAS e PARETO seus expoentes, e ainda das escolas históricas nacionais: a alemã, a inglesa, a americana, a austríaca. Os últimos capítulos examinam as teorias econômicas mais modernas, a partir de ALFRED MARSHALL, com o neo-classicismo, de HOBSON, com a economia de prosperidade, de VELEN, com a economia institucional, de KEYNES e, por fim, das ideologias totalitárias: fascismo, nazismo, soviétismo.

Um capítulo final é reservado a uma síntese da evolução do pensamento econômico, sumariando as idéias minuciosamente expostas nos capítulos do volume. E' o que se poderia chamar um balanço do desenvolvimento das doutrinas econômicas, fixando o A as linhas mestras das respectivas teorias e o pensamento dos doutrinadores.

Esta síntese do livro *Economic Doctrines* permite ver a sua importância para os estudos teóricos de Economia. A história da evolução

econômica ali se expõe através das idéias dos seus grandes doutrinadores. Os problemas suscitados pela influência dessas idéias e dessas doutrinas são igualmente focalizados, pelo que constitui a obra um panorama largo de como evoluiu a economia, do ponto de vista histórico, e ainda em relação às condições sociais da humanidade. E' o que resulta do estudo dos reflexos das idéias e doutrinas econômicas entre os diversos povos e, em particular, entre os problemas econômicos aplicados, isto é, de agricultura ou de indústria, de comércio ou de consumo. Tudo, enfim, que se liga, de modo particular, à atividade humana no campo econômico.

PALOMBA, GIUSEPPE — *Introduzione all'Economica* — Pellerano — Del Gaudio, Editori — Napoles, 1950

Tem aumentado bastante, nos últimos anos, a publicação de obras visando a Economia ou temas correlatos, demonstrando isso não apenas o interesse crescente em torno dos problemas humanos, na órbita econômica, mas, também, o desenvolvimento de meios que vão permitindo a construção de uma ciência econômica perfeitamente conceituada e definida.

Sem sair de um critério expositivo que não exclui conclusões, a obra acima começa por traçar um esboço histórico da Economia, como matéria de estudo, referindo-se à sua unidade tradicional e à destruição da mesma, nos últimos tempos, com o aparecimento das várias correntes filosóficas.

O segundo capítulo é dedicado às diferenciações entre a economia pura e a economia aplicada, ocupando-se o A dos valores morais em função da segunda e tecendo considerações a respeito da sociologia paretiana. A política econômica é objeto do capítulo seguinte. No quarto capítulo, estuda o A os aspectos estáticos e dinâmicos dos fenômenos econômicos, para, em seguida, estender-se acerca da concepção estatística da matéria.

São estudados, por último, os problemas de planejamento e os relacionados ao poder aquisitivo da unidade monetária.

NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH — *Studies in Income and Wealth* — New York, 1950

O presente volume é o décimo-segundo de uma série de estudos específicos, a qual abrange as conclusões e discussões da "Conference on Research in Income and Wealth", levada a efeito em 1945, com a participação de especialistas empenhados na fixação de normas capazes de assegurar a comparabilidade internacional na matéria.

E' este, porém, o primeiro volume exclusivamente dedicado à riqueza nacional. Dividido em duas partes, o livro se ocupa dos problemas relacionados à mensuração da riqueza e suas estimativas nos diferentes setores.

Em anexo, encontra-se um trabalho de ROBERT L. SAMMONS, a respeito das inversões estrangeiras em benefício da riqueza nacional.

BURNS, ARTHUR F — *New Facts on Business Cycles — 30 th Annual Report — National Bureau of Economic Research — New York, 1950*

O trigésimo relatório dos trabalhos do "National Bureau of Economic Research", correspondente ao ano de 1949, oferece uma idéia precisa dos esforços de destacados economistas empenhados em numerosas pesquisas, dentre as quais se salientam as que visam esclarecer o andamento cíclico das atividades econômicas

A primeira parte do volume compreende a análise dos mais recentes resultados de trabalhos acerca dos ciclos econômicos, conforme a experiência norte-americana anterior à segunda guerra mundial, ou seja, o mecanismo da economia nas condições de paz

A eficiência do método seguido pelos pesquisadores, na observação de ampla e variada coleção de séries estatísticas, proporciona conclusões do maior interesse em torno do desenvolvimento dos fenômenos que concorrem para a formação dos ciclos econômicos. É certo que tais conclusões não bastam para a eliminação das fases de depressão, mas é inegável que contribuem para torná-las menos severas

Ao resumir as atividades do ano de 1949, o "National Bureau of Economic Research" presta valiosa colaboração aos estudiosos dos assuntos econômicos

MOORE, GEOFFREY H. — *Statistical Indicators of Cyclical Revivals and Recessions — Occasional paper 31 — National Bureau of Economic Research — New York, 1950*

Somente com a experiência acumulada pelo "National Bureau of Economic Research", no tratamento das séries estatísticas temporais — mensais, trimestrais e anuais — sobre grande variedade de aspectos do processo econômico, seria possível a elaboração de estudos como este, em que se procura rever a lista dos índices apropriados à investigação das fases de expansão e prosseguir na análise das fases de contração, com o objetivo mais amplo de evidenciar algumas diferenças entre os fatores econômicos em relação a seu papel nos ciclos da conjuntura

Trata, o volume, dos assuntos de maior interesse para os que lidam com o problema da medida dos ciclos econômicos, bem assim da interpretação dos diferentes sintomas das condições econômicas

Mostra o A entre outras coisas, a larga diferenciação dos fatores econômicos, representados por séries mensais e trimestrais, pelo tempo de suas flutuações durante os ciclos econômicos; a possibilidade de selecionar séries que sejam idôneas para constituir índices da expansão e da contração; e, finalmente, a utilização dos diferentes grupos de séries para antecipar ou identificar os movimentos da conjuntura

O estudo, elaborado segundo critérios objetivos e compreendendo 95 páginas de texto, tabelas e gráficos, vem enriquecer a seqüência, já numerosa, das úteis publicações do "National Bureau of Economic Research"

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — *Estudos Sobre as Línguas Estrangeiras e Aborígenes Faladas no Brasil — Serviço Gráfico do IBGE — Rio de Janeiro, 1950*

Integrando a série *Estudos de Estatística Teórica e Aplicada* (Estatística Cultural nº 2), o Conselho Nacional de Estatística publicou mais uma contribuição ao estudo de nossos problemas culturais, elaborada sob a orientação técnica do Professor **GIORGIO MORTARA**.

Compreende o volume onze estudos acerca das línguas estrangeiras faladas no Brasil e inclui a comunicação que, sob o título "Algumas observações sobre a assimilação lingüística dos emigrados para o Brasil e de seus descendentes", apresentou o Professor **GIORGIO MORTARA** ao Congresso de Genebra da União Internacional para o Estudo Científico da População, em agosto de 1949

Os estudos I e II referem-se aos habitantes que falam, no lar, uma língua estrangeira ou aborígine, bem como à sua nacionalidade ou origem. O estudo III apresenta a distribuição territorial desses habitantes, em função, também, das diferentes línguas faladas. O IV estudo trata da persistência das principais línguas estrangeiras faladas no Brasil pelos imigrados e seus descendentes, principalmente os procedentes da Itália, do Japão, da Espanha e da Alemanha. Nos estudos seguintes, encontram-se pormenores da distribuição territorial dos habitantes que falam, no lar, as línguas italiana, alemã, espanhola, outras línguas européias e a japonesa

Os dois últimos capítulos se referem às línguas faladas pela população de Mato Grosso e núcleos aborígenes do Amazonas, com o objetivo, principalmente, de ressaltar a ocorrência das línguas indígenas no complexo da assimilação lingüística do País

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — *Estatísticas do Distrito Federal — Prefeitura do Distrito Federal — Rio, julho de 1950*

A fim de não deixar a divulgação de dados estatísticos relativos à capital do País na dependência do *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, trabalho mais demorado, o órgão estatístico-geográfico da Prefeitura promoveu a apresentação dos referidos elementos em publicações com o título genérico acima

O presente volume, que é o terceiro já aparecido, contém informações de todo o interesse acerca da população, agricultura, produção industrial, serviços, transportes, propriedade imobiliária, comércio, finanças, salários, bioestatística e ensino

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PRODUÇÃO — *Ministério da Agricultura — Produção Agrícola — 1948 — Serviço Gráfico IBGE, 1950*

Reunindo os dados da produção agrícola do Brasil, referentes a 1948, os quais incluem

elementos relativos a 29 produtos, e publicandoo-os por Município, o Serviço de Estatística da Produção promoveu a divulgação de informações do maior interesse para quantos, estudiosos ou simples observadores de nossa existência econômica, desejam conhecer o vulto da contribuição municipal no conjunto da produção agrícola

Os dados dizem respeito à área cultivada por hectare, quantidade e valor de cada produto, aparecendo os Estados por ordem geográfica e, os Municípios, por ordem alfabética — tudo de modo a facilitar consultas

Releva notar ser esta a primeira vez que se publica, em nosso País, a estatística da produção por Município, cuja divulgação se fez, também, nos números 9, 10 e 11, da *Revista Brasileira dos Municípios*, relativos aos três primeiros trimestres deste ano

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA
E ESTATÍSTICA — Tábuas Itinerárias
Brasileiras — Serviço Gráfico do IBGE
— Rio de Janeiro, 1950**

Com o objetivo de proporcionar informações úteis acerca dos meios de transporte e, na medida do possível, dos preços das respectivas passagens e do tempo gasto nas viagens, entre os diferentes centros do País, elaborou o Conselho Nacional de Estatística interessante e oportuna publicação, reunindo todos esses dados num volume intitulado *Tábuas Itinerárias Brasileiras*

O preparo da presente edição, que não exclui retificações futuras, em face das alterações que se vão processando no quadro territorial brasileiro, obedeceu a cuidadosas e pormenorizadas pesquisas, não só no concernente ao levantamento dos dados indispensáveis às informações prestadas, como, ainda, no que diz respeito à facilidade de consulta e à objetividade do plano de organização seguido

Divulgam as *Tábuas Itinerárias Brasileiras* informações sobre os meios de transporte entre cada uma das 1708 sedes municipais, existentes em 31 de dezembro de 1948, e as cidades vizinhas, a capital estadual e a capital federal, abrangendo as ferrovias, rodovias, os sistemas mistos, fluviais e aéreos

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA — Anuário Estatístico de Minas Gerais, Ano III — Belo Horizonte, 1950

Com a publicação acima, retoma o Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais a série iniciada em 1921 e interrompida por longo espaço de tempo, depois de 1925

O presente volume, que se refere ao ano de 1949, oferece, de acordo com a sistemática adotada pelo IBGE, informações a respeito das situações física, demográfica, econômica, social, cultural, administrativa e política do Estado, remontando as séries, na maioria dos casos, a 1941

O lançamento do terceiro número do *Anuário Estatístico de Minas Gerais* representa um esforço bem sucedido e sob todos os títulos digno de continuidade

LEGISLAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ASSEMBLÉIA-GERAL

EMENTÁRIO DAS RESOLUÇÕES BAIXADAS NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 1950

- N ° 445 — Proclama o Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS membro permanente do Conselho Nacional de Estatística
- N ° 446 — Estabelece providências para o aperfeiçoamento das estimativas da produção agropecuária.
- N ° 447 — Fixa princípios gerais para observância na imposição de penalidades por omissão, recusa ou fraude de informações estatísticas.
- N ° 448 — Registra o pronunciamento do Conselho sobre uma contribuição ao Glossário Brasileiro de Ocupações
- N ° 449 — Traduz o aplauso do Conselho à realização do XIII Congresso Brasileiro de Esperanto e exprime votos
- N ° 450 — Exprime congratulações à Associação Brasileira dos Municípios e manifesta a adesão do Conselho às idéias consubstanciadas na Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais
- N ° 451 — Formula apêlo em prol do ensino obrigatório do preenchimento dos livros e questionários do Registro Escolar
- N ° 452 — Salienta a significação das atividades da U N E S C O e formula aplausos
- N ° 453 — Aprova as contas do Conselho
- N ° 454 — Homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho
- N ° 455 — Dirige um apêlo ao Egrégio Tribunal de Contas da União
- N ° 456 — Consigna votos a respeito do VIII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem
- N ° 457 — Registra pronunciamentos a respeito do VI Recenseamento Geral do Brasil
- N ° 458 — Salienta a importância da realização, no Brasil, da XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, em 1955, e exprime votos
- N ° 459 — Formula um apêlo sobre a instalação da primeira Colônia-Escola baiana
- N ° 460 — Incorpora aos Anais do Conselho deliberações de interesse para a estatística continental e formula um apêlo ao Instituto Interamericano de Estatística
- N ° 461 — Exprime votos sobre o Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos e dá outras providências
- N ° 462 — Recomenda o estudo do "Registro Policial", instituído no Estado do Espírito Santo para servir de fonte às estatísticas policiais
- N ° 463 — Dispõe sobre a adoção de um código para a classificação das mercadorias que aparecem no comércio por vias internas
- N ° 464 — Aplauda movimento associativo dos servidores da Secretaria-Geral do Conselho e faz recomendações.
- N ° 465 — Elege os membros das Comissões Técnicas do Conselho e dá outras providências
- N ° 466 — Aprova a "Consolidação das Resoluções da Assembléia-Geral do Conselho" e dá outras providências
-

X ASSEMBLÉIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

No período de 1º a 12 de setembro do corrente ano, reuniram-se, nesta capital, as Assembleias-Generais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

A sessão solene de instalação realizou-se, às 21 horas do dia 1º, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comparecendo não só as delegações federais e regionais, como também altas autoridades civis e militares, parlamentares, estatísticos e geógrafos, além de outras figuras representativas dos nossos meios sociais e culturais, jornalistas e famílias.

A cerimônia foi presidida pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, participando da mesa os Srs. RUBENS PÓRTO, Vice-Presidente; General DJALMA POLY COELHO, Diretor do Serviço Geográfico do Exército; Coronel FRANCISCO JAGUARIBE DE MATOS, Diretor do Serviço de Revisão da Carta Geográfica de Mato Grosso; Tenente-Coronel FREDERICO AUGUSTO RONDON, Presidente do Instituto de Colonização Nacional; VIRGÍLIO GUALBERTO, Presidente do Instituto Nacional do Pinho; RAFAEL XAVIER, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística; e VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Abertos os trabalhos, o Sr. RAFAEL XAVIER procedeu à chamada dos Delegados da União e das Unidades Federadas, devidamente credenciados à Assembleia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o mesmo fazendo, logo após o Sr. VIRGÍLIO CORREIA FILHO, em relação aos Delegados à Assembleia-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Usou da palavra, então, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, que proferiu o seguinte discurso:

"Não é sem profundo regozijo cívico que, na qualidade de Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, declaro instalados os trabalhos da X Sessão das Assembleias-Generais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia. Em nenhum momento, a meu ver, mais alto se impõe a todos os espíritos, com viva realidade, a força dos princípios em que se baseia o I B G E, do que nesta hora culminante de nossas atividades profissionais, em que nos reunimos, em assembleias anuais, para a consolidação das vitórias obtidas, a fixação de novos planos de trabalho e, se fôr o caso, a revisão de diretrizes anteriormente assentadas.

Ciclo que não haveria presunção se quiséssemos apontar, em nossas realizações, no campo da Estatística e da Geografia, a consagração vitoriosa de um pensamento político que bem pode ser considerado o caminho mais certo e conveniente para a solução de muitos dos nossos problemas fundamentais. Com efeito. Os quinze anos de atividade do I B G E representam, nos seus resultados indiscutíveis, uma demonstração prática de quanto se pode obter, nos países de regime descentralizado, com o recurso à cooperação interadministrativa.

Em oportunidades semelhantes à que ora nos congrega nesta casa ilustre onde as imagens e as ressonâncias do passado revigoram nos corações, com uma força nova, a presença e o sentimento do Brasil — não me tenho cansado de encarecer o significado dessas reuniões, em que, no exercício de um alto mandato, representantes da União e dos Estados se confundem no mesmo esforço constitutivo, para o trato de assuntos de interesse comum. Se pessimismo ainda pudesse haver em tônio das virtualidades do sistema de cooperação intergovernamental, como instrumento de progresso, de valorização dos recursos materiais e humanos de que dispomos para superar as nossas dificuldades, bastaria indicar aos pessimistas e incrédulos o exemplo que oferecem a Estatística e a Geografia, para que também eles sentissem os efeitos maravilhosos a que pode conduzir a coordenação, no plano das atividades públicas, das energias e vontades atuantes nas três órbitas do Governo.

Quando o poeta nos adverte de que "a perfeição é a morte", ele tinha presente, de certo, que só se mantêm vivos de vida e seiva os ideais que, ainda quando realizados, em si mesmos encontram o ímpeto e o arjô para novas investidas e novas conquistas. Assim há de ser, com efeito, em tôdas as construções do espírito humano.

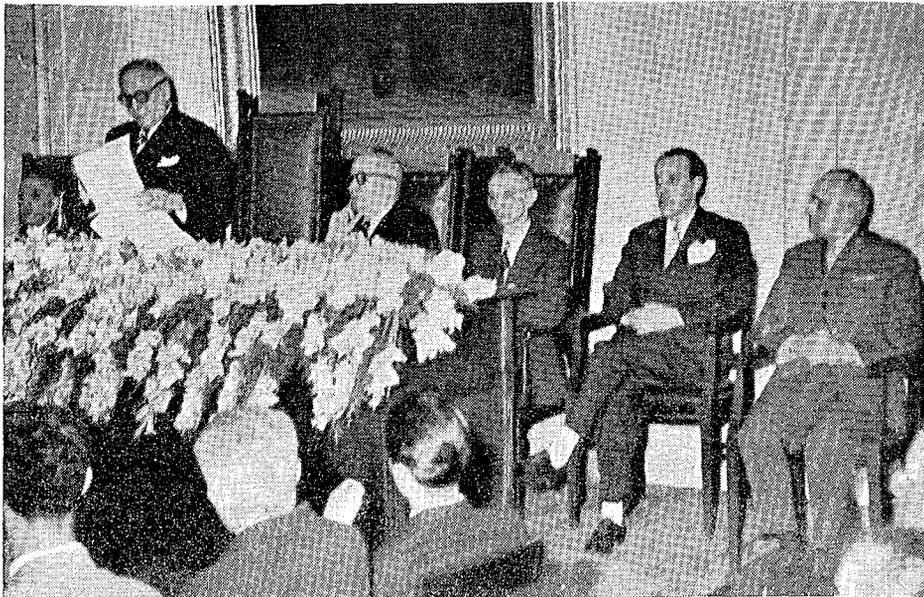
Se nos detivemos, mesmo para cumprir, em breve síntese, um rígido preceito regimental, a balancear os resultados positivos que se assinalam nos diferentes campos de atividades do Instituto, desde quando vos reunistes, há pouco mais de um ano, na cidade-mateira, na Salvador gloriosa, quatro vezes centenária, — logo haveremos de verificar que os nossos esforços não foram inúteis nem traímos os nossos deveres para com o Brasil.

No setor da Estatística, cada vez mais se vão aperfeiçoando os nossos inquéritos e pesquisas, graças, sobretudo, à rede de coleta municipal que resultou dos Convênios Nacionais celebrados em 1942; alargam-se os objetivos das nossas pesquisas numéricas; e a divulgação dos seus resultados, sob múltiplas formas, adquire uma regularidade bastante significativa.

Cabe ressaltar, por outro lado, como verdadeiros marcos da cultura nacional, as realizações verificadas no setor geográfico do Instituto, através de um esforço sistemático em prol do melhor conhecimento do território brasileiro, e cujos resultados finais se refletem na Carta Geral ao milionésimo, da qual já foram lançadas 37 folhas.

El não esqueçamos de referir, com um regozijo que a todos nos toca por igual, as excelentes condições de eficiência em que pôde o Instituto realizar este ano o VI Recenseamento Geral do Brasil, desobrigando-se dessa forma de um dos mais pesados e difíceis encargos colocados sob a sua responsabilidade técnica e administrativa. Resta-nos apenas, a esta altura, persistir no empenho, que vos asseguro ser o mais sincero e vigilante, de entregar ao País, dentro do menor prazo possível, as conclusões da grande operação censitária, a fim de que o conhecimento objetivo de nossas realidades econômicas e sociais possa orientar a ação constitutiva daqueles sobre quem recaem as responsabilidades maiores, na orientação política e administrativa dos destinos do Brasil.

Dentro do país, não nos têm faltado a colaboração e o apoio de tôdas as forças morais sem cuja compreensão e ajuda bem pouco



O Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do I B G E, lê o discurso de abertura da solenidade de instalação das Assembléias-Generais do C N E. e do C N G

nos teria sido dado realizar. Podemos regozijar-nos, também, com a projeção que as nossas atividades técnicas vão alcançando nos círculos internacionais, traduzida em pronunciamentos altamente homosos de congressos e assembleias de especialistas, quanto ao mérito das contribuições que já podemos levar-lhes.

Mas, se é certo que esse balanço de realizações — divididas, na sua quase unanimidade, ao devotamento e ao patriotismo dos que laviam as nossas searas — nos tranqüiliza quanto ao dever cumprido, não é menos certo que nos cabe, antes de tudo, captar na obra realizada novas sugestões e estímulo para a continuidade do mesmo esforço, no sentido de um constante aperfeiçoamento. Como o admirável coordenador de energias, a serviço do bem comum, que foi OSWALDO CRUZ, verdadeiro místico da ação, também a nós incumbe, como um alto e irrecusável dever, "não desanimar, para não desmerecer."

Ao dirigir-vos, Senhores Conselheiros, as minhas saudações mais efusivas e cordiais, quero manifestar-vos a certeza de que os vossos trabalhos terão a inspiração, como em todas as outras oportunidades em que estivesdes reunidos, os mesmos elevados sentimentos de solidariedade cívica e humana, a mesma constante preocupação de engajamento da obra do Instituto, a mesma devoção patriótica à unidade, ao progresso, à grandeza do Brasil."

Em nome da representação federal à Assembléia-geral do Conselho Nacional de Geografia, pronunciou o Sr. FLÁVIO VIEIRA as seguintes palavras de saudação à delegação regional do referido Conselho:

"A X Reunião Ordinária das Assembléias-Generais dos órgãos integrantes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja abertura agora solenizamos, não a interpretam, os que na Metrópole constituem o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, apenas pela alta objetividade com que aqui nos congregamos, senão também pelo motivo cultural e a festa de cordialidade que ela enseja

São estes dois aspectos agradáveis que precisamos ser, desde logo, acentuados pelo significado da sadia e nobre brasilidade que encerram.

Motivo cultural porque os que aqui comparecem, trazendo o seu saber, a sua inteligência e o resultado de seus estudos em prol da Corografia brasileira, vêm brindar-nos com a sua colaboração profícua e brilhante à bela ciência que é a Geografia, a qual, em nosso país, dispõe de maravilhas para tornar-se mais bela ainda.

Motivo festivo porque — estamos todos a senti-lo — a presença de representantes de todas as longitudes e latitudes brasileiras, num congregar-se que encanta, forma uma ambiência tão auspiciosa, de tão contagioso regozijo, que não há como deixar de proclamar-se a festa que isso é para o nosso espírito e o nosso coração!

É, pois, tangido por esse sincero contentamento que tenho a honra e o prazer imensos de apresentar as boas-vindas, em nome da Delegação Federal na ala geográfica, aos dignos e ilustres mandatários da Geografia de nossos Estados e Territórios.

Aprez-nos repeti, por muito oportunas, justas e felizes, as palavras com que, por ocasião da instalação da VI Assembléia-geral dos Conselhos do I B G E, o nosso preclaro Presidente MACEDO SOARES saudou as delegações à mesma:

"Há perfeita sintonia espiritual entre os acentos da voz que vos fala e as pulsações dos corações que a escutam. Esta "conversa ao pé da lareira", que o regimento nos impõe, no limiar destas gratas reuniões dos dois grandes ramos de nossa genealogia profissional — o estatístico e o geográfico —, adquire, por conseguinte, um novo sentido. Converte-se, a bem dizer, num desses íntimos seções de família, tão frequentes nos lares brasileiros, como resquício das bases patriarcais que modelaram a nossa formação. Nêles só há lugar para as expansões do afeto recíproco; para as confidências sobre os bons e os maus dias, idos e vividos; para o culto à memória dos mortos identificados pela saudade comum."

Permiti, Senhores, que também digamos às delegações de hoje o que expressamos às

daquele tempo, desta mesma tribuna e em igual solenidade inaugural da referida VI Assembléa-Geral:

"E como o Brasil, no conceito autorizado do Professor PIERRE DEFFONTAINES, constitui, por enquanto, para a humanidade, uma das maiores reservas do futuro, orientemos tôdas as nossas energias e inteligências no sentido de bem conhecer essas reservas, para então podermos colocá-las a serviço do bem-estar e da felicidade do mundo

Ora, é lógico que isso só o conseguiremos pelo estudo amplo e profundo da Geografia brasileira, que é, justamente, o objetivo precípua destas reuniões. Aqui estamos, pois, Senhores Delegados estaduais, para incentivar e orientarmos esse estudo, para darmos mais um grande e seguro passo em prol da nossa Geografia

E, para isso, contamos com a vossa valiosa cooperação. As observações e estudos que fizestes da Geografia de vossos Estados representam um esplêndido cabedal para a elucidação e solução dos problemas de que nos vamos ocupar."

Seria, pois, quase que escusado dizer-vos que, para nós, que, no âmbito nacional, orientamos os trabalhos pertinentes à Geografia, a vossa cooperação continua a ter um sabor de acentuada importância.

Queremos, porém, dizê-lo para tornar bem meridiano o nosso sentir

O retrato corográfico que se está fazendo do Brasil, através dos já notáveis empreendimentos geodésicos em curso, dos relevantes serviços, propriamente, de Geografia e de Cartografia que não desconhecéis, da atividade, em suma, do Conselho Nacional de Geografia, — essa minuciosa fotografia de nosso patrimônio geográfico não pode prescindir das vossas sugestões, das vossas luzes, dos conhecimentos regionais que tendes da terra e da gente deste vasto pedaço da América Meridional de que tanto nos orgulhamos

A Geografia conta com os vossos e nossos conjugados esforços para revelar-nos o panorama físico, a paisagem estática e dinâmica da Nação brasileira através da mais fiel imagem

A sua conceituação hodierna, os progressos da Cartografia, os processos e os recursos atuais da Geodésia, a moderna ciência dos solos, os métodos avançados do ensino geográfico, a criação de técnicos, de geógrafos aptos às análises regionais, às pesquisas e interpretações geográficas, em suma, tôda uma série de fatores promissores para a finalidade que buscamos, abriram ao problema geográfico brasileiro novos e luminosos horizontes, com perspectivas verdadeiramente sedutoras, que fazem prever pleno êxito na solução que lhe almejamos

Mas, senhores, não estamos aqui para fazer uma conferência sobre as perspectivas ou os problemas geográficos no Brasil. A incumbência que recebemos foi, tão somente, a de saudar os Delegados das Unidades Federadas aos trabalhos da X Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Geografia

A Delegação Federal, que no momento tenho a honra de representar, vos acolhe, Senhores Delegados dos Estados e Territórios, de braços abertos, sorridentemente. Estais em vossa casa, porque o I B G E é a Casa do Brasil!

Sob tão paternal e carinhoso teto, nos intervalos dos labores para que estamos convocados, entreguemo-nos à nossa conversa ao pé da lareira e, como em família, cavaqueemos sobre aspectos e costumes de nossas regiões. Que contem os amazonenses como o caboclo do Norte vára os fuos e igarapés em suas igaritês e pesca o peixe-boi, para fazer a sua mixira, e, depois de saboreá-la, tomar a sua cuia de açaí ou de bacaba, com que se fortifica para enfrentar a pororoca e as asperzas da grande planície.

Que digam os nordestinos o que são a caatinga e o suplicio das secas, com as suas dolorosas conseqüências no sertão; que falem

de seus jangadeiros heróicos, da doçura das rapaduras, da vida triste dos mocambos e das mãos-de-fada de suas rendeiras

Que digam os Delegados do Leste o que é o barqueiro do São Francisco e cantem os encantos das baías da Cidade do Salvador e de Vitória e gabem os quitutes gostosos do acarajé, do vatapá e do mungunzá, ao ouvirem dos sulinos o que são o néctar das uvas gaudas, o vício do chimarrão, o preparo dos chuirascos e a delícia do café que se colhe e saboreia nas auriverdes fazendas paulistanas!

Sim, que tudo isso também é Geografia. E Geografia bem nossa, bem brasileira!

Sêde bem-vindos, caros patrícos!"

Coube, após, ao Sr SEBASTIÃO DE SANT'ANA E SILVA, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, saudar, em nome da delegação federal do Conselho Nacional de Estatística, a representação regional desse órgão. Foi o seguinte o seu discurso:

"Cumpro, desvanecido, a honrosa incumbência de saudar e dar os votos de boas-vindas, em nome da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, aos Delegados regionais da ala estatística presentes a esta Assembléa-Geral. E' para mim motivo de particular satisfação manifestar aos colegas dos Estados e Territórios o nosso regozijo por essa retomada de contacto, para o exame de problemas de interesse comum e fixação de novos rumos e novas diretrizes

Órgão coordenador das atividades estatísticas a cargo das Unidades da Federação, não pode o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística deixar de promover estas reuniões, nas quais, juntamente com uma revisão periódica dos trabalhos realizados e dos resultados obtidos, é discutida e fixada a orientação para as atividades futuras

Esta reunião tem lugar em um momento todo particular da história da Estatística brasileira. Acabamos de realizar, com o mais completo êxito, mercê dos esforços comuns, o VI Recenseamento Geral da República. Mostrar-nos-ão os resultados desse censo, os aspectos de maior relevô da vida nacional e, principalmente, nossa evolução e crescimento nesta última década, durante a qual profundas transformações tiveram lugar na vida econômica, social e política do País

A precisão e eficiência com que agiu a máquina censitária, veio demonstrar os progressos da organização estatística brasileira e o inestimável valor da rede de coleta administrada pelo Instituto, nos termos dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, graças aos quais se dispõe, atualmente, de uma agência, em satisfatório funcionamento, em cada Município do País

O sistema estatístico brasileiro é, portanto, atualmente, um todo harmônico e coordenado, cujo prestígio ultrapassa as fronteiras do País e repercute no Exterior, sendo nossa palavra ouvida com atenção e acatamento nos congressos internacionais

Cumpro, todavia, não obscurecer as falhas e deficiências que ainda maculam o nosso trabalho, a fim de podermos eliminá-las progressivamente, através de uma permanente auto-crítica e de contínuos esforços no sentido da neutralização dos fatores negativos que se opõem às nossas atividades profissionais

Em particular, devemos reforçar, sempre e cada vez mais, os laços de união entre os órgãos centrais, regionais e municipais do sistema estatístico brasileiro. E' na completa solidariedade e na mais absoluta harmonia entre esses órgãos que repousa o sucesso de nossos esforços. Jamais os interesses e as preocupações de natureza regional ou local deverão prejudicar o objetivo nacional de nosso Instituto e do sistema que êle superintende

A melhoria técnica dos trabalhos a nosso cargo deverá ser outra preocupação constante, e esta Assembléa será uma feliz oportunidade para que os progressos alcançados por alguns sejam comunicados aos demais e, por estes, utilizados no aperfeiçoamento de seus serviços.

É mister, ainda, ampliar e reforçar o espírito idealista que sempre animou os nossos trabalhos, tirando-lhes a feição de simples rotina burocrática para impregná-los do caráter de cruzada cívica pelo engrandecimento nacional. Neste particular, cumpre salientar a contribuição da Estatística brasileira para o esclarecimento dos principais problemas nacionais, sobretudo os problemas dos Municípios, tratados, hoje, dentro de um critério realista e objetivo, em virtude da base numérica de que podem dispor os condutores do movimento municipalista.

A campanha municipalista, que hoje empolga todos os Municípios, teve no Instituto e no seu abnegado Secretário-Geral, Dr. RAFAEL XAVIER, a sua mola real de propulsão. Deu ela aos dirigentes municipais confiança na sua força e ânimo para lutar por suas mais agudas e prementes reivindicações. Prestigiando essa campanha de redenção municipal, o atual Governo da República traduziu em atos concretos sua política de soerguimento dos Municípios. Em uma assembléa como esta, em

que se fazem representar todos os Estados do Brasil, é imperioso um preito de reconhecimento ao Presidente EURICO GASPAR DUTRA, cujo governo se vem caracterizando por uma assistência desvelada às populações do interior e uma preocupação permanente pela solução dos problemas municipais.

Senhores Delegados.

Não me posso estender muito nem pretendo transformar uma simples saudação protocolar em discussão de teses e apresentação do programa de nossos trabalhos.

Quero encerrar o meu discurso, manifestando a confiança da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística no êxito dos trabalhos que ora se iniciam e no espírito de compreensão e cordialidade que os animará, confundindo, em um mesmo objetivo, os delegados integrantes de ambas as bancadas: a federal e a estadual.

Quanto a mim, tenho confiança de que, encerradas nossas atividades, regressarei a vossos lares animados da mais profunda confiança nos destinos da nossa terra e com o sentimento de solidariedade e coesão nacionais reforçados pelo exame conjunto de problemas comuns e pelo benéfico contacto entre filhos de todos os Estados.

Senhores Delegados, nossos votos de boas-vindas e de completo êxito."



Bancada de representantes da União e das delegações estaduais da ala estatística, na solenidade de instalação das Assembléas-Generais do IBGE, em 1950

Traduzindo os agradecimentos da representação regional no Conselho Nacional de Estatística, fez uso da palavra o Sr. JOAQUIM RIBEIRO COSTA, que pronunciou o seguinte discurso:

"Ao desempenhar-me da honrosa incumbência de agradecer, em nome dos delegados regionais, as saudações que nos foram dirigidas pelo ilustre orador dos nobres representantes das repartições federais filiadas ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, não sei o que mais devesse aqui assinalar: se o espírito cavalheiresco tão rico de distinção e fidalguia com que nos acolheis neste recinto, ou o grande significado deste primeiro encontro, que se antecipa ao início, propriamente dito, dos trabalhos a que devemos dedicar-

-nos nesta X Assembléa-geral dos órgãos deliberativos da entidade.

Um e outro desses dois motivos devem igualmente dominar o nosso espírito, porque ambos integrantes de um mesmo todo constituem os objetivos destas reuniões, já tão gratas aos que delas anualmente participamos, pela elevada altitude em que pairam os debates aqui travados, sempre visando ao melhor equacionamento, à luz das estatísticas, dos problemas que interessam ao maior engrandecimento do nosso País.

Nas sociedades civilizadas, em que o espírito de cordialidade e cavalheirismo deve ser o denominador comum em todas as manifestações da inteligência e da vontade, mesmo nos misteres mais graves há lugar e tempo para expansões de afeto e cortezia como estas que ora nos envolvem nesta solenidade.

São elas, ao lado da sinceridade sobre que devemos firmar livemente as nossas opiniões, pontos de vista e atitudes, condição essencial de êxito de qualquer esforço construtivo, pois os frutos desse esforço somente serão benéficos e estáveis, se marcados pelo selo do amor e da boa-vontade.

Aqui estamos, portanto, Srs representantes dos órgãos federais, prontos a participar convosco, com toda a abundância de nossas almas, com o esforço total de nossas capacidades, nos trabalhos da presente Assembléa-Geral

Neste momento em que nos dais as boas-vindas, nós, os delegados do interior, provindos das Unidades Federadas do País, em cada uma das quais tem o Instituto, nos D E E, uma célula plena de atividade e em perfeita união de vistas e propósitos com a sua orientação, sentimos-nos, como que visitantes à sua sede central nesta grandiosa metrópole, levados a nos reunirmos convosco, a darmos-nos as mãos, a estreitar com os vossos os nossos corações, num sincero e vibrante *sursum corda* afirmativo dos desejos, que a todos nos animam, de servirmos dedicadamente à causa da nacionalidade, no desempenho dos encargos que nos congregam sob a égide do Instituto

Tal predisposição do nosso espírito, não de hoje mas de sempre, é uma constante muito vosssa e muito nossa, uma característica própria daqueles que nos postos de responsabilidade dos serviços que constituem os objetivos da nossa instituição, hão de, necessariamente, sentir-se possuídos pela verdadeira vocação de servir ao Brasil nesse campo de atividades que é a Estatística, com dedicação inextinguível, com o emprego total de energias que ela exige dos seus servidores, para que sejam integralmente alcançados os seus resultados

Mas, se é constante e permanente esse estado de espírito, cumpre reconhecer que nessas visitas periódicas que as Assembléas-Generais nos ensejam à sede da entidade, nós, os delegados regionais, ao penetrarmos no recinto augusto de suas deliberações, como que sentimos mais impressiva a grandiosidade da instituição, o seu chamamento irresistível ao esforço de cada um de nós, a sua afirmação mais categórica dos nossos compromissos de honra, para o prosseguimento da obra tão virilmente iniciada há quase três lustros e cujos frutos já se fazem sentir no desenvolvimento da cultura e da administração do País

E porque não acudir, Srs, a esse chamado, a esse convite do Instituto à nossa cooperação, se é tão bela, tão nobre e tão esplendidamente impregnada de sentimento cívico a sua obra? Poderá haver objetivo mais alto, ideal mais meritório que esse de fazer realmente conhecido o Brasil para que seja realmente amado pelos seus filhos?

Aqui nos tendes, pois, a cooperar convosco; e o fato de nos reunirmos a vós, Srs delegados federais, nos trabalhos conjuntos desta Assembléa-Geral, é motivo para nós outros de justo desvanecimento. Consideramo-nos convosco, no mesmo edifício sob cuja cúpula nos entregamos ao trabalho, ao mesmo tempo honroso e cheio de responsabilidade, de estudar as técnicas dos levantamentos estatísticos destinados a oferecer aos dirigentes da Nação as indicações sem as quais não poderiam êles realizar a obra de governo

Dai o senso grave do dever com que, participantes dos mesmos sentimentos de que estão animados os Srs Delegados federais, nós, os representantes dos governos regionais, penetramos, para as deliberações desta Assembléa-Geral, no grande edifício que é o Instituto. Os seus fundamentos estão firmados no granito incorruptível das mais nobres intenções daqueles que foram chamados para ministrar os planos de sua construção, e, inspirados no patriotismo e na experiência de longos anos de proficiente e dedicada vida profissional, encontraram as fórmulas ideais para a organização dos serviços estatísticos do País, fórmulas baseadas na cooperação das três órbitas políticas do poder público, com obrigações proporcionais a cada uma e proveito igual para todas, sem distinções quanto à

expressão geográfica, econômica ou política de qualquer delas

Este, o sentido que informa o pensamento orientador dos trabalhos a que nos vamos dedicar durante alguns dias, isto é, a solidariedade de todos os governos para a consecução de um mesmo fim, como força propulsora e reguladora das atividades sociais, a qual, no dizer de BULHÕES CARVALHO, se tem os seus salutares efeitos em toda parte onde se manifeste, sob nenhum aspecto se apresentam êles de maneira tão eficaz como na esfera das investigações estatísticas.

Bem haja, portanto, os eminentes brasileiros aos quais foi confiada a honrosa incumbência de traçar as linhas mestras da nossa organização. Brasileiros entre os quais, por uma circunstância feliz e decisiva para a vida do Instituto, encontrava-se aquele que deveria ser mais tarde, e o foi até há pouco tempo, o seu primeiro Secretário-Geral

Refiro-me ao Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, cujo concurso, sem esquecermos a atuação valiosa dos seus demais colaboradores, constituiu sem dúvida a garantia do êxito que vem coroando a vida do I. E. G. E., mercê de um conjunto de peregrinas qualidades que esse grande chefe e abnegado batalhador pelas mais nobres causas da nossa nacionalidade reúne, como poucos, em sua personalidade, à qual devotamos por isso mesmo, nós os estatísticos, a homenagem da nossa estima e profunda admiração

Ao seu esforço incansável, cheio de edificante abnegação, sob a orientação prudente e esclarecida do ilustre brasileiro em boa hora chamado a assumir a presidência da entidade

— S Ex * o Sr. Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES —, ficou o Brasil a dever os inestimáveis benefícios que já podemos levar a crédito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os frutos da sua atuação continuarão fecundos pelos anos em fora na vida da entidade, porque a sua orientação será por certo continuada pelos seus sucessores, conforme aliás o está mostrando esse outro eminente pátrio e atual Secretário-Geral, Dr. RAFAEL XAVIER, ramo da mesma cepa robusta dos antigos profissionais da Estatística, cujas qualidades de chefe e organizador ficaram de sobejo patenteadas desde quando S. Ex * dirigia os serviços estatísticos do Estado de Pernambuco, de tal sorte que já era naturalmente indicado para postos de responsabilidade ainda maior na Estatística brasileira, como o que ora está exercendo com honra para as nobres tradições do nosso Instituto

Acompanhando com maior carinho a vida do Instituto, como modesto profissional da Estatística desde época anterior à sua fundação, eu não sei se incidiria em erro comparando-o a grandiosa bandeira, como as que outrora penetravam no âmago desconhecido do nosso território. Em sua caminhada através dos tempos, abrindo ao futuro da pátria panoramas sempre novos de cultura e progresso social, êle vê desdobrar-se diante de si perspectivas às vezes imprevisíveis nos problemas sempre mais graves da construção nacional, diante dos quais a ação que lhe cumpre desenvolver, como órgão de maior responsabilidade no aparelhamento administrativo do País, há de ser completa e exata, para o bem da coletividade e fiel correspondência com o elevado crédito de que merecidamente desfruta no conceito da opinião nacional

Criado para atender — podemos assim dizer — às necessidades imediatas da administração e da cultura do País, na estrita função das peculiaridades atuais do seu território, ao tempo em que o elemento de que dispúnhamos para a execução dos serviços a que nos dedicamos eram — no dizer de TEIXEIRA DE FREITAS — de má constituição, de distribuição desequilibrada e apenas esboçavam mas não chegavam a formar o sistema administrativo brasileiro de finalidade estatística, o Instituto, com apenas três anos de funcionamento efetivo, — tempo realmente reduzido para a complexidade da sua estrutura e vastidão territorial que devia cobrir — já podia oferecer ao Governo garantias de eficiência para uma batalha que a muitos

se afigurava superior às suas forças — a do preparo e execução do Recenseamento de 1940, cujo êxito, dentro das contingências então existentes, não poderia ter sido mais completo.

Mal saído dessa refrega, em que deixou firmada a sua reputação como grande órgão da administração, destinado à investigação das realidades nacionais para apresentá-las através da linguagem dos números, que falam para aqueles que os querem compreender com eloquência maior do que as mais vastas monografias despidas da sua documentação, mal saído, dizíamos, da refrega do Recenseamento de 1940, reclamava o Brasil com maior instância a sua cooperação na grave emergência em que devia condicionar a obra de governo ao esforço de guerra em que nos empenhávamos.

O Instituto cumpriu nobremente o seu dever nessa conjuntura e todos somos testemunhas de como os seus vários órgãos, tanto na capital do País, como nas Unidades da Federação, desenvolveram as suas atividades, atentos, principalmente, às necessidades das nossas Forças Armadas.

O Instituto é assim o instrumento indispensável de aferição numérica dos fatos da vida nacional, cujo regular funcionamento é condição imprescindível à administração do País. Se é precioso o seu concurso no desempenho normal dessas atribuições, como nas campanhas estatísticas anuais e agora no Recenseamento de 1950, em que a batalha podemos já considerá-la garantida, tais as notícias que nos chegam sempre animadoras do desenvolvimento da operação em todos os quadrantes do território nacional, sobem fortemente de vulto as suas responsabilidades quando o País, sujeito não apenas aos fatores oriundos das suas peculiaridades internas, de si sempre graves, mas premido também e afetado mesmo pelas situações decorrentes de um mundo em permanente estado de comoção, reclama e exige de seus dirigentes medidas eficazes de administração, de grande envergadura e ritmo acelerado, que tragam sem tardança a solução dos nossos problemas de base, sob pena de nos mostrarmos indefesos ante as vicissitudes que nos possam reservar o futuro infelizmente pouco tranqüilo da vida internacional.

Temos, mercê de Deus, à testa das nossas administrações homens de governo que se mostram sinceramente comprometidos de sua grave missão em face dos problemas administrativos. Entre eles eu pediria vênua para citar, como homenagem ao Brasil e ao meu Estado natal, os nomes do preclaro brasileiro General BURIÇO GASPAR DUTRA e o do eminente governador de Minas Dr. MILTON SOARES CAMPOS, sem dúvida credores, como tantos outros dirigentes das demais Unidades da Federação, do nosso reconhecimento, pela preocupação de bem servir ao Brasil com que estão dedicadamente correspondendo à confiança nacional que lhes conferiu os respectivos mandatos.

Mas não somente dos poderes públicos e sim também das nossas classes sociais em seus setores de maior responsabilidade, vêm-nos as demonstrações animadoras de que as esferas em contacto com os mais palpitantes problemas da nacionalidade estão interessadas em cooperar para que cheguemos às suas soluções mais acertadas. Silva-nos de exemplo a iniciativa há pouco tomada pelos órgãos representantes das classes conservadoras da Capital da República, junto ao Governo, oferecendo-lhe a sua cooperação para que se iniciem desde já os estudos que possam ser reclamados em torno dos interesses econômicos do País, no caso de agravamento ainda maior da inttranqüilidade existente nos meios internacionais.

Mostra-nos isto, ao lado da existência de altos índices de civilização, que estamos já adquirindo mentalidade econômica mais ativa e vigilante da parte das classes sociais, o que vale dizer a existência também de maior receptividade para as nossas campanhas estatísticas, fato, aliás, eloquentemente corroborado com a atual operação do Recenseamento.

Daí, outra verificação de interesse para a vida do Instituto, ou seja, que já é muito

maior, tanto da parte dos poderes públicos como das entidades privadas, a procura de informações estatísticas sobre os numerosos aspectos da vida do País.

A presente Assembléia-Geral tomará, estamos certos, em alta conta essa circunstância, no sentido de imprimir aos seus trabalhos um alto espírito objetivista tendente a aumentar ainda mais as nossas possibilidades para a realização de levantamentos estatísticos completos, seguros, e tanto quanto possível atualizados, de acôrdo, aliás, com o pensamento que tem sempre dominado as preocupações da alta direção do Instituto.

Este, o pensamento de que nos achamos animados os Delegados à presente Assembléia-Geral, e é dentro da sua inspiração que eu, ao exprimir-vos os nossos melhores agradecimentos às palavras de saudações que nos foram dirigidas, deixo aqui também consignado: os nossos melhores votos de pleno êxito dos nossos trabalhos, ricos que deverão ser de benéficos resultados para o maior aperfeiçoamento da Estatística brasileira.

Antes de dar por encerrados os trabalhos da reunião inaugural, foi aprovada, por unanimidade, a proposta do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, no sentido de que fosse constituída uma comissão especial a fim de levar ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, antigo Secretário-Geral do I. B. G. E., as manifestações de estima e reconhecimento dos Conselhos dirigentes do Instituto.

AS REPRESENTAÇÕES FEDERAIS

Participaram dos trabalhos da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, os seguintes Delegados da União: Sr. RUBENS PÔRTO, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Sr. SEBASTIÃO DE SANT'ANA E SILVA, representante do Ministério da Fazenda; Sr. RAUL LIMA, representante do Ministério da Agricultura; Sr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Major DURVAL CAMPELO DE MACEDO, representante do Ministério da Guerra; Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, representante do Ministério da Marinha; Major ALVARO BARBOSA, representante do Ministério da Aeronáutica; Sr. MOACIR MATEIROS FERNANDES SILVA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Conselheiro CARLOS ALBERTO GONÇALVES, representante do Ministério das Relações Exteriores; Sr. ALBERTO MARTINS, representante do Ministério da Educação e Saúde; Sr. JOÃO DE MESQUITA LARA, representante do Território do Acre; Sr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA, representante do Território do Amapá; Sr. WALDEMAR LOPES, representante do Território do Guaporé; Sr. PAULO SCHMITZ, representante do Território do Rio Branco; e Sr. SÍLVIO DE AZEVEDO, representante dos órgãos filiados ao Instituto.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia funcionou com a seguinte composição: Sr. EUGÊNIO VILHENA DE MORAIS, representante do Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Sr. GASTÃO DE CASTRO CUNHA, representante do Ministério da Fazenda; Sr. ALBERTO ILDEFONSO ERICKSEN, representante do Ministério da Agricultura; Sr. PÉRICLES DE MELO CARVALHO, representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Coronel EDMUNDO GASTÃO DA CUNHA, representante do Ministério da Guerra; Vice-Almirante ANTONIO GUR-

MARÃES, representante do Ministério da Marinha; Major-Aviador ALMIR DE SOUSA MARTINS, representante do Ministério da Aeronáutica; Sr FLÁVIO VIEIRA, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas; Ministro ARTHUR DOS GUIMARÃES BASTOS, representante do Ministério das Relações Exteriores; Sr JOÃO CAPISTRANO RAJA GABAGLIA, representante do Ministério da Educação e Saúde; Sr RUBEN GUEIROS, representante do Território do Acre; Sr PAULO PEREIRA TÓRRES, representante do Território do Amapá; Sr LAFAYETTE PEREIRA GUIMARÃES, representante do Território do Guaporé; Sr JOSÉ BORGES, representante do Território do Rio Branco; Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, representante do Conselho Nacional de Estatística; Sr WALDEMAR PARANHOS DE MENDONÇA, representante da Prefeitura do Distrito Federal; Sr VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Secretário-Geral do Conselho; Sr FRANCISCO DE SOUSA BRASIL, Delegado das instituições culturais filiadas ao Conselho

AS REPRESENTAÇÕES REGIONAIS

Tiveram a seguinte composição as delegações regionais:

Na ala estatística: Sr MANUEL ALEXANDRE FILEIO, Amazonas; Sr RAIMUNDO COSTA, Pará; D HIPÁTHIA DAMASCENO FERREIRA, Maranhão; Sr ARTUR FURTADO FILHO, Piauí; Sr THOMAZ GOMES DA SILVA, Ceará; Sr. ADERBAL FRANÇA, Rio Grande do Norte; Sr LUIS DE OLIVEIRA PERIQUITO, Paraíba; Sr PAULO ACCIOLY PIMENTEL, Pernambuco; Sr CID CRAVEIRO COSTA, Alagoas; Sr JOSÉ CRUZ, Sergipe; Sr FELIPPE NERY DO ESPÍRITO SANTO, Bahia; Sr ANTÔNIO LUGON, Espírito Santo; Sr JOAQUIM RIBEIRO COSTA, Minas Gerais; Sr ALDEMAR ALEGRIA, Rio de Janeiro; Coronel DURVAL DE MAGALHÃES COELHO, Distrito Federal; Sr NELSON PRADO, Paraná; Sr ROBERTO LACERDA, Santa Catarina; Sr. REMY GORGA, Rio Grande do Sul; D HORMINDA PITALUGA DE MOURA, Mato Grosso; e Sr MOACIR MARTINS DE OLIVEIRA, Goiás

Na ala geográfica: Sr AMÉRICO SOARES, Amazonas; Sr ERNESTO CRUZ, Pará; Sr CLODOALDO CARDOSO, Maranhão; Sr MANUEL DIÉGUES JÚNIOR, Piauí; Sr THOMAZ GOMES DA SILVA, Ceará; Sr EWERTON DANTAS CORTEZ, Rio Grande do Norte; D. ISMÁLIA BORGES, Paraíba; Sr MÁRIO CARNEIRO DO RÊGO MELO, Pernambuco; Sr ALFUSIO DIAS, Alagoas; Sr ALFREDO MONTES DE ARAÚJO PINTO, Sergipe; Sr LAURO DE ANDRADE SAMPAIO, Bahia; Sr. CÍCERO MORAIS, Espírito Santo; Sr WALDEMAR LOBATO, Minas Gerais; Sr. LUIS DE SOUZA, Rio de Janeiro; Sr BUENO DE AZEVEDO FILHO, São Paulo; Coronel ADYR GUIMARÃES, Paraná; Sr VÍCTOR ANTÔNIO PELUSO JÚNIOR, Santa Catarina; e Sr EVERAL PIMENTEL, Mato Grosso

AS REUNIÕES ORDINÁRIAS

A partir do dia 2, passaram a funcionar separadamente as Assembléias dos dois Conselhos, em reuniões ordinárias

A primeira reunião da Assembléia-Geral do C N E realizou-se na data acima, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, Presidente do I B G E, funcionando

como Secretário-Assistente o Sr WALDEMAR LOPES, Diretor da Secretaria-Geral daquele órgão Falou, inicialmente, o Sr ANTÔNIO LUGON, Delegado do Espírito Santo, solicitando informações a respeito do andamento de providências consignadas em Resoluções aprovadas na Assembléia-Geral anterior, tendo o Sr RAFAEL XAVIER, Secretário-Geral do Conselho, informado que, na reunião seguinte, prestaria os esclarecimentos solicitados A seguir, o Sr NELSON PRADO, Delegado do Paraná, propôs um voto de pesar pelo falecimento do Professor AFONSO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, pai do Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, antigo Secretário-Geral do I B G E A proposta foi aprovada, acrescentando o Professor JOAQUIM RIBEIRO COSTA, Delegado de Minas Gerais, que, ao verificar-se o passamento do venerando Professor TEIXEIRA DE FREITAS, o Departamento Estadual de Estatística daquele Estado mandara realizar missa, a qual tivera o comparecimento de grande número de pessoas ligadas à administração regional Foram igualmente aprovados votos de pesar pelo falecimento dos Srs João BASTOS, antigo Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; WILSON SOARES, antigo Delegado do I B G E em Sergipe; Deputado LAURO MONTENEGRO, antigo Secretário da Agricultura nos Estados da Paraíba e Pernambuco, e signatário da Convenção Nacional de Estatística; Engenheiro OSCAR CARRASCOSA, antigo membro do Diretório Regional de Geografia da Bahia; Professor ARTUR RAMOS, etnólogo brasileiro; José PIETRO DE SOUSA, antigo funcionário do Serviço de Estatística da Produção; e, finalmente, do Engenheiro PIRES DO RIO

Para constituírem a Comissão de Tomada de Contas, foram sorteados, na forma da legislação em vigor, o representante do Ministério da Guerra e os Delegados dos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Mato Grosso e Pernambuco Para formarem a Comissão Técnica, da qual é membro nato o Secretário-Geral do Conselho, recaiu o sorteio nos representantes dos Ministérios da Marinha e do Trabalho e nos Delegados de Sergipe, Piauí e Espírito Santo A Comissão de Redação Final ficou constituída do Secretário-Geral do Conselho, membro nato, do representante do Ministério da Viação e dos Delegados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina O representante do Ministério da Viação solicitou a sua substituição, em virtude de haver sido incumbido, pelo próprio Presidente do Instituto, de outra missão de caráter absorvente, tendo sido então designado o representante do Território do Amapá Foram distribuídos, após, para exame dos Delegados, os projetos de Resoluções numerados de 1 a 10

Segunda reunião — Os trabalhos tiveram prosseguimento no dia 4, sob a presidência do Sr RUBENS PÔRTO, na ausência eventual do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

A propósito da colaboração prestada à execução do Censo pelas autoridades federais, estaduais e municipais, o Presidente esclareceu que seria encaminhada ao plenário uma indicação em que se formulavam agradecimentos a todos quantos haviam cooperado na realização da grande operação de contagem Por

proposta do Sr. JOAQUIM RIBEIRO COSTA, Delegado de Minas Gerais, a Assembléa aprovou um voto de pesar pelo falecimento do Professor JOSÉ MAGALHÃES DRUMOND, da Faculdade de Direito daquele Estado, e um dos mais destacados colaboradores do Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, na organização dos serviços de estatística mineiros.

Acentuando o pesar que sentiam todos os Delegados por ver, mais uma vez, ausente da Assembléa, a representação de São Paulo, cujo Departamento de Estatística fôra extinto, o Sr. ALBERTO MARTINS sugeriu que o plenário dirigisse novo apêlo ao Govêrno e à Assembléa Legislativa daquele Estado, no sentido da aprovação, o mais breve possível, do projeto de lei estadual que restabelece o aludido órgão. A Assembléa aprovou, a seguir, um voto de homenagem às autoridades do Estado de Santa Catarina, pelo transcurso do centenário da cidade de Blumenau.

Depois de apresentado mais um projeto de Resolução, de n.º 11, foi pôsto em primeira discussão o projeto n.º 1, dispondo sobre a crítica dos levantamentos da Estatística Agrícola. O Sr. ANTÔNIO LUGON leu e justificou emendas que encaminhou à Mesa, pronunciando-se, a respeito, o Sr. PAULO PIMENTEL, Delegado de Pernambuco, que se manifestou contrário à sistematização da crítica estatística, dado o seu caráter essencialmente subjetivo. Salientou que o problema da Estatística Agrícola se baseia, principalmente, no aperfeiçoamento da coleta de dados, e não na crítica, sempre perigosa. Sugeriu ao Diretor do Serviço de Estatística da Produção, autor do projeto, que fôsse adotada, para a Estatística Agrícola, a norma seguida pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, isto é, a adoção dos dados fornecidos pelas repartições estaduais, após devidamente esclarecidas as dúvidas porventura suscitadas. Manifestando-se favorável ao projeto, o Sr. LUÍS PEREIRO, Delegado da Paraíba, solicitou fôsse o mesmo discutido simultaneamente com o de n.º 10, dispondo acêrca da assistência técnica à Estatística Agropecuária, por tratarem de assuntos correlatos. Propôs que, em vista da complexidade da matéria e das divergências surgidas, fôsse ela previamente discutida em "mesa redonda". Sobre o assunto, também falaram, além do Secretário-Geral, os Srs. JOAQUIM RIBEIRO COSTA, JOSÉ CRUZ e REMY GORGA, Delegados, respectivamente, dos Estados de Minas Gerais, Sergipe e Rio Grande do Sul, os quais concordaram, em tese, com o projeto e apresentaram emendas a alguns dos seus dispositivos. Finalmente, o Sr. RAUL LIMA, Diretor do Serviço de Estatística da Produção, salientou que a finalidade do projeto não era impor às repartições regionais os pontos de vista do órgão federal, mas simplesmente reunir, sistematizar e aproveitar as experiências comuns, a fim de estabelecer unidade de orientação e critérios uniformes quanto à crítica dos dados relativos às estatísticas agrícolas. Esclareceu que não era possível adotar, no caso, as mesmas normas seguidas pela Estatística da Educação, uma vez que esta importava quase num somatório de dados, enquanto aquela exigia a previsão de colheitas.

Aprovadas as sugestões do Sr. LUÍS PEREIRO, o Presidente encaminhou as providências necessárias para a realização da "mesa redonda", pondo em primeira discussão o projeto de Resolução n.º 10, a respeito do qual se pronunciaram os Srs. PAULO PIMENTEL, JOAQUIM RIBEIRO COSTA, REMY GORGA, JOSÉ CRUZ, RAUL LIMA e RAFAEL XAVIER. Em vista do adiantado da hora, decidiu-se adiar a discussão da matéria para a "mesa redonda", já convocada especialmente para esse fim. Ambos os projetos foram encaminhados à Comissão de Organização Técnica. Depois de lembrar que, de acôrdo com o programa, às 14 horas do mesmo dia se realizaria uma visita ao Serviço Nacional de Recenseamento, o Presidente designou os Srs. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, Major ALVARO BARBOSA, RAIMUNDO COSTA, FELIPPE NERY, ALDEMAR ALEGRIA, ROBERTO LACERDA e a Sra. HORMINDA PITALUGA DE MOURA, representantes, respectivamente, dos Ministérios do Trabalho e da Aeronáutica, e Delegados do Pará, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Mato Grosso, para constituírem a Comissão incumbida de levar ao Conselho Nacional de Geografia as homenagens da ala estatística do Instituto.

Tercera reunião — Verificou-se no dia 5, ocupando a presidência o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES. A Casa tomou conhecimento de um telegrama do Inspetor Regional de Estatística de Minas Gerais, comunicando que os trabalhos censitários se desenvolviam com êxito, após o que fêz uso da palavra o Sr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA, que propôs, com aprovação da Assembléa, um voto de congratulações com o Govêrno do Estado do Amazonas, pelo decurso do primeiro centenário da elevação daquela Unidade Federativa à categoria de Província. Por proposta do Sr. ANTÔNIO LUGON, foi aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Engenheiro HENRIQUE DE NOVAIS.

O Secretário-Geral justificou a ausência do Sr. REMY GORGA, Delegado do Rio Grande do Sul, por motivo de doença, e comunicou que o visitara, em nome da Assembléa. Em seguida, foram apresentados projetos de Resolução numerados de 12 a 15, pondo-se em discussão os de ns. 1 a 10. O Secretário-Geral comunicou que, na "mesa redonda" realizada na véspera, se havia deliberado a remessa de ambos os projetos à Comissão de Organização Técnica, a fim de que esta elaborasse substitutivo a ser oportunamente discutido. Seguiu-se a primeira discussão do projeto de Resolução n.º 2, dispondo sobre a composição das Juntas Executivas Regionais, acêrca da qual o Sr. JOAQUIM RIBEIRO COSTA justificou e encaminhou à Mesa uma emenda, secundado pelo Sr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA e pelo autor do projeto, Sr. RAUL LIMA. Outra emenda foi também formulada e encaminhada pelo Sr. JOSÉ CRUZ.

Pôsto em primeira discussão o projeto de Resolução n.º 3, tratando de princípios gerais para observância na imposição de penalidades por omissão, recusa ou fraude de informações estatísticas, pronunciou-se a respeito o Sr. ANTÔNIO LUGON, que apresentou uma emenda submetida à primeira discussão o projeto n.º 4, recomendando o estudo de sugestões para a

modificação do plano de coleta de informações criminais, manifestou-se o Sr RUBENS PÓRTO, que salientou a possibilidade de ser satisfatoriamente resolvido o problema da Estatística Criminal, mediante o fiel cumprimento da lei federal relativa ao preenchimento do boletim individual pelas autoridades policiais e judiciais. A respeito, falaram os Srs ANTÔNIO LUGON, JOAQUIM RIBEIRO COSTA, JOÃO DE MESQUITA LARA, PAULO PIMENTEL e CLÓVIS PENA TEIXEIRA.

Depois de comunicar que tinha de retirar-se, a fim de assistir à reunião do Conselho Nacional de Geografia, o Presidente solicitou ao Sr RUBENS PÓRTO que o substituisse na direção dos trabalhos. Passou-se, em seguida, à primeira resolução do projeto de Resolução n.º 5, recomendando a estudo, plano de coleta estatística.

Anunciada a primeira discussão do projeto n.º 6, formulando apêlo ao Serviço Nacional de Recenseamento, propôs o Sr. JOÃO DE MESQUITA LARA a transformação do mesmo em indicação, uma vez que aquêle órgão constitui parte integrante da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Ponderou, então, o Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA que, na qualidade de Inspetor Regional de Estatística do Território do Amapá, já recebera instruções no sentido de divulgar dados referentes ao Censo Demográfico, tendo os Srs JOAQUIM RIBEIRO COSTA e PAULO PIMENTEL solicitado que os resultados da apuração relativa ao Censo Industrial fôssem enviados, com a brevidade possível, às repartições estaduais.

Seguiu-se a primeira discussão do projeto de Resolução n.º 7, registando o pronunciamento do Conselho sobre uma contribuição ao Glossário Brasileiro de Ocupações. Encaminhados os projetos numerados de 2 a 7 à Comissão de Organização Técnica, o Presidente solicitou o adiamento da primeira discussão do projeto de Resolução n.º 8, que "homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho", em virtude de não haverem sido distribuídos ao plenário todos os relatórios dos Delegados regionais, após o que entrou em primeira discussão e foi enviado àquela Comissão o projeto n.º 9, traduzindo o aplauso do Conselho à realização do XIII Congresso Brasileiro de Esperanto e exprimindo votos. Declarou o Sr PAULO PIMENTEL que o Departamento de Estatística do seu Estado, Pernambuco, prestará todo o auxílio possível ao Congresso, que será realizado na cidade do Recife.

Também em primeira discussão, foi remetido à Comissão de Organização Técnica o projeto de Resolução n.º 11, que "formula congratulações com a Associação Brasileira dos Municípios e manifesta a adesão do Conselho às idéias consubstanciadas na Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais". Em seguida, fez uso da palavra o Sr FELIPE NERY, Delegado da Bahia, para comunicar que a Comissão incumbida de visitar o Conselho Nacional de Geografia deia cumprimento à sua missão. O Sr José Cruz referiu que a sua repartição — Departamento Estadual de Estatística — está realizando, a título de experiência, inquéritos sobre batizados, nos diversos cultos religiosos, os quais poderão sei-

vir como valioso subsídio para a estatística demográfica, enquanto perdurarem as atuais deficiências e falhas do Registro Civil.

Quarta reunião — Os trabalhos tiveram prosseguimento no dia 6, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, falando, inicialmente, o Sr FELIPE NERY, para comunicar que a comissão incumbida de visitar o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS ainda não deia cumprimento à sua missão, em virtude de não se haverem reunido os respectivos membros.

Pôsto em primeira discussão o projeto de Resolução n.º 12, dispondo sobre a adoção de um sistema uniforme de classificação de mercadorias destinado às apuações do comércio interestadual, o Secretário-Assistente sugeriu o adiamento da discussão, a fim de que o Serviço de Inquéritos, da Secretaria-Geral do Conselho, incumbido da elaboração do Código de Classificação de Mercadorias, pudesse, em "mesa redonda", debater o assunto, recebendo sugestões e esclarecimentos de todos os Delegados. Depois de aludir às providências já encaminhadas pelo Serviço de Estatística Econômica e Financeira, para a fixação da "Nomenclatura Brasileira de Mercadorias", a Sra GLÁUCIA WEINBERGER sugeriu que se concentrassem os esforços no sentido de concluir esse trabalho dentro do mais breve prazo. Esclareceu, então, o Sr RAFAEL XAVIER que a Secretaria-Geral apresentara o referido projeto, a fim de dar cumprimento a determinação da própria Assembléa-Geral. Ponderou que a Resolução, se aprovada o projeto, teria caráter provisório e sua aplicação possibilitaria a sistematização dos trabalhos e a verificação de falhas e defeitos. O Sr ROBERTO LACERDA, Delegado de Santa Catarina, salientou que o projeto se revestia de grande importância para os órgãos regionais, cujas atividades, nesse setor, vinham sendo prejudicadas pela falta de uniformidade na classificação de mercadorias. Foi deliberado, por fim, o adiamento da discussão do projeto até a realização da "mesa redonda" sugerida pelo Secretário-Assistente, a qual foi convocada para as nove horas do dia 8.

Reportando-se às informações solicitadas por alguns Delegados, sobre o destino do projeto referente à Guia Nacional de Exportação, esclareceu o Secretário-Assistente que esse projeto, elaborado em conjunto por diversos órgãos da administração e entidades privadas, havia sido submetido à consideração do Presidente da República pelo Ministro da Fazenda e, em seguida, encaminhado ao estudo da Câmara dos Deputados, tendo sido distribuído ao Deputado MÁRIO BRANT, a fim de relatá-lo na Comissão de Finanças. Sugeriu, então, que uma Comissão, constituída de membros da Assembléa, entrasse em entendimento direto com aquêle parlamentar, com o objetivo de obter o andamento mais rápido do projeto. Aprovada a sugestão, o Presidente designou os Srs JOAQUIM RIBEIRO COSTA, THOMAZ GOMEZ DA SILVA, ROBERTO LACERDA e a Sra GLÁUCIA WEINBERGER, para constituírem a referida Comissão.

Seguiu-se a primeira discussão do projeto de Resolução n.º 13, tendo o seu autor, Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA, solicitado a sua retirada.

da pauta, em virtude de haver verificado que a medida nele proposta podia ser obtida mediante ação administrativa. Tendo de retirar-se, o Presidente passou a direção dos trabalhos ao Sr. RUBENS PÓRTO, que anunciou a primeira discussão do projeto de Resolução n.º 14, que "salienta a significação das atividades da U N E S C O e formula aplausos", o qual foi encaminhado à Comissão de Organização Técnica.

Foi anunciada a primeira discussão do projeto de Resolução n.º 15, sugerindo a inclusão, nos programas dos cursos de férias regionais, da estatística do ensino primário, como disciplina obrigatória, e dando outras providências. O Sr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA esclareceu que a finalidade do projeto era permitir se ministrassem às professoras primárias instruções sobre os registros escolares, visando a obter o aperfeiçoamento da coleta de dados relativos ao ensino primário. Os Srs. JOSÉ CRUZ e ALBERTO MARTINS congratularam-se com o autor do projeto, pela indiscutível utilidade e conveniência do mesmo, informando, o primeiro, que o Estado de Sergipe já mantém a cadeia de Estatística nos cursos de férias e, o segundo, que o Art. 3.º não teria razão de ser, visto não estar a cargo do Ministério da Educação e Saúde o controle dos Cursos Normais. A respeito, o Sr. FELIPPE NERY encaminhou à Mesa uma emenda no sentido de sugerir-se aos governos estaduais a inclusão, no curso normal de formação de professores, de um capítulo do programa destinado ao estudo da escrituração com utilização dos modelos a que se refere o Artigo 1.º.

O Sr. JOAQUIM RIBEIRO COSTA comunicou que o Diretor de Estatística Educacional do Departamento que dirige tem sido convidado para ministrar aulas sobre essa matéria, nos cursos de férias para professores, mantidos pelo Estado. Sugeriu que o Serviço de Estatística da Educação e Saúde elaborasse um programa para o ensino da matéria, nos cursos de férias após o que foi o projeto encaminhado à Comissão de Organização Técnica. Seguiu-se a leitura dos pareceres da citada Comissão sobre os projetos de Resoluções ns. 3, 4, 6, 7, 9 e 11, os quais foram encaminhados à Comissão de Redação Final.

Antes de dar por encerrada a reunião, o Sr. RUBENS PÓRTO leu uma indicação de sua autoria sobre a Resolução n.º 440, relativa à execução da lei que instituiu o boletim individual para a coleta de dados referentes à estatística criminal.

Quinta reunião — Realizou-se no mesmo dia, à tarde, assumindo a direção dos trabalhos o Conselheiro CARLOS ALBERTO GONÇALVES, na ausência eventual dos Srs. Presidente e Vice-Presidente. Encaminhado à Mesa o projeto de Resolução n.º 16, formulando apêlo ao Tribunal de Contas da União, os Srs. RAFAEL XAVIER e GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA teceram breves comentários a respeito, frisando a sua oportunidade. Em seguida, o Presidente convidou os presentes para assistirem à primeira conferência do Curso de Informações, a ser proferida às 16 horas do mesmo dia, pelo Deputado DANIEL DE CARVALHO, sobre o tema "A Estatística e o Sistema Federativo".

Sexta reunião — Prosseguiram os trabalhos no dia 8, sob a direção do Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, na ausência eventual do Presidente, Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, e do Vice-Presidente, Sr. RUBENS PÓRTO. O Presidente facultou a palavra a quem dela desejasse fazer uso, para apresentação de moções, votos ou indicações. Foram aprovados votos de pesar pelo falecimento do Sr. RENATO MEIRA LIMA, Secretário do Interior e Segurança do Distrito Federal, órgão a que está subordinado o Departamento de Geografia e Estatística, do Dr. BORGES DA COSTA, médico radicado em Belo Horizonte e um dos componentes da Missão Médica Brasileira que participou da Primeira Guerra Mundial; e, de regozijo, pelas comemorações cívicas do Dia da Independência e pela partida do primeiro trem direto do Rio de Janeiro a Salvador.

Depois de anunciar a apresentação dos projetos de ns. 17 a 20, o Secretário-Assistente informou que fôra distribuído um projeto de Consolidação da Legislação do Conselho, salientando o interesse imediato de que o mesmo se reveste para todos os órgãos do Instituto, e sugerindo, para o exame do assunto, a constituição de seis Comissões, de três membros cada uma — dois da representação regional e um da representação federal. Após louvar a iniciativa da Secretaria-Geral, o Sr. PAULO PIMENTEL declarou que, se se tratava de simples coordenação e sistematização da legislação do Conselho, não haveria necessidade, a seu ver, de novo pronunciamento da Assembléia; se o trabalho, entretanto, continha inovações e incorporava dispositivos novos, não haveria tempo para examiná-lo na presente sessão da Assembléia-Geral, sendo conveniente o seu adiamento para a próxima sessão. Manifestou-se no mesmo sentido o Sr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, representante do Ministério do Trabalho. O representante do Território do Acre, apresentou sugestões que alteravam as normas propostas pelo Secretário-Assistente. Teceram ainda considerações em torno do assunto os Srs. JOÃO DE MESQUITA LARA, JOAQUIM RIBEIRO COSTA, ALBERTO MARTINS e RAUL LIMA, após o que o Presidente designou as seguintes Comissões para o estudo do projeto: Primeira Comissão — Sra. GLÁUCIA WEINBERGER, suplente do representante do Ministério da Fazenda; e Srs. CLÓVIS PENA TEIXEIRA e FELIPPE NERY, respectivamente representante do Território do Amapá e Delegado da Bahia; Segunda Comissão — Srs. RAUL LIMA, JOAQUIM RIBEIRO COSTA e RAJAMUNDO COSTA, respectivamente representante do Ministério da Agricultura e Delegados de Minas Gerais e Pará; Terceira Comissão — Srs. ALBERTO MARTINS, ADEBAL FRANÇA e JOSÉ CRUZ, respectivamente representante do Ministério da Educação e Delegados do Rio Grande do Norte e de Sergipe; Quarta Comissão — Srs. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, PAULO PIMENTEL e ROBERTO LACERDA, respectivamente representante do Ministério do Trabalho e Delegados de Pernambuco e Santa Catarina; Quinta Comissão — Srs. Major DURVAL CAMPELO DE MACEDO, ALDENAR ALGHEIRA e ARTUR FURTADO FILHO, respectivamente representante do Ministério da Guerra e Delegados do Rio de Janeiro e do Piauí; Sexta Comissão —

Srs. Major ÁLVARO BARBOSA, MANUEL ALEXANDRE FILHO e Sra. HORMINDA PITALUGA DE MOURA, respectivamente representante do Ministério da Aeronáutica e Delegados do Amazonas e de Mato Grosso. Em substituição ao Sr. JOSÉ CRUZ, que alegou achar-se empenhado no encaminhamento de certos assuntos de interesse do seu Estado, o Presidente designou, para integrar a Terceira Comissão, o Sr. MOACIR MARTINS DE OLIVEIRA, Delegado de Goiás.

Seguiu-se a primeira discussão do projeto de Resolução n.º 16, formulando apêlo ao Tribunal de Contas da União Encaminhado esse projeto à Comissão de Organização Técnica, foram lidos os pareceres da mesma sobre os projetos de Resolução ns 14 e 15, os quais tiveram aprovação da Casa

O Sr. RAUL LIMA, representante do Ministério da Agricultura, sugeriu que a Secretaria-Geral elaborasse um projeto de Resolução semelhante ao de n.º 14, relativamente a outros órgãos da Organização das Nações Unidas, merecedores também de todo o apêlo, citando como exemplo a F A O. Assinalou a visita, ao Brasil, de um técnico daquela entidade internacional, com o objetivo de realizar estudos sobre a renda nacional, e lembrou que o projeto sugerido deveria conter, ainda, um apêlo à O N U, no sentido de melhor disciplinamento dos pedidos de informações estatísticas, os quais, atualmente, estão sendo dirigidos simultaneamente a diversos órgãos, ora diretamente, ora por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. A respeito, falaram os Srs. RUBENS PÔRTO, ALBERTO MARTINS, SÍLVIO DE AZEVEDO LIMA, D. GLÁUCIA WEINBERGER e PAULO PIMENTEL, prestando o Secretário-Assistente alguns esclarecimentos em tóno do assunto. A seguir, o Sr. FELIPPE NERY, Delegado da Bahia, solicitou dispensa do interstício para discussão dos projetos de Resoluções ns 17, 18, 19 e 20, uma vez que continham pronunciamentos de ordem cultural e não medidas de caráter técnico

Sétima reunião — Verificou-se no dia 9, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES. O Major DURVAL DE MAGALHÃES COELHO, Delegado do Distrito Federal, agradeceu a homenagem prestada pela Assembléia à memória do Sr. RENATO MEIRA LIMA, Secretário do Interior e Segurança do Distrito Federal. Por proposta do Sr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA, a Casa aprovou um voto de regozijo pelo decurso do sétimo aniversário da criação dos Territórios Federais do Amapá, Guaporé e Rio Branco, bem assim de reconhecimento da utilidade econômica das exposições agropecuárias promovidas anualmente pelos respectivos governos. O Presidente referiu-se à gênese da criação desses Territórios, devida principalmente aos estudos realizados pelo Instituto e encaminhados ao Presidente da República, nos quais ficaria evidenciada a situação de completo abandono em que se encontravam as fronteiras do País. Os Srs. RAUL LIMA e RUBENS PÔRTO manifestaram vivo apoio à proposição, que foi unanimemente aprovada.

O Sr. ANTÔNIO LUGON encaminhou à Mesa o parecer da Comissão de Tomada de Contas, acompanhado do projeto de Resolução que aprova as contas apresentadas pelo Instituto

Por proposta do Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, esses documentos permaneceram sobre a Mesa, à disposição dos membros da Assembléia que desejassem examiná-los.

O Sr. RAUL LIMA comunicou que o Sr. NOVAIS FILHO, Ministro da Agricultura, atendendo a sugestões do Serviço de Estatística da Produção, baixara portaria modificando as normas para o Registro de Criadores e Lavradores, no sentido de permitir fôsem tais registros feitos por intermédio do Agente Municipal de Estatística Encarecendo a conveniência de providências que contribuam para dar maior autoridade ao Agente Municipal de Estatística, o Sr. RAFAEL XAVIER propôs um voto de aplausos àquele titular, manifestação que, por sugestão do Sr. RUBENS PÔRTO, se estendeu ao Sr. RAUL LIMA, pela oportunidade de sua iniciativa.

O Delegado de Minas Gerais, Sr. JOAQUIM RIBEIRO COSTA, declarou que, numa das últimas sessões da Junta Executiva Central, fôra assentado seria conferido ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, fundador e primeiro Secretário-Geral do Instituto, o título de membro permanente do Conselho Nacional de Estatística; parecia-lhe, entretanto, que esse pronunciamento, que havia tido a mais grata repercussão entre os diretores dos órgãos regionais, seria mais expressivo se formulado pela Assembléia-Geral. Com esse objetivo, elaborara um projeto de Resolução, que passou a ler, encaminhando-o, em seguida, à Mesa

O Sr. RUBENS PÔRTO declarou que assinara o projeto e que estava inteiramente solidário com a homenagem; ocorria-lhe, porém, uma dúvida sobre a legalidade da proposição, em face dos dispositivos que regulam a matéria. Sugeriu, então, a substituição do título de membro "permanente" por membro "honorário", proposta cujo intuito principal era o de evitar que, mais tarde, a justa homenagem pudesse vir a ser sombreada por alguma eiva de ilegalidade. O Presidente e o Secretário-Geral, bem como os Srs. JOAQUIM RIBEIRO COSTA, FELIPPE NERY e ALBERTO MARTINS salientaram que a redação dos "consideranda" do projeto não deixava margem a qualquer dúvida de que a sua finalidade era prestar homenagem ao criador do Instituto, e não introduzir modificações na composição do Conselho. O Sr. ALBERTO MARTINS solicitou, nessa ocasião, dispensa de todos os interstícios regimentais, para que a proposição pudesse ser imediatamente aprovada, por aclamação, e o Sr. FELIPPE NERY propôs que o respectivo autógrafa, assinado por todos os Delegados, fôsse entregue ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, no dia em que iria caber ao antigo Secretário-Geral do I B G E proferir a segunda conferência do "Curso de Informações". Salientou, ainda, o Delegado da Bahia, que a homenagem constituía mais uma honra para a Assembléia-Geral do que para o homenageado.

No mesmo sentido pronunciou-se o Sr. RAUL LIMA, representante do Ministério da Agricultura, após referir que tendia homenagem à sinceridade com que o Sr. RUBENS PÔRTO manifestara ao plenário a dúvida que lhe suscitara a proposição em causa, apesar de inteiramente solidário com os seus objetivos. Fi-

nalmente, foi o projeto aprovado por aclamação, transformando-se na Resolução n.º 445, que "proclama o Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS membro permanente do Conselho Nacional de Estatística" Anunciada, pelo Presidente, a presença, na Casa, de uma Delegação da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia, que viera trazer as saudações dessa ala do Instituto, foi designada uma Comissão de recepção, composta dos Srs Conselheiros CARLOS ALBERTO GONÇALVES, RAUL LIMA e ANTÔNIO LUGON O Coronel ADYR GUIMARÃES saudou os membros da Assembléia, em nome dos visitantes, e o Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA, Delegado do Território do Amapá formulou os agradecimentos dos estatísticos Após se retirarem os membros do Conselho Nacional de Geografia, assumiu a direção dos trabalhos o Sr RUBENS PÔRTO, por ter de retirar-se o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

Depois de aprovados os pareceres da Comissão de Organização Técnica sobre os projetos de Resolução ns 17, 18, 19 e 20, e de serem os mesmos encaminhados à Comissão de Redação Final, falaram, a respeito do último dos aludidos projetos, que "formula um apêlo sobre a instalação da primeira colônia-escola baiana", os Srs RAFAEL XAVIER, FELIPE NERY, JOÃO DE MESQUITA LARA, ALBERTO MARTINS, Coronel DURVAL DE MAGALHÃES COELHO, CLÓVIS PENA TEIXEIRA, THOMAZ GOMES DA SILVA e JOAQUIM RIBEIRO COSTA Seguiu-se a discussão do projeto de Resolução n.º 21, que aprova as contas do Conselho, e do respectivo parecer da Comissão de Tomada de Contas, os quais, aprovados por unanimidade, foram encaminhados à Comissão de Redação Final O Presidente solicitou aos Delegados a restituição, devidamente informado, do formulário concernente ao Boletim Individual destinado à coleta de dados sobre Estatística Criminal, a fim de poder realizar uma "mesa redonda", para debate do assunto

Oitava reunião — Realizou-se no dia 11, assumindo a presidência o Sr RUBENS PÔRTO, na ausência eventual do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES Foram lidas mensagens dos Governadores dos Estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Mato Grosso, agradecendo a comunicação relativa à instalação da Assembléia-Geral; da família JOÃO BASTOS e da viúva ARTUR RAMOS, agradecendo os votos de pesar aprovados pelo plenário; e do Sr REMY GORGA, Delegado do Rio Grande do Sul, outorgando ao Sr JOSÉ RUBENS MANTOVANI poderes para representar esse Estado na Assembléia Aproximaram-se votos de congratulações com a Associação Brasileira de Imprensa, Sindicato de Jornalistas Profissionais e todas as associações congêneres dos Estados, pela passagem do Dia da Imprensa, e de agradecimento pela colaboração que têm prestado ao Conselho Apresentados os projetos de Resolução ns 22, 23, 24 e 25, entrou em primeira discussão o projeto n.º 8, que "homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho", o qual foi enviado à Comissão de Organização Técnica

Tendo de retirar-se o Sr RUBENS PÔRTO, passou a dirigir os trabalhos o Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA Em primeira dis-

cussão o projeto n.º 12, dispondo sobre a adoção de um sistema uniforme de classificação de mercadorias destinado às apurações do comércio interestadual, manifestou-se o Sr JOAQUIM RIBEIRO COSTA, que solicitou dispensa de interstício para o mesmo, a fim de que a matéria pudesse ser imediatamente discutida, uma vez que fôra objeto de "mesa redonda", a que compareceram quase todos os Delegados Declinou, então, a Sra. GLÁUCIA WEINBERGER, representante do Ministério da Fazenda, que o Serviço de Estatística Econômica e Financeira era contrário ao projeto por entender que o Código de Classificação de Mercadorias deve ser elaborado em caráter definitivo, após minucioso estudo que elimine as imperfeições constantes quer da atual classificação adotada pelo Serviço, quer da que fôra proposta Acrescentou que os Estados que não dispõem no momento, dessa classificação, poderiam provisoriamente utilizar a usada no momento pelo S E E F Na qualidade de Presidente da Comissão de Organização Técnica, e em face das divergências suscitadas, manifestou-se o Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA contrário à dispensa de interstício solicitada, tendo sido o projeto encaminhado à aludida Comissão, após encerrada a discussão

O Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA solicitou dispensa do interstício para que os projetos ns 22 a 25 fôsem submetidos imediatamente à primeira discussão Aprovada a proposta, anunciou o Presidente a discussão do projeto n.º 22, falando o Sr RAFAEL XAVIER, a fim de salientar as dificuldades que se apresentariam à entidade para manter aviões próprios, obter a construção de campos de pouso e outras medidas necessárias, e solicitar que o autor do projeto, Sr MOACIR MARTINS DE OLIVEIRA, Delegado de Goiás, concordasse em transformá-lo em indicação à Secretaria do Conselho Após esclarecer os objetivos da sua iniciativa, o Sr MOACIR MARTINS DE OLIVEIRA aceitou a sugestão do Sr RAFAEL XAVIER, sendo a indicação aprovada, após se pronunciarem sobre a matéria os Srs Lúís PERQUITO e o representante do Ministério da Aeronáutica, Major ÁLVARO BARBOSA Tiveram encaminhamento à Comissão de Organização Técnica os projetos ns 23, 24 e 25, esclarecendo o Secretário-Geral que o de n.º 24 apenas consubstanciava as deliberações tomadas, em "mesa redonda", pelas seis Comissões constituídas pela Assembléia-Geral Seguiu-se a leitura do parecer da Comissão de Organização Técnica e do substitutivo por ela apresentado, reunindo os projetos de ns 1, 2 e 10, que se transformaram na Resolução n.º 446, que "estabelece providências para o aperfeiçoamento das estimativas da produção agropecuária" Depois de lidos os pareceres da Comissão de Redação Final, sobre os projetos ns 3, 7, 9, 11, 14, 15 e 21, foram os mesmos aprovados, passando a constituir, sucessivamente, as Resoluções ns 447, que "fixa princípios gerais para a observância na imposição de penalidades por omissão, recusa ou fraude de informações estatísticas"; 448, que "registra o pronunciamento do Conselho sobre uma contribuição ao Glossário Brasileiro de Ocupações"; 449, que "traz o aplauso do Conselho à realização do XIII Congresso Brasileiro de Es-

peanto e exprime votos"; 450, que "exprime congratulações à Associação Brasileira dos Municípios e manifesta a adesão do Conselho às idéias consubstanciadas na Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais"; 451, que "formula apêlo em prol do ensino obrigatório do preenchimento dos livros e questionários do Registro Escolar"; 452, que "salienta a significação das atividades da U N. E S C O e formula aplausos"; 453, que "aprova as contas do Conselho"

O Sr. JOSÉ RUBENS MANTOVANI transmitiu à Mesa e ao plenário as despedidas do Sr. REMY GORGA, Delegado do Rio Grande do Sul, que fôra obrigado, por motivo de saúde, a regressar ao seu Estado. Por proposta do Sr. RAFAEL XAVIER, a Casa aprovou um voto de aplauso ao Diretor do Serviço de Estatística da Produção, Sr. RAUL LIMA, pelo excelente trabalho apresentado sobre a população pecuária do País, distribuída por Municípios

Encerrada a reunião, o Presidente anunciou a realização, no mesmo local, daí a instantes, da Segunda Conferência do Curso de Informações, a cargo do Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS e subordinada ao tema "A Estatística Brasileira e a Reforma Social"

Nona reunião — Prosseguiram os trabalhos no dia 12, pela manhã, ocupando a presidência o Sr. RUBENS PÔRTO, na ausência eventual do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES. Foram lidos telegramas dos Governadores dos Estados do Amazonas e do Pará, o primeiro agradecendo as congratulações pelo centenário da elevação do Amazonas à categoria de Província, e, o segundo, a comunicação relativa à instalação da Assembléia-Geral. Com a palavra, o Sr. FELIPPE NERY propôs, com aprovação da Casa, um voto de pesar pelo falecimento, em circunstâncias trágicas, dos Srs LAURO FARANI DE FREITAS e Deputado GERCINO COELHO, ambos solícitos colaboradores da obra do Instituto. A essa proposição associou-se o Sr. RAFAEL XAVIER, que manifestou o pesar da Secretaria-Geral pelo desaparecimento dessas figuras da vida político-administrativa da Bahia. Na qualidade de Presidente da Subcomissão constituída em "mesa redonda" para apreciar a questão da federalização dos órgãos estaduais de estatística, o Sr. ALBERTO MARTINS encaminhou uma indicação, aprovada pela Assembléia, nos seguintes termos:

"Considerando que transita na Câmara dos Deputados, por iniciativa do Deputado DOLOR DE ANDRADE, um projeto de lei que federaliza os órgãos centrais regionais de estatística e dá outras providências correlatas;

considerando que o assunto já fôra, antes mesmo dessa iniciativa do Legislativo Federal, objeto de pronunciamento do Conselho Nacional de Estatística, em uma de suas últimas Assembléias-Gerais;

considerando que em virtude dêsse pronunciamento ficara a Junta Executiva Central incumbida de estudar convenientemente o assunto, a fim de que pudesse esta Assembléia-Geral solucioná-lo de modo a serem atendidos os legítimos interesses em jogo, sem quebra, todavia, dos princípios convencionais;

considerando, porém, que, por motivos ponderáveis, a Junta se viu impossibilitada de dar integral desempenho à missão que lhe fôra outorgada;

considerando, por outro lado, que a Secretaria-Geral do Conselho, tendo em vista recomendações formuladas e tomando conheci-

mento da mencionada proposição legislativa, houve por bem dirigir-se ao seu autor, por meio de correspondência ou de emissários especiais, para prestar-lhe esclarecimentos de caráter técnico e legal;

considerando ainda que, se votado e sancionado, afinal, o projeto em causa, a lei se tornaria inexequível pela sua manifesta inconstitucionalidade e por atentar contra os fundamentos jurídicos da Convenção Nacional de Estatística;

considerando, entretanto, que o problema, embora a sua complexidade, deve merecer imediato e cuidadoso estudo por parte dêsste Conselho e dos governos interessados na matéria, cujos esforços devem convergir no sentido de ser encontrada a melhor e mais rápida solução,

Indicamos que a Secretaria-Geral, em face das considerações supra e dos precedentes, promova as diligências que se tornarem necessárias, para a adequada solução do caso, e examine a possibilidade da convocação de Nova Convenção Nacional de Estatística, se ocorrer a hipótese de não chegar a uma conclusão satisfatória o estudo a que tiver procedido. A Secretaria-Geral formulará novo apêlo ao illustre autor do projeto em debate, para que admita a colaboração do Conselho e dê, assim, à sua propositura feição mais consentânea com os requisitos de ordem técnica e jurídica. A Secretaria-Geral deverá dar conhecimento, aos órgãos regionais, dentro de seis meses, do resultado dos estudos relativos ao assunto."

Otteve, também, aprovação uma indicação apresentada pelo Sr. ALDEMAR ALEGRIA relativa ao levantamento biográfico dos signatários da Convenção Nacional de Estatística. Foi, em seguida, apresentado o projeto de Resolução n.º 26, que "aplaude movimento associativo dos servidores da Secretaria-Geral do Conselho e dá outras providências", para a qual o Sr. JOÃO DE MESQUITA LARA solicitou, com anuência da Casa, dispensa de interstício, a fim de que fôsse submetido imediatamente à primeira discussão. Pôsto em segunda discussão o projeto n.º 5, recomendando o estudo de plano de coleta estatística, declarou o Sr. ANTÔNIO LUGON que o Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo estava pronto a remeter o material relativo ao plano em debate às repartições congêneras que manifestassem interesse pelo seu estudo. Esclarecendo que não participara da primeira discussão do projeto em virtude de se achar ausente do recinto, desincumbindo-se da missão de levar as homenagens do plenário ao Conselho Nacional de Geografia, o Sr. FELIPPE NERY lembrou que a delegação da Bahia apresentara, numa das Assembléias anteriores, proposição semelhante, retirada em face de solicitação do Sr. HEITOR BRACET, então Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Apoiado o parecer da Comissão de Organização Técnica, foi o projeto, finalmente, enviado à Comissão de Redação Final.

Seguiu-se a leitura, discussão e aprovação de pareceres daquela Comissão sobre os projetos de Resolução ns 8, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24 e 25. O projeto n.º 12, relativo ao Código de Classificação de Mercadorias, teve pronunciamento contrário da Sra GLÁUCIA WEINBERGER, que encaminhou à Mesa uma declaração de voto, após esclarecer que sua opinião não representava uma atitude de intransigência e, sim, de defesa de princípios. Na qualidade de Presidente da Comissão de Redação Final, o Sr. CLÓVIS PENA TEIXEIRA declarou

que a mesma já emitira parecer sôbre alguns dos projetos acima mencionados, para cuja terceira discussão solicitou dispensa de interstício Concedida a dispensa, converteram-se os projetos ns 8, 16, 17, 18, 19, 20, 23 e 25, respectivamente, em Resoluções com os seguintes números e ementas: N° 454 — "Homologa as deliberações das Juntas Executivas do Conselho"; N° 455 — "Formula apêlo ao Egrégio Tribunal de Contas da União"; N° 456 — "Consigna votos a respeito do VII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem"; N° 457 — "Formula congratulações e agradecimentos a respeito do VI Recenseamento Geral"; N° 458 — "Salienta a importância para o Brasil, da realização, em nosso País, da XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, em 1955, e formula votos"; N° 459 — "Formula um apêlo sôbre a instalação da primeira Colônia-Escola baiana"; N° 460 — "Incorpora aos Anais do Conselho deliberações de interesse para a estatística continental e formula um apêlo ao Instituto Interamericano de Estatística"; N° 461 — "Expõe votos sôbre o Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos e dá outras providências" A respeito do projeto n° 20, o Sr ALBERTO MARTINS sugeriu uma emenda, que foi aceita pelo relator da Comissão, Sr JOAQUIM RIBEIRO COSTA

O Secretário-Assistente declarou que se encontrava sôbre a Mesa um projeto de Resolução relativo à organização das Comissões Técnicas, o qual não fôra distribuído aos Delegados porque, de acôrdo com a tradição, a eleição dos membros dessas Comissões dependia de entendimentos entre a Secretaria-Geral e os representantes do sistema regional, de maneira a nelas serem representadas tôdas as Unidades Federativas Consultou, então, o plenário se concordaria em que o projeto fôsse lido e a Secretaria-Geral autorizada a completar as Comissões, após concluídos aquêles entendimentos, manifestando-se o plenário favoravelmente à consulta e deliberando fôsse o projeto, com dispensa de interstício, submetido imediatamente à primeira discussão Encerrada esta, o Sr ANTÔNIO LUGON, na qualidade de Relator da Comissão de Organização Técnica, emitiu parecer oral favorável à aprovação do projeto, logo após encaminhado à Comissão de Redação Final O Sr ALDEMAR ALEGRIA, Delegado do Rio de Janeiro, encaminhou à Mesa uma indicação manifestando as congratulações da Assembléa às Confederações Nacionais da Indústria e do Comércio, pelo êxito da Conferência das Classes Produtoras, realizada em Ataxá, em julho do ano passado, e propôs um voto de congratulações com o Governador do Estado do Rio de Janeiro, pela conclusão da barragem da Usina Elétrica do Macabu, que, dessa forma, passou a constituir uma realidade altamente benéfica para a economia do Estado Deliberou a Assembléa que ambas as indicações constassem da ata dos trabalhos

Décima reunião — A décima e última reunião verificou-se à tarde do mesmo dia, assumindo a presidência o Sr RUBENS PORTO, na ausência eventual do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES O Sr PAULO PIMENTEL, De-

legado de Pernambuco, solicitou informações à Mesa sôbre as providências tomadas com o objetivo de obter-se a restauração do Departamento de Estatística de São Paulo. O Presidente refeiu a indicação apresentada sôbre o assunto, em reunião anterior, pelo Sr ALBERTO MARTINS, e o Sr RAFAEL XAVIER fez breve exposição a respeito dos entendimentos encaminhados pela Secretaria-Geral, com aquêlo objetivo, junto aos poderes competentes, aludindo à iniciativa da organização de uma *Sinopse Estatística de São Paulo*, em que serão reunidos dados numéricos os mais completos e atualizados sôbre o Estado. O Sr ANTÔNIO LUGON, Delegado do Espírito Santo, solicitou providências da Secretaria-Geral no sentido de que fôssem atendidos, quando da organização da pauta de trabalhos da próxima sessão da Assembléa-Geral, os dispositivos da Resolução n° 52, relativamente à distribuição prévia dos projetos de Resoluções que envolvam matéria de natureza técnica

O Sr RAFAEL XAVIER informou que haviam sido distribuídos exemplares de duas análises do Laboratório Estatístico sôbre a economia agropecuária dos Estados do Amazonas e Pernambuco, com base nos resultados do censo agrícola de 1940, solicitando a atenção da Casa para êsses trabalhos Foram lidos e aprovados os pareceres da Comissão de Organização Técnica sôbre os projetos de Resolução ns 26 e 27, bem como os da Comissão de Redação Final sôbre os de ns 5, 12, 26, 27 e 24, que se transformariam, respectivamente, nas Resoluções ns 462, que "recomenda o estudo do Registro Policial, instituído no Estado do Espírito Santo para servir de fonte às estatísticas policiais"; 463, que "dispõe sôbre a adoção de um código para a classificação das mercadorias que aparecem no comércio por vias internas"; 464, que "aplaude movimento associativo dos servidores da Secretaria-Geral do Conselho e faz recomendações"; 465, que "elege os membros das Comissões Técnicas do Conselho e dá outras providências"; e 466, que "aprova a Consolidação das Resoluções da Assembléa-Geral do Conselho e dá outras providências"

O Sr CLÓVIS PENA TEIXEIRA agradeceu, em nome do plenário, as atenções que merecera da Presidência e da Secretaria-Geral, bem como a assistência que havia tido da parte do Secretário-Assistente e dos seus dedicados auxiliares Depois de agradecer as expressões do orador, o Presidente anunciou a realização, às 21 horas do mesmo dia, do encerramento dos trabalhos, no salão de honra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

A SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO

A solenidade de encerramento das Assembléas-Gerais do C N E. e do C N G verificou-se em sessão conjunta, realizada no dia 11, às 21 horas, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, com a presença de altas autoridades, técnicos, estatísticos, geógrafos, intelectuais, além de grande número de funcionários do I B G E e famílias



O Sr. RAFAEL XAVIER, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, lê o seu discurso-relatório, na sessão solene de encerramento das Assembléias-Generais de 1950

Acérrca dos resultados dos trabalhos da Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, pronunciou o Sr. RAFAEL XAVIER, Secretário-Geral desse órgão, o seguinte discurso-relatório:

"Antes de vos fazer, como me cumpre, o relato sucinto dos nossos trabalhos, na Sessão Ordinária que ora finda, permiti-me que lance os olhos ao panorama geral da obra que o nosso Instituto vem construindo, fixe, por instantes, o caminho percorrido, analise diretrizes gerais

Tôda obra humana que vise a perdurar não dispensa êstes momentos de síntese e de meditação. É a hora da auto-crítica, da cuidadosa análise dos rumos assentados, do exame da ação desenvolvida e dos motivos que a determinam e justificam. Deixam-se de lado, por um instante, os instrumentos do trabalho quotidiano e encaram-se as idéias gerais que constituem o alvo maior do esforço diário.

Nesse exame crítico não podemos fugir — nós, do Instituto — ao grato sentimento do dever cumprido. A obra nacional do I.B.G.E. afirma-se no cenário da vida brasileira como empreendimento capaz de influir, decisivamente, nos rumos de uma civilização. Já existe, ou, pelo menos já tem manifestações promissoras no Brasil, aquilo que constituiu um dos objetivos mais caros do Instituto — a mentalidade estatística, isto é, a receptividade aos nossos trabalhos, a consciência do seu valor, a nítida compreensão dos seus fins mediatos e imediatos.

Mas, êsse clima favorável ao desenvolvimento dos inquéritos estatísticos não seria alcançado se apenas nos lançássemos à realização das tarefas que constituem a finalidade precípua do Instituto. É a obrigatoriedade legal da prestação de informes, por qualquer pessoa ou entidade, não seria, por si só, a garantia bastante a assegurar o desenvolvimento normal dos serviços.

Tornava-se necessária a propaganda educativa e esclarecedora que difundisse em todo o País o conhecimento do programa de realizações básicas do Instituto. Nessa tarefa o Conselho demonstrou sempre o mais largo des-cottino. A longa série de Resoluções da As-

sembléa-Geral encerra moções, votos, apelos, propostas, sugestões aos governos, aos grupos profissionais, às várias correntes de opinião, às entidades de diverso matiz, representativas da atividade pública ou privada, em seus múltiplos aspectos, enfim todo um vasto temário de iniciativas tendentes a pôr em contacto a vida do país com os trabalhos do Instituto.

O I.B.G.E. solidarizou-se com os mais nobres movimentos da opinião pública, participou e participa, ativamente, da campanha municipalista, prestigiou as iniciativas relacionadas com o estudo dos problemas brasileiros, estimulou, com o seu aplauso, as reformas administrativas bem orientadas, procurando sempre, em tudo isto, destacar a necessidade do exame estatístico das realidades nacionais, para o conveniente equacionamento das questões e sua solução.

Essa tarefa ingente de criar clima propício aos trabalhos estatísticos e geográficos, desenvolvida com o maior entusiasmo desde as primeiras horas da existência do I.B.G.E., vai, já hoje, produzindo magníficos resultados. A administração pública, e, em escala crescente, as atividades privadas voltam-se, compreensivamente, para o estudo dos fatos, à luz da informação geográfico-estatística, antes de formularem e de darem desenvolvimento a qualquer programa prático. Essa verdade tão simples, que é a necessidade de "conhecer para prever, a fim de prover", já não é, como em épocas anteriores, uma noção difusa, de sentido impreciso, senão postulado pacífico, idéa definitivamente admitida e aceita.

Eis um fato, Senhores Conselheiros, que vos confere título desvanecido: Agindo a bem da Estatística e da Geografia, atuastes, ao mesmo tempo, tão profundamente sobre os hábitos de trabalho dos responsáveis pela coisa pública no Brasil, que conseguistes, nesta breve fase da vida do Instituto, a implantação ou, quando menos, o reconhecimento, do processo capaz de dar bases objetivas ao estudo e solução dos problemas brasileiros.

É possível dizer que, já hoje, está definitivamente consolidada a obra do Instituto. Aperfeiçoamento e reajustes que venham a ser efetuados constituirão simples trabalho de acabamentoo.

Feito à semelhança da própria imagem da Federação Brasileira, constitui o I B G E um consórcio natural de forças vivas. O princípio da cooperação interadministrativa — que será sempre o seu princípio — não lhe traz apenas as vantagens da coadjuvação harmônica das três órbitas governamentais no objetivo comum de administrar eficientemente. Imana os esforços de brasileiros de todos os quadrantes, no ambiente de entusiasmo e de profunda cordialidade em que vimos trabalhando.

Nesta Décima Sessão Ordinária do Conselho, mais uma vez se reafirmou em espírito de cooperação esclarecida e mútua confiança que tem caracterizado a nossa organização, desde os primeiros tempos de sua existência.

Na hora presente, mais que em qualquer outra, precisamos manter essa unidade de propósitos, essa comunhão de esforços que tão fácil e compreensivamente acolhemos como princípio indelével de uma filosofia de ação. A prática das liberdades públicas, se leva ao campo em que a crítica pouco esclarecida pode ser voltada contra o Instituto, por outro lado permite que a nossa união atue com o máximo da sua eficácia e a defesa do nosso sistema se realize com todo o seu poder de convicção, destruindo inverdades, esclarecendo dúvidas, evidenciando verdadeiro interesse público. As increpações que nos forem dirigidas responderemos então com a demonstração inextinguível de que a estrutura do I B G E informa-se nos princípios consagrados pela Constituição de 1946; que ela é a que melhor atende às exigências de serviços de âmbito nacional como a Geografia e a Estatística; e, finalmente, que o efetivo das realizações do I B G E., a contar de 1934, ano em que foi criado, significa a prova prática da adaptação do organismo aos fins a que foi destinado.

*
**

Passo agora ao cumprimento estrito das disposições regimentais, fazendo-vos o relatório dos trabalhos da X Sessão Ordinária do Conselho. Foram realizadas 10 reuniões, nelas debatendo-se matéria técnica, administrativa e cultural de grande interesse para o Instituto.

Devo salientar desde logo, como se impõe, a homenagem prestada pela Assembléia a MARIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, conferindo-lhe em Resolução, que há de ficar, em nossos Anais, como um documento histórico de alta significação, o título de "Membro Permanente do Conselho Nacional de Estatística". Sejam pouco expressivas quaisquer palavras para traduzir o entusiasmo de todos, ao tribuarmos esta homenagem ao mestre incomparável, ao companheiro querido, no momento em que deixa o seu posto de luta, no cenário estatístico.

A proposta não chegou propriamente, a se consubstanciar em projeto, como em geral ocorre com as deliberações do Conselho, porque, por unanimidade, em verdadeira aclamação, foi aceita, desde logo, como Resolução do Plenário, num movimento magnífico de consagração ao grande brasileiro que é TEIXEIRA DE FREITAS, a quem o I B G E, com este preito de reconhecimento público por tudo quanto lhe deve, não permitiu se afastasse definitivamente das lides estatísticas, por não poder dispensar-lhe a palavra esclarecida e a assistência vigilante.

Dentre as deliberações de ordem técnica, cumpre ressaltar várias resoluções, destacando-se a que dispõe sobre os levantamentos da produção agropecuária, a que determina a adoção de um sistema uniforme de classificação de mercadorias, destinado às apuações do comércio interestadual, e a que recomenda a estudo o plano de coleta adotado pelo Departamento Estadual de Estatística do Estado do Espírito Santo no levantamento da Estatística Policial. A experiência vinha reclamando o primeiro dos atos citados como providência indispensável, a fim de atender-se à necessidade de unificação dos critérios de crítica dos instrumentos de coleta denominados Cader-

no D, mediante a harmonização de orientações díspares. Ficou prevista a adoção uniforme, pelos órgãos regionais, de regras e instituições, para a crítica, sob a orientação estabelecida pelo órgão federal centralizador dos dados, o Serviço de Estatística da Produção. Previu-se igualmente a realização de estágios, no S E P, dos funcionários dos órgãos regionais encarregados do levantamento da estatística agropecuária. Determinou-se, ainda, a colaboração da Secretaria-Geral do Conselho, não somente para a efetivação desses estágios, como também para a criação de uma assistência técnica especializada com o fim de aperfeiçoar as estimativas. E na mesma ordem de objetivos cuidou-se de integrar, nas Juntas Executivas Regionais, representantes dos serviços agrícolas, além de recomendar-se a organização das comissões distritais de informantes.

A segunda Resolução já mencionada é de particular significação para as estatísticas do comércio interestadual. Prevê o exame, pelos órgãos regionais, da classificação de mercadorias, elaborada pela Secretaria-Geral, a fim de ser a mesma classificação adotada obrigatoriamente como código, por todas as repartições incumbidas do levantamento das fontes internas de comércio. Essa estatística vem preocupando seriamente o Instituto, pois os seus resultados constituem elementos preciosos de orientação econômica e administrativa, infelizmente ainda não obtidos na sua totalidade.

A terceira Resolução antes referida, a que recomenda a estudo o plano de coleta adotado pelo Departamento do Espírito Santo para a estatística policial, procura preencher, nesse setor, a falta de fontes de coleta primária dos informes. A estatística policial tem como informantes naturais as delegacias de polícia, notoriamente desprovidas de meios para o registro regular dos fatos que servem de base às indagações estatísticas. É recomendado, então, o estudo, pelos órgãos Regionais, do plano elaborado por JÚLICE DE ALMEIDA, Diretor de Divisão do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo, plano esse que compreende seis livros de registro e normas de coleta, codificação e tabulação.

A já hoje extensa regulamentação das atividades do Instituto, no setor da Estatística, fixada pelo Conselho em grande número de Resoluções, complementadas por outras tantas da Junta Executiva Central, e por Atos do Presidente, constituía um conjunto de disposições orgânicas e normativas sem sistemática adequada que permitisse consulta pronta e fácil exame de todo e de cada uma de suas partes. Fazia-se mister consolidar esse material legislativo dentro de um esquema geral, em Resolução única. O problema foi, na Sessão deste ano, encareado pelo Conselho, que aprovou a "Consolidação das Resoluções da Assembléia-Geral", apresentada pela Secretaria-Geral, mandando seja observada, como deliberação do Conselho, até a reunião da Décima-Primeira Sessão Ordinária, quando serão revistos os seus dispositivos. No intervalo das duas Sessões, a atual e a de 1951, será efetuado cuidadoso exame das normas consolidadas. Ficou especialmente recomendado esse estudo às Juntas Executivas Regionais de Estatística, aos órgãos centrais e filiados do sistema e aos membros das Comissões Técnicas do Conselho, que deverão apresentar à Secretaria-Geral, até 31 de dezembro do ano em curso, as suas observações. Recebidas tais sugestões, o novo texto da Consolidação, com as modificações introduzidas, será distribuído aos mesmos órgãos, com a antecedência de, pelo menos, três meses, da XI Sessão Ordinária da Assembléia-Geral, que deverá aprovar o texto definitivo.

A fixação de princípios gerais que norteiam a aplicação de penalidades por omissão, recusa ou fraude de informações estatísticas, foi outro assunto que mereceu particular atenção do Conselho. Não será demais destacar a grande importância dessa matéria; devo lembrar, aliás, que várias leis federais e estaduais asseguram a obtenção de informes estatísticos, cominando penalidades que vão de simples multa até a interdição de estabelecimentos con-

merciais ou industriais Constitui problema grave a aplicação eqüânime dessas penas e o Conselho soube apreciá-lo com elevação de vistas e as cautelas que se impunham, a bem do prestígio da estatística nacional. Fixou-se, inicialmente, o princípio geral de que as disposições de lei que determinem a aplicação de penalidades devem ser entendidas como correspondendo a medidas coercitivas de caráter preventivo. Admitiu-se igualmente — sem que isto destitua as garantias asseguradas aos inquiridos — a necessidade do recurso aos meios suasórios para a obtenção dos informes, antes de qualquer procedimento que venha resultar na cominação de penalidades. E estabeleceram-se regras gerais de aplicação de multas, particularmente no que toca à graduação da pena, atendidas as condições fundamentais de maior ou menor gravidade da infração segundo ocorra simples omissão culposa, omissão dolosa, recusa ostensiva, fraude e ainda desatenção, desrespeito ou desacato às autoridades estatísticas ou reincidência. Quanto ao documentário da infração, ficaram previstos, igualmente, princípios gerais capazes de impedir irregularidades, destacando-se o de que nenhum informante será punido sem a organização do competente processo.

Em outra Resolução o Conselho exprimiu congratulações ao Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, pelo lançamento da "Nomenclatura Rural", considerando-a valiosa contribuição para o glossário das ocupações exercidas no Brasil. Sugeriu, em outro ato, aos Governos dos Estados e Territórios que mantêm cursos de preparação de professores, a inclusão, como matéria obrigatória, do ensino da escrituração dos modelos que constituem o Registro Escolar, a fim de assegurar o correto aproveitamento desse material de coleta estatística.

A atuação própria administrativa do Conselho, relacionando-se com a sua economia interna e a dos órgãos que a integram, traduziu-se em várias Resoluções: a que aprovou as contas do Instituto com base no parecer da Comissão de Tomada de Contas, emitido após longo e minucioso exame da documentação contábil, realizada na Secretaria-Geral; a que homologou as deliberações das Juntas Executivas, — Central e Regionais; a que dispôs sobre a composição das Comissões Técnicas do Conselho. Matéria administrativa de particular significação para o Conselho foi tratada na Resolução em que se formula apelo ao Egrégio Tribunal de Contas da União, no sentido de manter a jurisprudência firmada por aquela própria corte de justiça especializada, segundo a qual são dispensados de concorrência pública, "ex-vi" do disposto na alínea b do Art. 51 do Código de Contabilidade da União e da alínea b do Art. 246 do seu Regulamento, desde que examinados e aprovados pelo Ministro de Estado respectivo os contratos de fornecimento de equipamento para apurações mecânicas. A fundamentação do apelo do Conselho é das mais expressivas e seguras.

Aplaudiu o Conselho o movimento associativo de que resultou a campanha Ibgiana contra a Tuberculose. Em expressivas palavras, salientou a Assembléia-Geral nos considerandos da respectiva Resolução, o significado social e humano dessa nobre iniciativa, congratulando-se com os seus promotores e recomendando à direção do Instituto a concessão de todas as facilidades para a consecução de seus objetivos.

Os trabalhos do VI Recenseamento Geral do Brasil mereceram, como não podia deixar de ocorrer, a atenção do Conselho. O Plenário congratulou-se com as autoridades públicas e com o Povo Brasileiro pela realização, em ambiente de ordem, entusiasmo e perfeita compreensão, em todo o País, do grande empreendimento, exprimindo o seu louvor aos servidores do Instituto a cujo cargo ficaram as tarefas censitárias e manifestando agradecimentos às autoridades e a quantos prestaram o seu concurso para o bom êxito dos trabalhos. Afirmou, finalmente, a Assembléia, de forma expressiva, a sua confiança em que os órgãos executivos responsáveis desenvolverão todos

os esforços para que os resultados gerais do Recenseamento Geral de 1950 sejam apurados e divulgados dentro do menor prazo possível, a fim de que possa o Brasil tirar todo o proveito desse grande balanço de suas realidades econômicas e sociais.

Ficou, em outro diploma, salientada a importância da realização, em nosso país, da XXIX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, em 1955. Objeto mais amplo do que o destaque das atividades estatísticas nacionais, visou o Conselho, ao ressaltar a importância da realização, no Brasil, dessa assembléia da instituição máxima da estatística mundial. Será esta a primeira Sessão do órgão internacional a realizar-se na América do Sul, significando, portanto, mais que uma efeméride puramente estatística, pois constituirá também acontecimento social e cultural que honrará a comunhão brasileira. A Resolução do Conselho ressalta ainda as vantagens de ordem prática e de natureza técnica que decorreriam para a estatística das Américas se, também em 1955, fôsse realizado no Brasil um Congresso Interamericano de Estatística, bem como a reunião da Assembléia-Geral do Instituto Interamericano de Estatística. Para esse fim, a Presidência do I.B.G.E. foi autorizada a representar ao Governo Brasileiro, no sentido de que possibilite a aludida reunião das entidades internacionais, formulando, a esse respeito, os convites necessários.

Problemas outros, de ordem cultural e social, não escaparam às cogitações do Conselho. Como já salientei nas palavras iniciais deste relatório, não se tem preocupado a estatística brasileira exclusivamente com os seus problemas, considerando, bem ao contrário, que um contacto mais íntimo com as questões nacionais trará maiores benefícios e eficiência aos próprios trabalhos estatísticos, que serão melhor compreendidos e aceitos quanto mais presentes e lembrados forem os seus préstimos, na oportunidade em que são debatidos e solucionados os demais problemas brasileiros. Cumprindo essa orientação, o Conselho renovou "a sua confiança em que a "Colônia-Escola" constitui a organização mais adequada à obra de renovação do Brasil rural, como núcleo de preparação intensiva e rápida dos grupos sucessivos de famílias chamadas aos benefícios da assistência regeneradora". E formulou encarecido apelo ao Governo baiano para que promova, dentro do mais breve prazo, a instalação da primeira Colônia-Escola na "Vila Poti", nas imediações da Cachoeira de Paulo Afonso. Em seus considerandos, a Resolução do Conselho aponta as investigações e estudos que têm sido realizados à luz de elementos estatísticos e que indicam a instituição da "Colônia-Escola" como capaz de neutralizar, ou, pelo menos, reduzir sensivelmente, o êxodo rural e as condições de desamparo das populações do interior. O recurso à Colônia-Escola é sugerido ao Governo da Bahia como medida correctiva da situação anômala, de chocante miséria, da "Vila Poti", a jovem povoação surgida em junho de 1949, nas proximidades das instalações da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, em Paulo Afonso, e hoje com a população de cerca de cinco mil pessoas.

Formulou ainda o Conselho congratulações com a Associação Brasileira dos Municípios por motivo do êxito alcançado pelo Primeiro Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, realizado em Petrópolis, entre 2 e 9 de abril do corrente ano, com o concurso das Câmaras de Vereadores e dos Prefeitos Municipais de todo o país, manifestando, outrossim, a sua adesão às idéias consubstanciadas na Carta de Princípios, Direitos e Reivindicações Municipais, assinada por ocasião do Congresso. Esse documento, que foi mandado incluir nos anais do I.B.G.E., consagra em sua cláusula IV o princípio da cooperação interadministrativa como capaz de solucionar os problemas governamentais comuns às três órbitas de Governo e destaca, de forma especial, como exemplo a ser imitado, o sistema do I.B.G.E., erigido sobre convênios cuja observância e acatamento a Carta recomenda a todos os Municípios do país.

Devendo reunir-se em 1951, no Recife, o XIII Congresso Brasileiro de Esperanto, sobre o auspicioso acontecimento pronunciou-se o Conselho, traduzindo o seu aplauso e exprimindo congratulações à Liga Brasileira de Esperanto pelos esforços desenvolvidos em prol da mais larga difusão, no Brasil, do ideal esperantista. A bela obra de ação cultural promovida pela U N E S C O, deu ensejo a uma das mais justas e oportunas manifestações de aplauso do Conselho Nacional de Estatística, que registrou, em Resolução, o significado das atividades do aludido órgão internacional, e os benéficos efeitos daí decorrentes para a paz mundial e a compreensão entre os povos, assegurando a mais ampla colaboração do Instituto e fazendo à Secretaria-Geral recomendações especiais neste sentido.

A respeito da realização, em novembro próximo do VIII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, consignou o Conselho o seu aplauso, formulando os melhores votos pelo êxito da importante assembléia de técnicos. Expressou também a sua confiança em que, no Congresso, serão adotadas recomendações que visem a articulação estreita dos serviços rodoviários com os órgãos do Instituto, a fim de ser assegurada a normalização do levantamento das estatísticas do tráfego rodoviário. Ficou igualmente manifestada a esperança de que o Governo da União reconheça a premente necessidade de não mais ser protelada a criação do órgão próprio de coordenação estatística do Ministério da Viação, ou seja o Serviço de Estatística dos Transportes, Comunicações e Obras Públicas, segundo está previsto no Decreto-lei nº 1360, de 20 de junho de 1939.

Apreciando os resultados auspiciosos do Seminário Interamericano de Alfabetização e Educação de Adultos, realizado no Brasil em setembro de 1949, sob o patrocínio da U N E S C O., e considerando que na importante assembléia foi, pela primeira vez, examinado e encaminhado o problema da educação na América Latina com base em farta documentação estatística, graças à cooperação dos serviços estatísticos de todas as nações americanas, o Conselho registrou o seu regozijo pelo êxito daquela assembléia e formulou congratulações com o Departamento Nacional de Educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, o Serviço de Estatística da Educação e Saúde e a direção da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos pela eficiente participação que teve nos trabalhos do Seminário. Congratulou-se, ainda, o Conselho, em ato especial, com os estatísticos de todo o continente, com o Instituto Interamericano de Estatística e com as repartições de estatística da Colômbia, pelo êxito de que se revestiram as reuniões, na cidade de Bogotá, em janeiro do corrente ano, do Segundo Congresso Interamericano de Estatística, da Assembléia-Geral do Instituto Interamericano de Estatística e do Comitê do Censo das Américas para 1950. Mandou, outrossim, incorporar aos seus Anais as Resoluções do mencionado Congresso e do Comitê do Censo das Américas, dada a importância de tais documentos para a estatística nacional.

Um aspecto que considero altamente saudável da Sessão Ordinária que ora se encerra foi o progresso no sentido de libertação do formalismo, com evidente acréscimo de rendimento dos trabalhos. Cada vez mais nos empenhamos em examinar os assuntos com simplicidade, clareza e compreensão. É significativo, nesse particular, o crescente recuso ao debate em "mesa redonda". Quatro encontros dessa natureza não formais, grandemente fecundos, elevaram praticamente a 14 o número de reuniões da Assembléia, estudando providências que se fixaram em Resoluções — referentes à estatística agropecuária e à classificação de mercadorias — ou assentando diretrizes de conduta, como seja em face da idéia de federalização dos órgãos estatísticos estaduais, ou ainda dirimindo dificuldades de ação, como no caso da estatística criminal.

O Curso de Informações funcionou regularmente, como nos anos anteriores. Teve o plenário o prazer de assistir à conferência do

ilustre Deputado DANIEL DE CARVALHO, grande amigo da estatística brasileira, da categoria dos que chamamos "ibgeanos históricos". O tema escolhido pelo conferencista, de viva atualidade para o Instituto, foi "A estatística e o regime federativo". Nesse magnífico trabalho, o seu autor analisou o esquema estrutural do I B G E, evidenciando a perfeita adequação do sistema estatístico brasileiro às imposições da nossa organização política e social.

De MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS ouvimos, em conferência sobre o tema "A estatística e a reforma social", as palavras cheias de idealismo e de ardente entusiasmo criador que são a emanção natural da sua personalidade admirável.

Finalmente, dando cumprimento ao seu programa de visitas, o plenário do Conselho esteve no Serviço Nacional de Recenseamento e no Serviço Gráfico do I B G E, inteirando-se do andamento dos trabalhos. Excursionou pela rodovia Presidente Dutra, conhecendo o trecho da impontante auto-estrada recém-entregue ao tráfego. Efetou, ainda, por meio de uma comissão, a visita de pique ao Conselho Nacional de Geografia, sendo de ressaltar a grande cordialidade reinante nesse encontro e na retribuição recebida.

*
* *

Concluindo o presente relatório, Senhores Conselheiros, peço-vos que aceiteis os agradecimentos da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística pela vossa fidalguia nos debates, pelas demonstrações de apreço que soubestes dispensar ao pessoal que vos auxiliou nos trabalhos e pela compreensão e indulgência que tivestes em face das nossas deficiências.

A vossa fecunda atividade ficará constituindo mais um marco consagrado do esforço patriótico dos estatísticos brasileiros, no cumprimento da sua missão, pelo engrandecimento do Brasil.

Em seguida, coube ao Sr. VIRGÍLIO CORREIA FILHO, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, fazer o seu discurso-relatório, vasado nos seguintes termos:

"Triunfando lestamente dos embaraços que lhe ameaçavam perturbar a marcha dos trabalhos, a X Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Geografia pode ufaná-se dos resultados em menos de duas semanas, nas quais se intercalaram dois domingos e um feriado, que lhe reduziram sobremaneira o número de dias úteis.

Logo de início, auspiciosa notícia despertou alegria geral, quando o representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, Engenheiro FLÁVIO VIEIRA, deu ciência ao plenário da memorável ocorrência que animava os seitores mineiros e baianos.

Ultimada recentemente a ligação Contendas-Brumado-Monte Azul, naquela data se estabeleceu o tráfego ferroviário, embora ainda em caráter provisório, entre a Capital da República e a Cidade do Salvador. Já não haveria a interrupção que, longo prazo, sepelira Montes Claros, estação vanguarda da E. F. Central do Brasil, em Minas Gerais, de Contendas, Bahia, onde esboçou a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Coube ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro promover a junção das ferrovias, que só no trecho de Contendas a Monte Azul se alongaram por 359 quilômetros. Revela notar que os trilhos provieram quase totalmente da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, circunstância que realça a inequívoca significação do empreendimento. O elo entre a rede ferroviária do sul do país e a do norte, que então se estabeleceu, em benefício da hinterlândia e do Brasil inteiro, mereceu os justos aplausos da Assembléia, cujos trabalhos destarte se iniciaram ao calor de compreensível entusiasmo patriótico.

Decidida a provar a sua eficiência, extremou-se pela assiduidade ativa dos delegados, empenhados em contribuir para o cumprimen-

to das relevantes funções, que lhe tocam na organização geográfica brasileira.

E tanto porfiaram, compensando a escassez do prazo previsto para as sessões, que ultimaram resoluções em número avultado, sem prejuízo da qualidade.

De quarenta projetos examinados, nem todos porém se transformaram nas resoluções constantes da relação anexa. No intervalo das sessões, visitaram os delegados mais de uma instituição, em que lhes foi dado observar as fases da elaboração de trabalhos indispensáveis à Geografia. Primeiramente, conheceram o Serviço Nacional de Recenseamento, em cuja chefia RAFAEL XAVIER desenvolveu operosidade fecunda, para garantir o êxito do Censo de 1950, coadjuvado por competente corpo de colaboradores dedicados.

Viam, em outra ocasião, o Serviço Geográfico do Exército, cujo diretor, General DJALMA POLLI COELHO, lhes proporcionou cativante acolhida. Acompanhados pelos coroneiros MOYSÉS CASTELO BRANCO e NELSON DE CASTRO SENA DIAS, percorreram as várias divisões pelas quais se distribuem as atividades respectivas — "geodésia e astronomia — topografia e topologia — fotogrametria e aerofotogrametria — cartografia". Desde as cadernetas de campo, em que se registam as observações dos operadores, com os cálculos ulteriores e desenhos, que lhes permitem a utilização, até a fase final, da carta impressa, tudo lhes foi franqueado ao exame e admiração, de que se fez intérprete o representante do Espírito Santo, CÍCERO DE MORAES. Também decidiram os delegados conhecer a Divisão de Geografia, do Conselho, no mesmo edifício em que se realizaram as sessões da Assembléia.

E a impressão que lhes causou tornou conhecida, mercê das declarações enaltecedoras do representante de Santa Catarina, FELIPE JÚNIOR, que lhes gabou a organização e desenvolvimento dos trabalhos, orientados por metodologia moderna.

Mais demoradamente apreciaram as oficinas gráficas do I B G E, onde almoçaram no domingo último, destinado à excursão pela Estrada Presidente Dutra, que, sem dúvida, constitui excelente prova de aprimorada técnica rodoviária, como tiveram ensejo de verificar. Primeiramente, através da planura onde se expandem os subúrbios, já flanqueada de edificações, cujo número tende a crescer, com a facilidade de transportes a que atende.

Em seguida, ainda pela estrada antiga, mainhando pelas encostas das primeiras elevações da serra do Mar, balisadas pelo Monumento Rodoviário.

Entre as visitas, uma se distinguiu pela sua expressão francamente afetuosas, de acórdio com a tradição mantida pelas Assembléias-Gerais. Trabalham separadamente, mas uma comparece, em hora aprazada, à sessão da outra, para lhe demonstrar sentimento fraternal. Foi o que sucedeu quando, em nome do C. N. E., FELIPE NERY, interpretando os propósitos de ilustres colegas de comissão, maravilhou com a sua eloquência, a Assembléia de Geografia, que lhe respondeu pela voz ponderada do Professor ALFREDO MONTES DE ARAÚJO PINHO. Em retribuição, assistiu à sessão da Assembléia de Estatística, no sábado último, a delegação da ala geográfica, de que foi intérprete o Coronel ADIR GUIMARÃES e os discursos proferidos pelos oradores, nessas oportunidades, revelaram a cordialidade que irmana ambas as alas do Instituto.

Além das visitas mencionadas, por duas vezes compareceram os delegados à sala de conferências do I B G E, para ouvirem a palavra autorizada de professores, que explanaram assuntos de suas constantes investigações.

Na tarde de 5, o Professor FÁBIO DE MACHADO SOARES GUIMARÃES, Diretor da Divisão de Geografia, dissertou a respeito das atividades geográficas desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Geografia, ou, mais restitutamente pela Secretaria-Geral, pois que não considerou as que foram executadas pelos órgãos regionais, por lhe faltar informação atualizada.

Estabelecida a diferença de âmbito entre a Geografia e a Cartografia, que andavam irmanadas até o Século XIX, apontou-lhes a

separação ulterior como simples consequência da divisão do trabalho.

Uma, cuida, de preferência, da mensuração da terra, em maior ou menor extensão, para lhe sintetizar as feições em mapas e cartas, e exige, precipuamente, a preparação matemática.

A outra, examina-lhe as paisagens e fenômenos distribuídos pela sua superfície, para lhe explicar a ocorrência e interpretá-los.

A luz dos ensinamentos de HUMBOLDT, de RITTER, que lhes instituíram os princípios fundamentais, avultou, com seus métodos próprios de pesquisas e postulados, como ciência independente, embora intimamente relacionada com as ciências naturais, que lhe proporcionam meios de estudar a vegetação, a geologia, o clima e demais elementos indispensáveis às suas conclusões, e também com as ciências: Economia, Sociologia, Antropologia, etc. Apesar da relevância adquirida nos grandes moldes antigos, até que surgiu o Conselho Nacional de Geografia, simultaneamente com a atuação de professores insígnies em cátedras fecundas nas Universidades de São Paulo e do Distrito Federal.

Começou a transformação, que em menos de uma década mudou profundamente o panorama.

O Conselho criou, de começo, promissora Seção de Estudos, que foi crescendo, mercê de novas solicitações de trabalhos até se converter na atual Divisão de Geografia.

Tanto opera no campo, como igualmente no escritório. Observa e conclui, ora por iniciativa própria, de ordem puramente científica, ora para atender às determinações oficiais. E assim é que, entre as tarefas que ultimou, incluí-se a delimitação dos territórios federais, de cuja criação, não participou, senão posteriormente, para lhes ageitar as divisões às condições geográficas. Ocupou-se também dos estudos preliminares para a escolha do local mais apropriado à futura Capital do Brasil, constantes de relatórios minuciosos.

Elaborou mapas indicativos da distribuição demográfica, assim como das propriedades rurais, da indústria pastoril, das culturas de cereais, de café, da cana-de-açúcar, devidamente comentados na ocasião.

Aos movimentos da população, todavia, no tempo e no espaço, vem dedicando esforços inintermitentes, para definir as tendências migratórias no país, entre uma contagem e outra.

O confronto dos resultados obtidos pelos recenseamentos de 1920 e 1940 permitiu a representação cartográfica de zonas de crescimento mais ou menos intenso, em contraste com as que regrediam demograficamente.

Os problemas da colonização, articulados com os métodos da utilização do solo, atraem-lhe também as cogitações, conforme indica o atlas respectivo, que se acha em fase de elaboração.

Por solicitação oficial, ainda examinou o Território do Amapá, está investigando o vale do São Francisco e planeia proporcionar ao governo fluminense elementos orientadores do aproveitamento racional da Baixada.

Das excursões realizadas, a Divisão de Geografia registou, somente no último quinquênio:

1946	— uma de que participaram apenas
	dois técnicos;
1947	— quatro, com 32 técnicos;
1948	— nove e 29 respectivamente;
1949	— nove e 32;
1950	— treze e 38

Nessas várias jornadas exploradoras, o percurso alongou-se por 153 mil quilômetros, em que se incluem os trilhados a pé, em cuidada indagação dos fenômenos locais.

Além do melhor conhecimento geográfico das regiões examinadas, expresso em cerca de 68 trabalhos, lucra o Conselho e, portanto, o Brasil, em aumentar o número de especialistas capazes de auxiliarem a administração, com o resultado de suas pesquisas orientadas por modernos princípios científicos.

Para tamanhos cometimentos, necessita mobilizar especialistas bem treinados, que saibam ver e concluir. Esta é a missão educativa do Conselho, que prepara os seus operadores para a prática dos mais modernos métodos, mercê dos cursos de aperfeiçoamento, ou em universidades americanas e europeias, a que foram vários deles, ou pela atuação mais constante e proveitosa de professores estrangeiros, do estofe intelectual de F. RUELLAN, de L. WAIBEL, de P. JANES, de C. JONES, que trabalharam, em prazo maior ou menor, sob os auspícios da instituição "sui generis", que ao conferencista se afigurou única no mundo, pelas suas características.

As iniciativas que em outros países cabem às universidades, realiza-as, no Brasil, o Conselho, que desta maneira completa o ensino ministrado pelas Faculdades de Filosofia, duas das quais contavam em seu corpo docente o admirável animador dos estudos geográficos, Professor DEFFONTAINES, que exerceu influência benéfica na preparação do ambiente cultural propício ao surto do Conselho Nacional de Geografia.

De mais a mais, ainda se lhe expande a função educativa por meio de outros órgãos como a Biblioteca, o Arquivo Corográfico, a Fototeca, reunidas na Secção de Documentação, que elaborou 18 volumes de *Vocabulários Geográficos do Brasil*, ainda inéditos.

Mais diretamente com análogos propósitos, opera a Secção Cultural, por meio dos cursos de férias destinados a professores de geografia, em cooperação com a Faculdade Nacional de Filosofia, ou com a sua responsabilidade exclusiva.

E para os que não podem, por qualquer circunstância, frequentá-los, ainda proporciona o Conselho possibilidades de adquirir maiores conhecimentos, mercê das numerosas publicações que vem editando.

Seiadas, como as obras da Biblioteca Geográfica Brasileira, de que já vieram a lume sete volumes, ou avulsas, ou ainda periódicas, do feito da *Revista Brasileira de Geografia*, trimestral, que já venceu o primeiro decênio de existência, o *Boletim Geográfico*, mensal, contribuem tôdas para a difusão dos ensinamentos da geografia moderna e levar aos centros universitários estrangeiros, que os tem apreciado, a prova de que no Brasil se lhe praticam os preceitos, mercê dos persistentes esforços do Conselho Nacional de Geografia.

Da segunda conferência, incumbiu-se o Diretor da Divisão de Cartografia, Professor ALYRIO DE MATTOS, que explanou o tema referente às "atividades cartográficas" do Conselho.

Distinguiu-lhes, de princípio, duas aplicações, em serviços geodésicos e em produção de mapas.

Entusiasmam-se às maravilhas, mais podem também desenvolver-se independentemente.

A produção abraça o levantamento do mapa, desde a mensuração, até o desenho e impressão. Provém da compilação, que tanto é utilizada nas cartas de 1 para um milhão, como em outras, de 1 para quinhentos mil, ou nas cartas especiais.

Os trabalhos geodésicos, para maior fidelidade na representação da área examinada, estabelecem pontos de amarração, e incluem a Secção de Levantamentos Mistos, que já se aplicam a 2/3 do território baiano, e permitiram a apresentação de 12 fôlhas na escala de 1:250 000, com 95% do trabalho original.

Os processos expeditos, com o controle de coordenadas geográficas e levantamento aerofotográfico "timetogon", ampliaram-se pelas regiões vizinhas, por grande parte dos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí e Goiás, depois de envolver quase tôda a bacia do rio São Francisco e a área de influência da Cachoeira de Paulo Afonso, assim proporcionando fundamentos seguros para os projetos de recuperação econômica do vale essencialmente brasileiro.

A triangulação alongou-se de Torres, no Rio Grande do Sul, por cerca de 1 400 quilômetros, a Goiânia, aproximadamente, acompa-

nhando o meridiano de 49º, com medição geodésica do maior arco dessa espécie já realizada na América do Sul, além de várias ramificações pelos paralelos 20º a 25º Sul.

O nivelamento de alta precisão dilatou-se por 9 000 quilômetros, de sorte que as regiões percorridas dispõem de altimetria segura, que lhes define os acidentes.

Tôdas essas tarefas convergem, sem dúvida, para a elaboração de mapas, de que tanto necessita o País. Mas também se recomendam pelo seu valor científico, uma vez que podem contribuir para o melhor conhecimento do próprio geóide, a que se aplicam. Entre o elipsóide admitido pelos especialistas, como indicativo da forma do globo, e as características que o definem, em cada ponto, pelas coordenadas, verificam-se por vezes anomalias, cuja explicação exige investigações cuidadosas e demoradas.

A Divisão de Cartografia já se deparou uma divergência dessa espécie, ao medi uma das bases em Santa Catarina, entre a praia e a massa montanhosa que lhe corre paralelamente. A diferença verificada em operações esmeradas e repetidas evidenciou a incidência de componentes inesperadas, provenientes das peculiaridades regionais.

A partir de 1941, o Conselho Nacional editou 19 mapas, inclusive o de nove cores, na escala de 1:5 750 000, e o recente, na de 1:5 000 000;

27 cartogramas;
15 fôlhas da Carta Geral, na escala de 1:1 000 000;
9 fôlhas da Carta Geral, na escala de 1:5 000 000;
18 fôlhas da Carta Geral, na escala de 1:250 000.

Assim contribui o Conselho Nacional de Geografia para o conhecimento mais exato do Brasil.

Sou a hora da despedida, sombreada de tons melancólicos.

O convívio, que se torna amistos, em dias contínuos de trabalhos perseverantes, interrompe-se pela dispersão. Cada delegado regressará à sua terra natal, ou retornará aos afazeres costumeiros, lembrados, porém, destes dias inesquecíveis, que lhes permitiram conhecer novos amigos ou rever os antigos, habituados à missão análoga.

Veteranos ou estreantes, porfiaram em ulimar a tarefa que os congregou, inspirados pelo mais radioso idealismo, esquecidos das inquietações da hora que passa.

E acertaram providências, tanto de efêmera duração, como as que se destinam a permanecer.

De influência limitada às regiões a que se referem ou de âmbito mais amplo, transcendam algumas para além das fronteiras.

A organização das Comissões Técnicas, a renovação do mandato dos Consultores Técnicos Nacionais, a eleição da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas, que deverá atuar no próximo exercício, de acordo com as novas normas adotadas, arrolam-se entre as medidas destinadas a vigorar por limitado prazo.

Consideram, outras, a presença da proteção dos sambaquis e grutas, a necessidade manifesta do estudo mais intenso de mais de uma região e de refoço do apêlo aos Estados que não completaram ainda a sua divisão administrativa.

No tocante à Cartografia, cuidou a Assembléia da atualização dos Mapas Municipais, da publicação do mapa da região litorânea São Paulo-Rio de Janeiro, elaborado pela Comissão Mista de Limites, da elaboração das cartas de 1:1 000 000, projeção LAMBERT, cuja relevância a Assembléia acentuou, por aplausos unânimes.

Embora se aplique ao território nacional, esta resolução terá alcance internacional, pois que dispõe sobre a execução de cartas aeronáuticas, de acordo com o sistema adotado para a navegação aérea, praticada, no Brasil, por várias companhias que o ligam aos países estrangeiros.

Semelhantemente, para prestar a sua contribuição ao longo, tratou a Assembléa, de promover a participação do Brasil na V Assembléa do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, em Santiago, de aplaudir a obra cultural da U N E S C O de perfilhar a declaração sôbre a raça, elaborada por seus peritos

Mereceu-lhe aplausos a iniciativa tomada pelo respectivo Diretório Regional, ao editar o *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, bem como a do Estado de Santa Catarina, por ter publicado o *Boletim Geográfico*, de números 1 a 4

Apoiou, ainda, o IV Congresso de Geologia, a reuni-se em outubro próximo e o II Congresso de História da Bahia, promovido para fevereiro de 1951, cujo temário abrange assuntos geográficos

Desta maneira, evidenciou a Assembléa inequívoco propósito de incentivar empreendimentos culturais, de que ainda é exemplo a decisão de publicar o *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, constituída de especialistas abnegados e competentes, que realizam pesquisas interessantes, ainda conservadas inéditas, por falta de disponibilidades financeiras

Assim, estudos geográficos da Baixada Fluminense, para fins de colonização nacional, da Amazônia magestosa, cartas aeronáuticas, mapas municipais, participação em reuniões culturais, entaram nas cogitações da Assembléa, que não se descuidou do lado humano do trabalho

E instituiu melhoria de condições para os servidores do Conselho, cujas tarefas se executam em ambiente insalubre. As questões que lhe foram propostas, a Assembléa resolveu-as com a convicção de não haver outra solução melhor

Decidiu dotar o Conselho Nacional de Geografia de firmes diretrizes para os trabalhos futuros e pôde orgulhar-se de ter contribuído para que o nome do Brasil cada vez mais se auole de glórias científicas, mercê do devotamento à missão que lhes coube dos colaboradores que se dedicaram às pesquisas geográficas e cartográficas, levadas por insopitáveis aspirações de aprender as verdadeiras peculiaridades da terra brasileira e da gente que a povoa

E quanto mais se elevarem no conceito dos sabedores, maiores vantagens colherá o Brasil, a cujo engrandecimento, no âmbito de suas atribuições, se consagra o Conselho Nacional de Geografia, com todos os seus esforços obrários

Em nome da ala federal do C N E, falou o Sr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, representante do Ministério da Fazenda. Foi o seguinte o seu discurso:

"Coube-me a honra de apresentar-vos, Senhores Delegados Estaduais, as despedidas da Delegação Federal a este magno certame, que hoje se encerra. Confesso-vos que, a princípio, vacillei em aceitar tão alta quanto imerecida investidura. E' que, como bem sabeis, sou o mais novo componente da representação federal, pois, há pouco mais de uma semana assumi o cargo, que hoje desempenho, de representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e me julgava, como ainda me julgo, pouco credenciado para a missão, em virtude de minha curta experiência nas atividades do I B G E.

Inibia-me, por outro lado, a minha nenhuma vocação para a oratória, mercê do temperamento por natureza, retraído, e da deformação profissional que o trato das ciências exatas e dos números imprime ao engenheiro e ao atuário. Sentia que não poderia cunhar esta oração naquele labor de estilo e naquela beleza da forma, que, no dizer de RUI BARBOSA, "transformam a pena em escopio e marmorizam o papel"

Meditando, porém, mais sôbre a verdadeira natureza da delicada missão que me cabia, reconheci que sua singeleza e expressividade

não requeriam aquelas qualidades que me falecem, e que, ao contrário, o rebuscado do estilo e a grandiloquência da forma, não lhe eram necessárias, mas ao invés, a prejudicariam, por ocultar o verdadeiro sentido da saudação, que é, antes de mais nada: sentimento, sinceridade. Bastava, portanto, que vos falasse com o coração

Deixemos, pois, em paz os manes de RUI BARBOSA, e baixemos ao terra-terra das palavras simples, mas sinceras, que brotam do coração

Falemos, pois, como amigos, como irmãos da grande família ibgeana

Confesso-vos, caros amigos de todos os Estados da Federação, que foi para nós, delegados federais, um grande prazer este amável e fecundo convívio de 12 dias consecutivos de intenso labor, durante os quais, todos nós, a porfia, não medimos esforços para aplainar as nossas dúvidas, expor as nossas dificuldades, difundir as nossas experiências cotoadas de êxito, enfim estabelecer um mais perfeito entrosamento entre os diversos órgãos a que estão afetas as atividades da estatística brasileira e cujos resultados se consubstanciam nessa magnífica messe de novas resoluções da Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, entre as quais, justo é que se destaque, a Resolução que aprovou a Consolidação das Resoluções anteriores desta Assembléa, a qual, só por si, dará uma relevância inefragável ao labor desta X Assembléa-Geral, a par daquela que proclamou membro permanente do Conselho Nacional de Estatística, o inolvidável TEIXEIRA DE FREITAS

Para mim especialmente, dadas as circunstâncias que apontei no início desta saudação, teve este convívio um significado todo especial. Novo que sou na direção do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, felicito-me por esta oportunidade que o acaso me brindou, de ter a honra e o prazer de conhecer-vos tão cedo. Pois não fóra esta reunião, e vós seres, para mim, durante muito tempo, e eu para vós, nomes apenas que se conheceriam através de assinaturas subscrevendo officios e demais documentos, sotopostas ao palavreado frio e inexpressivo da correspondência oficial

Agora, porém, não. A cada nome correspondêrã uma personalidade, que se conhece e se estima. Uma pessoa, um funcionário dedicado que se viu no trabalho e na luta. Maior será, sem dúvida, o espírito de cooperação, sem o qual nada se contrai e tudo se aniquila

Esse é um dos milagres do I. B. G. E. e uma das razões, senão a única razão, de seu sucesso. O homem isolado nada é e a própria civilização é fruto da cooperação. TEIXEIRA DE FREITAS deu-nos hontem um belo testemunho dessa verdade, enumerando o seu rosário de colaboradores, embora, em sua modéstia, não quisesse reconhecer que, no seu caso, era ele o polarizador e o animador de toda essa magnífica cooperação

Não nos alonguemos, porém

Senhores Delegados Estaduais

Podéis regressar aos vossos Estados satisfeitos convosco mesmos. Executastes um profícuo labor e os resultados promissores das resoluções que tomamos nesta Assembléa, e para as quais cooperastes com o melhor de vossos esforços, em breve frutificarão. Levais certamente em vossos corações, como nós, Delegados Federais, guardamos nos nossos, essa satisfação íntima do dever cumprido e também uma inapagável lembrança das homenagens e do carinho, com que nos procurou cercar a todos a alta direção do I. B. G. E. e a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Formulo-vos, Senhores Delegados Estaduais, do fundo do coração, os mais sinceros votos de felicidade pessoal, os melhores augúrios de boa viagem, e apresentando-vos as despedidas dos Delegados Federais, não desejo empregar convosco a expressão "adeus" que, em seu desconsólo, evoca as palavras de desesperança do corvo de ENGARD FOR — mas um quente e cordial "até breve"

Pela ala regional, falou, de improviso, o Sr FELIPPE NERY, Delegado da Bahia, que agradeceu e formulou despedidas, em nome dos seus companheiros de bancada

Fizeram uso da palavra, ainda, pela ala federal do Conselho Nacional de Geografia, o Comandante ALEXANDRINO DE PAULA FREITAS SERPA, representante do Ministério da Mainha, e, pela ala regional, o Professor ERNESTO CRUZ, Delegado do Pará

Encerrando a solenidade, o Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES salientou o vulto e a significação do trabalho realizado pelas Assembléias-Geais do I.B.G.E., em 1950, e teve palavras de estímulo para com os responsáveis pelo bom andamento dos serviços estatístico-geográficos brasileiros

CURSO DE INFORMAÇÕES

No decorrer das Assembléias-Gerais do C.N.E. e do C.N.G., ambos os Conselhos fizeram realizar Cursos de Informações, destinadas aos representantes das duas alas do Instituto

Foram conferencistas, no Conselho Nacional de Estatística, os Srs Deputado DANIEL DE CARVALHO, que discorreu sobre o tema "A Estatística brasileira e o regime federativo", e M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, que traçou ampla exposição em tóno das relações entre a Estatística brasileira e a reforma social

No Curso de Informações do Conselho Nacional de Geografia, fizeram-se ouvir os Professores FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, que se ocupou das atividades geográficas do C.N.G., e ALÍRIO HUGUENEY DE MATOS, que discorreu sobre as atividades cartográficas do Conselho

HOMENAGEM AO SR. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

No decurso dos trabalhos da Assembléia-Geral do C.N.E., foi prestada expressiva homenagem ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, antigo Secretário-Geral do Instituto, a quem se deve a moderna organização da Estatística brasileira, e, em grande parte, a fundação do I.B.G.E.

Pela Resolução n.º 445, da Assembléia-Geral, foi o Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS proclamado membro permanente do Conselho. No auditório do Instituto, perante as Delegações à Assembléia-Geral do C.N.E., dirigentes do Instituto e grande número de funcionários da Secretaria-Geral do Conselho, pronunciou o Sr. RUBENS PÔRTO, Diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política, e Vice-Presidente do I.B.G.E., o seguinte discurso:

"A vida, tão madrastra tantas vezes na maneira como nos trata, reservou-me hoje uma daquelas poucas e suaves compensações com que, de raro em raro, nos torna menos dura e menos rude a tarefa difícil de viver.

Poique, meu caro Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, a honra de saudá-lo nesta ocasião é sem dúvida um prêmio mais alto do que os poucos méritos que eu possa ter angariado nos meus esforçados labores na atividade pública ou na vida particular

Honra, e honra dobrada, com certeza; pelos mandatários a quem vou, como possa, representar, e pela altíssima personalidade a quem me estou, neste momento, dirigindo

Falar em nome deste Conselho de Estatística, Senado de varões da mais alta competência ao qual a iluminada presidência dessa figura impar de estadista que é JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES confere um novo e fulgurante relêvo, falar em nome do Conselho do qual sou o mais obscuro dos membros, é honra a que jamais aspiraria, na reconhecida consciência de meu demérito. Saudar a TEIXEIRA DE FREI-



O Sr. RUBENS PÔRTO, Vice-Presidente do I.B.G.E., ao discursar, em nome do Conselho Nacional de Estatística, ao ensejo da homenagem prestada ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, pouco antes da leitura da Resolução que proclama o antigo Secretário-Geral do Instituto membro permanente do Conselho



Aspecto da mesa e parte da assistência, por ocasião da homenagem prestada pelo Conselho Nacional de Estatística ao Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS

tas é tarefa que excede a quanto a minha ambição poderia aspirar

Quando, nas luzes crepusculares da madrugada, assoma o sol ao horizonte, sobe dos turbilhões dos vales o incenso homenageante da neblina: assim também não é demais que da humildade da minha admiração comovida suba a sinceridade das minhas palavras para lhe assegurar, D^r TEIXEIRA DE FREITAS, a profundidade emocionada de nossa infinita admiração.

Diu-se ela, em primeiro lugar, e como é funcionalmente justo, ao grande fundador — de fato, mesmo que não de direito — deste Conselho, a quem sempre emprestou o desvelo quotidiano de seu apoio, o estímulo confortador de sua assistência, a orientação segura de sua competência inexcedível de técnico. Não será foia de propósito afirmar, na solenidade deste momento, que, nestes longos anos já vividos, a vida do Conselho se confunde e se entrelaça de tal modo com a vida de TEIXEIRA DE FREITAS que é possível dizer, numa imagem respeitosa e que lhe há de falar com certeza ao grande coração de crente, que o Conselho de certa maneira se encarnou na pessoa querida e amiga de seu grande Secretário-Geral.

De modo que não valerá insistir demasiado nos justos elogios ao nosso homenageado de hoje: já que dizer dos seus méritos será um pouco — e imodestamente — dizer do tanto que fez, e do muito que realizou o Conselho Nacional de Estatística. Por isso, permiti-me, Senhores, que, à saudação ao grande homem público que é TEIXEIRA DE FREITAS, junte eu também, não menos justa ou menos sincera, a afirmação solene e verdadeira de profunda admiração às virtudes pessoais do nosso querido e querido companheiro.

Aos que sobem aos olhos da multidão incumbem uma grave e indeclinável responsabilidade. E' que sobre eles se fixam — como sobre guias exemplares — os olhares inquietos dos homens. Daí decorre, inelutável, o dever de se aproximarem sempre mais na árdua prática das virtudes que fazem mais humano o homem. E TEIXEIRA DE FREITAS não fugiu, pelo contrário, a elas bem se submeteu, às obrigações gravíssimas que dessa sua culminância na admiração de seus contemporâneos para ele decorriam.

Uma honestidade a toda prova, um respeito escrupuloso ao interesse público, o mais acendrado amor e o zelo mais ardente no cumprimento inflexível de seus deveres profissionais e técnicos, uma rigorosa pontualidade na prática das tarefas, tantas vezes pesadíssimas, que lhe cabiam, e, sobre tudo isso, o mais cristão dos sentimentos de fraternidade que fazia dêsse chefe incomparável um incomparável companheiro: tudo isso fez e faz de TEIXEIRA DE FREITAS um padrão luminoso para as gerações que têm a honra de contá-lo entre os seus membros mais ilustres.

Mas, caro Dr. TEIXEIRA DE FREITAS, essas palavras não são, nunca poderiam ser uma despedida. A Resolução que votamos o prende indissolúvel e perpétuamente ao nosso Conselho.

Valem, elas, apenas para lhe afirmar, com a sinceridade profunda de nossa admiração, o comovido sentimento de nossa afetuosíssima amizade."

Muito emocionado, agradeceu o Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, alongando-se em considerações acerca do papel até aqui representado pelo Instituto, na vida do País.

E' o seguinte o texto da Resolução n.º 445:

"A Assembléa-Geral do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando haver o D^r. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS deixado o cargo de Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, afastando-se, conseqüentemente, das funções de membro do Conselho Nacional de Estatística;

considerando, entretanto, que êsse afastamento não fará cessar a sua assistência aos estudos que servem de base às deliberações do Conselho, que tem, como todo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na pessoa do Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, o orientador e guia cujo parecer será sempre ouvido no prosseguimento da obra iniciada em 29 de maio de 1936, de coordenação, aper-

feioamento e expansão da estatística geral e das pesquisas geográficas no Brasil, ao lado de outras iniciativas também da alçada do mesmo Instituto, tendentes ao desenvolvimento da cultura e ao esclarecimento de problemas de cuja solução depende o progresso do país;

considerando que esse fato decorre de uma vinculação espiritual já indestrutivelmente cimentada entre o Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS e o Instituto, cuja fundação é fruto amadurecido de prolongados estudos e perseverante pregação doutrinária de que tem sido fecunda a sua existência de homem público, não apenas pela palavra escrita e falada, mas sobretudo pelos exemplos de dedicação à causa do Brasil, espírito de cooperação, ânimo constitutivo e visão profunda dos problemas nacionais que vem continuamente oferecendo em sua longa carreira de funcionário, toda ela consagrada, por indesviável vocação, às atividades no campo da Estatística e da Geografia;

considerando que os fundamentos de ordem espiritual e intelectual que dão rumo, fôlego e projeção, dentro e fora do Brasil, à obra do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, têm as suas raízes em grande parte firmadas no campo carinhosamente trabalhado por esse grande semeador de mãos puras, coração magnânimo e ineducível patriotismo que é o Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, ao qual já devem de longa data a Geografia e a Estatística inestimáveis serviços resultantes

ração do novo quadro da divisão territorial, administrativa e judiciária do Estado, aprovado pela Lei n.º 843, de 7 de setembro de 1923, que marcou rumos inteiramente novos a esse importante aspecto da vida política do País e veio a servir de modelo para a Lei Federal n.º 311, de 2 de março de 1938, que estendeu os mesmos princípios racionalizadores ao âmbito nacional;

considerando que a vida do Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, desde quando, em 1908, ingressou no serviço público, tem sido toda ela votada à causa pública, principalmente, e com maiores benefícios, no tocante aos levantamentos estatísticos e às pesquisas geográficas, tal como assinalam eloquentemente essas duas notáveis conquistas de pertinência do seu esforço no campo das realizações práticas — o Convênio de Estatísticas Educacionais e Conexas, de 1931, que assegurou ao Brasil a elaboração sistemática das estatísticas gerais do ensino, e a Convenção Nacional de Estatística, de 1936, que firmou as bases de cooperação dos governos da União, Estados, Territórios e Municípios, para a consecução dos objetivos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando, ainda, os inestimáveis resultados da atuação benemérita do Dr MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS como primeiro Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, traduzidos não apenas no vigoroso impulso e coordenação das



Aspecto da assistência presente à homenagem do Conselho Nacional de Estatística ao Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS

de sua fecunda atividade verdadeiramente apostolada nesses dois ramos do serviço público, tais como, entre outros, os que prestou como Delegado Geral do Recenseamento de 1920, em Minas Gerais; os que ficou a dever-lhe o mesmo grande Estado, na organização e direção dos respectivos serviços estatísticos, quando, entre outras iniciativas de maior vulto, lançou e fez publicar o *Anuário Estatístico do Estado*, o *Atlas Corográfico Municipal*, o *Anuário de Legislação e Administração Municipal*, a *Carteira Estatística de Minas Gerais* e a *Carta Física e Política*, esta última em comemoração do centenário da Independência; os que prestou como um dos principais colaboradores de RAUL SOARES, então Presidente de Minas Gerais, quando chamado a dar o concurso de sua experiência e especialização técnica à elabo-

atividades estatísticas nacionais, senão ainda na iniciativa de Resoluções do Conselho Nacional de Estatística e de leis federais de maior alcance, quer para a consolidação do sistema estatístico-geográfico, quer para o interesse geral do País, tais como, dentre as primeiras, as que fixaram diretrizes de reforma social ou ofereceram sugestões ao encaminhamento dos problemas de base do Brasil, e dentre as segundas, o Decreto-Lei n.º 311, já citado, que estabeleceu a imalterabilidade, em períodos quinquenais, da divisão territorial-administrativa e judiciária das Unidades da Federação em Distritos, Municípios, Termos e Comarcas, e respectiva revisão segundo normas racionalizadoras devidamente fixadas, com a delimitação obrigatória dos quadros urbanos, subúrbios e rurais; o Decreto-lei n.º 969, que deter-

minou a realização decenal, nos anos de milésimo zero, do Recenseamento Geral do Brasil; o Decreto-Lei n.º 1360, que estabelece disposições padronizadoras para o núcleo das repartições federais do sistema do Instituto; o Decreto-Lei n.º 4181, que, além de dispor sobre a criação das Seções de Estatística Militar nas Unidades da Federação, autorizou a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, possibilitando, assim, a solução do grave problema da coleta de dados no âmbito municipal, de capital interesse para a estatística geral e, de modo especial, para os estudos relacionados com a defesa nacional;

considerando que o Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, ao mesmo tempo que desenvolve atividade tão brilhante e fecunda nos setores especializados e que tem consagrado a sua vida profissional, se dedica, por outro lado, com a mesma preocupação cívica de bem servir aos altos interesses da coletividade e com a mesma proficiência que invariavelmente imprime ao desempenho das missões que lhe são confiadas, a outros diferentes campos de atuação intelectual, como o demonstra o papel que vem desempenhando no seio das organizações e entidades de fins culturais e educativos que o tem como seu ilustre membro — a saber, entre outras, a Associação Brasileira de Estatística, a Associação Brasileira de Educação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Ação Social Arquidiocesana, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas e a Liga Esperantista Brasileira, em todas as quais a sua palavra é sempre ouvida como a de um grande pensador e estudioso profundo dos mais graves problemas que interessam à Nação —, bem como a sua pregação constante e eficaz em prol da reforma ortográfica, do prevalenceamento do sistema métrico decimal, da difusão e ensino do Esperanto, da criação de Biblio-

otecas e Museus Municipais, da reforma do Registro Civil, da instituição de Colônias-Escolas e, em especial, do recurso à cooperação interadministrativa para a solução dos problemas básicos; e, de modo geral, do seu devotado apoio sempre entusiasticamente prestado a todos os movimentos e campanhas que visem ao maior engrandecimento do País e à crescente valorização do homem brasileiro;

considerando que o Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS, técnico do mais alto conceito e homem de ação que no trabalho encontra novos estímulos à atuação construtiva em prol do bem comum, tem, por tudo isso, o seu nome justamente ceado da admiração e do respeito das esferas culturais e administrativas do País;

considerando que o seu ilustre nome, acatado no País, também se projeta fora dele, como o atesta a sua qualidade de membro do Instituto Internacional de Estatística e membro fundador do Instituto Interamericano de Estatística, bem assim a escolha para presidente efetivo e honorário dessa última organização técnico-profissional, fato que constitui honroso testemunho da irradiação de sua personalidade em todo o Continente;

considerando que o Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS — pelas íntimas ligações do seu espírito e de sua formação moral com os objetivos consubstanciados na pregação doutrinária e nas realizações práticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fruto, uma e outras, de sua inspiração intelectual — deve a entidade, com justa razão, continuar a ter, como sempre teve, o seu orientador e conselheiro,

RESOLVE:

Artigo único — É proclamado membro permanente do Conselho Nacional de Estatística o Dr. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS "

REUNIÃO DA U.N.E.S.C.O. PARA A DISCUSSÃO DE PROBLEMAS DA POPULAÇÃO

Por iniciativa da U.N.E.S.C.O., realizou-se em Paris, nos dias 3 a 5 de julho deste ano, uma reunião de demógrafos, para a formulação de um programa de estudos sobre problemas da população

Convidados, participaram da reunião os Professores R. BACHI (Israel), W. D. BORRIE (Austrália), R. FIRTH, D. V. GLASS e J. ISAAC (Reino Unido), L. HERSCH (Suíça), L. LIVI (Itália), F. LORIMER e F. W. NOTESTEIN (Estados Unidos), G. MAUCO e A. SAUVY, que foi substituído por M. CHEVALIER (França), e G. MORTARA (Brasil). Como observadores das Nações Unidas, estiveram presentes os Srs. A. DORFMAN, J. DURAND e W. LANGROD. A reunião foi organizada pelos Professores R. C. ANGELL e P. DE BIE, da U.N.E.S.C.O., com a colaboração dos Srs. R. COELHO e M. A. DE FRANZ. Os trabalhos foram presididos pelo Professor D. V. GLASS, da Universidade de Londres (London School of Economic).

ASSIMILAÇÃO CULTURAL DOS IMIGRANTES

As principais propostas de pesquisas examinadas na reunião diziam respeito à assimilação cultural dos imigrantes, às transferências de populações e aos problemas demográficos dos países em fases iniciais da industrialização.

Reconheceu-se a conveniência de se dar prioridade aos estudos sobre a assimilação cultural dos imigrantes, para os quais foram apresentados não somente planos de trabalho (salientando-se, entre estes, o vasto projeto de inquéritos sobre a assimilação étnica, cultural e social dos imigrantes em Israel), como ensaios de pesquisas de largo alcance (como as do I.B.G.E. sobre a assimilação lingüística e política dos imigrantes, no Brasil), e informações bibliográficas e estatísticas.

Em face da dificuldade de conciliar as diversas concepções da assimilação cultural — que os representantes de países de antiga civilização tendem a encarar como um processo de adaptação unilateral, pelo qual os imigrantes são levados a adotar progressivamente os costumes e a mentalidade dos nacionais, enquanto os representantes de países de recente colonização vêm nela um processo de adaptação bilateral, realizado pelas influências recíprocas das culturas dos países de imigração e de emigração —, foi formulada uma definição provisória, conforme a qual se entende por assimilação cultural um processo de ordem psicológica, socio-econômica e cultural que leva à atenuação progressiva das diferenças de comportamento dos imigrantes e dos nacionais na vida social do país.

Pareceu indispensável incluir em primeiro lugar, no programa de estudos em torno do

assunto, a compilação de uma bibliografia, cuja organização será confiada à União Internacional para o Estudo Científico da População, onde serão citados, classificados e resumidos os principais livros, folhetos e artigos que contenham contribuições úteis para as pesquisas planejadas

De início, essas pesquisas, para as quais foi proposto, pelo Professor GLASS, um esquema uniforme, terão como objetivo principal o estudo do comportamento dos imigrantes italianos, alemães e poloneses, na França, nos Estados Unidos e no Brasil, sendo entretanto admitida e favorecida a extensão das análises a outras correntes imigratórias e a outros países de imigração

A reunião propôs à U N E S C O encorajar o desenvolvimento das pesquisas referentes ao Brasil, já iniciadas pelos Professores DIEGUES e WILLEMS, e auxiliar, nos limites das possibilidades, os Professores BACHI e BORNE para a realização de estudos sobre a assimilação dos imigrantes em Israel e na Austrália, bem como o Institut National d'Études Démographiques de Paris para a ampliação das suas pesquisas sobre a imigração na França. Está prevista a realização de estudos paralelos relativos à Bélgica, mercê da iniciativa do Professor DE BIE. Foi, também, aprovado o projeto do Professor FIRTH, para a realização de um inquérito preliminar sobre a assimilação cultural dos chineses nos países de imigração do Sudeste asiático.

Foi, ainda, examinado na reunião um projeto de questionário sobre a condição do estrangeiro nas atividades econômicas e sociais dos países de imigração, elaborado pela Secretaria das Nações Unidas, e sugerida a extensão desse inquérito ao estado jurídico e à situação de fato do estrangeiro

As discussões sobre o segundo assunto principal submetido à reunião, o das transferências em massa de populações, causadas pelas guerras ou pelas modificações de fronteiras (como as da Rússia para os territórios ex-poloneses, da Polónia para os territórios ex-alemães, destes territórios para a Alemanha atual, da Índia para o Paquistão e vice-versa), levaram à conclusão de que convém adiar os estudos a respeito, em vista da limitação dos meios disponíveis

PROBLEMAS DEMOGRÁFICOS DOS PAÍSES EM FASE DE INDUSTRIALIZAÇÃO

No que diz respeito aos estudos sobre os problemas demográficos dos países em fases iniciais da industrialização, cumpre observar

que as propostas originárias visavam principalmente aos países asiáticos, enquanto, como foi salientado na reunião, problemas não menos graves se apresentam a países de outros continentes, entre os quais a maior parte dos latino-americanos. Para aqueles, a industrialização tende a proporcionar possibilidades de existência a uma população demasiado densa para poder subsistir apenas mercê das atividades agrícolas e extrativas; para estes, a industrialização, preconizada como meio para a elevação do padrão de vida, encontra obstáculos na falta de organizadores, de técnicos e de trabalhadores especializados. Foi aprovada, em princípio, a extensão dos estudos planejados a este segundo grupo de países

Em virtude da sua origem, as propostas apresentadas à reunião davam o maior relevo às pesquisas sobre a fecundidade e aos fatores que a influenciam nos países em curso de industrialização. Foi aprovada uma proposta objetivando a preparação de uma resenha crítica da literatura existente sobre o assunto, salientando-se a conveniência de serem encorajados planos de estudos referentes à África setentrional francesa e a Israel. Foi, ainda, declarada a utilidade de pesquisas acerca da influência da instrução geral e técnica sobre a fecundidade. A propósito desses estudos, ressaltou-se, nas discussões, a necessidade de se evitar até mesmo a aparência de uma propaganda para a limitação voluntária da prole, a qual iria chocar-se contra os preceitos religiosos e morais pelos quais se orienta a grande maioria dos habitantes dos países referidos

A reunião reconheceu ser desejável o estudo dos aspectos demográficos das migrações de trabalhadores indígenas na África, das quais já foram largamente pesquisados os aspectos econômicos e sociais

FORMAÇÃO DE TÉCNICOS

Passando ao exame de alguns problemas da formação de técnicos para os trabalhos demográficos, a reunião solicitou à U N E S C O. auxílios para o treinamento desses técnicos. Recomendou, ainda, a realização de um seminário de peritos para a discussão dos problemas demográficos do Sudeste Asiático, que poderia ser convocado em 1951, em Nova Delhi, em época próxima daquela já fixada para a 27ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística

Parece desde já assegurado o acolhimento, por parte da U N E S C O, das propostas formuladas

UNIÃO INTERNACIONAL PARA O ESTUDO CIENTÍFICO DA POPULAÇÃO

Reuniu-se em Paris, a 6 de julho último, o Comitê Executivo da União Internacional para o Estudo Científico da População, estando presentes o Presidente de honra, professor A. LANDRY (França), o Presidente, Professor L. HEARSCH (Suíça), os Vice-Presi-

dentos, Professores D. V. GLASS (Inglaterra), L. LIVI (Itália), G. MORTARA (Brasil) e A. SAUVY (França), o Secretário-Geral, Sr. G. MAUCO (França) e o Diretor Administrativo, Professor F. LORIMER (Estados Unidos). Assistiu à reunião o Professor F. W. NOTESTEIN

(Estados Unidos), como elemento de ligação com o Secretariado das Nações Unidas

Nessa reunião, foram examinados e discutidos os relatórios administrativos e os orçamentos, os quais confirmaram a vitalidade da União, que vai gradualmente retomando suas atividades depois da interrupção causada pela guerra. Foram também examinadas e quase totalmente aprovadas numerosas propostas de candidaturas.

Aprovaram-se as medidas adotadas pela Presidência acêrca das Comissões incumbidas do Dicionário Demográfico e do programa. Esta última deverá preparar, de acôrdo com a análoga Comissão do Instituto Internacional de Estatística, o programa da Secção Demográfica da 27ª Sessão dessa entidade, à qual serão encaminhadas tôdas as contribuições de membros da União. Dessa maneira, a União renuncia à realização de uma reu-

nião científica separada em 1951; em compensação, o Instituto encaminhará, para a Assembléia da União, tôdas as contribuições de seus membros referentes a assuntos demográficos, para a 28ª Sessão, que será realizada em Roma, em 1953, em época próxima daquela prevista para a reunião da referida Assembléia na mesma cidade.

O Comitê Executivo discutiu, ainda, o programa dos trabalhos planejados em colaboração com a U. N. E. S. C. O., sôbre a assimilação cultural dos imigrantes e os problemas demográficos dos países em fases iniciais de industrialização.

Foi encarecida a conveniência de serem constituídos Comitês nacionais da União, como estão previstos pelo Estatuto, para o fim de facilitar a colaboração da União nesses trabalhos.

COMISSÃO DE POPULAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Realizou-se, em Lake Success, de 22 de maio a 22 de junho do corrente ano, a V Sessão da Comissão de População do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, entidade que tem a seu cargo vasto programa a cumprir, de alta significação social. Suas recomendações ao Secretariado da O. N. U. e as resoluções submetidas à aprovação daquele Conselho, abrangem as bases de uma orientação demográfica indispensável ao planejamento e coordenação das atividades em vários setores relacionados ao estudo da população mundial, em seus diferentes aspectos.

Da Sessão dêste ano, participaram, além do Delegado do Brasil, Sr. GERMANO JARDIM,

integrante dos quadros técnicos do I. B. G. E., representantes da China, Estados Unidos, França, Iugoslávia, Países-Baixos, Peru, Reino-Unido, Suécia, Síria e Rússia.

Dividiram-se em dois grupos os assuntos incluídos na agenda dos trabalhos, constituindo-se, para estudá-los, dois Comitês. Ao primeiro, atribuiu-se o estudo dos aspectos demográficos do programa de assistência técnica para o desenvolvimento econômico das regiões retardadas, e, ao segundo, o trato dos problemas relacionados aos censos da população, em 1950, anuário demográfico, migrações e trabalhos futuros da Comissão.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE ESTATÍSTICA

Foram eleitos, no dia 20 de julho dêste ano, mais 52 membros titulares do Instituto Interamericano de Estatística. A eleição se verificou na sede da entidade, em Washington, em reunião presidida pelo Sr. LUIS E. LASO, Vice-Presidente do Instituto, com a presença de representantes dos demais mem-

bros do Comitê Executivo, bem como da União Pan-Americana.

O Brasil, que já possuía treze membros titulares, passou a ter quinze, após as referidas eleições. Os estatísticos brasileiros agora eleitos foram os Srs. RAFAEL XAVIER, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, e TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, Diretor-Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DA PREVIDÊNCIA E TRABALHO

Em substituição ao Sr. OSWALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, que deixou, em agosto último, a direção do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, assumiu êsse cargo, no dia 25 daquele mês, o Sr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, conhecido técnico e especialista em Atuária.

Ao ter assento na Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, onde

passou a representar o Ministério da Trabalho, na qualidade de Diretor do S. E. P. T., pronunciou o Sr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA o seguinte discurso:

"Confesso-vos sinceramente que a única satisfação real que experimentei pela minha elevação ao alto posto de Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, em substituição ao nome ilustre de OSWALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, com que me distin-

guiu o Govêno da República — foi esta oportunidade, com que a sorte me brindava, de poder aproximar-me mais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

De fato, amigo e admirador, de longa data, de COSTA MIRANDA, só poderia sentir pezar em vê-lo afastar-se do pósto que ora ocupo, e que tanto honrou e ilustrou, para candidatar-se a uma posição mais alta no Parlamento Nacional, a que, elevado pelo voto popular, como seguramente o será, pela sua cultura, espirito público e inteireza moral, irá igualmente honrar e dignificar

A circunstância, porém, de, como seu substituto, vir também representar o Ministério do Trabalho neste magno Conselho e, de certa forma, colaborar no magnífico labor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, era a única satisfação que podia sentir. Porque sempre admirei o trabalho proficuo que aqui se executa, e que se reflete na excelência das publicações que se editam, como a *Revista Brasileira de Geografia*, a *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA*, o *Anuário Estatístico do Brasil*, os diversos estudos sôbte os Censos Nacionais, etc., bem como se espêlha nas iniciativas culturais que desenvolve, e que larga repercussão têm, no país e fora dêle

Em relação à difusão mundial da *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA* posso dar meu testemunho pessoal. Tendo certa vez inserido em suas páginas um trabalho que elaborara para o Departamento de Seguros Sociais, da Colômbia, fiquei surpreendido em receber testemunhos de que o haviam lido colegas de várias partes do mundo e, inclusive, uma solicitação para traduzi-lo e editá-lo, da própria Organização das Nações Unidas. Isso demonstra até onde penetra e em que largo círculo se aprecia — com justo título, aliás — a referida publicação dêste Instituto, da qual sou também assídua leitor e apreciador.

Saliento, especialmente, os trabalhos sôbte estatística demográfica do Professor GREGGIO MORTARA, emérito Assessor-Técnico do Conselho Nacional de Estatística, que sempre leio com admiração e real proveito, pois já me tenho, por diversas vêzes, utilizado de seus métodos e sugestões, em meus modestos trabalhos de ciência atual aplicada ao seguio social. Não me pejo de dizer — ao contrário, o assinalo com satisfação — que tenho tido dois mestres inspiradores principais na minha atividade profissional relacionada à atuação social. O primeiro é o Professor EMIL SCHÖENBAUM, laureado mestre da Universidade de Praga e ex-Consultor Atuarial da Repartição Internacional do Trabalho, uma das autoridades mundiais em ciência atual aplicada aos seguros sociais, e com o qual tive a ventura de privar, durante 3 meses, no Canadá, em companhia de três outros colegas, atuários sociais da América Latina. Diplomáticamente, aquela Repartição Internacional que patrocinava a reunião denominara a êsse colóquio sôbte matéria relacionada à técnica dos seguros sociais, de "round-table" para dar-nos a ilusão de tratar com o ilustre Professor em pé de igualdade. Mas não valeu o artificio, pois logo percebemos que se tratava de verdadeiras lições do Professor SCHÖENBAUM e que, na pretensa mesa redonda, havia uma curul muito mais alta, em que êle se sentava e, na troca de idéias que então se travou, o ilustre Professor saiu literalmente roubado.

Esse, o primeiro mestre. O outro, no campo da estatística demográfica, base da ciência atual, especialmente no setoi dos seguros sociais, tem sido o emérito Assessor-Técnico dêste Conselho, através de suas diversas publicações sôbte o assunto, e especialmente, de de seus inumeráveis, — mas nem por isso menos magistrais, — artigos estampados nas páginas da *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA* e que se caracterizam pela originalidade muitas vêzes dos artíficos que emprega, para contornar dificuldades, pelo rigor científico e pela magnífica clareza de exposição.

Reconhecendo assim os méritos excepcionais dêste Instituto na minha própria for-

mação cultural e profissional, podeis bem aquilatar com que emoção eu compareço pela primeira vez a esta Junta, para ter a honra de participar convosco nos trabalhos do I.B.G.E. Avalio bem as minhas responsabilidades na direção do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho e portanto nesta Junta Executiva Central. Nesse sentido peço-vos permissão para reproduzir aqui as palavras que ontem pronunciei, perante o Senhor Ministro do Trabalho, ao tomar posse do cargo para que fui recentemente nomeado:

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento ao Govêno da República, representado na pessoa do Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, pela honra que me conferiu, escolhendo-me, livre e espontâneamente, para dirigir o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, em substituição ao nome ilustre de OSWALDO GOMES DA COSTA MIRANDA.

Grande é a minha responsabilidade na direção dêsse importante órgão técnico dêste Ministério, nas atuais circunstâncias.

Grande, não sômente pela relevância intínseca das funções que lhe competem, nos termos de sua legislação criadora, como das atribuições outras que lhe foram cometidas por leis especiais — tais como, a fixação e revisão periódica do salário mínimo em todo o país, através das Comissões respectivas, e ainda a incumbência de velar pela execução de importante disposição do Regulamento da Lei sôbte a organização e proteção da família, qual seja a que diz respeito ao abono familiar. Além disso, subordinado, embora administrativamente, ao Ministro de Estado, deve o Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho obedecer à orientação técnica do Conselho Nacional de Estatística, órgão executivo central, que é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na esfera federal — o que cria ao Serviço, e diretamente ao seu Diretor, responsabilidade técnica excepcional, para não desmerecer no trabalho de conjunto que incumbe a êsse magnífico Instituto, que constitui, sem nenhum favor, um dos padrões de glória da Estatística Continental.

Grande ainda, repito, é a minha responsabilidade pela circunstância, toda especial, de vir a substituir um Diretor do porte, da competência e do valor moral de OSWALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, primeiro e único Diretor dêsse Serviço, desde sua criação, em 1934, sob a designação ainda de Departamento de Estatística e Publicidade. COSTA MIRANDA foi, pois, o criador e organizador dêsse Serviço, que superiormente dirigiu durante 16 anos, com larga messe de serviços prestados ao país.

Aquilato, portanto, bem as responsabilidades que acabo de assumir, e para as quais a minha autocrítica me aponta deficiências sensíveis. Procurarei, porém, saná-las, Senhor Ministro, na medida em que seja possível fazê-lo, à fôça de estudo, trabalho, dedicação e entusiasmo. Reitero, portanto, a V. Excia. verbalmente o compromisso que acabo de assumir, por escrito, no termo de posse que venho de firmar: não poupar esforços no sentido de bem servir, a fim de que a gestão do atual ocupante desta pasta, que não é apenas um Ministro, mas um colega e um amigo, se assinala como um período de realizações fecundas e felizes iniciativas.

Admirador já, de fóra das atividades que neste Conselho se desenvolvem, estou bem certo de que, transferido para o interior dêle, e justamente para a sua cúpula mais alta, e portanto em contacto mais direto com o que aqui se faz e se estuda, só terei motivo para aumentar essa admiração e elevar êsse conceito.

Finalizando, quero expressar, de forma toda especial, ao Dr. RAFAEL XAVIER, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o meu agradecimento pelas congratulações, que me enviou, por ocasião de minha posse no cargo que ora desempenho, e que acaba de reiterar nesta oportunidade."

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Realizou-se, a 31 de julho, no auditório do I B G E , a assembléia-geral ordinária da Sociedade Brasileira de Estatística, para apreciação do relatório e do balancete econômico-financeiro da Diretoria, bem como para eleição do novo quadro de dirigentes, a vigorar no biênio 1950/1952

A sessão, que contou com a presença de inúmeros associados da Capital e do interior, foi presidida pelo Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, Presidente da Sociedade, o qual, no início dos trabalhos, esclareceu os objetivos da reunião. Várias foram as moções discutidas e aprovadas, e, dentre elas, a apresentada pelo Sr MANUEL MARTINS JÚNIOR, congratulando-se com o Centro de Estudos da Sociedade, de São Paulo, pela iniciativa de criar Bibliotecas de Estudos em diversos Municípios paulistas; a do Sr EML DE ROURE SILVA, encarecendo a necessidade da elaboração de estudos sobre história da estatística brasileira; e a do Sr ARNALDO AUGUSTO MAIA, encarecendo aos poderes públicos a elevação do padrão final das carreiras de Estatístico e de estatístico-Cartografista, bem como a ampliação dos respectivos quadros; e a moção suscitada pelos Srs ARNALDO MAIA e PAULO MESQUITA LARA, fazendo um apêlo ao Departamento Administrativo do Serviço Público no sentido de abrir, o mais breve possível, os concursos de Estatístico, no Serviço Público Federal, em face da atual situação das repartições, que não dispõem de pessoal necessário à elaboração dos trabalhos estatísticos; e, por fim, a que propunha se pronunciasse a Sociedade a respeito do projeto em curso no Congresso Nacional, referente à federalização dos Departamentos Estaduais de Estatística, sugerindo que, em vez de federalização, se regule a nacionalização, atingindo esta não só as repartições centrais de estatística dos Estados, como também as do Governo Federal.

Por proposta do Sr RUBEN GUEIROS, foi aprovado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senador SALGADO FILHO, ocorrido a 30 de julho, seguindo-se, em homenagem ao ilustre brasileiro desaparecido, um minuto de silêncio

Aprovado um voto de congratulações com a Associação Brasileira dos Municípios, pelo êxito alcançado por ocasião do 1º Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros, reunido em Petrópolis, em abril deste ano, o Sr RAFAEL XAVIER, na qualidade de Presidente daquela entidade, agradeceu, ressaltando o apoio que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Sociedade Brasileira de Estatística vêm dando à Campanha Municipalista

Procedeu-se, após, o exame do relatório e das contas da Diretoria, suspendendo-se os trabalhos, a seguir, para a eleição da nova Diretoria Encerrada a apuração, verificou-se que estava reeleita, por unanimidade, a antiga Diretoria, assim constituída: Presidente — M A TEIXEIRA DE FREITAS; 1º Vice-Presidente — JOÃO CARLOS VITAL; 2º Vice-Presidente — JORGE KINGSTON; Secretário-Geral — GERMANO JARDIM; 1º Secretário — JOÃO MESQUITA LARA; 2º Secretário — ALBERTO AUGUSTO CAVALCANTI DE GUSMÃO; 1º Tesoureiro — JORGE NASCIMENTO DE CASTRO; 2º Tesoureiro — JOSÉ ROCHA CAMPOS Comissão Fiscal: Comandante MANUEL RIBEIRO ESPÍNDOLA, Major DURVAL DE MAGALHÃES COELHO e MÁRIO ORLANDO DE CARVALHO Comissão de Redação: LOURIVAL CÂMARA, AFRÂNIO MELO e ERNANI TIMÓTEO DE BARROS

Saudando a Diretoria reeleita, falou o Sr RAFAEL XAVIER, que enalteceu os grandes e patrióticos serviços prestados à Estatística brasileira pelo Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS, a cujos esforços e dedicação se devia a criação do I B G E e o expressivo movimento de renovação das pesquisas estatísticas que essa entidade despertou em todo o País.

Sob intensa salva de palmas dos presentes, o Sr M A TEIXEIRA DE FREITAS ocupou a Presidência, agradecendo, comovido, a sua reeleição e, bem assim, a dos demais membros da Diretoria, e propondo, com aprovação unânime, dois votos: um, de pesar, pelo falecimento do Sr OSCAR CARRASCOSA, e outro, de congratulações e agradecimentos ao Professor GEORGIO MORTARA, pelos serviços que o mesmo vem prestando à Estatística brasileira

JUNTA EXECUTIVA CENTRAL

A realização do VI Recenseamento Geral do Brasil levou a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística a desenvolver trabalho muito intenso, durante o ano em curso, reunindo-se maior número de vezes, principalmente no período a que se refere o presente número da REVISTA.

Na reunião de 19 de maio, que se seguiu à última mencionada em o número anterior, teve a Junta a visita do Sr RICARDO LUNA VEGAS, técnico da Organização das Nações Unidas, que, especialmente convidado, assistiu aos trabalhos do dia. Após a leitura de um telegrama do Desembargador DESHUNALD SANTAFLORES CARDOSO, agradecendo o voto de pesar que lhe enviara a Junta, por motivo do fale-

cimento de seu irmão, Deputado GRACHO CARDOSO, a Casa tomou conhecimento da comunicação do Inspetor Regional de Estatística no Rio Grande do Sul, relativa às recomendações feitas pelo Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e pelo Comando da Brigada Militar daquele Estado, no sentido de ser assegurado todo o apoio aos trabalhos do Recenseamento Geral de 1950. Despedindo-se dos demais membros da Junta, em virtude de se ter exonerado da direção do órgão de Estatística do Ministério da Fazenda, fez o Sr IBERÊ GILSON a apresentação de seu substituto, Sr. SEBASTIÃO DE SANT'ANA E SILVA. Foi aprovada, a seguir, a Resolução n.º 10, que fixa critérios para o aproveitamento de recen-

seadores do Distrito Federal no Serviço Nacional de Recenseamento

A reunião seguinte, dedicada a assuntos censitários, realizou-se no dia 26 do mesmo mês, sob a presidência do Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES. Por proposta do Sr. RUBENS PÔRTO, deliberou a Casa transmitir um telegrama de agradecimento ao Cardeal D JAYME CÂMARA, pela recomendação que fizera ao clero e aos fiéis no sentido de ser assegurado todo o apoio à tarefa censitária

No mesmo dia, voltou a Junta a reunir-se para tratar, então, de assuntos gerais. Foram aprovadas duas Resoluções: a primeira, modificando o orçamento da Caixa Nacional de Estatística Municipal; e, a segunda, concedendo filiação, ao Instituto, do Departamento de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas. A Junta deliberou, ainda, autorizar a Secretaria-Geral a promover os expedientes necessários ao adiamento, para o dia 1º de setembro, da instalação dos trabalhos da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística, a fim de que a mesma não coincidissem com a realização do Recenseamento, e a estudar normas para a concessão de licença-prêmio aos servidores da Secretaria-Geral; elevar à categoria de especial a classe da Agência de Estatística de Santo André e, da do padrão D para o padrão E, a Agência-Modelo de Castanhal, no Pará. Deliberou-se, por fim, a imposição de multas a diversas firmas comerciais, por infração ao disposto no Decreto-lei n.º 4 736

Nova reunião verificou-se a 2 de junho, sendo lidas mensagens do Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA, comunicando haver participado das comemorações do décimo-quarto aniversário do Instituto, em Salvador, e da família OSCAR CARRASCOA, agradecendo as manifestações de pesar pelo desaparecimento daquele dedicado cooperador da obra do I B G. E. A Casa tomou conhecimento, também, de uma cópia da Ordem do Dia da Guarnição do Exército em Alagoas, a propósito do aniversário do Instituto, na qual se faz referência especial à realização do Recenseamento Geral da República. O Sr TULO HOSTILÍO MONTENEGRO fez diversas comunicações, dentre as quais a de que o Serviço Nacional da Malária havia pôsto à disposição do Serviço Nacional de Recenseamento um avião para os trabalhos de redistribuição de material censitário, no interior do País. Informou que estavam concluídos os trabalhos do cadastro predial e de divisão de setores do Distrito Federal, e que haviam sido distribuídas duas publicações lançadas pelo S N R : o *Almanaque de 1950 e Para que Serve o Recenseamento*, ambas de cunho popular. Por fim, o Sr WALDEMAR LOPES transmitiu suas impressões acerca da propaganda do Recenseamento em cidades do interior, aludindo ao ambiente de simpatia e entusiasmo que a causa censitária vem encontrando em todo o Brasil

Na reunião seguinte, ainda dedicada a assuntos censitários e realizada a 9 de junho, a Casa tomou conhecimento de um ofício do General ÁLVARO FIÚZA DE CASTRO, Chefe do Estado-Maior do Exército, comunicando haver designado o Major ANTÔNIO AUGUSTO JOAQUIM

MOREIRA para substituir, na Junta, o Major DURVAL CAMPELO DE MACEDO, por ter êste de ausentar-se do País; de um telegrama do Cardeal D. JAYME CÂMARA, agradecendo o voto de reconhecimento pela sua mensagem de apoio à causa censitária; e de uma comunicação do Sr JOSÉ ROLLEMBERG, Governador do Estado de Sergipe, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento do Deputado GRACHO CARDOSO. A Junta recebeu, nesta altura, a visita de Sir ROBERT FRASER, economista inglês, que viera ao nosso País com o fim de obter elementos para atualizar uma edição do livro *As Repúblicas Sul-Americanas*. O Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES, que presidiu aos trabalhos, pôs à disposição do visitante os préstimos da entidade, convidando-o a percorrer as diversas dependências da Secretaria-Geral. O Sr PAULO MESQUITA LARA comunicou que se haviam realizado, com pleno êxito, os concursos para seleção de agentes recenseadores e perfuradoras, após o que o Sr TULO HOSTILÍO MONTENEGRO apresentou proposta, que foi aprovada, no sentido de serem fixadas taxas especiais para coleta de questionários em setores de difícil acesso, no Estado do Amazonas e Territórios do Guaporé e do Acre

A reunião seguinte efetuou-se no dia 14, sob a presidência do Embaixador José CARLOS DE MACEDO SOARES. Presente aos trabalhos, o Sr MURILO BRAGA, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a quem havia sido entregue o encargo de organizar as provas para seleção do pessoal do Serviço Nacional de Recenseamento, teve oportunidade de fazer uma exposição acerca da tarefa que levava a cabo. Por indicação do Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA, a Junta aprovou um voto de agradecimento à escritora DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ, pela cooperação que tem prestado à propaganda do Recenseamento. A Casa tomou conhecimento de uma circular do Ministro da Guerra, recomendando fôsse concedidas, nos quartéis e estabelecimentos militares, tôdas as facilidades aos agentes recenseadores

Tomou conhecimento a Junta, na reunião posterior, realizada a 23, de ofício do Almirante ÁRTILA MONTEIRO ACHÉ, Diretor da Escola de Guerra Naval, agradecendo a acolhida dispensada aos oficiais, instrutores e alunos, daquele estabelecimento, por ocasião da visita feita à Secretaria-Geral, e transmitindo a boa impressão pelos mesmos colhida. Propôs o Sr RAFAEL XAVIER, com aprovação da Casa, um voto de pesar pelo falecimento do Ministro CUNHA MELO. Submetida a plenário a consulta formulada por um Vereador do Município de Registro, no Estado de São Paulo, a respeito da participação de estrangeiros nas Comissões Censitárias Municipais, resolveu a Junta, após discutir o assunto, responder negativamente, à vista do que dispõe o Decreto n.º 26 914, de 20 de julho de 1949.

Na reunião imediata, levada a efeito a 27, a Junta, após debater diferentes assuntos de interesse geral, deliberou aplicar multas a diversas firmas comerciais, por infração ao disposto no Decreto-lei n.º 4 737

No dia seguinte voltou a reunir-se a Junta, para tratar de assuntos ligados ao Recenseamento, sendo lidas mensagens do Sr SEBASTIÃO

DE SANT'ANA E SILVA, Diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, comunicando que designara o Sr. PAULO DE TARSO LEAL para substituí-lo nos trabalhos da Junta, em seus impedimentos, e dos Governadores do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Mato Grosso, Piauí e Território do Guaporé, reafirmando o propósito de colaborar na execução dos trabalhos censitários

Várias comunicações foram feitas pelo Sr. TULO HOSTILIO MONTENEGRO, dentre as quais a de que haviam sido publicados os resultados do Cadastro Predial e Imobiliário da Capital do Estado de São Paulo Foram aprovados, a seguir, dois votos de agradecimento: um, ao Prefeito do Distrito Federal, General ÂNGELO MENDES DE MORAIS, por ter autorizado o Serviço Nacional de Recenseamento a instalar postos censitários em várias escolas públicas da Capital Federal; e, outro, ao Sr. CLÓVIS DO RÊGO MONTEIRO, Secretário-Geral de Educação e Cultura do Distrito Federal, em virtude de o Serviço de Educação Cívica e Intercâmbio daquele órgão haver lançado um Suplemento do *Boletim* referente ao mês de junho, dedicado à propaganda do Recenseamento O Sr. RAFAEL XAVIER informou que ia ser feita uma emissão de selos comemorativos do Recenseamento

Nova reunião realizou a Junta, a 5 de julho, havendo o Sr. TULO HOSTILIO MONTENEGRO comunicado que os trabalhos de coleta censitária, iniciados a 1.º de julho, em todo o País, decorriam em completa normalidade, e que as Embaixadas estrangeiras asseguravam inteiro apoio ao Censo, prestando inestimável cooperação O Sr. RUBEM GUEBROS, Inspetor-Geral das Agências Municipais de Estatística, fez breve exposição sobre o resultado da inspeção que acabara de realizar em diversos Estados do Norte e Nordeste, transmitindo as melhores impressões acerca do que tivera ensejo de observar

Na reunião seguinte, realizada a 5 de julho, foi aprovada a Resolução nº 348, que dispõe sobre a reunião da Comissão de Orçamento e Contas Voltou a reunir-se a Junta, no dia 14, sendo lidas mensagens do General ÂNGELO MENDES DE MORAIS, Prefeito do Distrito Federal, agradecendo o voto de reconhecimento da Casa pela cooperação assegurada ao Recenseamento; do Tenente-Coronel JOSÉ GUOMARD DOS SANTOS, Governador do Território do Acre, hipotecando inteiro apoio aos trabalhos censitários; do Sr. REMY GORGA, Presidente da Comissão Censitária Regional do Rio Grande do Sul, comunicando o início do Recenseamento naquela Unidade Federada, com pleno êxito; do Sr. RUY AMARAL PRADO, Inspetor Regional de Estatística Municipal do mesmo Estado, transmitindo cópia de uma mensagem dirigida ao povo sul-rio-grandense pelo Governador WALTER JOBIM, a propósito do Recenseamento O Sr. PAULO MESQUITA LARA prestou diversas informações acerca dos trabalhos censitários, em seus aspectos administrativos

Na reunião seguinte, levada a efeito no dia 21, várias comunicações foram feitas, a respeito do andamento dos trabalhos de coleta censitária. Quanto aos referidos serviços no

Distrito Federal, prestou o Sr. ANTÔNIO TEIXEIRA DE FREITAS minuciosas informações

No mesmo dia, tornou a reunir-se a Junta, desta vez para tratar de assuntos gerais. Após a leitura de uma moção de louvor ao Instituto, enviada pela Câmara Municipal de Osório, no Rio Grande do Sul, e a exibição de um exemplar do jornal "A Semana", de Campo Formoso, na Bahia, dedicado ao Instituto e aos seus trabalhos, comunicou o Sr. ALBERTO MARTINS que o Serviço de Estatística da Educação e Saúde já estava preparando sua contribuição ao estudo do plano da XVI Campanha Estatística, de acordo com a circular recebida da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Tomando conhecimento das providências em torno da realização do VIII Congresso Nacional de Estradas de Rodagem, no qual fôra o Instituto chamado a fazer-se representar, a Junta convidou o Sr. MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA a participar dos trabalhos respectivos, na qualidade de Delegado do I.B.G.E. A seguir, o Sr. WALDEMAR LOPES informou que a Secretaria-Geral estava procedendo a um estudo sobre o projeto de lei, em andamento no Congresso Nacional, relativo à federalização dos Departamentos Estaduais de Estatística, e propôs várias medidas a respeito. A Junta deliberou, por último, acerca de assuntos relacionados à economia interna da entidade.

A 28 de julho, quando novamente se reuniu, a Junta recebeu a visita do Sr. ROSE UGARTE, observador da F.A.O. junto ao Serviço Nacional de Recenseamento, o qual manifestou a boa impressão que tivera dos trabalhos do VI Recenseamento Geral do Brasil, verificando que os mesmos haviam sido planejados com eficiência e que fôra recrutado, para executá-los, pessoal em boas condições. Em nome do Instituto, o Sr. RAFAEL XAVIER agradeceu a cooperação do técnico da F.A.O. e as referências elogiosas feitas aos trabalhos do Censo.

No dia 4 de agosto, a Junta realizou duas reuniões. Na primeira, dedicada a assuntos gerais, foi lida mensagem do Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, comunicando que, por ter entrado em gozo de licença-prêmio, transmitira a direção do Serviço de Estatística da Educação e Saúde ao seu substituto legal, e, em face disso, apresentava suas despedidas e agradecimentos pelas atenções que sempre merecera por parte dos membros da Junta. Em face da comunicação, deliberou a Casa prestar homenagem ao antigo Secretário-Geral do Instituto, propondo medidas no sentido de ser-lhe concedido o título de Membro Perpétuo do Conselho Nacional de Estatística, em atenção aos relevantes serviços prestados à causa da Estatística.

Por proposta do representante do Ministério do Trabalho, foi aprovado um voto de pesar pelo trágico desaparecimento, em desastre de aviação, do Senador SALGADO FILHO e dos demais membros de sua comitiva. A seguir, resolveu a Junta, a pedido do Comandante RIBEIRO ESFÍNDOLA, atual representante do Conselho Nacional de Estatística junto ao Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia,

que o representante da Junta no referido Diretório seria designado pelo prazo de um ano. Em virtude do pedido de dispensa do Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA dessas funções, foi designado novo representante o Sr MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA. A propósito do lançamento, no México, de uma tradução do Livro *A Cultura Brasileira*, do Professor FERNANDO DE AZEVEDO, cujos direitos autorais pertencem ao Instituto, manifestou-se a Casa favorável à iniciativa.

A segunda reunião desse dia foi dedicada a assuntos censitários, tendo sido discutidos assuntos de interesse do Recenseamento, momentaneamente os que dizem respeito aos trabalhos de coleta nas Capitais e no interior.

A 11 de agosto, quando se realizou nova reunião, o Sr RAFAEL XAVIER fez breve exposição sobre a viagem que realizara a Minas Gerais, formulando observações referentes ao andamento dos trabalhos censitários na Capital e no interior e transmitindo a impressão de que os mesmos se desenvolviam satisfatoriamente. Idêntica comunicação fez o Sr JOÃO DE MESQUITA LARA, em relação ao Estado de São Paulo. O Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO comunicou que o Serviço Nacional de Recenseamento estava organizando um mapa geral dos trabalhos censitários, em todo o País, e que as Inspetorias Regionais já haviam recebido ordens no sentido de que dessem divulgação aos primeiros resultados provisórios do censo local.

Na reunião seguinte, ocorrida a 16 de agosto, a Junta deliberou, a respeito do quesito "Religião" do Censo Demográfico, que deveriam ser apuradas as seguintes crenças: "católica", "protestante" (englobando todos os ramos afins, como foi feito em 1940), "espírita", "ortodoxa", "israelita", "maometana" e "budista", e que seriam computados, indistintamente, como "de outros cultos", os recenseados que declarassem religião não compreendida nos grupos acima mencionados.

No mesmo dia, voltou a Junta a reunir-se, para tratar de assuntos gerais. A fim de visitar o Major ANTÔNIO AUGUSTO JOAQUIM MOREIRA, que se encontrava internado no Hospital Central do Exército, onde se submetera a uma intervenção cirúrgica, foi designada uma comissão composta dos Srs Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA e RAUL LIMA. A Casa designou o Sr SEBASTIÃO DE SANT'ANA E SILVA para, em nome da bancada federal, saudar a bancada regional na sessão inaugural da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística. Por fim, a Junta homologou várias Resoluções das Juntas Executivas Regionais dos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Goiás, e Mato Grosso.

Na reunião do dia 25 de agosto, após tomar a Casa conhecimento de uma mensagem da família do Senador SALGADO FILHO, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento do mesmo, foi feita a apresentação do Major ÁLVARO BARBOSA, novo membro da Junta, recentemente designado pelo Ministro da Aeronáutica. Aprovou a Junta, também, um voto de congratulações com o Exército Nacional pela passagem do dia do Soldado. A seguir, deli-

berou a Casa aplicar diversas multas a firmas comerciais por infração ao disposto no Decreto-lei n.º 4736.

No mesmo dia, verificou-se nova reunião, dedicada a assuntos censitários. Acerca do Censo no Ministério da Marinha, fez o Comandante RIBEIRO ESPÍNDOLA breve relatório, referindo-se, em particular, à cooperação prestada pelas autoridades navais aos trabalhos de distribuição e coleta dos questionários. O Sr Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES leu os primeiros resultados censitários provisórios de várias capitais do País, e o Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO prestou informações sobre o andamento dos trabalhos censitários no Distrito Federal, especialmente os de crítica e codificação.

A sessão seguinte, realizada a 29 de agosto, compareceu o Sr GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, novo Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, que foi saudado pelo Sr RAFAEL XAVIER. Proposto pelo Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES foi aprovado um voto de vivo reconhecimento ao Sr OSWALDO GOMES DA COSTA MIRANDA, antigo Diretor do órgão estatístico do Ministério do Trabalho, pelos serviços que prestara ao Instituto. Foi aprovada, após, a Resolução Censitária n.º 11, que autoriza destaque e suplementações de verbas do orçamento aprovado pela Resolução Censitária n.º 3, seguindo-se a distribuição, pelo Sr TULO HOSTÍLIO MONTENEGRO, entre os presentes, de duas tabelas com os resultados da coleta censitária, na Capital de São Paulo e no Estado da Bahia, bem como de cópia de uma circular da Divisão Técnica do S. N. R. sobre a verificação dos trabalhos de coleta.

A Casa tomou conhecimento, na reunião imediata, ocorrida a 1.º de setembro, do resultado da eleição procedida para escolha do representante dos órgãos filiados, que recaiu no Sr SYLVIO DE AZEVEDO LIMA, representante do Instituto Nacional do Pinho. A Junta aprovou um voto de agradecimento ao Sr ARMANDO DE PINHO, pela eficiente cooperação assegurada aos trabalhos do Conselho, quer na Junta, quer na Assembléia-Geral. Outro voto de agradecimento foi, também, aprovado, desta vez com o Sr JOSÉ MARINHO DE ANDRADE, que, na qualidade de suplente do antigo representante do Ministério do Trabalho, assegurara eficiente cooperação aos trabalhos da Junta. Deliberou a Casa, ainda, aprovar a Resolução Censitária n.º 12, que aprova as contas do Serviço Nacional de Recenseamento, referentes ao exercício de 1949, e o parecer do Major ÁLVARO BARBOSA, favorável à aceitação do certificado de alistamento como documento hábil de quitação com o serviço militar, para efeito do aproveitamento de agentes recenseadores em funções de escritório.

Ainda no mesmo dia, voltou a Junta a reunir-se, para tratar de assuntos de interesse geral. Três publicações especializadas — *Produção Agrícola* — 1948, *Alguns Aspectos da Vida Cultural e Tábuas Itinerárias Brasileiras*, a primeira elaborada pelo Serviço de Estatística da Produção; a segunda, pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde; e, a última, pela Secretaria-Geral do Conselho Nacio-

nal de Estatística — foram objeto de referências elogiosas por parte dos presentes

Nova reunião realizou a Junta, a 8 de setembro, sob a presidência do Embaixador JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, na qual a Casa tomou conhecimento de uma mensagem do Vice-Almirante OTÁVIO FIGUEIREDO DE MEDEIROS, Ministro do Supremo Tribunal Militar, agradecendo o voto de pesar pelo falecimento do Marechal LUIZ ANTÔNIO DE MEDEIROS. Foi aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. RENATO MEIRA LIMA, Secretário-Geral do Interior e Segurança do Distrito Federal. Por fim, o Sr. TULO HOSTILIO MONTENEGRO fez uma comunicação sobre o andamento da coleta censitária em todo o País e, em particular, no Distrito Federal.

Na sessão imediata, ocorrida a 15 de setembro, o Sr. GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA, Diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, comunicou que designara o Sr. JOSÉ MARENHO DE ANDRADE para substituí-lo em suas ausências e impedimentos. A propósito da requisição de agentes recenseadores, pela Justiça Eleitoral, informou o Sr. JOÃO DE MESQUITA LARA que a Secretaria-Geral entrara em entendimentos com a Presidência do Superior Tribunal Eleitoral, no sentido de que fossem evitadas essas requisições, prejudiciais ao bom andamento dos trabalhos censitários.

A reunião seguinte verificou-se no dia 22 e teve a presença dos Srs. EMIL DE ROURE SILVA e ARTUR FERREIRA, Inspetores Regionais de Estatística, respectivamente, do Estado do Rio e da Bahia, que prestaram informações sobre assuntos do maior interesse, relacionados aos

primeiros resultados do Censo Demográfico nas regiões sob sua jurisdição. O Sr. EMIL DE ROURE SILVA referiu-se ao fenômeno da concentração de habitantes, nas sedes municipais das zonas do Estado do Rio mais próximas do Distrito Federal, como Nilópolis, Nova Iguaçu, Caxias e outras, explicando que o fato se verifica, em alguns casos, não por efeito de uma real aglomeração, mas da ampliação das áreas consideradas urbanas. Os deslocamentos da população, na zona do recôncavo baiano, foram objeto de interessante explanação do Sr. ARTUR FERREIRA.

A Junta tomou conhecimento do arquivamento, ordenado pelo Presidente da República, do memorial em que Estatísticos e Estatísticos-Cartografistas do Serviço Público Federal solicitavam reestruturação das carreiras respectivas. Foi distribuída uma *Sinopse Estatística Municipal*, referente a Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

Nova reunião verificou-se no mesmo dia, dedicada a assuntos censitários. Após uma exposição do Sr. PAULO DE MESQUITA LARA e pronunciamentos do Comandante RIBEIRO ESPINDOLA e do Sr. RAFAEL XAVIER, foi aprovada a Resolução Censitária n.º 13, que "dispõe sobre a "quota de presença" a que se refere a Resolução n.º 1". A seguir, o Sr. TULO HOSTILIO MONTENEGRO distribuiu um quadro relativo à situação da coleta censitária em todo o país. Presentes à reunião, os Srs. EMIL DE ROURE SILVA e ARTUR FERREIRA, Inspetores Regionais de Estatística, respectivamente, do Estado do Rio e da Bahia, fizeram circunstanciada exposição acerca da marcha dos trabalhos do Censo nos referidos Estados.

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS REGIONAIS

Território do Rio Branco — Pelo Decreto n.º 115, de 28 de abril deste ano, do Governo territorial, foi instituída a Junta Executiva Regional de Estatística. De acordo com o estabelecido na referida lei, a Presidência do novo órgão cabe ao Diretor do Serviço de Geografia e Estatística e a Secretaria ao Inspetor Regional de Estatística Municipal, sendo os seguintes os demais membros: Prefeito Municipal de Boa Vista, Comandante do Pelotão de Fronteiras e Diretores do Serviço de Administração Geral, da Divisão de Educação, da Divisão de Segurança e Guarda, da Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância, da Divisão de Obras, da Divisão de Produção, Terras e Colonização e da Divisão de Saúde.

Amapá — O Serviço de Geografia e Estatística, com o fim de proporcionar maior divulgação às estatísticas do ensino, publicou, em edição mimeografada, um folheto acerca do ensino primário geral no Território, abrangendo o triênio 1946/1948.

Minas Gerais — No dia 29 de maio último, data em que se comemorou, em todo o País, o décimo-quinto aniversário de fundação do I B G E., foi entregue à publicidade, em Belo

Horizonte, o primeiro número do *Informador Estatístico*.

Trata-se de mensário que obedece à orientação da Divisão de Documentação e Informações do Departamento Estadual de Estatística e que servirá de veículo à difusão das estatísticas mineiras. Em sua primeira página, presta o presente número do *Informador Estatístico* significativa homenagem ao Sr. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS, antigo Secretário-Geral do Instituto.

Espírito Santo — Sob o título *Atualidades Capixabas*, o Departamento Estadual de Estatística deu início este ano, à publicação trimestral de um boletim contendo não somente dados de todo interesse acerca dos diferentes setores de atividade, no Estado, como notas e comentários em torno da situação e desenvolvimento da estatística regional.

Guaporé — Com o objetivo de dar mais ampla divulgação às estatísticas do Território, o Serviço de Geografia e Estatística deu à publicidade *Alguns Aspectos do Guaporé*. O trabalho apresenta informações de variada natureza acerca dos diferentes setores da vida do Território.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
(Repartições Centrais em 30-IX-1950)

ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores
Diretor — **RUBENS D'ALMADA HORTA PÓRTO**
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda
Diretor — **SEBASTIÃO DE SANT'ANA E SILVA**
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura
Diretor — **RAUL DO RÊGO LIMA**
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
Diretor — **GASTÃO QUARTIN PINTO DE MOURA**
- Serviço de Estatística da Educação e Saúde — Ministério da Educação e Saúde
Diretor — **M. A. TEIXEIRA DE FREITAS**

ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor - *Otávio Vieira Passos*
- Território do Rio Branco — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor - *Paulo Schmitz*
- Amazonas — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Manuel Alexandre Filho*
- Pará — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Raymundo Costa*
- Território do Amapá — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor - *Clóvis Penna Teixeira*
- Maranhão — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Antônio Rodrigues da Costa Santos*
- Piauí — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Arthur Furtado Filho*
- Ceará — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Thomas Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Aderbal França*
- Paraíba — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Luis de Oliveira Periquito*
- Pernambuco — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Paulo Acioli Pimentel*
- Alagoas — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Cid Craveiro Costa*
- Sergipe — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *José Hermenegildo da Cruz*
- Bahia — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Felipe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Joaquim Ribeiro Costa*
- Espírito Santo — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Antônio Lugon*
- Rio de Janeiro — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Aldemar Alegria*
- Distrito Federal — Departamento de Geografia e Estatística
Diretor - *Durval Magalhães Coelho*
- São Paulo — Departamento Estadual de Estatística (em liquidação)
Diretor - *Albano Ferreira da Costa*
- Paraná — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Manuel Rodrigues*
- Santa Catarina — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Roberto Lacerda*
- Rio Grande do Sul — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Remy Gorga*
- Goiás — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Moacyr Martins de Oliveira*
- Mato Grosso — Departamento Estadual de Estatística
Diretor - *Horminda Pitaluga de Moura*
- Território do Guaporé — Serviço de Geografia e Estatística
Diretor - *Carlos Augusto de Mendonça*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 1 700 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Criada em 5 de abril de 1940, em sucessão à entidade fundada, sob a mesma denominação, em 16 de dezembro de 1931

OBJETIVOS

a) Ampliar e fortalecer as relações existentes entre os estatísticos brasileiros, desenvolvendo-lhes o espírito de classe e unindo-os por laços de solidariedade e cooperação; b) focalizar e esclarecer, pela discussão e trabalho em comum, as questões compreendidas nos limites da estatística e das suas aplicações; c) difundir as finalidades dos levantamentos estatísticos, bem como a sua necessidade e utilidade, e promover o estudo da estatística em geral; d) valorizar, no domínio internacional, a obra da estatística e dos estatísticos do Brasil

Para alcançar êsses objetivos, compete à S B E : a) promover e convocar periodicamente, sob os auspícios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Conferências Nacionais de Estatística; b) organizar, de forma que estimule e oriente o trabalho pessoal, cursos de estatística e suas aplicações; c) pleitear a inclusão do ensino elementar da Estatística nos programas da instrução primária, secundária e profissional; d) apresentar, aos órgãos superiores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sugestões pertinentes ao aperfeiçoamento da estatística nacional bem como pleitear junto ao Poder Público a adoção das medidas necessárias à realização das suas finalidades; e) realizar sessões, conferências, congressos, exposições, viagens e intercâmbios com o fim de divulgação ou aperfeiçoamento do método estatístico e de suas aplicações; f) manter intercâmbio cultural com as associações congêneres de outros países

CATEGORIAS DE SÓCIOS

Dois são as categorias de sócios: coletivos e individuais. São sócios coletivos as instituições filiadas ao I B G E e as associações, companhias ou sociedades admitidas na forma dos Estatutos. Os sócios individuais podem ser: a) honorários; b) beneméritos; c) benfeitores; d) correspondentes; e) efetivos; f) fundadores. As contribuições dos sócios individuais, quando efetivos ou fundadores, são de Cr\$ 500 mensalmente; os sócios coletivos estão obrigados a contribuir com a quantia de Cr\$ 300,00

A REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da S B E, é revista gratuita aos membros do seu quadro social

DIRETORIA

Eleita em Assembléia-Geral de 15 de julho de 1948

Presidente — M A TEIXEIRA DE FREITAS

1 Vice-Presidente - JOÃO CARLOS VIALI 2 Vice-Presidente JORGE KINGSTON

Secretario Geral - GERMANO JARDINI

1 Secretario JOÃO DE MESQUITA LARA 2 Secretario A CAVALCANTI DE GUSMÃO

2 Tesoureiro JOÃO NASCIMENTO CASTRO 1 Tesoureiro JOSÉ ROCHA CAMPOS

Comissão Fiscal - Commandante MANUEL RIBEIRO ESPINDOLA, Major DÍVALI MACALHÃES COELHO e MARIO ORLANDO DE CAVALCANTE

Comissão de Redação --- LOURIVAL CÂMARA, AFRÂNIO MELO e ERNANI TIMÓTEO DE BARROS

Toda a correspondência destinada à S B E deve ser remetida — A C da Secretaria-Geral do I B G E — Av. Franklin Roosevelt, 166 — Distrito Federal